

copyright © 2004 Inventário





INVENTÁRIO

Revista dos estudantes da Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal da Bahia



APRESENTAÇÃO

Inventário - Revista dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia (PPGLL/UFBA). Inventário é uma iniciativa dos estudantes do PPGLL, com o apoio da Coordenação do Programa. Inventário se destina a publicar exclusivamente artigos de estudantes de Cursos de Pós-Graduação em Letras, Artes e Ciências Humanas e Sociais, matriculados em instituições nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito acadêmico, oferecendo mais um espaço de difusão e discussão da produção acadêmica discente.

Com o objetivo de assegurar a excelência de nossa publicação, todos os artigos apresentados são analisados por uma Comissão Editorial composta por professores e pesquisadores de diversas universidades e instituições de pesquisa brasileiras. A Comissão Executiva, integrada por estudantes do PPGLL/UFBA, responsabiliza-se pelo trabalho de encaminhamento dos artigos aos pareceristas e pela montagem da revista de acordo com os critérios de publicação adotados.

Nossa proposta passa ainda pela valorização de todo o processo de publicação de um periódico, capacitando-nos para as diferentes atividades que a vida acadêmica nos impõe. Dentro desta perspectiva, a preparação dos números semestrais de Inventário fica sob a responsabilidade de um(a) editor(a) rotativo(a).

Ao escolher a via da publicação eletrônica, procuramos não só valorizar este meio junto à comunidade acadêmica, como também oferecer a possibilidade de uma maior difusão de nossas reflexões e pesquisas vez que a internet tem se revelado um meio importante para a propagação de saberes no mundo atual. Pare que a revista possa ser atualizada e estar à par das mudanças

do meio eletrônico, faz-se necessário, porém, que um especialista em criação de páginas web se ocupe da manutenção mensal da página da revista.

Sergio Romanelli
Editor (1ª à 3ª edição)



INVENTÁRIO

Revista dos estudantes da Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal da Bahia



Conselho Executivo 4ª Edição

Editor:

Jesiel Oliveira Filho

Editor adjunto:

Marcos Bispo dos Santos

Comissão Executiva:

Íris de Carvalho Sá Hoisel

Rerisson Cavalcante de Araújo

Rosemere Ferreira

Viviane Ramos de Freitas

Conselho Editorial

Profa. Dra. Alvanita Almeida Santos
(UFBA)

Profa. Dra. América Lúcia Silva
Cesar (UFBA)

Profa. Dra. Ana Rosa Neves Ramos
(UFBA)

Profa. Dra. Antonia Torreão Herrera
(UFBA)

Profa. Dra. Carla Patrícia Bispo de
Santana (UNEB)

Profa. Dra. Carola Rapp (UFBA)

Profa. Dra. Célia Marques Telles
(UFBA)

Profa. Dra. Cláudia Cristina Tereza
Sobrinho da Silva (UFBA)

Profa. Dra. Cristina Figueiredo
(UFBA)

Prof. Dr. Décio Torres Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Denise Maria Oliveira
Zoghbi (UFBA)

Prof. Dr. Domingos Sávio Pimentel Siqueira (UFBA)

Profa. Dra. Edleise Mendes Oliveira Santos (UFBA)

Profa. Dra. Eliana Paes Cardoso Franco (UFBA)

Profa. Dra. Elisabeth Brait (PUC-SP)

Profa. Dra. Elizabeth Santos Ramos (UFBA)

Profa. Dra. Elizabeth Reis Teixeira (UFBA)

Profa. Dra. Eneida Leal Cunha (UFBA)

Prof. Dr. Erivelton Nonato de Santana (UNEB)

Profa. Dra. Evelina de Carvalho Sá Hoisel (UFBA)

Profa. Dra. Florentina Souza Silva (UFBA)

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB)

Prof. Dr. Idelber Avelar (Tulane University - New Orleans)

Prof. Dr. Igor Rossoni (UFBA)

Profa. Dra. Iracema Luiza de Souza (UFBA)

Profa. Dra. Iraneide Santos Costa (UFBA)

Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira (UEFS)

Prof. Dr. José Henrique de Freitas Santos (UFBA)

Prof. Dr. José Luiz Foureaux de Souza Júnior (UFOP)

Profa. Dra. Laura Cavalcante Padilha (UFF)

Profa. Dra. Lícia Maria Bahia Heine (UFBA)

Profa. Dra. Lícia Soares de Souza (UNEB)

Profa. Dra. Lígia Pellon de Lima Bulhões (UNEB)

Profa. Dra. Lívia Maria Natália S. Santos (UFBA)

Prof. Dr. Luciano Amaral (UFBA)

Profa. Dra. Luciene Alemida Azevedo (UFBA)

Profa. Dra. Marcela Paim (UFBA)

Profa. Dra. Márcia Rios da Silva (UNEB)

Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz (UFBA)

Profa. Dra. Maria Cândida Ferreira de Almeida (Universidade de Los Andes)

Profa. Dra. Maria de Fátima Maia Ribeiro (UFBA)

Profa. Dra. Marlene Holzhausen (UFBA)

Profa. Dra. Nancy Rita Ferreira Vieira (UFBA)

Profa. Dra. Nelly Carvalho (UFPE)

Prof. Dr. Osmar Moreira (UNEB)

Profa. Dra. Rachel Esteves Lima (UFBA)

Prof. Dr. Reinaldo Martiniano
Marques (UFMG)

Profa. Dra. Renata Lemos Carvalho
(UNIME/UNIFACS)

Prof. Dr. Renato Cordeiro Gomes
(PUC-Rio)

Profa. Dra. Rosa Borges dos Santos
(UFBA)

Profa. Dra. Rosa Virgínia Rosa
Barretto de Mattos Oliveira e Silva
(UFBA)

Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro
Patrício (UEFS)

Prof. Dr. Sandro Santos Ornellas
(UFBA)

Prof. Dr. Sérgio Barbosa de
Cerqueda (UFBA)

Profa. Dra. Sílvia Maria Guerra
Anastácio (UFBA)

Profa. Dra. Vera Lúcia Santiago
Araujo (UECE)



EDITORIAL 4ª EDIÇÃO

Chegando à sua quarta edição, a revista eletrônica dos pós-graduandos do ILUFBA, Inventário, contabiliza um incremento significativo na quantidade de artigos e colaborações. Acreditamos que para esse aumento contribuiu tanto o trabalho de divulgação feito ao longo dos últimos dois anos pelas sucessivas Comissões Executivas, com o inestimável apoio da Coordenação do PPGLL, quanto a expansão da informática e da internet em nossas vidas cotidianas, em especial entre a comunidade universitária.

Muitos de nós conferem os e-mails praticamente enquanto escovam os dentes, marcando o início de uma rotina feita de variadas conexões com o computador e com a rede mundial de informações. Cada vez mais incorporamos o hábito de resolver burocracias e negócios através de sites especializados e, “enquanto isso”, lemos jornais e blogs, fazemos pesquisas acadêmicas, planejamos férias, etc, naturalizando o modo interativo e multifacetado de adquirir saberes a que o PC on-line dá acesso.

Adaptando-se a essa dinâmica, a revista Inventário adota, a partir de agora, um regime de atualização flexível. As duas edições anuais passam a constituir momentos programados para a divulgação ampliada da revista, tendo em vista estimular a leitura da mesma e o envio de novos artigos, que serão pendurados tão rapidamente quanto possível.

Merece também destaque, nesta edição, a expressiva quantidade de artigos que abordam temas da Linguística, dois dos quais dedicados aos fenômenos da linguagem que se observam, justamente, nos textos veiculados através da internet.

À diversidade de ideias e perspectivas que tem caracterizado nossa revista, a Inventário articula agora a agilidade requerida pelo universo hipertextual, buscando consolidar este espaço dedicado ao intercâmbio dos conhecimentos produzidos na área de Letras. Boas leituras!

Jesiel Oliveira Filho
Editor

SUMÁRIO

Considerações sobre o hipertexto e os gêneros virtuais emergentes no seio da tecnologia digital

Palmira Heine

Poéticas e políticas da desterritorialização: notas de pesquisa

Sandro Ornellas

Não-coincidências do dizer nos Parâmetros Curriculares Nacionais: a língua portuguesa em questão

Marcos Bispo dos Santos

Clóvis Bevilacqua e o romance russo: entre naturalismo superior e emancipação literária

Bruno Gomide

O objeto direto anafórico em textos da web

Rerisson Cavalcante de Araújo

Confessando a carne em Grande Sertão: veredas

Denise Carrascosa

Editorial: construído ethos e situação enunciativa

Marta Cardoso

O Duplo em Frankenstein

Marília Mattos

A relação entre as construções de tópico e a posição dos clíticos no português europeu dos séculos XVIII e XIX

Edivalda Alves Araújo

A biografia na ficção: notas sobre As batalhas do Caia

Márcio Roberto Soares Dias

O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à
suposta alienação do professor brasileiro de inglês

Sávio Siqueira

A Mãe e a Madrasta: relação entre nação e gênero em O Barão De Lavos, de
Abel Botelho, e O Mulato, de Aluísio De Azevedo

Daniela Kern

As estratégias discursivas na construção do sujeito histórico, através da
literatura engajada de José Saramago, Uanhenga Xitu e Severo D'Acelino

Rosemere Ferreira da Silva

Considerações sobre o hipertexto e os gêneros virtuais emergentes no seio da tecnologia digital

Palmira Heine

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística da UFBA

pheine@ig.com.br

Resumo:

Pretendeu-se abordar as principais características do hipertexto e de alguns gêneros virtuais emergentes, enfatizando-se os *weblogs* (diários virtuais públicos), atualmente bastante utilizados por adolescentes. Buscou-se também mostrar as transformações sofridas pelo texto e pela escrita na Internet, a partir do delineamento de um novo espaço da escrita e de novas características textuais, já que o texto virtual carrega em si múltiplas semioses e um hibridismo entre a modalidade oral e escrita.

Palavras-chave: Hipertexto, Weblogs, Gêneros Virtuais.

Abstract:

The objective of this article is to talk about the hypertext and some of virtual genders that emerged in the Internet context, emphasizing *weblogs* (public virtual diaries). It's important to say that the text in the Internet has different characteristics from the traditional ones. Virtual text is marked by a new space of writing and by a mixed between speaking and writing modalities.

Key-words: Hypertext, Virtual Genders, Weblogs.

1. INTRODUÇÃO

O advento da Internet na sociedade atual tem trazido inovações significativas, principalmente no que diz respeito ao conceito de texto, que, dotado de novas características, múltiplas semioses e de um caráter amplamente interativo, vêm se expandindo substancialmente, dando lugar ao que é comumente

chamado de *hipertexto*¹. Também assim se define, neste artigo, ao texto virtual que carrega consigo um novo tipo de escrita, envolvendo elementos textuais e não textuais (imagem, som, etc) realizados através do computador. Segundo XAVIER (2004, p.171), o hipertexto pode ser entendido como uma “forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade”.

Pode-se notar também que a presença de *links*² no âmbito do *hipertexto* permite o estabelecimento constante de relações entre o texto que está sendo lido e outros textos aos quais aquele está se remetendo, numa grande rede de relações e formações de sentido dentro da esfera textual, estabelecendo assim uma ampla intertextualidade virtual. Da mesma forma, os *links* permitem que o leitor tenha acesso a espaços virtuais utilizados para que ele possa interagir com o escrevente do texto virtual, com comentários, opiniões, críticas, perguntas e sugestões, o que caracteriza o hipertexto como texto essencialmente interativo, em que o leitor também é o seu escrevente.

O hipertexto vem, portanto, inaugurar um novo espaço para a escrita, que possuirá, de acordo com os gêneros virtuais emergentes no contexto da tecnologia digital, características *sui generis*.

2. OS GÊNEROS VIRTUAIS

Gêneros virtuais é o nome dado às novas modalidades de gêneros textuais surgidas com o advento da Internet, dentro do *hipertexto*. Eles possibilitam, dentre outras coisas, a comunicação entre duas ou mais pessoas mediadas pelo computador. Comumente chamada de *Comunicação Mediada por Computador (CMC)*, esta forma de intercâmbio caracteriza-se basicamente

¹ O nome hipertexto foi cunhado por Theodor Nelson em 1964, mas não se refere apenas ao texto no ambiente virtual e sim a todos aqueles que permitem uma leitura não linear, como a atividade de leitura de verbetes em dicionários, ou de referências em enciclopédias.

² Os links podem ser entendidos como espécies de ícones que permitem o estabelecimento de conexões entre um texto e outro, uma informação e outra, dentro de um hipertexto.

pela centralidade da escrita e pela multiplicidade de semioses: imagens, sons, texto escrito (cf. MARCUSCHI, 2004). A Internet veio inaugurar uma forma significativa de comunicação e de uso da linguagem através do surgimento dos gêneros virtuais, marcados pela fugacidade e volatilidade do texto, como no caso das salas de bate-papo, onde as conversas entre duas ou mais pessoas acontecem em tempo real, de maneira síncrona, tornando então o texto fugaz; pela interatividade, já que permitem a interação entre o leitor e o texto (como no caso dos *weblogs*, onde os leitores podem opinar, mandar recados ou discordar do que foi escrito, interferindo, assim, no texto virtual); pelo anonimato, em alguns casos, como os das salas de bate-papo abertas, onde as pessoas se escondem atrás de um *nickname* (apelido), criando uma nova ou novas identidades virtuais; dentre outras.

A CMC possibilita uma grande inovação no conceito de texto, marcado não mais pela defasagem temporal entre o momento da escrita e a sua veiculação ou publicação, mas sim pela relação temporal síncrona na maioria dos casos; e pela união de imagem (como por exemplo os ícones que expressam emoções diversas, conhecidos como *emoticons*), som (músicas de todos os estilos) e texto escrito. Como afirma FREIRE (2004, p.24):

Abreviaturas, recursos gráficos que ocupam o lugar de palavras, gírias, sinais de pontuação decorados com desenhos, onomatopéias, letras estilizadas com formas gráficas definidas, palavras de outra língua (aportuguesadas ou não) ganham sentido num texto minuciosamente escrito em cores diversas.

Neste artigo pretende-se abordar as características de alguns dos gêneros virtuais que emergiram com a ampla utilização da Internet, com ênfase nos *blogs*. Os principais gêneros virtuais emergentes serão descritos a seguir:

Os e-mails – Assemelham-se a cartas ou bilhetes virtuais que podem ser formais ou informais, dependendo do objetivo a que se destinam. Os *e-mails* são assíncronos, mas possibilitam uma enorme rapidez na troca de informações, permitindo uma maior velocidade na resposta, independentemente da distância em que os interlocutores se encontram.

Representam uma transmutação dos bilhetes tradicionais, porém com características inovadoras como a presença de *emoticons animados*, que são, como já foi dito anteriormente, ícones que permitem a expressão de sentimentos ou emoções tais como alegria, tristeza, surpresa, sono, chateação, etc, que não são tão comuns nos e-mails formais, mas que ocorrem muito em ocasiões informais.

Os chats ou salas de bate-papo – Os *chats* distinguem-se dos *e-mails* por serem síncronos e permitirem o diálogo, centrado basicamente na escrita, entre duas ou mais pessoas. Também se caracterizam pela fugacidade do texto, que está em constante atualização, característica inovadora que permite uma nova forma de comunicação entre duas pessoas, através da centralidade na escrita. Ao participarem das salas de bate-papo, os indivíduos criam um apelido (*nick*) que será utilizado durante a conversa virtual; a partir daí, o indivíduo escolhe uma sala para começar o bate-papo virtual. A interatividade dos *chats* é algo que salta aos olhos, já que este permite que uma pessoa “converse” com várias outras ao mesmo tempo. O fato de permitir o diálogo através da escrita, sem que os interlocutores precisem necessariamente estar presentes, promove a criação de mecanismos e estratégias que representem o diálogo face a face, o que pressupõe a presença de marcas da oralidade nas conversas dos chats, que reproduzem frases curtas, abreviações, dentre outras características antes peculiares à modalidade oral. Os principais tipos de *chats* são: *chats* abertos, fechados, *aulas-chat*, e entrevista com convidado.

A linguagem utilizada nas salas de bate-papo possui características únicas, tais como: um infinito número de abreviaturas criadas diante da necessidade de estabelecer a comunicação rapidamente; a presença de uma chamada “escrita fonética”, através da qual se escreve como se fala, priorizando os fonemas das palavras e não a ortografia das mesmas (a palavra quero, por exemplo, é grafada com [k], e torna-se “kero”, e a palavra não dá lugar a “naum”); os enunciados são curtos e a linguagem é bastante informal; possui muitas vezes caráter homofônico, como no caso das palavras 100sação, 100nome, BonitaD+, dentre outras.

Listas de discussão – São espécies de grupos formados por pessoas com os mesmos interesses que interagem através de *e-mails*. Este gênero é muito comum em grupos de estudantes universitários que criam listas para debater sobre determinado tema. As mensagens são enviadas para todos os membros do grupo através de *e-mails*. Geralmente, estas mensagens ficam armazenadas num arquivo virtual criado pelo moderador (espécie de *webmaster* cuja função é gerenciar o envio de mensagens e a entrada de novos membros) do grupo, permitindo que os membros do mesmo possam ter acesso ou não às mensagens antigas. Para participar de uma lista de discussão a pessoa, na maioria das vezes, precisa ser aceita pelo moderador do grupo que autoriza ou não a entrada da mesma, levando em conta o interesse do indivíduo pela discussão dos temas que serão tratados na lista.

Os weblogs (blogs) – *Blog* é uma abreviatura do termo *WebLog* e caracteriza-se por ser uma espécie de diário virtual público, onde as pessoas escrevem sobre si, sobre suas idéias, visões de mundo, que pode ser constantemente atualizado. Nesse ponto, assemelha-se aos diários privados de antigamente, mas tem, ao contrário daqueles, um caráter público. O *blog* é muito utilizado, atualmente, principalmente por adolescentes que criam seus diários virtuais com o objetivo de compartilhar um pouco de sua vida, idéias e sonhos com o público em geral e com seus amigos.

Por ser um diário, o *blog* pode ser atualizado constantemente e as mensagens mais antigas vão sendo armazenadas seguindo uma ordem cronológica, sendo que a datação chega a indicar, na maioria das vezes, a hora em que a mensagem foi postada, possibilitando assim a disponibilidade de consulta das mensagens por qualquer pessoa que tenha interesse em acessá-las.

Os *blogs* representam a transmutação dos diários tradicionais, e carregam muitas características destes, porém trazem inovações. Tanto os diários tradicionais quanto os *blogs* possuem uma série de figuras, imagens, desenhos, com funções diferentes, em cada uma das modalidades. Nos diários

tradicionais essas imagens têm como objetivo principal enfeitar o texto, tornando o ambiente textual mais “aconchegante” para o seu escrevente. Porém, nos diários virtuais, até mesmo pelo seu caráter público (os *blogs* são feitos para que sejam lidos por todos aqueles que desejarem), nota-se que a presença de imagens surge com a função de representar principalmente emoções e sentimentos, que não poderiam ser expressados de outra forma no meio virtual.

Os usuários dos *blogs* (*blogueiros*) criaram uma espécie de linguagem utilizada amplamente por eles, que possui expressões típicas e características próprias. Isso pode ser visto a partir da análise do exemplo abaixo, retirado de um *blog* de um adolescente de 14 anos da cidade de São Paulo:

Ex.1

Oieeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeeee Tdo bom com Voxês ???

Espero q ximm !!!

Poix comigo extá TdOoOoOo ÓtImOooOo gRaÇaS a DeUX !!!

VamOX aX novIdAdX !!!

:: tÁ xEgaNdU MEu NiVEr ::

Yesssss faltam xó 12 diaxxxx ebaaaa pra mim fazer 15 !!

AiIiIiI AiIiIi tÔ tÃOoOoOo FELixxxxxx !!!

Gostaria_d pedirr pra vocês q sabem fazer lays pra fazer um personalizaduu pra mim eu sempre sonhei em ter um e nunk tive e gostariaa MTOOoOo D ganhar um d niver !!

quem quiser me dá euu vou amarrrrr !!! Por favorr

Nesse trecho percebe-se o uso exagerado do grafema *x* no lugar do *s*, representando a consoante fricativa palatal [ʃ] no final das palavras, ou até mesmo no meio delas, como no caso de *extá*, caracterizando a escrita fonética comum aos *blogs*. O *x* também está sendo utilizado para substituir o dígrafo

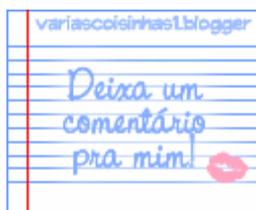
ch, como na palavra *xEgaNdU*; nota-se também a repetição de vogais para enfatizar uma idéia, assim temos as palavras *mtooooo*, *tãooooooooo*, dentre outras. Observa-se também, no final das palavras, a mudança da vogal *o* para *u*, como visto em *personalizaduu*, assemelhando-se ao fenômeno que ocorre basicamente na fala.

A seguir, estão listadas algumas palavras encontradas em *blogs* de adolescentes e que fazem parte do jargão dos *blogueiros*:

- *Iaí* – significa a expressão *e aí, e então*;
- *Axu* – possui o mesmo significado da palavra *acho*
- *Cto* – abreviatura da palavra *quanto*
- *Fds* – *fim de semana*
- *Niver* – *aniversário*
- *Nus* – *nós*
- *Nunk* – *nunca*
- *Pexual* – variação da palavra *pessoal*

Os *blogs*, ao contrário dos *chats*, não possuem um caráter síncrono, já que as mensagens não obtêm resposta imediata, mas nem por isso deixam de permitir a interatividade, que acontece a partir do momento em que os leitores podem interagir com o blogueiro enviando comentários ou críticas. Em muitos *blogs* existem *links*, como os que estão listados abaixo, que possibilitam que o leitor interaja com o escrevente do mesmo. Longe dos moldes tradicionais em que o texto representava uma fonte estática e não interativa, este agora passa a ser dinâmico, constantemente atualizável, e permite que o leitor participe de sua construção. O texto passa a ser um produto de várias mãos. A seguir estão listados alguns exemplos de *links* que permitem a interação entre leitores e escreventes:

Exemplo 1 (retirado de: <http://www.hiraduss.blogger.com.br>):



Exemplo 2 (retirado de: <http://www.hiraduss.blogspot.com.br>):

|| By Paty || 18:17:50 ☐||

Comenta, Vai!? (6)

Para ilustrar a interatividade permitida pelos diários virtuais, foram selecionados alguns comentários feitos sobre os *blogs* dos quais se retiraram os exemplos acima. Note-se que a escrita utilizada é bastante semelhante. Exemplos de comentários retirados de um *blog* de adolescente de 14 anos da cidade de São Paulo:

Exemplo 3 (retirado de : <http://www.hiraduss.blogspot.com.br>):

aiii q bom q vc gostou do meu bloguinho ele deu um certo trabalhinho .. mas valeu apenas acho q fico lindu tbm ... teu blog tbm é super legal adorei .. vamos trocar links sim ... pega la o meu q eu vou colocar o seu já!! e seu blog já ta na minha listinha de destaque ok!? bjinhus ... até a próxima!!

Exemplo 4 (retirado de: <http://www.hiraduss.blogspot.com.br>):

Leilah - enviado em 20/4/2005 18:39:00

Oiiiiiiiiiiii

Tks pelo comment no meu blog!

Ó.....eu faço encomendas de lays sim....mas cobro. Quando vc entrar no meu blog, lá em cima vai aparecer uma janelinha....alí fala sobre encomendas...dah uma bizoiada ^.^~

Seu blog tah super fofo ^^

Beijoks

No exemplo 3, é interessante notar a presença de diminutivos, fenômeno muito comum na linguagem dos blogueiros, dando a idéia de uma relação de

afetividade entre estes e seus próprios *blogs*. Dessa forma, temos: *bloguinho, trabalhinho, listinha, bjinhus*.

No exemplo 4, o que chama a atenção é a presença da palavra *Tks*, abreviatura do vocábulo inglês *thanks*. O mesmo acontece com a palavra *lays* que é a abreviatura da expressão inglesa *lay out*. Uma outra característica é a presença de emoticons. Neste exemplo destacam-se os seguintes:

^.~ – representando a piscada de olho, satisfação.

^^ – representando um gatinho, com o sentido de alegria.

Vê-se, portanto, que a internet possibilitou a criação de um novo espaço para a escrita, permitindo também a ampliação da concepção de texto, que no espaço virtual carrega marcas da oralidade e representa um hibridismo entre a modalidade oral e escrita. Assim, o texto passa a ser dinâmico e interativo, sendo escrito por várias mãos.

Referências:

FREIRE, Fernanda M. P., ALMEIDA, Rubens Queiroz, AMARAL, Sérgio Ferreira, SILVA, Ezequiel T. S. *A leitura nos oceanos da internet*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOMESU, Fabiana. Blogs e a prática de escrita sobre si na internet. In: MARCUSCHI & XAVIER (2004).

MARCUSCHI, L. A. Gêneros virtuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In MARCUSCHI & XAVIER, Antônio Carlos dos Santos (orgs). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *A língua Portuguesa nas salas de bate-papo: Uma visão lingüística de nosso idioma na era digital*. Rio de Janeiro: Berthier, 2003.
XAVIER, Antônio Carlos. Leitura Texto e hipertexto. In: MARCUSCHI & XAVIER, 2004.

Poéticas e políticas da desterritorialização: notas de pesquisa

Sandro Ornellas

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA
Professor de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA

ssornellas@hotmail.com

Resumo:

Mapeamento das relações entre vanguardismos modernistas, totalitarismos europeus, etnologia e imperialismo que tomaram corpo na primeira metade do século XX, com prolongamentos até os anos 50 e 60.

Palavras-chave: Desterritorialização, Vanguardas, Totalitarismos, Etnologia, Imperialismo.

Abstract:

Mapping liaisons amongst modernist vanguards, european totalitarisms, ethnology and imperialism that grew up in the first half of 20th century, that have lengthened up to 50's and 60's.

Key-words: Deterritorilization; Vanguardas, Totalitarianism, Ethnology, Imperialism.

1. Paisagens centrais

São estranhos os descaminhos que o pensamento toma para a configuração do presente, pois o ambiente político-cultural europeu, na primeira metade do século XX, conjuga fortemente políticas fascistas e políticas imperialistas. Se quisermos buscar algumas especificidades contextuais para tais designações, podemos ler alguns índices no binômio nacionalismo/internacionalismo, noções que sustentavam diversas políticas entre países europeus, com vistas, também, às políticas extra-européias. Por um lado, algumas perspectivas culturais trabalhavam dentro de um registro predominante e francamente internacionalista, de matrizes democráticas com viés social-comunistas e que

sofrerão, posteriormente, forte impacto e incremento com o stalinismo soviético. Por outro lado, verificamos o traço eminentemente nacionalista nos fascismos e imperialismos, ancorado no fortalecimento de um projeto europeísta.

Essas diferentes políticas estão entre as principais causas dos confrontos bélicos do período, assim como terão largas e diferentes influências sobre os saberes antropológicos produzidos no período. Escrevem Benoît de L'ESTOILE, Federico NEIBURG e Lygia SIGAUD que

no caso da França, a etnologia foi definida como uma ciência colonial voltada para a identificação e a compreensão das populações indígenas, investida da "missão nacional" de manifestar no plano internacional os valores universais da ciência e o suposto respeito pelas sociedades dominadas. Os cuidados com o "prestígio nacional" e o temor em ver-se superado pelas outras potências no estudo das populações nativas desempenharam um papel considerável no apoio dado pelo estado às instituições antropológicas. Com um alcance certamente diferente, e com uma vocação sensivelmente mais nacionalista, esse parece ser também, (...), o caso da relação entre antropologia da nação e antropologia do império em Portugal (2002, p. 27).

Governos de tendências fascistas, como na Alemanha, na Itália, na Espanha e em Portugal, e governos assentados sobre impérios já consolidados, como na Inglaterra e na França, apesar das concretas diferenças nas políticas internas, foram cúmplices, umas mais outras menos agressivas, nas suas políticas externas (lembro aqui que na Alemanha hitlerista, na Itália de Mussolini, na Espanha franquista e no Portugal salazarista, o nacionalismo fascista e o imperialismo formaram um par na atuação de políticas tanto internas quanto externas; relevante também pensar no caso norte-americano, com o *New Deal* do pós-*Crash* de 1929, em sintonia com uma política expansionista internacional do país, e no caso brasileiro, com o varguismo dos anos 30 e 40 empreendendo uma onda de industrialização do país junto a uma política externa agressiva no momento da guerra, ao mesmo tempo em que mantinha internamente uma mão forte). Ambas as formações de políticas culturais internacionalistas – a de tendência fascista e a de tendência imperialista – traziam em si o controle (por eliminação e/ou assimilação) da alteridade afro-

asiática, ao mesmo tempo em que enfatizavam o particularismo histórico-cultural, muitas vezes de bases étnico-raciais, nas relações entre os povos.

Quando pensamos em como as vanguardas modernistas conviviam com esse espaço de grande agitação no pensamento político, notamos que, no cenário político-cultural da Europa entre a primeira década e os anos 40 do século passado, havia uma espécie de “dialética oculta” entre as vanguardas históricas, seu uso da técnica e da tecnologia e a cultura política antiburguesa dos totalitarismos nos anos 30 e 40. Observamos que, por um lado, temos uma cultura de massas tecnológica, rechaçada, estereotipada e feminilizada (HUYSSSEN, 1997, p.41-67) como o Outro de um modernismo oficial e falocêntrico. Por outro lado, também vemos o fascismo e o totalitarismo como outros do modernismo, e em sentido mais amplo da própria modernidade. A idéia de vanguarda, com sua cultura tecnológica, flertou e ainda flerta tanto com a cultura de massa quanto com os fascismos. É conhecido o final do famoso texto de Walter Benjamin sobre a obra de arte e sua reprodutibilidade técnica, que trata do surgimento de uma estética da guerra com o uso da tecnologia vanguardista por parte dos regimes totalitários nos grandes desfiles, no seu traço espetacular, esportivo e guerreiro, nos quais a massa vê seu próprio rosto conjugado à “apoteose fascista da guerra” (BENJAMIN, 1994, p.194-6). Benjamin experimentava, ambigualmente, a fascinante expectativa de autonomia humana com o avanço tecnológico trazido pelo cinema e pela fotografia, e o simultâneo horror do nazi-fascismo.

Interessa ressaltar que, por mais que o nacionalismo fascista compartilhe com algumas vanguardas sua opção por uma cultura técnica, de valorização dos recursos materiais e tecnológicos disponíveis para fins político-culturais, o internacionalismo predominante em algumas dessas vanguardas vai caminhar no sentido de uma pesquisa de realidades socioculturais alternativas àquelas demasiadamente constritoras da Europa. A relevância da sensibilidade nômade, que atravessa e faz movimentar algumas subjetividades vanguardistas, aponta para uma abertura ao outro, esse outro que vai demandar sua autonomia no pós-1945, com a eclosão das guerras

independentistas na África e na Ásia, começo do desmantelamento dos impérios europeus. Podemos, portanto, estabelecer laços de afinidades entre as vanguardas históricas do modernismo, seus peculiares processos de subjetivação, e as alteridades culturais que passaram a ser mais controladas, e também a ter mais visibilidade, a partir da grande onda imperialista dos séculos XIX e XX, com a colonização da África e da Ásia.

2. Desterritorializações periféricas

Na busca de realidades socioculturais alternativas pelas vanguardas, destaca-se o primeiro surrealismo, constituído por artistas com forte interesse etnográfico, porém pouco sistêmicos e “científicos” no seu olhar estranhador, e extremamente coerentes na sua atitude transgressora e afirmativa de outrização (CLIFFORD, 2002, p.192-78). Desse primeiro surrealismo emergirão processos depois facilmente vinculados ao imaginário vanguardista, como a colagem, a justaposição e a aleatoriedade ilógica da visão de mundo e na composição de textos e imagens. No Brasil, vemos na elaboração da figura do “mau selvagem” antropófago por Oswald de Andrade o estabelecimento de uma relação de mútua dependência entre devorador e devorado. A “blague” de Paulo Prado, no prefácio ao *Poesia pau-brasil*, de que o poeta brasileiro “do alto de um atelier da Place Clichy descobriu, deslumbrado, sua própria terra” (ANDRADE, 1971, p.67), remete ao fato de Oswald ver nas vanguardas européias e no seu uso da figura do canibal, entre outras, um gesto que aos brasileiros pareceria óbvio, senão natural e imediato (cf. NUNES, 1979; SUBIRATAS, 2001). A metrópole fala das colônias, logo, Oswald se apropria dessa imagem e a relança contra a própria metrópole: “Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A Idade de Ouro” (ANDRADE, 1995, p.49). O mito de uma Idade de Ouro foi largamente usado entre os vanguardistas europeus: um inconsciente mítico e mágico entre os surrealistas, o libertarismo anárquico dos dadaístas, o desrecalque das atitudes e das formas, a crítica aos padrões de comportamento, o sonho misterioso de um paraíso arcaico, originário, utópico e selvagem, a infância, tudo isso

remetia à descoberta da América no século XV e à penetração da África no século XIX pelos europeus. Portanto, é preciso ler as histórias entre centro e periferia como definitivamente entrelaçadas, assim como suas relações nunca foram, de fato, relações de mão-única. Oswald dá uma banana subversiva para a lógica binária do *ou eu ou o outro* presente na colonização. O seu bárbaro tecnizado é um ser híbrido, um mestiço cultural que não prescinde as alteridades, mas que se coloca afirmativamente do lado do seu desejo e da sua fome, e avança para o outro com sanha guerreira.

Inúmeros teóricos pós-coloniais fornecem argumentos e instrumentos para a destruição da imagem do imperialismo como simples via de mão única na relação entre povos e culturas. Penso aqui em Edward Said, para quem o imperialismo, enquanto estrutura de sentimentos, estabeleceu uma malha de controle do nativo, ao mesmo tempo em que também prendeu o habitante da metrópole numa relação de dependência (cf. SAID, 1995). Essa dialética do senhor e do escravo produziu no modernismo vanguardas que se aproximavam em muitos pontos dos movimentos de esquerda e direita, oposições internas aos governos imperialistas. Homi Bhabha também forjou um poderoso aparato teórico-crítico que produz, muito baseado em Frantz Fanon, uma relação de mútua dependência afetiva e desejante partindo do olhar discriminante do colonizador (cf. BHABHA, 1998, p.105-128).

No pós-guerra dos anos 40 e 50 do século passado estouraram as guerras independentistas na África. Com elas, os poetas Léopold Senghor e Aimé Césaire articulam o *Négritude*, movimento poético cuja eficácia junto ao terreno político na construção de uma África livre substituiu, com as devidas diferenças guardadas, o pan-africanismo anterior. São mais do que conhecidas as íntimas relações que Césaire, Senghor e alguns outros dos poetas revolucionários em torno do *Négritude* mantiveram com o grupo surrealista de Breton e com o Partido Comunista Francês. Nessas relações articulavam-se atividades subversivas, escreviam-se artigos polêmicos e, sobretudo, formulava-se um imaginário de uma cultura negro-africana transnacional, permeada por elementos que aos surrealistas figuravam com fortes tendências

surrealizantes. Entretanto, é importante vermos nessa relação entre surrealismo e *Négritude* um acontecimento semelhante ao uso que Oswald fez da figura do canibal daliniano, por exemplo. A clara percepção de que figurações e metáforas não têm proprietário no mundo da cultura, e que podem e devem ser re-apropriadas, é afirmada tanto na antropofagia oswaldiana e na “surrealização” presente nos *Cadernos de um retorno ao país natal*, de Césaire, quanto nos traços étnicos extraeuropeus que compõem os poemas de Breton. A teorização do *Négritude* por Senghor também vai ser profundamente influenciada por formulações etnográficas européias que preconizavam o irracionalismo, o intuitivismo, o vitalismo e o pensamento mítico para as culturas africanas. Noureini Tidjani Serpos, malgrado aponte as tantas leituras etnográficas demasiadamente ingênuas por parte do poeta e político, conclui precisamente que elas não poderiam se dar de outra maneira, pois essa primeira geração de escritores africanos pós-independência travou contato com seu continente do exílio, através de bibliotecas abarrotadas por tomos e mais tomos de descrições etnográficas das culturas africanas (SERPOS, 1987, p.122-3).

Essa relação entre a formulação de uma africanidade nos países independentes e as informações etnográficas européias sobre a África e seus povos é algo problemático na crítica africana e africanista. A figura do moderno escritor e intelectual africano se dá, contemporaneamente, como um híbrido que não mais consegue se descolar totalmente das imagens de “África”, “africano” e “negro” que a Europa produziu com seu racionalismo (cf. APPIAH, 2001, p.96). Por isso Kwame Anthony Appiah tem extremo cuidado ao procurar discutir alguns impasses africanos, sem necessariamente procurar resolvê-los. O hibridismo não se restringe apenas às elites dos países africanos, mas se imiscui por todas as faixas sociais das populações (cf. idem, ibidem, p.92). Ao mesmo tempo, Appiah também não quer confundir a pluralidade de vozes africanas com as vozes de negros da diáspora, particularmente dos negros norte-americanos e sua pauta de reivindicações muito particulares. Mas esse entrelaçamento entre as culturas negro-africanas e as culturas colonizadoras se deu e se dá de modo muito delicado. As formas de nacionalismo nos países

africanos variaram muito conforme a época – por exemplo, nos momentos em torno das independências e na década de noventa – e conforme o país.

Com relação ao caso especificamente português de uma desterritorialização provocada pelo contato com culturas extraocidentais, particularmente no modernismo, um problema se instala quando vemos o quanto o primeiro e o segundo modernismos portugueses, respectivamente as Gerações de Orpheu e de Presença, foram refratários a um maior internacionalismo, optando, na versão mais bem acabada de Fernando Pessoa, mas não somente nela, pelo nacionalismo imperial, o que vai fazer dos processos de outrização de Pessoa, sua famosa heteronímia, mais próximos de um devir-imperialista do que de um devir-minoritário. A questão colonial na Primeira República era vista como fundamental, com as colônias sendo consideradas como patrimônio inalienável da portugalidade, então em franca crise diante do caos político e econômico em que Portugal se encontrava (cf. OLIVEIRA MARQUES, 2001, p.361-73). A presença de tendências monárquico-imperiais em Fernando Pessoa deve também e principalmente ser entendida à luz do contexto político português. Há, no entanto, tentativas posteriores de estabelecimento de um internacionalismo artístico-cultural em Portugal a partir dos anos 40, com a voga neo-realista aliada ao realismo socialista, e com um surrealismo tardio comandado pela figura do poeta Mário Cesariny. Mesmo que com propostas bem diferentes, ambos contrapor-se-ão à estética e à política oficiais do Estado Novo, estabelecendo simultaneamente pontos de ruptura ao culto pessoano. Cesariny, inclusive, recentemente lançou um livro de irônica e impiedosa crítica a Fernando Pessoa, intitulado *O Virgem Negra: Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais e às estrangeiras por M.C.V.* (CESARINY, 1996). Este livro de poemas pode e deve ser considerado como um rebento temporão das diatribes surrealistas no país.

Em que pesem as particularidades do pequeno país europeu, a incipiente e precária discussão antropológica em Portugal teve uma função que sobrepôs nitidamente as esferas de uma antropologia do império e de uma antropologia da nação (THOMAZ, 2002b, p.95-6), fundamentalmente com a aproximação e

fundação do Estado Novo. Ambas atuaram decisiva, porém nem sempre assumidamente, na elaboração do Ato Colonial de 1930, sintomaticamente escrito três anos antes da institucionalização do Estado Novo salazarista e de seu regime autoritário, bem como no I Congresso de Antropologia Colonial Portuguesa de 1934 (cf. idem, 2002a). Assim, estabelecem-se possíveis e fecundos vínculos portugueses entre um modernismo e uma antropologia de fortes traços nacional-imperiais como que quase simultâneos à chegada ao poder de um fascismo à lusitana. Como bem ressalta Omar Ribeiro Thomaz, a alteridade da arte e da cultura negro-africana não teve nenhuma influência sobre a produção artístico-cultural modernista portuguesa (idem, 2002b, p.106;119). Tudo o que essa teve de relevantemente questionadora das realidades nacional e europeia lhe chegou por ares e terras de além-Pirinéus, e não em função da longa e maciça presença portuguesa nas colônias africanas.

3. Etnologia na berlinda

A etnologia, por sua vez, é o que ocupa o lugar mais ambíguo dentre os territórios disciplinares aqui em questão. Ao mesmo tempo em que estabelece uma ponte concreta entre os diversos grupos culturais, apontando firmemente para poéticas e políticas da desterritorialização na primeira metade do século XX, ela também se revela como profundamente imersa nos processos de subjetivação e de discursividades ocidentais, principalmente na sua vertente escrita, a etnografia. Podemos, e devemos até, ver a primeira dessas características como corolário da segunda, isto é, as pontes que a etnologia estabelece com outras culturas e povos só se dão em função de uma “lição de escrita” etnográfica, produtora de diferenças e de alteridades, por mais que pretensamente “científicas” na sua metodologia.

Com o desenvolvimento das pesquisas etnológicas da primeira metade do século XX, Lévi-Strauss se estabelece como uma das figuras de ponta da antropologia. Sua importância se dá principalmente em função do seu trabalho na reestruturação da antropologia como um todo disciplinar, em particular da

etnologia, com seus escritos etnográficos, nos quais ao mesmo tempo em que apresenta dados de pesquisas de campo, estabelece novos parâmetros de observação, avaliação e escrita. No pós-guerra, Lévi-Strauss e a etnologia estrutural construíram uma poderosa máquina crítica contra os ideais iluministas de uma subjetividade moderna assentada no humanismo universalista, claramente baseado nas vivências e ideário próprios ao homem branco europeu. Nessa crítica, Lévi-Strauss apela para a autonomia histórico-cultural das diversas formas de subjetividade extraocidentais e para a desierarquização das culturas, o que estava oficializado desde pelo menos as teorias racialistas de Gobineau e outros, que no século XIX serviram de legitimação “científica” para a empresa colonial europeia na África e na Ásia.

Os mitos ameríndios, africanos e asiáticos servirão para Lévi-Strauss, por sua vez, como meios de interrogação e relativização da cultura moderna ocidental. Mito extraocidental e arte ocidental aproximar-se-iam com sinais invertidos na condição mimética de figuração da realidade. De um lado, o mito operaria uma espécie de ritualização culturalmente singular de uma dada estrutura estética, necessária à conformação do mito como narrativa verossímil; de outro lado, a arte operaria uma estruturação de uma prévia experiência étnico-tribal de uma dada cultura (cf. LÉVI-STRAUSS, 1989, p.15-50; MERQUIOR, 1975). Ambos se tocariam, ambos interagiriam, ambos se interpenetrariam e se contaminariam. Por mais que hoje tais definições e relações nos apareçam como demasiadamente arbitrárias e questionáveis, deixemo-las por enquanto apenas enunciadas. Lévi-Strauss também enfatiza o caráter cognitivo da arte, vinculando-a à ciência e distanciando-a, por seu turno, da magia. Junto a esse esquema arte/ciência/magia, ele elabora a noção de “bricolagem” como “método mágico” de conhecimento extraocidental, e a figura do *bricoleur* como o demiurgo desse método. O *bricoleur* atuaria em oposição ao “engenheiro” ocidental e sua racionalidade técnico-conceitual voltada para o conhecimento da realidade. O *bricoleur* seria um compilador de signos casuais e aleatórios, ao passo que o cientista e o artista abririam conjuntos, criando fatos a partir de estruturas conceituais, no caso da ciência, e sígnicas, no caso da arte (LÉVI-STRAUSS, op. cit., p.34-6; 48-9).

A crítica feita a Lévi-Strauss e à etnologia (DERRIDA, 1995; 1999) é de que ambos acolheriam as premissas do etnocentrismo no mesmo momento em que as denunciariam. A etnologia estruturalista, em particular, atuaria dentro do círculo epistemológico e hermenêutico do saber ocidental, pois o etnógrafo ainda se localizaria como “engenheiro” do saber textualmente produzido sobre o Outro, sem assumir, e isto é muito importante, o quanto seu método se assemelharia ao próprio discurso da “bricolagem”. Hoje, todavia, a própria antropologia está empreendendo a reavaliação das suas práticas discursivas passadas e presentes. Nos discursos passados, opera-se a rediscussão da antropologia como saber de Estado, pouco a pouco se deslocando no sentido de uma autonomia metodológica do conhecimento produzido. Nos discursos presentes, destaca-se o crescente engajamento dos antropólogos em questões de cunho especificamente político-jurídico quanto à defesa e ao estatuto de grupos minoritários em âmbitos estritamente nacionais, transformando-a de um saber eminentemente de Estado em um saber em prol dos interesses de minorias sem força e tradição políticas (L'ESTOILE, NEIBURG, SIGAUD, op cit).

4. Do nome próprio ao nomadismo do desejo e do discurso

Quis verificar, portanto, uma diferenciação entre as práticas discursivas de algumas vanguardas e da etnografia. É dessa diferenciação que surgirá uma sensibilidade nômade na contemporaneidade. Se o etnógrafo se pretendeu “engenheiro” de um conhecimento textual, sem assumir-se como *bricoleur*, os artistas que atuaram nesse período assumiam seu traçado *bricoleur*. É precisamente essa assunção que vai caracterizar uma poética nômade, desvencilhada de leituras e caracterizações que passam por crivos demasiado eurocêntricos. A bricolagem, todavia, é uma noção que ainda opera dentro do círculo etno-logo-cêntrico, pois o etnólogo a observa em oposição ao seu saber etnográfico-científico, que pretende elaborar um caminho à realidade e à verdade. Logo, a bricolagem é vista como simulacro de paraíso, “queda criativa” do discurso com relação ao universo da ciência, com sua vontade de

verdade. Substituir o conceito de “bricolagem”, bem como as noções vanguardistas de “surrealismo”, “cubismo”, “dadaísmo”, “antropofagia” ou “neobarroco”, pelo jogo da “identificação do desejo ao discurso” (DERRIDA, 1999, p.170-1) acaba sendo uma operação que viabiliza um elemento transgressor por parte da cultura contemporânea. “Bricolagem”, “surrealismo”, “dadaísmo”, “cubismo”, “antropofagia” e “neobarroco” são aqui tomados como nomes próprios dados a práticas de escrita que se utilizam de uma sensibilidade que desenha entre-lugares por territórios que acabam se indiferenciando em procedimentos de acumulação, colagem, justaposição, elipses, entredevoração, montagem, sobreposição, proliferação – nomes que atuam como topônimos achados aleatoriamente. Aqui, a escrita amplia seu rastro e se expande até as suas próprias fronteiras, desconstruindo o etnocentrismo presente no pensamento ocidental.

5. Referências

ANDRADE, O. de. *Poesias reunidas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ANDRADE. Manifesto antropófago. *Utopia antropofágica*. 2.ed. São Paulo: Globo, 1995.

APPIAH, K. A. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas I*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

CESARINY, M. *O Virgem Negra. Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais e estrangeiras por M.C.V.* 2.ed. rev. e aum. Lisboa: Assírio e Alvim, 1996.

CLIFFORD, J. Sobre o surrealismo etnográfico. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2002.

DERRIDA, J. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. *A escritura e a diferença*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DERRIDA. A violência da letra: de Lévi-Strauss a Rousseau. *Gramatologia*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p.121-172.

HUYSEN, A. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997.

L'ESTOILE, B. de, NEIBURG, F., SIGAUD, L. Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa. In *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002, p.09-38.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

MERQUIOR, J. G. A delimitação do conceito de arte. In *A estética de Lévi-Strauss*. Brasília: EDUnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

NUNES, B. *Oswald canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Da Monarquia para a República. In TENGARRINHA, J. (org.) *História de Portugal*. 2.ed rev. e ampl. Lisboa: Instituto Camões; São Paulo: EDUNESP; Bauru: EDUSC, 2001, p. 361-73.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERPOS, N. T. L'Ethnologie coloniale et la naissance de la littérature africaine. In *Aspects de la critique africaine*. v.1. Paris: Éditions Haho, Éditions Silex, 1987, p. 104-23.

SUBIRATS, E. *A penúltima visão do paraíso: ensaios sobre memória e globalização*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

THOMAZ, O. R. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o Terceiro Império Português*. Rio de Janeiro: EDUFRJ; São Paulo: FAPESP, 2002a.

THOMAZ. "O bom povo português": antropologia da nação e antropologia do império. In L'ESTOILE, B. de, NEIBURG, F., SIGAUD, L. (org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, FAPERJ, 2002b, p. 95-123.

Não-coincidências do dizer nos Parâmetros Curriculares Nacionais: a língua portuguesa em questão

Marcos Bispo dos Santos

Mestrando em Letras (PPGLL – UFBA)

prof.msantos@uol.com.br

Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é mostrar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência.

Michel Foucault. *Arqueologia do saber*

Resumo

Este trabalho pretende apontar divergências entre o dizer e o fazer nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), no que diz respeito à constituição da disciplina Língua Portuguesa para o Ensino Médio. Para isso, confrontaram-se as motivações e os objetivos da reformulação do Ensino Médio contidas nas Bases Legais com as orientações estabelecidas nos PCN's. Foram utilizadas algumas questões da prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) do ano de 2004 para asseverar as conclusões apresentadas.

Palavras-chave: Ensino de língua materna; Análise do discurso; Lingüística

Abstract

This work intends to point divergences between saying and making in the National Curricular Parameters (PCN's), in that it says respect to the constitution of the discipline Portuguese Language in the High School. For this, the motivations and the objectives of the reformulation had been collated of high school teaching contained in the Legal Bases with the established orientations in PCN's. Some questions of the Enem (National Examination of High School) test, of the year 2004, had been used to be sure about the presented conclusions.

Word-key: Teaching of maternal language – Discourse Analysis - Linguistic

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), constituem um esforço na tentativa de atualização da educação brasileira. Atualização necessária tanto para impulsionar uma democratização social e cultural mais efetiva, como para responder a desafios impostos por processos globais que têm excluído da vida econômica os

trabalhadores, por conta da formação exigida de todos os partícipes do sistema de produção e de serviços. Outra justificativa para a necessidade de atualização, segundo o MEC, é a expansão exponencial do Ensino Médio brasileiro, razão pela qual esse nível de escolarização demanda transformações de qualidade para adequar-se à promoção humana de seu público atual.

A idéia central expressa na nova lei, e que tem a finalidade de orientar a transformação, estabelece o Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica de toda a população estudantil. Para o MEC, isso desafia a comunidade educacional a pôr em prática propostas que superem as limitações do antigo Ensino Médio, organizado em função de duas tradições formativas, a pré-universitária e a profissionalizante. Em lugar dessas tradições, fixa-se o postulado básico de se preparar o estudante para a vida.

Este suposto deslocamento suscita questões do tipo: Qual a concepção de vida subjacente a tal postulado? É possível conceber a vida humana fora do sistema produtivo em sociedades capitalistas? Este novo paradigma rompe efetivamente com o antigo Ensino Médio? Nesta conjuntura, qual seria o papel desempenhado pela disciplina Língua Portuguesa?

Estas questões e alguns de seus desdobramentos serão objetos de reflexão neste artigo, que se propõe a apresentar divergências entre o dizer e o fazer nos PCN's. Vale salientar que o que estamos chamando de PCN's aqui envolve, além dos Parâmetros propriamente ditos, as *Bases Legais* e os *PCN+: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*.

1. A construção do ethos nos PCN's

Um aspecto que chama bastante a atenção nos PCN's é a contribuição de teorias lingüísticas diversas. Sem muito esforço, é possível identificar em sua formatação a vocação sociointeracionista que os caracteriza, coadunando

aportes teóricos da Sociolingüística, Teorias Enunciativas, Lingüística Textual, além, é claro, da Gramática Tradicional.

O deslocamento conceitual operado na prática pedagógica referente à Língua Portuguesa – antes, centrada quase exclusivamente na Gramática Tradicional, agora, aberta às tendências contemporâneas da Lingüística – pode ser analisado e melhor compreendido à luz das determinações legais responsáveis pela reformulação do Ensino Médio no Brasil. É exatamente a partir daí que faremos uma descrição do processo de construção do ethos nos PCN's.

Escrevendo sobre o ethos, D. Maingueneau (1997, p. 45,46) apresenta sua natureza na retórica aristotélica e os novos matizes que o conceito adquire ao ser incorporado pela Escola francesa de Análise de Discurso (doravante AD).

Na retórica antiga, a demonstração por ethos consistia nas propriedades utilizadas pelo orador para causar boa impressão de si ao auditório, para dar uma imagem de si capaz de convencer esse auditório e ganhar sua confiança, através do modo como se construía o discurso. Tais propriedades estavam relacionadas com o tom da voz, facilidade de comunicação, seleção lexical e argumentos, gestos, mímicas, direcionamento do olhar, postura etc. Nesta acepção, o ethos está ligado à própria enunciação e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor. Não é a história deste que lhe garante a credibilidade, mas a sua habilidade na construção do ethos enquanto efeito discursivo.

Este fenômeno foi utilizado por O. Ducrot (1987, p. 188,189) para ilustrar a distinção entre locutor–L (o locutor enquanto tal) e o locutor– λ (o locutor enquanto pessoa no mundo). Para Ducrot,

o ethos está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável. O que o orador poderia dizer de si, enquanto objeto da enunciação, diz, em contrapartida, respeito a λ , o ser no mundo, e não é este que está em questão na parte da retórica de que falo (a distância entre estes dois aspectos do locutor é particularmente sensível quando L ganha benevolência de seu público pelo próprio modo como humilha λ : virtude da autocrítica). (*loc. cit*)

Nessa perspectiva, como se dá a construção do ethos nos PCN's?

De acordo com o documento que apresenta as bases legais (Brasil, 2000a, p. 6) dos PCN's, dois fatores foram preponderantes para uma nova configuração do Ensino Médio. Primeiramente, o fator econômico se apresenta e se define pela ruptura tecnológica característica da chamada terceira revolução técnico-industrial. Em segundo lugar, a denominada "revolução informática" promove mudanças radicais na área do conhecimento, que passa a ocupar lugar central nos processos de desenvolvimento em geral.

Diante desse quadro, o documento "propõe no Ensino Médio a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las, selecioná-las; capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização." (*loc. cit*)

Esta "formação específica", ainda segundo o documento, foi empreendida no Brasil, na década de 70, com dois objetivos: formar especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção e visava a diminuir a pressão da demanda sobre o Ensino Superior.

O distanciamento do locutor, o MEC, em relação ao que é enunciado demonstra sua competência na construção do ethos. Ao contrastar o novo Ensino Médio com o antigo, o MEC coloca-se como o locutor-L. Apaga sua história enquanto ser no mundo, no momento da enunciação e produz um discurso agradável ao leitor. O que diz de si mesmo, enquanto objeto da enunciação, diz respeito a λ , o ser no mundo. Assim, como o contato do leitor não é com o locutor- λ , mas com o locutor-L, os PCN's conseguem passar uma imagem de si capaz de convencê-lo.

Para Maingueneau (*op. cit.* p. 47,48), a AD só pode integrar a questão do ethos retórico, realizando um duplo deslocamento, abaixo transcrito:

1. precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre o auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, não pelo sujeito, mas pela formação discursiva. Dito de outra forma, eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte da formação discursiva [...]. O *que* é dito e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis. (grifos do autor).

2. a AD deve recorrer a uma concepção de ethos que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. A retórica organizava-se em torno da palavra viva e integrava, conseqüentemente, à sua reflexão o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação. Na realidade, mesmos os *corpora* escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma voz [...]

Esta nova caracterização do ethos, mais ampla do que a teoria polifônica de Ducrot e não subjetiva, que permite a aplicação do conceito aos textos escritos, funda-se sobre um novo fundamento: o das formações discursivas, definidas por M. Foucault (2004, p. 133) como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.”

Logo, não se trata de determinar quem diz o quê, mas de explicitar a posição que deve ocupar o sujeito para dizê-lo.

Correlacionado ao conceito de formação discursiva está o de discurso, que será entendido aqui na acepção foucaultiana como:

[..] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que tem além do mais, uma história; [...] é de parte a parte histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo. (*op. cit.*, p. 132,133)

Tendo em vista o discurso como histórico de parte a parte, uma análise da construção do ethos nos PCN's sob a égide da AD não pode deixar de trazer à tona as contradições que permeiam a reformulação do Ensino Médio que, apesar de criticar acentuadamente o caráter propedêutico do antigo, incorre no mesmo erro que condena:

O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando enquanto pessoa humana; possibilitar o prosseguimento nos estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam continuar "continuar aprendendo", tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. (Brasil, 2000a, p. 9,100) (grifos meus)

É clara a continuidade da vocação propedêutica, embora o documento tente a todo momento convencer-nos de que o grande diferencial da nova proposta está na compreensão de que as competências desejáveis ao pleno exercício humano aproximam-se das necessárias à inserção no processo produtivo. Dessa forma, pretende nos fazer pensar que não é a educação que se submete ao sistema produtivo, mas que este se está humanizando.

A eficácia da imagem construída pelos PCN's no campo do ethos enunciativo, seu suposto corte com o antigo modelo, suas aparentes transformações e seu pretense surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo constituem, na realidade, um ajuste do sistema educacional para atender às demandas do sistema produtivo.

2. O dito e o feito

A língua nos PCN's é definida como "a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los em sistemas arbitrários de representação que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida e sociedade." (Brasil, 2000b, p. 5)

Partindo desse conceito de língua, os Parâmetros determinam que o ensino de língua materna deve centrar-se na aquisição e no desenvolvimento de três competências: interativa, textual e gramatical.

A competência interativa diz respeito a uma concepção de língua fundada nos princípios operadores da comunicação nas diversas trocas sociais de que os indivíduos participam. Comporta, dentre outras coisas, os temas da variação lingüística, da adequação do registro lingüístico à situação comunicativa. Para tanto, alunos e professores precisam ter clareza sobre as várias situações comunicativas de que participam: que discursos produzem, de onde, para quem, como, com que intenções.

A competência só pode ser pensada a partir da concepção de texto adotada pelos Parâmetros: “o texto é uma unidade lingüística concreta, que é tomada pelos usuários da língua, em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão”. (Brasil, 2000c, p. 77)

A competência gramatical, finalmente, está bastante ligada à teoria da variação lingüística. Associando as abordagens descritiva e prescritiva da gramática, propõe substituir as noções de certo e errado, típicas da gramática normativa, pelas noções de adequação e inadequação, em virtude das situações comunicativas de que o falante participa. Por conta disso, esta competência perpassa tanto a competência interacional como a textual.

2.1 Conceitos estruturantes da disciplina

A Língua Portuguesa está organizada no PCN's em torno de três eixos:

- a) Representação e comunicação;
- b) Investigação e compreensão;
- c) Contextualização sociocultural.

Por razões de espaço, nossa discussão centrar-se-á apenas no eixo da linguagem como representação e comunicação. O eixo engloba os conceitos de: linguagem verbal, não-verbal e digital; signo e símbolo; denotação e conotação; gramática; texto; interlocução, significação, dialogismo; protagonismo.

2.1.1 *Linguagem verbal, não-verbal e digital*

A linguagem é tida nos PCN's como todo sistema que se utiliza de signos e que serve como meio de comunicação. Outra definição presente no documento, e já vista neste trabalho, aponta a linguagem como a capacidade humana de articular significados e compartilhá-los em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade.

Essas definições envolvem três concepções distintas de linguagem: a linguagem como representação do mundo e do pensamento; a linguagem como instrumento de comunicação; a linguagem como forma de ação e interação.

Embora a terceira concepção seja, declaradamente, a norteadora dos PCN's, sua articulação com as outras duas torna a língua nos Parâmetros um verdadeiro mosaico conceitual, e de certa forma incoerente, já que essas concepções são divergentes em muitos aspectos na história dos estudos lingüísticos.

A "capacidade humana de articular significados" pode ser relacionada com a *langue* saussuriana: "ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade." (Saussure, 2004:21)

Para Bakhtin (1988), a significação na sociedade se dá por meio da ideologia. O "*contrato*", de Saussure, não recebe a assinatura de todos os segmentos da sociedade, mas apenas a das classes dominantes. Uma prova disto está nas noções de adequação e inadequação delineadas na competência gramatical.

A existência de tais variantes demarca fronteiras sociolingüísticas que não apenas expõem formas diferentes de usar a língua, como querem demonstrar os PCN's, mas denunciam desigualdades na educação oferecida às diferentes classes sociais.

A linguagem não-verbal aparece como pretexto para atividades de tradução intersemiótica, sem nenhuma menção ao seu valor como símbolo ideológico.

Por outro lado, a linguagem digital constitui mais um passo na direção do aprofundamento das desigualdades sociais. Afinal, quem, de fato, tem acesso a esse tipo de linguagem?

2.1.2 *Signo e símbolo*

Os PCN's diferenciam signo e símbolo, considerando o primeiro como aquilo que significa, o componente da trama textual, a palavra; o segundo, por sua vez, está ligado a um sentido mais simbólico que o signo gera ao remeter a elementos extraverbais (MEC, 2000c, p. 59)

É visível a tentativa de reformular a dicotomia saussuriana entre o significante e o significado, só que a despindo de sua abstração característica em favor de uma abordagem mais concreta. Permanece a idéia de linearidade segundo a qual um determinado significante faria emergir um determinado conceito. Para Bakhtin, a relação do signo com seu exterior não é conseqüência de uma propriedade apriorística da linguagem, pois:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de

um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (*op. cit.*, 32)

Este valor ideológico do signo é deixado de lado na abordagem dos Parâmetros, como se pode ver nesta questão extraída da prova do Enem/2004:

Cândido Portinari (1903-1962), em seu livro *Retalhos de Minha Vida de Infância*, descreve os pés dos trabalhadores.

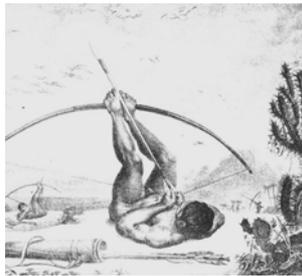
Pés disformes. Pés que podem contar uma história. Confundiam-se com as pedras e os espinhos. Pés semelhantes aos mapas: com montes e vales, vincos como rios. (...) Pés sofridos com muitos e muitos quilômetros de marcha. Pés que só os santos têm. Sobre a terra, difícil era distingui-los. Agarrados ao solo, eram como alicerces, muitas vezes suportavam apenas um corpo franzino e doente.

(Cândido Portinari, *Retrospectiva*, Catálogo MASP)

As fantasias sobre o Novo Mundo, a diversidade da natureza e do homem americano e a crítica social foram temas que inspiraram muitos artistas ao longo de nossa História. Dentre estas imagens, a que melhor caracteriza a crítica social contida no texto de Portinari é



(A)



(B)



(C)



(D)



(E)

Apesar de mencionar o clichê “crítica social”, nenhuma relação é feita entre os signos e o sistema ideológico a que ele alude. Quem é o alvo dessa “crítica social”? Esse efeito de neutralidade dado ao sintagma passa a imagem de que o Estado não tem responsabilidade alguma com as condições de vida dos excluídos. As desigualdades sociais aparecem como um fenômeno natural. Algo que faz parte da natureza humana, como andar, comer, procriar.

2.1.3 *Denotação e conotação*

A denotação é definida como o vínculo direto de significação, relação objetiva entre referência e conceito. Por conotação, entende-se o conjunto de alterações ou implicações que uma palavra agrega ao seu sentido denotado. (Brasil, 2000c, p. 60)

Em outras palavras, estes conceitos partem do seguinte pressuposto: o signo tem um significado literal, contudo possibilita ampliações de sentido, de acordo com o contexto situacional. Trata-se de um esforço na tentativa de sustentar uma teoria da significação pura, descontextualizada, positivista, linear.

O conceito de conotação foi usado na semântica americana por Bloomfield (Malmberg, 1971, p. 169), que tentava, dessa forma, explicar as representações secundárias evocadas pela palavra.

Que este princípio semântico seja aceito pela lingüística estrutural bloomfieldiana, mecanicista, behaviorista, é perfeitamente compreensível. O que é bastante incoerente, no entanto, é a sua aceitação como conceito-chave numa proposta que se auto-intitula sociointeracionista, segundo a qual a significação não é dada a priori, mas construída na interação.

2.1.4 *Interlocução, significação e dialogismo*

Estes conceitos estão relacionados com a linguagem em uso. De acordo com os PCN's, os sentidos e os interlocutores se constituem na interlocução. Compete aos professores de Língua Portuguesa propor situações que incentivem a produção de textos orais e escritos nos quais se considere: a situação de produção em que se encontram os interlocutores, a intencionalidade dos produtores e o público ouvinte ou o leitor específico.

Nesse sentido, a produção de textos se aproxima da teoria bakhtiniana da interação verbal, segundo a qual:

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. [...] Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (*op. cit.* p. 113)

Entretanto, o problema que se coloca aqui, e que não aparece nos PCN's, é: como se dá a construção do sentido na interação?

Para Bakhtin (*op. cit.* p. 118), não é tanto a expressão (objetivação exterior para outrem de um conteúdo interior) que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e orientações possíveis.

Nesse sentido, o que se tem designado hoje de condições de produção textual está subordinado a condições de possibilidade, que, por sua vez, estão diretamente ligadas à noção de formação discursiva. Isto equivale a dizer que os sentidos não são construídos simplesmente pelas intenções dos locutores, mas que sua emergência é condicionada pelas formações discursivas nas quais esses locutores estão inscritos.

5.1.5 *Texto e protagonismo*

O conceito de texto adotado pelos PCN's já foi apresentado quando falamos da competência textual. O de protagonismo está ligado à noção de sujeito: o aluno como sujeito da aprendizagem; o aluno/sujeito como fonte de seu dizer.

Nessa perspectiva, o aluno/sujeito, na sua relação com o texto, teria dois momentos de protagonismo: o da produção textual e o da recepção (leitura).

No primeiro, ele seria o transmissor ou defensor de uma visão de mundo. No segundo, entraria em contato com outra transmissão ou defesa de visão de mundo. Subjazem a este teorema, portanto, uma linearidade e uma unidade do sujeito.

Ao longo deste trabalho vimos afirmando a importância do conceito de formação discursiva na constituição do sentido. As palavras, expressões, proposições etc recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Se tal é a relação, como se caracteriza o sujeito e qual o seu papel na produção do texto?

M. Pêcheux (1995, p. 163) considera que a soberania do sujeito como origem do que diz constitui um idealismo. Para ele, esta evidência do sujeito se dá por meio de esquecimentos. Pelo esquecimento nº 2 – esta ordem de apresentação é dada pelo próprio Pêcheux – define que todo sujeito falante “seleciona” as coisas que diz no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase. Por outro lado, o esquecimento nº 1 está vinculado à noção de sistema inconsciente e dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Dessa forma, a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade, resulta de uma identificação, que é o que constitui sua interpelação. Essa interpelação é viabilizada pela ideologia – produz o sujeito sob a forma de sujeito de direito (jurídico), que é justamente o sujeito responsável, o cidadão que os PCN's querem formar. Sujeito ao mesmo tempo autônomo e determinado por condições externas.

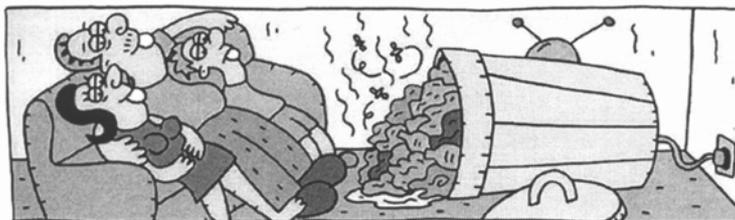
Assim, tomar o texto como objeto empírico, portador de unidade de sentido, é tentar conferir ao sujeito uma unidade e autonomia que na prática não existem. Mesmo buscando a sua relação com outros textos, plano da intertextualidade, não é possível apreendê-lo em sua complexidade.

Complexidade, aliás, resultante do fato de que os textos fazem parte de um universo bem mais amplo: o universo do discurso.

O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa várias posições no texto. Essas diferentes posições do sujeito correspondem a diversas formações discursivas. Isto ocorre porque em um só texto podemos encontrar enunciados de diversos discursos, que derivam de várias formações discursivas.

Vejamos agora, através da proposta de redação da prova do Enem/2004, como se dá a relação discurso – texto – sujeito.

Leia com atenção os seguintes textos:



Caco Galhardo. 2001.

Os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de final da tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes. Ali, são entrevistados por intimidação. As câmeras invadem barracos e cortiços, e gravam sem pedir licença a estupefação de famílias de baixíssima renda que não sabem direito o que se passa: um parente é suspeito de estupro, ou o vizinho acaba de ser preso por tráfico, ou o primo morreu no massacre de fim de semana no bar da esquina. A polícia chega atirando; a mídia chega filmando.

Eugênio Bucci. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Quem fiscaliza [a imprensa]? Trata-se de tema complexo porque remete para a questão da responsabilidade não só das empresas de comunicação como também dos jornalistas. Alguns países, como a Suécia e a Grã-Bretanha, vêm há anos tentando resolver o problema da responsabilidade do jornalismo por meio de mecanismos que incentivam a auto-regulação da mídia.

<http://www.eticanav.org.br>

Acesso em 30/05/2004.

*No Brasil, entre outras organizações, existe o **Observatório da Imprensa** – entidade civil, não-governamental e não-partidária –, que pretende acompanhar o desempenho da mídia brasileira. Em sua página eletrônica, lê-se:*

Os meios de comunicação de massa são majoritariamente produzidos por empresas privadas cujas decisões atendem legitimamente aos desígnios de seus acionistas ou representantes. Mas o produto jornalístico é, inquestionavelmente, um serviço público, com garantias e privilégios específicos previstos na Constituição Federal, o que pressupõe contrapartidas em deveres e responsabilidades sociais.

<http://www.observatorio.ultimosegundo.iq.com.br> (adaptado)

Acesso em 30/05/04.

Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

- IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Com base nas idéias presentes nos textos acima, redija uma dissertação em prosa sobre o seguinte tema:

Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas.

O primeiro aspecto a ser abordado e que constitui, na realidade, uma contradição no que diz respeito à teoria dos gêneros textuais, refere-se ao texto que deve ser produzido: uma dissertação em prosa. Poderíamos nos perguntar: o que é uma dissertação em prosa? A que gênero pertence? O que impede que outro texto qualquer como um editorial, uma carta do leitor ou uma crônica argumentativa, por exemplo, seja uma dissertação?

O outro aspecto refere-se à seleção dos fragmentos de textos utilizados para fornecer ao aluno/candidato a chamada orientação argumentativa que deveria ser dada ao texto. Todos eles conduzem para a conclusão de que o governo garante a liberdade de imprensa, que, porém, deve ser usada com responsabilidade. E, o pior, esta falta de responsabilidade da imprensa já está causando prejuízo à sociedade.

O mais interessante em todo esse jogo é que, na verdade, o interesse do governo era proteger apenas a si próprio das reportagens que, pouco antes da realização das provas do Enem, mostravam denúncias originadas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em curso no Congresso Nacional. Os integrantes dessa CPI tiveram acesso à movimentação de contas de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, e de Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil. Esses documentos chegaram às mãos de repórteres e ganharam enorme publicidade por retratar condutas pregressas potencialmente incompatíveis com o exercício dos cargos por Meirelles e Casseb. Para proteger-se, o governo tentou criar o Conselho Federal de Jornalismo, que teria a função de supervisionar a imprensa. Para a Revista *Veja* (Cf. *Revista Veja*, 18 de agosto de 2004), a criação desse Conselho teria, em sua essência, a finalidade de transformar jornalistas em propagandistas do governo.

Esse quadro aponta para formações discursivas divergentes. Entretanto a proposta apresentada ao aluno/candidato, fundamentada num documento que o concebe como protagonista do processo de produção textual, impede-lhe o acesso à formação discursiva oposta à formação governamental ao fornecer-lhe uma orientação que só lhe permite uma conclusão.

3. Considerações Finais

A necessidade de modernização do Ensino Médio, que motivou a reformulação das Bases Legais da educação no Brasil, é inegável. O esforço empreendido pelo MEC, traduzido nos PCN's, promove deslocamentos conceituais importantes, se comparado ao antigo Ensino Médio.

Todavia, esses deslocamentos se efetuaram, prioritariamente, conforme foi mostrado neste trabalho, com uma intenção deliberada de adequar a sociedade às novas imposições do mundo produtivo.

A imagem de atualidade que os PCN's construíram e depositaram na consciência dos profissionais de educação não subsiste a um exame atento e crítico de seus pressupostos.

Na realidade, não se pode analisar tais pressupostos do ponto de vista científico ou humanista. Trata-se, antes, de determinar a formação discursiva que lhes torna possíveis.

Referências

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud & Y. F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1988.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Trad. E. Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio, parte II – linguagens, códigos e suas tecnologias*. 2000a

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: Bases legais*, 2000b

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. 2000c

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. cap. 8, p. 161-218.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

KOCH, Ingedore G.V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore G.V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo : Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore G.V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore G.V. & L.C. TRAVAGLIA . *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOCH, Ingedore G.V. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore G.V. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Gêneses du discours*. 2. ed. Bruxelles, Pierre Mardaga, 1984.

MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachete, 1991.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Tradução Antônio Chelini et al. 26.ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

Clóvis Bevilacqua e o romance russo: entre *naturalismo superior e emancipação literária*

Bruno Gomide

Recém Doutor em Teoria e História Literária - IEL/Unicamp

bgomide@hotmail.com

Resumo

De 1886 em diante, obras de escritores russos obtiveram ampla repercussão nos meios literários internacionais. O marco desse processo foi o livro *O romance russo*, do ensaísta católico francês Eugène-Melchior de Vogüé. O autor apresentava os romances de Tolstói, Turguêniev, Gógol e Dostoiévski como alternativas piedosas ao naturalismo de Zola. No Brasil, o jovem escritor Clóvis Bevilacqua discutiu a recém-descoberta literatura a partir das teses de Melchior de Vogüé. Em paralelo, viu no surgimento dos escritores russos um modelo de emancipação para a literatura brasileira.

Palavras-chave: Romance Russo; Dostoiévski; Intelectuais Brasileiros; Crítica Literária.

Abstract

From 1886 onwards literary works of Russian writers have gained extensive repercussion abroad. The landmark of this movement, *The Russian novel*, was written by Eugène-Melchior de Vogüé, a French catholic essayist. He presented Tolstoy, Turgenev, Gogol and Dostoevsky as pious alternatives to Zola's naturalism. In Brazil, the young writer Clóvis Bevilacqua discussed the newly-discovered literature with the aid of Melchior de Vogüé's propositions. At the same time, Bevilacqua considered the rise of Russian writers a model for the emancipation of Brazilian literature.

Key-words: Russian Novel; Dostoevsky; Brazilian Intellectuals; Literary Criticism.

Os últimos quinze anos do Oitocentos foram testemunha de um acontecimento notável: autores e obras vindos da Rússia tornaram-se a palavra de ordem nos meios artísticos europeus. Conhecidos de forma pontual e dispersa ao longo do século, os romances de Tolstói e de Dostoiévski passaram a ser ardentemente debatidos nos principais periódicos pelos críticos e ficcionistas mais importantes. Antes considerada quase uma contradição em termos, e na

melhor das hipóteses tida como curiosidade literária, a ficção russa entrou em bloco na história literária ocidental e ganhou foros de elemento decisivo para os debates culturais. O divisor de águas nesse sentido foi a publicação na prestigiosa *Revue des deux mondes*, entre 1883 e 1886, de uma série de artigos da lavra do visconde francês Eugène-Melchior de Vogüé (1848-1910), nos quais apresentava-se o romance russo como uma forma piedosa de corretivo ao naturalismo de Zola. Reunidos em um volume único (*O romance russo*, 1886), logo reconhecido como um dos ensaios mais importantes do fim de século, os textos críticos foram secundados por uma leva de traduções lançadas por casas editoriais importantes. Falou-se de uma “invasão” russa, revanche, em papel e tinta, da incursão napoleônica realizada décadas antes. Comentários sobre escritores russos naquele momento inicial eram quase sempre adaptações dos argumentos do visconde. O primeiro estudo espanhol sobre o romance russo (*La novela y la revolución em Rusia*, 1887, de autoria de Emilia Pardo Bazán), por exemplo, trazia trechos inteiros copiados de Melchior de Vogüé.

Indicação firme de que houve ruptura na recepção crítica, e que esse corte se fez no decorrer dos debates travados entre 1883 e 1886 em livros e periódicos franceses, reside nas eloqüentes alterações feitas pelo jovem bacharel cearense Clóvis Bevilacqua, então recém-egresso da Faculdade de Direito do Recife, e futuro prócer das leis brasileiras, nas duas edições de um mesmo ensaio, em 1882 e em 1889. “Esboço sintético do movimento romântico brasileiro” veio à luz inicialmente no segundo fascículo das *Vigílias literárias*¹. O autor oferece um panorama histórico das origens do movimento nos principais países europeus. Começa com a França revolucionária, passa pela Alemanha e pela Inglaterra, volta à França com Chateaubriand, e faz uma rápida parada nos países eslavos, antes de seguir para Portugal. No seu entender, o romantismo eslavo é de caráter similar ao italiano, primando pela preeminência do sentimento nacional: “O mesmo caráter apresenta o romantismo na Rússia e na Polônia, segundo podemos avaliar desse

¹ Esta obra, escrita em parceria com Martins Júnior, constitui verdadeira preciosidade bibliográfica. Agradeço a Maria Ângela Leal e Francisco Rogido, bibliotecários da Oliveira Lima Library, pela gentileza de terem localizado e enviado para mim uma cópia do texto.

movimento pelos ecos que até nós chegam através da França" (BEVILACQUA, 1882, p.9).

Essas poucas linhas são tudo em 1882. No texto de mesmo título publicado em 1889, no volume *Épocas e individualidades*, o escrito acima some e um novo trecho aparece em seu lugar:

Na Rússia o romantismo encontrou os espíritos mal preparados. A vida mental desse grande povo ensaiava os primeiros passos sob a direção dos franceses, dos ingleses e dos alemães.

O romantismo, no grande império dos tzares, só tem um nome glorioso, o de Puchkine. Jukowsky, que o precedeu e que lhe sobreviveu, "é um desses espíritos tímidos que nascem e morrem satélites". Puchkine foi um discípulo de Byron e de Voltaire, mas os eslavófilos o consideram como o "evocador da alma russa", diz Vogüé. Que importa que a casaca literária fosse o romantismo dos ocidentais, se a alma que o animava era genuinamente russa? Griboiedef e Lormontof passam pela vida como as rosas da chapa retórica, repletos de Byron, como Alvares de Azevedo e morrendo, um aos trinta e quatro e o outro aos vinte e seis anos. Gogol já pertence a outra época. Se *Tarras Bulba* é ainda uma epopéia romântica, se os *Serões na herdade* desenham ainda os tons fantásticos da credence popular um pouco romanticamente, como, guardadas as proporções devidas, as *Cenas populares* do nosso Juvenal Galeno, é certo que o *Manto*, o *Revisor* e as *Almas mortas* são de um naturalismo superior e pungente.

E é como o naturalismo que melhor se acentua a nacionalização do romance na Rússia. Turgueneff, o colorista inimitável do *Ninho de senhores*, Dostoievsky (sic), Tolstoi, são naturalistas, mas, acima, de tudo, são russos, como o bom Nicolau Gogol.

Da Polônia não devo citar mais que um nome, mas esse encherá toda uma época. É o de Adão Mickiewicz (BEVILACQUA, 1889, p. 12-13)².

Clóvis Bevilacqua anuncia no prefácio que os textos reunidos nesse volume de 1889 são basicamente os mesmos publicados em diferentes momentos ao longo da década de 1880, porém com algumas modificações feitas para "acomodar leituras posteriores". Ora, essas leituras são exatamente os textos críticos que alavancaram o *boom* da difusão dos romancistas russos via França. Não é nenhum segredo de polichinelo, já que Vogüé, a certa altura, é discretamente citado pelo próprio Bevilacqua. Na verdade, os comentários do

² Se cotejarmos a versão de 1882 com a de 1889, veremos que a seção sobre a Rússia foi a mais modificada. Os trechos sobre Alemanha, Inglaterra e Itália tiveram modificações pontuais. O comentário sobre a França é muito similar nas duas versões, com o acréscimo de alguns nomes. Há, porém, uma alteração que nos interessa de perto: em 1882, após o nome de George Sand, havia apenas um "etc."; sete anos depois, Bevilacqua confirma que os russos definitivamente faziam parte dos seus interesses, ao afirmar: "George Sand, a grande romancista, que teve por discípulo um gigante, o russo Turgueneff". Idem, p. 10.

brasileiro são uma versão condensada de *O romance russo*. O resultado dessas “leituras posteriores” leva a uma forma de abordar o problema que é completamente diferente daquela oferecida pelo texto de 1882. Para começo de conversa, de romantismo mesmo, o propósito aliás do artigo, só se pode falar (em parte) de Púchkin e dos estropiados graficamente Lérmontov e Griboiêdov. Clóvis Bevilacqua diminui o coeficiente de romantismo dos russos. A categoria privilegiada é a de *naturalismo – um naturalismo superior e pungente*. No primeiro artigo, a ênfase de Bevilacqua era sobre um certo romantismo russo-italiano-polonês, um romantismo de calabouço, de poeta revolucionário imolado pela pátria. Quando ele se refere à semelhança com a Itália, no tocante às “sociedades secretas, que promoviam a emancipação” daquele país, certamente tinha em mente as ações revolucionárias do “niillismo”, que no ano anterior ocasionaram a morte de Alexandre II. No rearranjo, nota-se que Bevilacqua quer discutir a questão menos pelo aspecto niillista e conspiratório; tateia em busca de equivalentes literários contemporâneos (Juvenal Galeno, Álvares de Azevedo) com que pudesse espicaçar o interesse do leitor. O romantismo estava morto; os russos passam a ser peça fundamental do debate brasileiro sobre as correntes contemporâneas de literatura. Os russos serão naturalistas ou *ils ne seront pas*.

No espaço de poucos anos entre um texto e outro, enquanto a Rússia inchou, a infeliz Polônia recebe uma segunda morte, desta vez anunciada pelo espaço que doravante lhe caberia no interesse do público internacional: o de segundo plano em relação à Rússia literária.

O pendor realista-naturalista é confirmado algumas páginas adiante; em 1882, o jovem ensaísta terminava o seu panorama apontando para as tendências do romance naturalista. Balzac, o “admirável” Stendhal, o “inimitável” Flaubert e outros eram os artífices da dissolução romântica, e suas obras abriam a direção futura. Russos e poloneses pertenciam ao âmbito do romantismo. Logo, o argumento não podia incorporá-los. Em 1889, contudo, Bevilacqua sentiu-se obrigado a fazer a adição, após repetir os elogios aos franceses:

Na Rússia, o chamado romance natural foi escrito antes mesmo de Flaubert. Estudando as obras de Nicolau Gogol, diz Dupuy: “Eis um realismo anterior ao nosso e, permitam-me dizê-lo, muito superior”. Não direi que haja razão em classificar o romance natural como superior ao que se tem escrito em França, mas é incontestável que em outros horizontes, o sol da arte jorrava a mesma luz. Na Inglaterra também o naturalismo de George Eliot brotou espontaneamente das concepções de Richardson, Dickens e Thackeray, sem que houvesse mister de ação estranha. E, quer na Rússia, quer na Inglaterra, o naturalismo conserva um tipo, uma feição própria, que se não confunde com essa tonalidade de epopéia áspera e triste, embora grandiosa dos romances de Emilio Zola (BEVILACQUA, 1889, p.20).

De *Épocas e individualidades* consta também o estudo monográfico “Naturalismo russo – Dostoievsky”. Bevilacqua provavelmente fez as adições no estudo sobre o romantismo ao mesmo tempo em que redigia o ensaio sobre Dostoiévski, já que este é, em essência, uma discussão com as teses de Melchior de Vogüé.

O artigo “Naturalismo russo – Dostoievsky” apareceu parcialmente, segundo nota de rodapé do autor, na revista cearense *O domingo*, em setembro de 1888. Versão integral veio na *Província*, a 10 de fevereiro de 1889. Quando Clóvis Bevilacqua colheu (e remanejou) artigos dispersos na imprensa desde o início da década, dos quais faz parte aquele das *Vigíllias literárias* sobre o romantismo brasileiro, o texto sobre Dostoiévski, o mais recente a aparecer, tornou-se o último capítulo de *Épocas e individualidades*. Ou seja, não se trata de artigo publicado em época distante e posteriormente salpicado com comentários sobre o romance russo (como é o texto sobre o romantismo), e sim de ensaio já *redigido do início ao fim* sob inspiração da “invasão” russa. Na arrumação geral dos argumentos e na dependência de Melchior de Vogüé, seguem as linhas mestras do capítulo de *O romance russo* sobre Dostoiévski.

O jovem escritor não faz questão nenhuma de esconder a filiação crítica. As primeiras linhas do seu ensaio trazem um elogio ao visconde de Vogüé. Conforme indica nas notas de rodapé, trabalha ao mesmo tempo com o artigo de 1885 da *Revue des Deux Mondes* e com *O romance russo*. Vale-se também de Ernest Dupuy (*Les grands maitres de la littérature russe ao XIXe siècle*) e da tradução de *Crime e castigo* feita por Victor Dérely e lançada pela Plon em

1884. Um arsenal de tradução e crítica que é filho legítimo da “invenção” francesa do romance russo. Clovis Bevilacqua não encara a dependência deste material como uma relação de subserviência. Reconhece que a cultura brasileira ainda necessita da tutela francesa, mas que o romance russo, veiculado através dela, é exemplo de que sempre pode haver escapatória:

Tenhamos fé. Um dia deixaremos também os nossos mestres de hoje, e iremos pensar por conta própria. Como a Rússia, cuja emancipação literária data apenas de cinquenta anos, poderemos emancipar-nos intelectualmente à força de gênio e de estudo (BEVILACQUA, 1889, p.207).

Do ponto de vista periférico, a difusão do romance russo modificava o sistema literário mundial. Abalava hierarquias. A chegada dos russos e o declínio dos franceses estavam associados no argumento. Mas Bevilacqua não irá cair de rijo em cima da influência francesa. Ao discutir os russos e a emancipação literária brasileira, não pretende advogar a falência do padrão francês. Este é decisivo para a confecção do artigo. Bevilacqua trata apenas de duas obras de Dostoiévski – exatamente as mais elogiadas por Vogüé. Muda-se apenas, em relação à fonte francesa, a ordem de exposição: em *O romance russo*, as *Recordações da casa dos mortos* e *Crime e castigo* seguem nesta seqüência cronológica, enquanto em *Épocas e individualidades* a primazia é atribuída ao romance de Raskólnikov. A inversão não é substancial. No geral, Clóvis Bevilaqua segue exatamente o roteiro oferecido pelo visconde. Os livros por ele desqualificados – *Os irmãos Karamazov*, *Os possessos*, *O idiota* (parcialmente) – nem sequer são mencionados pelo resenhista brasileiro. De resto, brevíssimas menções a *Gente pobre*, *Krotkaia* e aos *Humilhados e ofendidos*. Clovis Bevilacqua reconhece que, ao fazer estes recortes, está delegando poderes ao intermediário:

Estes romances e mais os citados no texto não esgotam a lista numerosa das produções do grande Michailovitch. Traduzidas em francês, começam elas, como as de seus conterrâneos de maior nomeada, a se vulgarizar em nosso país, pondo-nos assim em contato com esses nobres vultos da literatura contemporânea. Este fato dispensa-me de apresentar aqui uma bibliografia completa de Dostoievsky (BEVILACQUA, 1889, p.226-227).

A exposição segue as linhas gerais de Melchior de Vogüé: aspectos biográficos do escritor russo, contraposição com o modelo de Zola e seleção de obras dignas de análise. A explanação sobre as diferenças entre as duas formas de naturalismo é o *leitmotiv* do ensaio:

O que, logo à primeira abordagem, se nota em *Le crime et le châtement*, é a dessemelhança com o naturalismo francês, muito embora a moderna escola russa (particularmente este e os mais romances de Dostoievsky), tenha uma origem comum com essa boa escola parisiense que se prende a Balzac, Flaubert e Beyle.

Não se pode dizer que *Le crime et le châtement* seja um romance naturalista no sentido em que tomamos hoje esta palavra.

Pelo contrário, um doce perfume idealista está a ressumar dos tratos em que mais cruamente é exposta a tenebrosa psicologia humana.

Por toda a obra plaina uma idéia superior que vemos irromper por todos os rasgões da contextura realista, que parece por demais estreita para envolvê-la. (...) (BEVILACQUA, 1889, p.212-213).

Este último parágrafo é uma tentativa excelente de definir o diferencial do realismo dostoiévskiano, e indica sensibilidade de Clóvis Bevilacqua para o elemento estético: é quase que exatamente a definição de “imaginação melodramática” de Peter Brooks e de “realismo romântico” de Donald Fanger (Cf. FANGER, 1998; BROOKS, 1995). Bevilacqua aprofunda a diferenciação discutindo a posição do narrador – as famosas querelas sobre a “impassibilidade” da voz narrativa – e a construção da trama:

Não são esses os personagens de *la Curée*, não são esses os de *Fromont Jeune*. Porém, não é esta a única impressão de originalidade que nos deixa a leitura do romance capital de Dostoievsky.

O modo de por em ação os personagens não é o mesmo da escola zolaiana.

O sistema de eliminar o autor para deixar aos autores sua libre allure, a separação do enredo em quadros sucessivos que vão encaminhando a ação para um desfecho natural, que, como é sabido, caracterizam o romance francês contemporâneo, não têm ingresso na encenação de Dostoievsky (BEVILACQUA, 1889, p. 213-214).

A explicação, contudo, freqüentemente se perde num rodaminho retórico:

(...) Com Sue e G. Sand aprendeu a discutir, em seus romances, as questões mais momentosas do socialismo e da psicologia. Balzac deu-lhe a tonalidade naturalista no trecho e no estilo.

Mas, apesar de tudo, que diferença entre a escola russa e o genuíno realismo ou naturalismo francês!

Deixemos os mais, Gogol, Turgueneff, Tolstoi, e falemos somente de Feodor Dostoievsky.

E, para caracterizar melhor quanto ele se afasta dos moldes franceses contemporâneos, abramos os seus livros dolorosos, construídos com uma argamassa de revolta e dor resignada, de luz e sangue, de sarcasmo e afeto, de onde se evoluem, em tênues espirais, uma doce emoção comunicativa que nos envolve, nos constringe, e um puro idealismo que nos força a erguer os olhos das tristezas duríssimas da vida real, para fixá-los no horizonte azulado onde a esperança debuxa os contornos indecisos de uma sorte melhor, neste mesmo orbe telúrico que nos quer afogar num fluxo montante de melancolia e descrença (BEVILACQUA, 1889, p.209-210).

Clóvis Bevilacqua está tateando em busca de melhor definição para o tão alardeado elemento "superior" do naturalismo russo. Na dificuldade dessa definição, está nos mesmos apuros de Melchior de Vogüé. Para o francês, a diferença é cambiante. Pode residir na caracterização dos personagens, no efeito moral e estético causado no leitor ou na intenção do autor. O certo é que essa qualidade é mais pressentida por Vogüé e por Clóvis Bevilacqua do que propriamente definida.

Os dois críticos elogiam a capacidade de Dostoiévski de alargar a ficção realista. Jean-Louis Backès alertou para a complexidade dos comentários de Vogüé a respeito da estética dostoievskiana (Cf. BACKÈS, 1973, 1978, 1989)³. O *romance russo* granjeou a reputação, somente em parte merecida, de ser uma condenação apressada de Dostoiévski; fixou-se mais atenção na veemência dos opróbrios ali lançados aos romances finais do que nas perspicazes análises da metade "interessante" de Dostoiévski – *Gente pobre, Crime e castigo, Recordações da casa dos mortos*. Nesta parte válida, Vogüé e Clóvis Bevilacqua detectam a especificidade do arrojo do Dostoiévski romancista, como que uma *intensificação* radical dos procedimentos previstos e habituais de análise psicológica e de detalhamento de ação, personagem e cenário:

³ Agradeço ao autor pela indicação dos artigos de 1978 e 1973.

É extravagante que Marmeladoff, Raskolnikoff, Swidrigailoff tenham consciência plena do lodaçal em que se chafurdam, sintam repulsão pelos atos de indignidade que praticam e não encontrem estímulos bons que os levem a outro caminho: É absurdo? Mas não será essa a natureza humana? Extravagante, absurda, perversa, mesquinha em seus refolhos, apesar de todas as superfetações da cultura, da civilização? (...)

Mas deixemos estas considerações, talvez mal cabidas. O que nos importa principalmente é o ponto de vista artístico, é a execução da obra.

Sob essa relação, é admirável o trabalho de Dostoievsky; todos os detalhes, as menores circunstâncias vêm aqui por em relevo a ação produzindo a ilusão da realidade numa ficção. Nós vemos, nós assistimos. (...)

Seria fastidioso, numa notícia destas, seguir passo a passo a idéia que se esboça, se define, cresce, alastra e se avoluma até transformar o indivíduo num enfermo ou numa temerosa máquina de ação externa. O escritor russo é diabolicamente minucioso neste ponto. Quem tiver o espírito muito impressionável não o poderá ler impunemente, porque essas minudências têm um sabor acre, que cativa e molesta, quando descrevem as vacilações do criminoso em luta com sua educação, que reage, com seus impulsos nobres, com a ação do meio social, e que, afinal, dominando todos os obstáculos, atira-se ao vórtice do mal (BEVILACQUA, 1889, p.221-223).

Com modificações aqui e ali, e os necessários resumos e torneios de frase, o arrazoado é basicamente o mesmo das páginas de *O romance russo*. Significativas, porém, são as alterações feitas pelo crítico brasileiro. As diferenças do ensaio de Bevilacqua não são desvios bizarros ou inversões radicais em relação a Vogüé. De certa forma, todas são previstas e plausíveis em *O romance russo*. Mas as três alterações de ênfase que considero as mais importantes apontam para a construção de uma tradição da crítica brasileira relativa a Dostoiévski e ao romance russo.

A primeira é a questão do "surgimento súbito" do romance russo. O aparecimento de uma "nova" literatura, outrora esquecida por Deus e pelos homens, atçou a imaginação da *intelligentsia* brasileira posterior a 1870. É certo que a modernidade dos escritores russos não tinha o mesmo significado para Vogüé e para o intelectual periférico. No projeto do francês, o tipo de estética moralizante dos russos renovava a literatura pátria. Era dose de ânimo necessária para recolocar a cultura francesa em pé após a crise de consciência decorrente da derrota na guerra franco-prussiana. Para Clóvis Bevilacqua, a descoberta da "nova" literatura botava lenha na fogueira da criação de uma

literatura genuinamente nacional. Este o raciocínio: a expressão nacional russa atingiu patamar de exportação internacional quando descobriu afinidade eletiva com o romance. Como resultado, criou o naturalismo *antes* dos franceses. Isso está registrado na abertura de “Naturalismo russo – Dostoievsky”, e fica dito com ainda mais letras na adição ao ensaio sobre o romantismo brasileiro. Relembrando: “Mas, se foi na França que a nova escola atingiu o maior rigor de método não foi aí que ela primeiro surgiu em substituição às desacreditadas engrenagens do romantismo. Na Rússia, o chamado romance natural foi escrito antes mesmo de Flaubert”.

O efeito causado pelo romance russo no leitor era outro ponto interpretado diferentemente por Clovis Bevilacqua. Estes são os comentários apostos aos arrebatamentos finais de Sônia e Raskólnikov:

Ei-los, pois, regenerados, a transpor os batentes que abrem para uma outra vida mais doce e melhor. O leitor quer acompanhá-los, vê que eles marcham adiante, alegres e felizes, vai a segui-los, mas, nesse instante, uma nuvem fecha o horizonte, os personagens se esvaem, e a última página do livro corta o seguimento da leitura. Fica-lhe, porém, um anseio, um vago desejo de concluir, por conta própria, o que o autor deixou suspenso.

E o livro fica-lhe aberto entre mãos, longo tempo depois de havê-lo terminado (BEVILACQUA, 1889, p.225).

Não é mero exercício sentimental ou estilístico. O tom inteiro do artigo é esse, e indica uma limitação crucial na forma de entender Dostoiévski. Pode ser que, neste caso, Bevilacqua estivesse impressionado pelo final monológico de *Crime e castigo*, e que, em decorrência disso, escrevesse um adendo instrutivo e elevado. E, certamente, *O romance russo* está repleto dessas impressões piedosas “pessoais”. Por mais tortuoso que fosse Dostoiévski, seu objetivo final era a “consumação do evangelho” (VOGÜÉ, 1888, p.268). Mas, em Clóvis Bevilacqua, mesmo reconhecendo o papel do mal e da minúcia diabólica na tessitura narrativa, a redenção é um ponto final, e o saldo dostoiévskiano é unilateral – *e converge para uma interpretação muito literal do Dostoiévski evangélico que está em Melchior de Vogüé*. O visconde, que conheceu Dostoiévski pessoalmente quando trabalhara como diplomata na Rússia, e que estava a par dos ferozes debates críticos em torno de seu nome, tinha intuições perturbadoras a respeito das implicações do cristianismo trágico do

russo. Reprovava-lhe a preferência pelo tormento, pelo paradoxo e pelos lados noturnos da vida, e silenciava a respeito das obras que traziam mais fortemente essas marcas. Mas, mesmo com o veto, a sombra da perplexidade perpassa todo o artigo do francês. O corolário de Bevilacqua, ao proceder a uma segunda domesticação de Dostoiévski, é muito mais simplório: se a literatura russa é “moral” e humanista, e se Dostoiévski é um profeta, então sua pregação só pode convergir para ensinamento pacato, e o homem que a gerou só pode ser bom e generoso. Note-se, nas citações, quantas vezes a “doçura” é atribuída a Dostoiévski: “doce emoção comunicativa”, “doce perfume idealista”. Este é um aspecto fundamental dos primeiros anos da recepção crítica brasileira: a *eliminação do Dostoiévski cruel*, e sua transformação em um justo que só queria fazer o bem espalhando metáforas da regeneração humana.

A terceira diferença de ênfase entre os capítulos de Clóvis Bevilacqua e de Melchior de Vogüé refere-se ao *peso que as teorias jurídicas e psiquiátricas* têm para o primeiro, bacharel embasado no prestígio de que dispunham as teorias do determinismo biológico. As indicações para o Dostoiévski psicopatológico estão quase todas no capítulo de Melchior de Vogüé (cf., em MUCHNIC, 1969, p.11, o sonoro e famoso epíteto “Hamlet do hospício”). Bevilacqua, contudo, infla essas passagens ao máximo. Enquanto o francês somente aponta a boa caracterização do personagem Marmieládov, Bevilacqua se esbalda com o seu caso de “desarranjo psicológico”, transcreve grande passagem da tradução de Derély, e certamente já matutava uma chave de classificação adequada dentre os vícios e neuropatias disponíveis nos compêndios médicos. Da mesma forma, Clovis Bevilacqua não se furta a comentar a confissão de Raskólnikov a Sônia. Nem poderia deixar de fazê-lo, já que esse encontro é o cerne do capítulo dostoiévskiano de *O romance russo*. Porém, a cena de “religião do sofrimento” escolhida pelo crítico brasileiro *não* é a mesma citada por Melchior de Vogüé. A de Bevilacqua se passa ao final do livro, quando os dois personagens já estão na Sibéria. Poderia-se supor, com má vontade, que o pioneiro bacharel só leu o final do romance, e, ao deparar-se com a elocubração entusiasmada de Melchior de Vogüé, julgou que aquela

última troca de compaixão entre os personagens era o clímax a que o francês se referia. Contudo, há muitos motivos para supor que Bevilacqua leu o romance, a começar pela sua transcrição de Marmieládov, que não está em Vogüé. Não se pode, evidentemente, retirar uma conclusão firme do porquê dessa alteração, mas é possível que a “religião do sofrimento” que encerra *Crime e castigo* foi escolhida porque se passa *já no presídio*. Adequada aos propósitos do jurista-crítico, que assim contaria com mais um exemplo para verificação da mente criminoso. De qualquer forma, fica confirmado o poder da “religião do sofrimento”, estipulado por Vogüé: a metáfora é flutuante. Não se limita àquele instante específico de *Crime e castigo*, já que, tal como a grande maioria da crítica finissecular considerava, a narrativa de Dostoiévski era uma coleção de pequenas cenas de religião do sofrimento humano.

Retomando o roteiro de “Naturalismo russo – Dostoiévsky”, vemos que *Recordações da casa dos mortos* serve como catálogo lombrosiano, correlato ilustrado do *Homem delinqüente*. O livro pode “figurar numa estante de antropologia criminal ao lado da *Craniologie des assassins* de Arduin e dos *Carattere dei delinquenti* de Marro”:

Ao lado das fisionomias terríficas e repugnantes, como a do musculoso e ignóbil Gasin, que Dostoiévsky compara a essa aranha monstruosa conhecida pelo nome de mygdale deparamos a bela cabeça de Siwotkin que tinha alguma coisa de feminino nos seus olhos azuis, na regularidade dos seus traços, na delicadeza de sua tez; junto ao leito do mais indigno dos miseráveis que estende-se ébrio sobre o leito sujo de tábuas, dormem na placidez do desgosto resignado, o simpático Nurra e o ingênuo Alei, dos quais o autor fala com frases repassadas de amor e saudade (BEVILACQUA, 1889, p.211).

É o jurista Bevilacqua quem fala dos ébrios miseráveis, Marmieládov ou o sem-nome desta última citação. Como adequar as penas para estes homens? Qual, exatamente, o diagnóstico de seus males? Serão perigosos para a sociedade? Ou ainda: qual é a medida exata do crânio de Marmieládov? Como chave de interpretação, a lombrosianização de Dostoiévski podia por vezes dar resultados surpreendentes: a comparação frenológica entre o homem “minúsculo e ignóbil” e o aracnídeo, que, de fato, está nas *Recordações da casa dos mortos* (mas não em Melchior de Vogüé), toca num problema

complexíssimo do ideário dostoievskiano. Como demonstrou estudo clássico de Ralph Matlaw, na obra do escritor russo a figura da aranha aparece sempre associada ao mal metafísico (MATLAW, 1957). Ora, o jurista-crítico brasileiro não podia avaliar o alcance desse tipo de problema; quase ninguém poderia em fins do século dezenove. No entanto, ao proceder com o instrumental da escola criminal, Bevilacqua alcançou um fiapo desse imaginário, tão importante na articulação ficcional de Dostoiévski.

Estas são as dissonâncias mais importantes existentes no ensaio. Além delas, havia outro modo de diferenciação em relação a *O romance russo*: comparações com a literatura portuguesa e brasileira. O tema era novo e podia ainda despertar desconfianças. Havia que se contextualizar melhor o leitor, fornecendo exemplos mais próximos da leitura cotidiana. O caráter de novidade dos russos estabelecia simbiose com as direções mais modernas das letras luso-brasileiras. Unia duas literaturas “novas” contra tendências passadistas.

Um desses paralelos estabelecidos por Bevilacqua vem logo após a descrição da promessa de felicidade de Sônia e Raskólnikov na prisão siberiana: “Isto prova bem que a velha tese da regeneração pelo amor é desenvolvida por um modo menos gasto e que as tintas cristãs que azulam os últimos planos do romance não são as do conselheiro Bastos” (BEVILACQUA, 1889, p.225).

O escritor português José Joaquim Rodrigues Bastos (1777-1862) foi autor de coleções de máximas e de obras de edificação cristã. No prefácio de uma dessas, *A virgem da Polônia*, estabelece que o enredo a ser desenvolvido é mero pretexto para falar do Cristo, das escrituras e do pecado original. E isso de fato ocorre, em meio a intermináveis invectivas contra a anarquia contemporânea e brados em defesa da filantropia e da caridade para com os deserdados da sorte (BASTOS, 1860). É sintomático que este livro tenha vindo à cabeça de Clóvis Bevilacqua, mesmo como termo de comparação negativo: ainda que o romance russo escape do catolicismo luso e mofado, acaba por definir-se, tal qual o português, como artefato eminentemente moral. O

Conselheiro Bastos e Dostoiévski situavam-se em pólos opostos de uma mesma linha. Um representava tudo aquilo que o projeto intelectual da geração de Clóvis Bevilacqua desejava superar: dependência dos alfarrábios portugueses e de seu romantismo escolar⁴ [4]. Dostoiévski, por sua vez, representa a opção moderna e desejável de articulação entre moral e estética. Mesmo trabalhando com esquemas e figuras do romantismo, aponta para a sua superação. Lembremos que o mesmo recurso comparativo, na chave da “dissolução romântica”, fora oferecido, de forma mais suave, no texto remanejado das *Vigílias literárias*. Neste artigo, Púchkin, Lérmontov e o nosso Álvares de Azevedo ainda estão associados aos excessos de byronismo. Em Juvenal Galeno, de modo similar às primeiras obras de Gógol, há “tons fantásticos de credence popular”. A descoberta da verdadeira expressão nacional vem com o “naturalismo superior e pungente” do *Capote* e de *Almas mortas*.

São todas comparações com referenciais passados. Em “Naturalismo russo – Dostoievsky” há um paralelo extraído da literatura luso-brasileira contemporânea: é a passagem de *Recordações da casa dos mortos*, transcrita por Vogüé, em que os prisioneiros libertam a águia ferida, “(...) página trêmula de emoção, cruciante de sarcasmo, que mais agradaria pelo confronto com os nobres e altaneiros versos de Guimarães Junior e com o *Ninho d’Águia* de Fialho de Almeida” (BEVILACQUA, 1889, p.230).

O pássaro cativo, tema do conto de Fialho de Almeida, é o *topos* hugoano por excelência. O raciocínio, utilizando o russo como dissolução do romantismo, foi similar ao aplicado ao Conselheiro Bastos – os temas da regeneração pelo amor e da águia ferida são transfigurados e atualizados por um tipo de realismo “superior”; porém, lá permanecem identificáveis.

⁴ É sintomático que uma referência ao mesmo autor português tenha sido imiscuída em página do romancista mais estimulante daquela geração: no capítulo IV de *O Ateneu*, diz Sérgio a respeito de colega Ribas: “E depois cantava as orações com a doçura feminina de uma virgem aos pés de Maria, alto, trêmulo, aéreo, como aquele prodígio celeste de garganteio da freira Virgínia em um romance do conselheiro Bastos”. (POMPÉIA, 1997, p. 52.)

É importante destacar que, mesmo escrevendo “Naturalismo russo – Dostoievsky” em anos ferventes de abolição e republicanismo, os temas de sua geração, Clóvis Bevilacqua procurou perquirir Dostoiévski através de comparações estritamente literárias (mesmo tendo a questão social palpitando nas entrelinhas).

O tema da dissolução do romantismo na direção de uma arte nacional, via realismo-naturalismo, fica evidente até na estruturação dos capítulos de *Épocas e individualidades*:

- I – Esboço sintético do movimento romântico brasileiro.
- II – O teatro brasileiro e as condições de sua existência.
- III – Silvio Romero e a história da literatura brasileira.
- IV – Aluisio Azevedo e a dissolução romântica.
- V – Julio Soury e sua interpretação patológica do caráter de Jesus.
- VI – Naturalismo russo – Dostoievsky.

O sumário exhibe disposição estratégica dos blocos temáticos. Encena progressivamente a derrocada das antigas idéias: dois painéis históricos do momento romântico em vias de superação; dois capítulos sobre nomes novos (Romero e Azevedo), atores privilegiados da desmontagem do romantismo; um capítulo transicional, que, com a figura de Jesus, reintroduz a religião, mas sob crivo da ciência e do método histórico; e a culminação em Dostoiévski, união moderna de nacionalidade, naturalismo e idealismo. Por intermédio do romancista russo – o único autor estrangeiro que merece um capítulo no livro – consolida-se a ponte entre as literaturas periféricas, uma, já emancipada, a outra, esperava-se, em vias de.

Como agir, pois, diante de um fato literário novo e tão interessante? Clóvis Bevilacqua evidentemente gosta de Dostoiévski. Seu artigo é menos ambíguo do que o capítulo de *O romance russo* que lhe serviu de fonte. O brasileiro não reproduz as críticas feitas por Vogüé aos aspectos sombrios de Dostoiévski e aos seus romances finais; simplesmente aceita o veto imposto pelo francês e silencia a respeito deles. O efeito é bastante aprovador, inclusive corroborando a afirmativa do colega sobre a proximidade da arte do russo com a de Shakespeare. A equiparação de Dostoiévski ao dramaturgo inglês seria, com o

tempo, lugar-comum da crítica. Mas, novamente, é fundamental ressaltar que o escritor russo era, naquele momento de 1888-89, quando Bevilacqua redigia seu artigo, não só integrante de uma literatura tida como novíssima, como, dentro dessa literatura, autor que ainda disputava espaço com seus pares. O crítico português Magalhães Lima, tolstoiano de primeira ordem, confessou não gostar de Dostoiévski quando do primeiro contato (EDGERTON, 1976, p.54)⁵. A reputação não consolidada do escritor fica clara se repararmos em um detalhe revelador inscrito em uma das citações pelas quais passamos: falando da vulgarização das obras do “grande Michailovitch”, Bevilacqua refere-se a seus “conterrâneos *de maior nomeada*”. Não resta dúvidas de que Dostoiévski era um “novo” interessantíssimo, e que, como tal, poderia oferecer pistas importantes para os rumos da literatura brasileira. Por que precisamente ele foi o escolhido dentre os romancistas russos disponíveis? Para um crítico posterior, faria todo o sentido incluir Dostoiévski num apanhado de “individualidades” contemporâneas. Para Bevilacqua isso não estava claro. Seu gesto crítico era relativamente arriscado. A escolha, a meu ver, se deve à combinação, que se julgava tipicamente incorporada por Dostoiévski, de fatores estéticos (renovação do sopro moral e do *pathos* através de uma narrativa que não perde o pé firme no realismo), com a noção, presente em virtualmente toda a bibliografia, de que, para o bem ou para o mal, Dostoiévski *era o mais autenticamente “russo” dos romancistas russos*. O que levou Clovis Bevilacqua, e a maioria dos críticos brasileiros subseqüentes, a tomá-lo como representante natural de uma literatura nacional.

Só que novidades tinham limite: o crítico-jurista, tendo que emitir um parecer sobre os modelos de naturalismo russo e francês, ainda prefere o segundo. O barro de que os romancistas russos eram compostos ainda não lhe parecia sólido, e o lado conservador fala mais alto. A crítica à indisciplina formal dos russos seria a principal resistência às obras de Dostoiévski e Tolstói nos anos seguintes. A confiável pátria da literatura, desde que depurada de retoriqüices,

⁵ Segundo Charles Corbet, Dostoiévski foi, dos romancistas russos, o que gerou mais reservas quando de sua primeira recepção. (CORBET, 1967, p. 417).

oferecia quadro de referências mais nítido a Bevilacqua, e ele opta pelos franceses levemente russificados, ao invés dos russos afrancesados.

REFERÊNCIAS

- BACKÈS, Jean-Louis. 1973. "Dostoïevski refusé". *Cahiers de L'Herne*.
- BACKÈS, Jean-Louis. 1978. "Lecture de Dostoïevski em France". *Le magazine littéraire*, n. 134.
- BACKÈS, Jean-Louis. 1989. "Le Roman russe et l'esthétique du roman". In: CADOT, Michel (org.). *Eugène-Melchior de Vogüé, le héraut du roman russe*. Paris, Institut d'Études Slaves.
- BASTOS, José Joaquim Rodrigues de. 1860. *A virgem da Polônia*. 5ª ed. Porto, Cruz Coutinho.
- BEVILACQUA, Clovis. 1882. "Esboço sintético do movimento romântico brasileiro". In: *Vigílias literárias*. Recife, Tipografia Central.
- BEVILACQUA, Clóvis. 1889. "Esboço sintético do movimento romântico brasileiro". In: *Épocas e individualidades: estudos literários*. 2. ed. Recife, Livraria Quintas Editora.
- BEVILACQUA, Clóvis. 1889. "Naturalismo russo – Dostoievsky". In: *Épocas e individualidades: estudos literários*. 2. ed. Recife, Livraria Quintas Editora.
- BROOKS, Peter. 1995. *The melodramatic imagination: Balzac, Henry James, melodrama and the mode of excess*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- CORBET, Charles. 1967. *L'opinion française face à l'inconnue russe (1799-1894)*. Paris, Librairie Marcel Didier.
- EDGERTON, William. 1976. "Tolstoy and Magalhães Lima". *Comparative Literature*, v. XXVIII, n.1.
- FANGER, Donald. 1998. *Dostoevsky and romantic realism: a study of Dostoevsky in relation to Balzac, Dickens and Gogol*. Evanston, Northwestern University Press (1. ed. 1965).
- MATLAW, Ralph. 1957. "Recurrent imagery in Dostoevskij". *Harvard Slavic Studies*, v. III.

MUCHNIC, Helen. 1969. *Dostoevsky's English reputation (1881-1936)*. Nova York, Octagon Books.

POMPÉIA, Raul. 1997. *O Ateneu*. São Paulo, Ática.

VOGÜÉ, Melchior de. 1888. *Le roman russe*. 2. ed. Paris, Plon-Nourrit.

O objeto direto anafórico em textos da *web*

Rerisson Cavalcante de Araújo

Mestrando em Letras (PPGLL / UFBA)

rerissonaraujo@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho analisa a variação no preenchimento do objeto direto anafórico no português brasileiro, tomando como *corpus* textos de diários virtuais publicados na Internet, *blogs*, através da metodologia da Teoria da Variação. Os resultados apontam para a importância de fatores estruturais como o traço semântico, o tempo verbal e a estrutura sintática da frase, mas revelam diferenças com relação à atuação dos fatores sociais em função do tipo de amostra.

Palavras-chave: *objeto direto anafórico, sociolinguística, língua escrita, variação linguística, português brasileiro, linguagem da internet.*

Abstract

This paper analyses the variation in use of the anaphoric direct object in Brazilian Portuguese, in a corpus of blog texts, through sociolinguistic methodology. The results point to relevant structural factors as semantic trace, verb tense and syntactic structure, however it shows the difference related to social factors according to the sort of samples.

Key-words: *anaphoric direct object, Sociolinguistic, written portuguese language, language variation, Brazilian Portuguese, web related language.*

O Introdução

Os estudos lingüísticos têm demonstrado a existência de diferenças sistemáticas entre o português brasileiro (PB) e o europeu (PE) em vários níveis de análise. Com relação à sintaxe, a realização do objeto direto anafórico¹ está entre os principais temas de investigação. Várias pesquisas têm apontado para um avançado processo de mudança no PB, com a substituição do pronome oblíquo (*o, os, a, as*), também denominado "clítico acusativo", por

¹ O uso do adjetivo **anafórico** é genérico e difere do emprego que recebe no âmbito da Gramática Gerativa, na qual designa os pronomes reflexivos e recíprocos, que tomam obrigatoriamente como referente um antecedente em uma posição argumental na mesma sentença finita e em relação de c-comando. O termo aqui se refere a um item pronominal que tem como antecedente algum elemento mencionado no discurso, em oposição a elementos inferíveis ou contextuais.

outras estratégias de preenchimento do objeto, a saber, por uma categoria vazia de natureza pronominal² [cv], pelo pronome na forma nominativa (*ele* e suas flexões) ou mesmo pelo uso de sintagmas nominais plenos como estratégia de esquivia (DUARTE, 1986 e 1989).

A presente pesquisa investiga a realização do objeto direto anafórico no PB e no PE em textos escritos, tomando por *corpus* textos veiculados na *web*, com o objetivo de caracterizar o fenômeno da variação na modalidade escrita do português e em um gênero textual específico que se tem expandido rapidamente nos últimos anos: os diários virtuais ou *blogs* da internet.

1 O objeto direto anafórico

1.1 A terceira pessoa

Os pronomes de 3ª pessoa apresentam uma diferença fundamental em relação aos de 1ª e 2ª. Enquanto estes se caracterizam por seu valor dêitico, ou seja, tomam referência a partir do sujeito da enunciação, tendo o valor fixo de *pessoa que fala e pessoa com quem se fala*, aqueles apresentam como característica específica um traço anafórico, no sentido de que não têm uma referência determinada, fixa, mas podem tomar como referente quaisquer seres presentes no contexto lingüístico ou pragmático da enunciação ou mesmo algum ser inferível no discurso. Ou seja, “enquanto *eu* e *tu* são sempre os participantes da comunicação, o *ele* designa qualquer ser ou não designa ser nenhum.” (FIORIN, 2004, p. 164).

Os estudos sobre o objeto direto anafórico abordam apenas os casos em que o pronome (nominativo, acusativo ou vazio) se encontra em relação de co-referência com outro SN mencionado anteriormente no discurso.

² O estatuto da categoria vazia para o objeto direto no português ainda é motivo de discussão, com relação ao seu valor de *pronome* ou de *variável*. (Cyrino, 1997)

1.2 O trabalho de Duarte

Duarte (1987 e 1989), trabalhando principalmente com *corpus* de língua falada da cidade de São Paulo, identifica um processo de mudança lingüística em curso com relação à realização do objeto direto anafórico, com a substituição do clítico acusativo de 3ª pessoa (*o/a/os/as*) pela categoria vazia [cv] e, em menor escala, pelo pronome lexical na forma nominativa (*ele[s]/ela[s]*). De um total de 1.974 ocorrências, o clítico só representa 4,9% dos dados, conforme a tabela:

Tabela 1: Realização do objeto direto anafórico em Duarte (1987)

Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9
Pronome lexical	304	15,4
Categorial vazia	1235	62,6
SNs anafóricos	338	17,1
Total	1974	100,0

Fonte: Duarte (1989, p. 21), adaptado.

Note-se que o uso de SNs anafóricos não se constitui exatamente como uma variante lingüística, mas sim pode ser visto como um processo de esquiva diante da avaliação social da variação.

Com efeito, Duarte busca identificar os valores sociais adquiridos pelas variantes. Embora seja a forma conservadora e investida de prestígio pela tradição gramatical, o uso do clítico não tem boa aceitação social entre os informantes, por ser considerado “pedante”, sendo pouco apropriado para a fala natural e a conversação espontânea. Já o pronome lexical, que passa a ocupar “naturalmente” a função do clítico, sofre uma forte estigmatização social, ao ser identificado como característico de classes baixas, e é evitado. Diante desse quadro, desponta o uso da categoria vazia como estratégia neutra, não marcada socialmente. Entretanto, há também vários fatores de ordem estrutural que entram em jogo no uso das variantes.

Duarte identificou fatores morfológicos (tempo do verbo), sintáticos (estrutura da oração) e semânticos (traço humano / animado) como condicionantes da variação.

O clítico acusativo é favorecido por verbos no infinitivo e pelo traço semântico [+animado]. É fortemente desfavorecido pelo traço [-animado] e por SNs sentenciais, além do imperativo, dos tempos compostos e locuções com gerúndio.

O pronome lexical é favorecido por tempos simples, pelo imperativo e por locuções com infinitivo e gerúndio, por estruturas sintáticas complexas, em que o objeto é também o sujeito de uma mini-orção ou de uma subordinada de um verbo causal, em que o pronome é sujeito da orção subordinada, e pelo traço [+animado]. É desfavorecido por estruturas simples, em que a presença estigmatizada do pronome é mais perceptível, e pelo traço [-animado].

A categoria vazia está presente em grande número em todos os contextos, e supera as demais variantes em quase todos os tempos verbais, porém é mais favorecida pelas estruturas sintáticas simples e por objetos diretos sentenciais e pelo traço semântico [-animado]. O traço [+animado] e as estruturas complexas com dupla predicação desfavorecem o pronome nulo.

Em resumo, o traço [+animado] e estruturas sintáticas complexas em que o complemento direto é, na verdade, uma estrutura sentencial ou semi-sentencial (mini-orção) favorecem a realização fonética de um pronome, seja clítico ou lexical. Já os traços [-animado] e as estruturas simples favorecem o pronome nulo.

O trabalho de Duarte aponta também para a força de outras variáveis de natureza extralingüística na realização do objeto direto, como a escolaridade, a faixa etária e fatores estilísticos como o tipo de amostra (conversação espontânea, fala cuidada, textos escritos).

Na fala dos jovens na faixa dos 15 a 17 anos inexistente o clítico. O pronome lexical apresenta seu índice mais alto nessa mesma faixa e decresce à medida que a faixa etária aumenta. A categoria vazia, por outro lado, permanece estável em todas as faixas etárias e em todos os níveis de escolaridade. Ainda com relação à escolaridade, o uso do clítico só supera o do pronome lexical entre os informantes de nível superior.

2. Metodologia

A presente pesquisa segue os pressupostos metodológicos da Teoria da Variação, também denominada de Sociolinguística Quantitativa, conforme formulada por William Labov (MONTEIRO, 2000). Esse modelo teórico procura investigar processos de variação e de mudança linguística em atuação em comunidades de fala, na atual sincronia, a partir da identificação de padrões de comportamento linguístico ligados a grupos dentro da sociedade. Para tanto, busca relacionar a variação a elementos da estrutura social da comunidade.

Os principais fatores sociais identificados em trabalhos sociolinguísticos como relevantes para a caracterização da variação linguística são: faixa etária, classe social ou escolaridade e sexo dos informantes. Além desses fatores, outros que podem influenciar a variação são: o tipo de elocução (mais formal ou mais informal) e o grau de exposição ou sensibilidade aos meios de comunicação.

Essa pesquisa tem por *corpus* textos escritos retirados de diários virtuais veiculados na rede mundial de computadores, denominados "blogs". O *corpus* foi levantado por cinco alunos³ da disciplina *Aspectos da morfossintaxe no estudo das normas urbanas brasileiras*, levando em consideração o sexo e a faixa etária dos autores, assim divididos:

JOVENS – entre 15 e 25 anos

INTERMEDIÁRIO – entre 25 e 35 anos

³ Elisângela Mendes, Lucinda Hora, Rerisson Cavalcante de Araújo, Vanessa Ponte e Vivian Antonino.

ADULTOS – acima de 35 anos

Em cada faixa etária, foram colhidos cinco textos de homens e cinco textos de mulheres, com 3 laudas cada, totalizando 30 “textos-inqueritos” divididos em seis células:

- i) faixa etária jovem, sexo masculino;
- ii) jovem, sexo feminino;
- iii) faixa etária intermediária, sexo masculino;
- iv) faixa etária intermediária, sexo feminino;
- v) faixa etária adulta, sexo masculino;
- vi) faixa etária adulta, sexo feminino.

Foram levantados também textos de *blogs* de Portugal, apenas da faixa intermediária, com vistas a uma comparação das duas variedades nacionais da língua portuguesa, o que acrescenta mais duas células ao *corpus*:

- vii) faixa etária intermediária, sexo masculino, nacionalidade portuguesa;
- viii) faixa etária intermediária, sexo feminino, nacionalidade portuguesa.

Após a constituição do *corpus*, efetuou-se um levantamento exaustivo de todas as ocorrências de objetos diretos co-referentes a um SN mencionado anteriormente no discurso. Estão excluídos automaticamente do *corpus* os casos de uso de pronome (realizado ou nulo) que não retomam um item referido antes, mas que tenham interpretação arbitrária como (1) ou constituam elemento recuperável pelo contexto pragmático, embora não dito, como (2).

(1) Estou rouca pois **cantei [Ø] horrores**. {interpretação arbitrária}

(2) Apaguei uns posts aí e não achei pra por de novo. ta (*sic*) muito bagunçado o meu arquivo de imagens, **mas eu resolvo [Ø]**. {Ø = o problema}

Não foram considerados para efeito da pesquisa os casos de SNs anafóricos como (3), nem os casos em que o objeto retoma uma sentença completa,

como (4), uma vez que esse contexto tem se mostrado categórico para a realização da categoria vazia. Também estão excluídos as frases feitas e demais lexias cristalizadas como (5), que funcionam antes como uma entrada lexical específica do que como uma estrutura sentencial.

(3) Então o meu filho ficou morando no apartamento, mas ele reclamava muito do barulho, e a gente foi na onda dele de **vender esse apartamento**. (exemplo de DUARTE, 1989, p. 20)

(4) Mas, dessa vez eu me descontrolei, **acho [Ø]**.

(5) ... e quando eu desisti de lutar e **entreguei [Ø] nas mãos do Pai**.

Em seguida, efetuou-se uma codificação de todas as sentenças levantadas de acordo com os seguintes fatores lingüísticos e sociais:

Fatores lingüísticos

(i) Tempo do verbo;

(ii) estrutura sintática;

(iii) traço semântico / animacidade;

(iv) paralelismo formal / forma da menção anterior (apenas na oração imediatamente anterior e em função de objeto direto);

Fatores sociais

(v) faixa etária

(vi) sexo

(vii) variedade nacional

Os dados foram, então, submetidos, à análise quantitativa do pacote de programas Varbrul.

3. Resultados

A análise dos dados indica, primeiramente, uma diferença nítida entre a língua falada e a escrita. O clítico acusativo, que aparece em percentuais mínimos,

em torno de 5%, em *corpus* orais, alcança nesse *corpus* 42% do total de ocorrências do objeto direto anafórico, conforme mostra a tabela 2:

Tabela 2: Realização do objeto direto anafórico no *corpus*

Variante	Ocorrências	%
Categorial vazia	82	51
Clítico	68	42
Pronome lexical	12	7
Total	162	100

Isso nos remete a duas características específicas do *corpus* trabalhado. Além de o texto escrito ser, em geral, mais conservador e apresentar características mais próximas da variante padrão da língua do que o texto oral, os autores de textos virtuais são, em linhas gerais, pessoas pertencentes a classes mais elevadas no nível social. Embora não se possa definir com precisão a classe social ou mesmo escolaridade dos autores dos textos, está claro que não pertencem às classes mais baixas ou de menos escolaridade e que, ao mesmo tempo, têm uma maior exposição à mídia e aos meios de comunicação de massa, fatores que têm algum tipo de influência sobre a produção lingüística.

3.1 Variedade nacional

A primeira rodada do VARBRUL confirmou o que se espera normalmente para uma análise do objeto direto nas duas variedades da língua portuguesa: o pronome lexical ocorre exclusivamente no PB. No PE co-existem apenas o pronome clítico e a categoria vazia que, devido ao pequeno número de dados (12 ocorrências), apresentam percentuais bastante próximos. São 58% de clíticos contra 42% da categoria vazia de um total de 12 dados – 7 e 5 sentenças respectivamente.

A inexistência do pronome lexical em função de objeto é, portanto, categórica no *corpus* e, junto com o que se sabe sobre o PE, constitui um fator de

(a)gramaticalidade no sistema do PE: o pronome lexical em função de complemento direto é agramatical (ou *não é licenciado*) no português europeu. Já nos dados do PB, a distribuição das ocorrências é, em consequência do pouco número de dados referentes ao PE, bem parecida com a distribuição geral, conforme tabela 3:

Tabela 3: Objeto direto anafórico no PB e no *corpus* geral

Variante	Geral		PB	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Categorial vazia	82	51	77	51
Clítico	68	42	61	41
Pronome lexical	12	7	12	8
Total	162	100	150	100

3.2 Nível discursivo / paralelismo formal

Esse fator tem como objetivo verificar se a forma anterior do SN antecedente influencia na realização do objeto direto anafórico. Os casos foram codificados de acordo com a forma em que se encontrava o antecedente: clítico, pronome lexical, categoria vazia ou mesmo SN pleno.

A variável foi analisada apenas nos casos em que a referência anterior se encontrava na oração imediatamente anterior àquela em que ocorria o pronome e apenas quando o referente se encontrava na função de objeto direto, por ser a única função em que podem ocorrer as três variáveis em jogo (clítico, categoria vazia e pronome lexical). Assim, do total de 162 realizações do objeto, apenas em 56 a variável em questão se aplicava.

A hipótese foi confirmada no *corpus* parcialmente. Quando o antecedente se realiza como um SN ou uma categoria vazia, o pronome lexical é desfavorecido. A ocorrência em ambos os casos é zero, o que levou a *knockout* no programa, levando à exclusão desse grupo de fatores da análise

dos pesos relativos. Entretanto, ambos os contextos (antecedente como SN ou como pronome nulo) favorecem a categoria vazia e desfavorecem o clítico.

Semelhantemente, o antecedente na forma de um clítico favorece a realização clítica, que conta com 70% de casos contra 20% de categoria vazia e apenas 10% de pronome lexical. Os dados, contudo, insuficientes para uma afirmação conclusiva. Pode-se notar, porém, que, de modo geral, o antecedente tanto em sua forma “normal” de SN quanto como categoria vazia favorece o pronome nulo e desfavorece pronomes foneticamente realizados. Pelo contrário, o antecedente como clítico favorece os pronomes com matriz fonética (seja clítico ou nominativo) e desfavorece a [cv]. Confirma-se, então, a hipótese do paralelismo formal: *pro* leva a *pro* e [cv] a [cv].

Tabela 4: Paralelismo formal / forma referência do antecedente

Antecedente Variante	SN	Clítico	Pronome lexical	[cv]
Categorial vazia	81% (26)	20% (2)	--	86% (12)
Clítico	19% (6)	70% (7)	--	14% (2)
Pronome lexical	0% (0)	10% (1)	--	0% (0)
Total	100% (32)	100% (10)	--	100

3.3 Traço semântico do referente

O traço semântico foi selecionado pelo Varbrul como fator mais relevante para a realização das três variantes do objeto direto anafórico, com nível de significância de .000 para as três formas.

O traço [-humano]⁴ favorece a categoria vazia e o [+humano] favorece, de um modo geral, a realização fonética de um pronome, seja clítico ou lexical, embora o peso relativo mostre que é bem mais importante para o pronome

⁴ Optou-se, de início, por trabalhar com três traços semânticos identificados com os três níveis de animacidade possíveis, a saber, [-animado], [+animado] e [+humano]. Entretanto, os poucos casos de objetos diretos anafóricos [+animados] tornaram necessário o agrupamento dos traços [+ e -animado] em uma categoria maior, denominada [-humano].

lexical, conforme a tabela 5. (Note-se que, para o peso relativo, em virtude de se tratar de um fenômeno com três variantes, favorece a realização aquele fator que apresentar peso superior a .333)

Tabela 4: Traço semântico [\pm humano] (nível de significância .000)

Traço semântico [+humano]				Traço semântico [-humano]			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
Pron. lexical	9	17%	.674	[cv]	77	70%	.751
Clítico	38	73%	.263	Clítico	30	27%	.179
[cv]	5	10%	.063	Pron. lexical	3	3%	.070
Total	52	100%	---	Total	110	100%	

O traço [+humano] favorece, sensivelmente, um pronome foneticamente realizado. As ocorrências de pronome lexical e de clítico somam 90% dos casos de objetos com tal traço semântico. O pronome lexical, no entanto, é a variante que está relacionada de modo mais direto a esse fator, com o peso relativo de .674, em muito superior ao do clítico, com apenas .263 e, mais ainda, da categoria vazia, que, com peso relativo de .063, tem no traço [+humano] um forte fator de restrição.

Conseqüentemente, com relação ao traço [-humano], a tabela se inverte. A categoria vazia soma 70% de ocorrências com esse fator e alcança um peso relativo de .751. O clítico e, principalmente, o pronome lexical são totalmente desfavorecidos, conforme mostram os pesos relativos de .179 e .070 respectivamente.

3.4 Estrutura sintática

A estrutura sintática da sentença é uma outra variável que tem se mostrado relevante nas pesquisas desenvolvidas sobre o objeto direto anafórico. Esse grupo de fatores foi selecionado como o segundo mais relevante na realização da categoria vazia e do pronome lexical e como o terceiro mais importante em relação ao clítico.

Com relação a esse grupo, as sentenças foram codificadas como:

a) *estrutura simples*: verbo mais objeto direto apenas.

V + OD (SN)

Cheguei no trabalho e contei Ø.

b) *estrutura complexa*: verbo mais objeto direto mais objeto direto ou complemento circunstancial ou adjunto adverbial

V + OD + OI (SN) ou CIRC ou ADV

Tomou-a por oito meses e até hoje ainda manca e sente dor nos pés...

Mozinho quem preparou Ø pra mim.

c) *estrutura complexa com predicação nominal*: verbo mais uma mini-orção

V + OD (SN + ADJ / SN / SP)

*Tão distraído e fútil é o ser humano, que somente a doença tem o poder de **forçá-lo à contemplação**.*

*Então ela já chegou com ela na mão pq a vontade era tanta de tomar o morango com champagne que uma garrafinha só de 500ml não ia dar pra **deixá-la satisfeita**.*

d) *estrutura complexa com predicação verbal*: verbo causativo mais orção subordinada infinitiva, em que o complemento é, na verdade, toda a orção e o pronome é sujeito do verbo encaixado, recebendo caso nominativo. Há de se notar, entretanto, que na variedade culta o pronome recebe caso acusativo, como um fenômeno de Marcação Excepcional de Caso (EMC). O pronome fica, assim, "dividido" entre duas funções sintáticas distintas, a função de complemento do verbo principal e a de sujeito do verbo subordinado.

*... senão eu **deixava ele escolher**...*

3.4.1 Estruturas complexas com predicação

As estruturas complexas com predicação sobre o pronome, seja predicação de natureza verbal ou mini-orção, desfavorecem o uso da categoria vazia no *corpus* estudado. Com efeito, o mesmo não ocorre com essas duas estruturas,

que favorecem as outras variantes, a saber, os pronomes de matriz fonológica. Tal resultado está em conformidade com os de outros estudos e confirma a hipótese de que a força do caso nominativo age decididamente na realização do pronome, uma vez que o PB está assumindo, paulatinamente, um valor negativo para o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Os resultados não favorecem, entretanto, os pronomes plenos de modo simétrico. Apesar dos poucos dados (6 ocorrências de predicação nominal e 7 de verbal), os resultados parecem apontar para um favorecimento do clítico por parte da predicação nominal, pois este ocorre em 100% dos casos da estrutura.

Por outro lado, a predicação verbal favorece o pronome lexical, que ocorre com o percentual de 86%, embora também haja casos de uso do clítico, com 14%.

A tendência de a predicação verbal fortalecer o pronome lexical está em conformidade com as características dessa estrutura, uma vez que é na construção verbal que há, de fato, a possibilidade de atribuição do caso nominativo ao sujeito da predicação⁵, favorecendo o pronome com traço nominativo e restringindo a EMC.

Contudo, mesmo que a predicação nominal não possua o caso nominativo para atribuir, deixando o seu sujeito mais acessível à ação da EMC, permanece curioso o favorecimento do clítico, que constitui a variável conservadora, mas ainda assim rejeitada socialmente. A resposta pode estar no caráter específico de algumas predicções nominais, que parecem ter um tom ligeiramente mais rebuscado ou "cuidado", devido, em parte, ao tipo de item lexical verbal que entra em jogo em tais construções, como os verbos *considerar*, *julgar*.

Uma vez que a categoria vazia não ocorre nessas duas estruturas e também o pronome lexical não ocorre com a predicação nominal, houve *knockout* no programa com relação a esses dois fatores, que foram excluídos do levantamento dos pesos relativos.

⁵ A EMC é atribuída, segundo se sabe, quando se tem um infinitivo impessoal, em que não há a flexão para atribuir caso nominativo. Apenas o infinitivo flexionado / pessoal pode atribuir o caso ao seu sujeito.

3.4.2 Outras estruturas sintáticas

Para o levantamento dos pesos relativos, foram considerados apenas dois tipos de estruturas sintáticas: uma estrutura simples, apenas como verbo e complemento (SVO); e uma estrutura de um nível intermediário de complexidade, com a presença de mais um outro elemento / constituinte no predicado. Essa segunda estrutura engloba construções com complemento indireto, complemento obliquo, circunstancial ou mesmo um item adverbial⁶.

Tabela 5: Estrutura sintática

Estrutura simples				Estrutura complexa			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
[cv]	58	64%	.536	Pron. lexical	5	8%	.539
Clítico	31	34%	.300	Clítico	30	51%	.295
Pron. lexical	1	1%	.164	[cv]	24	41%	.165
Total	90	100%	---	Total	110	100%	---

A estrutura simples favorece a categoria vazia, que ocorre em 64% dos casos desse tipo de construção. Como se pode observar na tabela 5, esse fator influencia fortemente a realização nula do pronome, como peso relativo igual a .536. O pronome lexical é, por outro lado, desfavorecido em estruturas simples, com peso relativo de .164.

Para as estruturas complexas, a situação se altera: o pronome lexical encontra nesse tipo de estrutura um contexto altamente propício, com peso relativo de .539. Dessa vez, é a categoria vazia que sofre fortes restrições nesse contexto, como mostra o peso relativo de apenas .165.

O favorecimento do pronome lexical em estruturas complexas parece ser explicável em função da pressão que se estabelece entre a sua força enquanto

⁶ Na primeira rodada do Varbrul, os predicados compostos objeto direto + objeto indireto por um lado e por objeto direto + circunstancial ou adverbial por outro, foram classificados e codificados como estruturas diferentes. Entretanto, foi necessário agrupar os dois fatores, pois só foram encontradas duas ocorrências da estrutura OD + OI, ambas com a categoria vazia, o que gerou *knockout* no programa.

variante inovadora e o valor estigmatizado que recebe por fatores socioculturais. O falante, dessa forma, mesmo sofrendo pressões de natureza lingüística para a realização inovadora, busca evitar o pronome nominativo pela carga de preconceito que carrega, surgindo então a categoria vazia como estratégia neutra. Em estruturas de maior complexidade sintática, porém, o pronome lexical é menos perceptível ao falante no monitoramento da própria produção.

Com relação ao clítico, os valores dos pesos relativos em relação às duas estruturas, que se mantêm logo abaixo da média, mostram que o mesmo não tem em nenhuma das estruturas um fator condicionante decisivo, embora se possa dizer que, de maneira ampla, as estruturas complexas favorecem um pronome realizado em oposição a um nulo, já que a porcentagem de clíticos sobe de 34% para 51% em estruturas complexas, formando com o pronome lexical um total de 59% dos casos.

3.5 Tempo verbal

A análise da influência do tempo / forma do verbo se centrou nos casos em que o pronome ocorre com o infinitivo, o gerúndio e o presente e o pretérito perfeito do indicativo, em decorrência das poucas ocorrências com outros tempos, que levaram o programa a vários *knockouts*.

Esse grupo de fatores foi selecionado pelo Varbrul como o segundo mais importante na realização do clítico (com nível de significância .000) e como o terceiro grupo mais importante para a categoria vazia (significância .000). Não foi, contudo, selecionado para o pronome lexical.

O verbo no infinitivo apresenta forte correlação com o uso do clítico, que alcança 56%, enquanto desfavorece as demais variantes, em especial o pronome lexical. Como se pode ver na tabela 6, o peso relativo para o clítico com o verbo no infinitivo é de .515 contra .293 e .192 para a categoria vazia e o pronome lexical, respectivamente. Como também já apontado por Duarte

(1989, p. 21), o favorecimento do clítico parece estar ligado à forma que esse assume quando em ênclise a um verbo no infinitivo (-lo e suas flexões), que fortalece o clítico do ponto de vista fonológico, ao transformá-lo em uma sílaba de padrão CV (consoante-vogal).

O pretérito perfeito do indicativo, porém, favorece bastante a categoria vazia e desfavorece o clítico. A categoria vazia alcança 82% com esse tempo, seu mais alto índice de realização, e apresenta peso relativo de .542, contra .142 do clítico.

Tabela 6: Tempo verbal: infinitivo e pretérito perfeito

Infinitivo				Pretérito Perfeito			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
Clítico	40	56%	.515	[cv]	32	82%	.542
[cv]	27	38%	.293	Pron. lexical	2	5%	.316
Pron. lexical	4	6%	.192	Clítico	5	13%	.142
Total	71	100%	---	Total	39	100%	---

O presente do indicativo parece favorecer tanto a ocorrência do clítico quanto a da categoria vazia, embora o valor do peso relativo referente à categoria vazia esteja bem próximo da média, conforme mostra a tabela 7. O pronome lexical é mais uma vez desfavorecido.

Apenas o gerúndio parece indicar um favorecimento do pronome lexical em detrimentos das demais variáveis. A forma nominativa apresenta peso relativo de .524 contra .317 do clítico e .159 da categoria vazia. Entretanto, tal resultado deve ser relativizado, pois há apenas 5 ocorrências de objeto direto com gerúndio, distribuídas de modo equilibrado pelas variantes, como se pode ver na tabela 7: um caso de pronome lexical e dois casos de clítico e dois de categoria vazia. Importante também é lembrar que tempo verbal foi descartado pelo Varbrul do conjunto de grupos de fatores que têm influência forte na realização do pronome lexical.

Tabela 7: Tempo verbal: presente e gerúndio

Presente				Gerúndio			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
Clítico	15	45%	.378	Pron. lexical	1	20	.524
[cv]	16	48%	.346	Clítico	2	40	.317
Pron. lexical	2	6%	.276	[cv]	2	40	.159
Total	33	100%	---	Total	5	100%	---

3.6 Sexo

O fator sexo foi selecionado pelo Varbrul como relevante apenas para o pronome lexical, com relação ao qual aparece como terceiro fator mais relevante e com nível de significância de .018. Como se pode ver pela tabela 8, a variante é favorecida pelo o sexo masculino e desfavorecida pelo feminino.

O sexo masculino aparece como forte condicionador do pronome lexical, com peso relativo de .604, enquanto desfavorece tanto o clítico quanto a categoria vazia, com pesos relativos de .202 e .194.

A situação se inverte em relação ao sexo feminino, que favorece tanto a ocorrência da categoria vazia, como peso de .439, quanto a do clítico, com .420. Note-se que, com relação à frequência, ambas as variantes empatam com um total de 49% das 78 ocorrências. O pronome lexical é, por outro lado, desfavorecido, como peso de apenas .141.

Tabela 8: Sexo

Masculino				Feminino			
Variante	Ocorrências	%	Peso relativo	Variante	Ocorrências	%	Peso relativo
Pron. lexical	10	12%	.604	[cv]	38	49%	.439
Clítico	30	36%	.202	Clítico	38	49%	.420
[cv]	44	52%	.194	Pron. lexical	2	3%	.141
Total	84	100%	---	Total	78	100%	---

Com relação aos fatores estruturais, o clítico forma com o pronome lexical um conjunto de variantes com propriedades semelhantes que se opõem à categoria vazia, por se tratarem de pronomes foneticamente realizados contra um pronome nulo. Dessa forma, vários foram os fatores que favoreciam ou desfavoreciam ao mesmo tempo os dois pronomes contra o objeto nulo.

No plano da variação social, a situação se altera. O clítico passa a formar agora um conjunto com a categoria vazia em função do valor social que duas variantes recebem: são ambas formas de prestígio⁷ e / ou neutras em relação ao pronome lexical estigmatizado.

Dessa forma, os resultados do grupo de fatores sexo está em conformidade com o que tem apontado alguns trabalhos de sociolingüística, que mostram que as mulheres, nas sociedades ocidentais complexas, tendem a estar mais atentas para as formas de prestígio do que os homens.

No *corpus*, o sexo feminino apresenta-se correlacionado semelhantemente com a variante conservadora e de prestígio, o clítico, e com a variante inovadora mas socialmente neutra, a categoria vazia. O sexo masculino, de forma diametralmente oposta, está correlacionado com a variante inovadora e desprestigiada, o pronome lexical.

De acordo com os resultados do Varbrul, o grupo de fatores sexo só influencia de modo significativo a ocorrência do pronome lexical, não sendo determinante para a ocorrência das outras variantes, que têm como fatores preponderantes o traço semântico, a estrutura sintática e o tempo do verbo.

⁷ Deve-se reconhecer que o pronome oblíquo ainda se apresenta como forma de prestígio, em virtude da tradição gramatical, principalmente entre os estratos mais altos e / ou mais escolarizados da sociedade, embora também seja considerado, por outro lado, uma forma pedante **para a fala**. Em se tratando de texto escrito, esse último sentimento com relação ao clítico é, possivelmente, minimizado.

4. Conclusão

A análise quantitativa aponta como principais fatores condicionantes da variação na realização do objeto direto anafórico o traço semântico, a estrutura sintática e o tempo verbal. Em menor escala, aparecem a forma do antecedente e o fator social sexo.

A categoria vazia é a variante mais freqüente no *corpus* estudado, com um total de ocorrência igual a 51%. A variante é favorecida pelo traço semântico [-humano], por estruturas sintáticas simples e pelo pretérito perfeito do indicativo. Também tem influência em sua realização o antecedente na forma de um sintagma nominal ou de uma categoria vazia. No plano extralingüístico, o sexo feminino aparece com uma pequena tendência à realização da categoria vazia.

Desfavorecem, contudo, a variante o traço [+humano], as estruturas sintáticas complexas, principalmente as com predicação sobre o objeto e o verbo no infinitivo e no gerúndio.

O clítico é a segunda variante mais freqüente, com um percentual de 42% no *corpus*, sendo favorecido pelo traço [+humano], pelo verbo no infinitivo e no presente e pelas estruturas sintáticas com predicação nominal (mini-oração). Também é favorecido pelo antecedente na forma de um clítico e pelo sexo feminino.

Desfavorecem o clítico o traço [-humano], o verbo no pretérito perfeito do indicativo e as estruturas sintáticas simples e com predicação verbal sobre o objeto e o sexo masculino.

O pronome lexical tem o índice reduzido de apenas 7% no *corpus*, entretanto, apresenta contextos específicos de favorecimento. Estão correlacionados com essa variante o traço [+humano] do objeto, as estruturas sintáticas complexas

com complemento preposicionado ou adverbial e com predicação verbal, além do sexo masculino.

Desfavorecem o pronome lexical o traço [-humano], as estruturas sintáticas simples e o sexo feminino, além do verbo no infinito.

Parece importante notar que, no aspecto estrutural, o clítico e o pronome lexical se aproximam como pronomes realizados em concorrência com um pronome nulo, compartilhando assim comportamentos semelhantes com relação a fatores lingüísticos como traço semântico e estrutura sintática. O comportamento destoante com relação ao tempo verbal parece ser decorrente da natureza mais fonológica envolvida no favorecimento do clítico por parte do verbo infinitivo.

No aspecto extralingüístico, diferentemente, o clítico e o pronome lexical têm *status* diferentes e até opostos, em virtude da avaliação social das variantes e do tratamento que a tradição gramatical lhes dispensa. O clítico se aproxima, então, da categoria vazia, com o qual forma um conjunto de variantes não estigmatizadas, que ganham mais força no texto escrito, em que o “**desprestígio**⁸ oculto” do clítico é reduzido. Isso explica o comportamento semelhante que as duas variantes, estruturalmente opostas, apresentam com relação ao fator sexo, que não poucas vezes reflete o modo como a sociedade avalia um fenômeno lingüístico em variação.

A faixa etária não foi, contudo, considerada pelo Varbrul como um fator relevante para a realização do objeto direto anafórico. No entanto, pretende-se dar prosseguimento à pesquisa com esse *corpus*, procurando, inclusive, investigar melhor a atuação desse fator.

⁸ O conceito de *prestígio oculto* serve para caracterizar situações em que uma variante estigmatizada socialmente pela tradição gramatical e / ou pela comunidade em geral assume um valor de prestígio em algum grupo, como modo de identificação social. O essencial no conceito é a inversão do valor social da variante: estigmatizada e, a o mesmo tempo, mais aceita.

Poder-se-ia dizer que o clítico apresenta uma situação inversa, no sentido de que é uma variante ao mesmo tempo prestigiada e inadequada (ou menos aceita) para o uso (“des-prestígio” oculto).

Referências

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (1986). *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. São Paulo: PUC-SP, Dissertação de Mestrado.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (1989). Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. IN: TARALLO, Fernando. (org). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas (SP): Pontes / UNICAMP. (Coleção linguagem-crítica).

FIORIN, José Luiz. Pragmática. (2004). IN: _____. (org). *Introdução à Lingüística II: Princípios de análise*. 3ª ed. São Paulo: Contexto.

LUCCHESI, Dante. (1998). *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da Lingüística neste século*. Lisboa: Colibri. (Estudos lingüísticos).

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs). (2003). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, José Lemos. (2000). *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Confessando a carne em *Grande Sertão: veredas*¹

Denise Carrascosa

UFBA – PPGLL
dcarrascosa@click21.com.br

Resumo

Este artigo articula um estudo crítico da narrativa de *Grande sertão: veredas* a um investimento metacrítico sobre alguns discursos que, historicamente, construíram um certo imaginário do corpo sexuado, desde a biologia do século XVIII à psicanálise freudiana no início do século XX. A hermenêutica que se faz da narrativa investe na potência desconstrutora da análise da localização do personagem Diadorim como corpo-simulacro, que desestabiliza alguns centros estruturais representados nas imagens dos demais corpos circulantes, construídos para gerar um efeito de cenário estático, contra o qual se projeta a dinâmica desta personagem. A construção crítica desta sistemática de representação literária movimenta-se a partir do lugar-olhar do narrador Riobaldo, que estrutura o seu entorno e se estrutura como sujeito a partir de uma certa tecnologia cristã de subjetivação: a confissão.

Palavras-chaves: *Grande sertão: veredas*; Crítica; Corpo; Confissão.

Abstract

This article articulates a critical study of the narrative of *Grande sertão: veredas* to a metacritical investment in some discourses that have historically constructed a certain imagery of the sexed body, from the eighteenth century's biology to the Freudian psychoanalysis at the beginning of the nineteenth century. The hermeneutics of narrative invests in the deconstructionist power of the analysis that places the character Diadorim as a simulacrum body that unsettles some structural centers represented by the images of the other circulating bodies, constructed to generate a static scenario effect, towards which the dynamics of this character is projected. The critical building of this literary representation system is oriented from the look place of the narrator Riobaldo, that structures his surrounding and himself as a subject based on a certain Christian technology of individualization: confession.

Key-words: *Grande sertão: veredas*; Criticism; Body; Confession.

Introduzir é pôr as cartas na mesa

Este artigo articula um estudo crítico da narrativa de *Grande sertão: veredas* a um investimento metacrítico sobre alguns discursos que, historicamente, construíram um certo imaginário do corpo sexuado, desde a biologia do século

¹ Este artigo constitui resultado da reformatação do capítulo III da dissertação homônima, defendida e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Literatura da UFBA.

XVIII à psicanálise freudiana no início do século XX. A hermenêutica que se faz da narrativa investe na potência desconstrutora da análise da localização do personagem Diadorim como corpo-simulacro, que desestabiliza alguns centros estruturais representados nas imagens dos demais corpos circulantes, construídos para gerar um efeito de cenário estático, contra o qual se projeta a dinâmica desta personagem. A construção crítica desta sistemática de representação literária movimenta-se a partir do lugar-olhar do narrador Riobaldo, que estrutura o seu entorno e se estrutura como sujeito a partir de uma certa tecnologia cristã de subjetivação: a confissão.

No interior desse horizonte epistemológico, até aqui apenas insinuado, a narrativa de *Grande sertão: veredas* foi selecionada para análise por uma questão de política crítica. Não há, na crítica literária brasileira "autorizada" sobre a obra de Guimarães Rosa, a não ser por alguns acenos, referência à relação de desejo carnal, homoerótica em alguns momentos, homofóbica em outros, que se pinta nas zonas de sombra na narrativa roseana.

No prefácio da coletânea *Guimarães Rosa: ficção completa*, lançada pela editora Nova Aguilar em 1994, Eduardo Coutinho acentua o caráter formalista da fortuna crítica roseana, sinalizando o tom dos ensaios críticos que o sucedem e sua ênfase no sentido estilístico da obra de Rosa. Ademais, em nossa revisão bibliográfica do que se tem escrito contemporaneamente na academia, os títulos mesmos dos livros publicados constituem índices de uma certa tipologia "geral" da inserção crítica em *Grande sertão: veredas*, constituída por uma abordagem metafísico-formalista: *João Guimarães Rosa: metafísica do Grande Sertão; o O: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas; João Guimarães Rosa e a saudade; Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens; Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa; A astúcia das palavras: ensaios sobre Guimarães Rosa*.

A própria crítica literária homoerótica brasileira parece também não querer aventurar-se a desestabilizar a entronização que, durante décadas, vem sendo

promovida a partir de leituras que perpetuam a obra em suas referências metafísicas. A revisão bibliográfica, empreendida nesta seara de estudos, permitiu o encontro com uma vasta produção acadêmica brasileira, embora recente (entre o final dos anos 90 e este início de século), que analisa inúmeras obras da nossa literatura, sobretudo as contemporâneas, a partir do instrumental dos estudos de gênero e dos estudos gays e lésbicos, mas que não ousa referir-se a *Grande sertão: veredas*. Este fato é sinalizado por João Silvério Trevisan em *Devassos no paraíso*. Fato que pude constatar em minha participação no II Congresso Internacional da ABEH (Associação Brasileira de Estudos Homoeróticos), realizado na UNB em junho de 2004, conforme seus anais, bem como, no IX Congresso Internacional da ABRALIC, realizado na URGs em julho de 2004, em seu simpósio *Erotismo e escrita – processos de subjetivação*.

Quanto aos periódicos consultados, refiro-me, dentre outros, aos *Cadernos Pagu*, revista do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, à revista *Gênero*, do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero da UFF, e mesmo à revista *Gragoatá* desta mesma universidade, publicada no segundo semestre de 1997, intitulada *Figurações do gênero e da identidade*.

Grande sertão: veredas foi publicado por João Guimarães Rosa, em maio de 1956 e inscreve-se na ruptura da tradição literária brasileira. A partir de então, tornam-se constantes as menções à “revolução” que Guimarães teria empreendido na linguagem ficcional, o “corte” no discurso tradicional da ficção brasileira em relação à linguagem, etc.,etc. Neste cenário, passa a ocupar uma posição simbólica paradigmática no imaginário dos estudos literários brasileiros. A ausência de intervenção crítica sobre o *Grande Sertão* pelo viés discursivo dos estudos *queer* parece contraditória em relação à proposta desconstrucionista e descentrada do campo, especialmente se considerarmos que esses estudos já mencionaram obras anteriores e posteriores à rosena.

Neste sentido, este trabalho propõe uma leitura da narrativa seminal da identidade autoral de Rosa, que imprima a uma das dimensões da análise o

sentido da visibilização de questões de relevância ideológico-política, no discurso crítico sobre obras “canônicas”. Será abordado, portanto, o problema das representações do corpo sexuado que geram vetores de reforço e/ou resistência a um discurso matricial ocidental, instaurador da sexualidade dos corpos sociais.

Com esta motivação, a intervenção crítica sobre a narrativa de *Grande Sertão*, que aqui recortamos, sistematiza alguns dos conceitos de Michel Foucault e Judith Butler sobre sexualidade e corpo, buscando torná-los rentáveis na construção da análise em dois momentos que se sucedem. O primeiro articula a teoria *foucaultiana* da confissão como forma discursiva ao formato narrativo de alguns corpos-personagens, aqui chamados de “confessáveis”. O segundo pensa a personagem Diadorim como sujeito “inconfessável”, a partir da articulação de sua narrativa à noção de Butler de “produção de sujeitos inteligíveis”, a contrastar com um fundo que gera sua ininteligibilidade e, por isso mesmo, sua nitidez.

Confissão e produção discursiva do sujeito de desejo ocidental

A carne é a própria subjetividade do corpo, a carne cristã é a sexualidade presa no interior dessa subjetividade, dessa sujeição do indivíduo a ele mesmo, e este foi o primeiro efeito da introdução do poder pastoral na sociedade romana.
MICHEL FOUCAULT.

A contrapelo de uma história tradicional da sexualidade ocidental, Michel Foucault, em sua obra inacabada, *História da sexualidade*, tece esta narrativa a partir de duas objeções fundamentais. A primeira delas argumenta a favor de escrever uma história da sexualidade a partir dos vetores de força que a impulsionaram, em lugar de tomar como forças paradigmáticas suas pretensas fontes de proibição. A segunda delas objeta o processo naturalizante de uma narrativa histórica que estabelece o cristianismo como fonte primária de toda moral repressiva, antes fazendo compreender o mundo helênico como espaço em que as forças que organizariam posteriormente a repressão já circulavam de forma embrionária. Nesse deslocamento, portanto, defende Foucault a tese

de que o cristianismo não teria sido responsável pelo aporte de novas interdições morais à dinâmica social. Seu papel teria sido o da instauração, no mundo helênico, de novas "técnicas de si", técnicas de produção de sujeitos, a integrar uma história da moral sexual a partir dos primeiros séculos da era cristã. (FOUCAULT, 2003, p. 63 - 64).

No âmbito dessa nova tecnologia, ganha força a figura do pastorado, como poder oblato, sacrificial, individualista, que se orienta por uma necessidade de salvação, obrigação individual, que só pode se dar num processo de intermediação entre o divino e um outro. Esse outro, o pastor, está autorizado a exigir uma obediência cega e total, porque o processo de culpabilização do indivíduo lhe coloca na posição de vigiar e intermediar a punição (FOUCAULT, 2003, p. 65-70). A obediência, portanto, é outra figura de fundamental importância dentro do sistema de pensamento cristão, que já tinha seu vetor de força esboçado na relação mestre/discípulo do mundo helênico.

No mundo cristão, o pastor concentra o conhecimento dos mandamentos de Deus e, a fim de orientar suas ovelhas no sentido da salvação, precisa conhecer sua interioridade, o que se dá pelo mecanismo da confissão – exame de consciência que leva à produção de uma verdade interior, que só pode se dar via pastor. A figura da confissão se estabelece, portanto, como técnica de si de um sujeito cristão que vai se tornando cada vez mais cheio de uma interioridade espiritual, a qual deve dar a conhecer a fim de poder dominar a dimensão material, associada ao mal materializado na imagem da carne. O ato de confissão, em última instância, trata de desalojar de si o poder daninho do mal (FOUCAULT, 2003, p.70).

Mediante a tecnologia de subjetivação cristã de volta para um interior e para a tomada de consciência sobre os desejos do corpo, a serem vistos como fraquezas em face de uma espiritualidade pura a ser alcançada, a carne cristã passa a ser a sexualidade presa no interior de uma subjetividade. O imaginário de uma *ars sexualis*, regida por princípios de prazer, verte-se em desejo a ser reprimido, como resultado da sujeição do indivíduo a ele mesmo. Configura-se,

então, a associação do desejo a uma força maligna contra a qual o sujeito deve lutar para alcançar uma verdade espiritual e alta.

Em seu volume I da *História da sexualidade*, Foucault desenvolve uma teorização que se orienta no sentido da negação da hipótese repressiva, segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo no século XVII teria restringido rigorosamente os atos e falares sexuais ao sacrossanto espaço da família burguesa, em suas necessidades de reprodução. Colocando uma série de questões à suposta Idade da Repressão, o texto foucaultiano desconstrói a lógica das proibições, recusas e negações vitorianas, para entender ali uma tática de proliferação discursiva eivada de uma vontade de saber sobre o sexo, que serve de suporte e instrumento à governabilidade dos corpos (FOUCAULT, 2001, p. 9-18).

Entre discursos demográficos, pedagógicos, médicos, psiquiátricos e jurídicos sobre a sexualidade, o jogo católico da confissão² se intensifica como técnica meticulosa de exame de si na qual tudo deve ser dito: a colocação do sexo em discurso se articula à suposição do despropósito sexual como peças de um mesmo dispositivo na figura da confissão, uma forma discursiva que durante séculos teria encerrado a verdade do sexo e conformaria a matriz geral a reger a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo (FOUCAULT, 2001b, p. 61-62).

A partir da intersecção de duas modalidades de produção da verdade: os procedimentos da confissão e a discursividade científica, analisa Foucault o surgimento do discurso psicanalítico no século XIX: *scientia sexualis* que operaria através da codificação clínica do fazer falar, *ciência-confissão* que assumiria como método o ritual da confissão e como objeto o inconfessável confesso (FOUCAULT, 2001b, p.63-64).

² Em francês, há dois termos para a palavra confissão: *aveu* e *confession*. O primeiro, mais geral significa 'declarar', "admitir"; o segundo tem o sentido religioso estrito do sacramento. Segundo a nota do tradutor para o português, os termos são empregados como sinônimos no texto (FOUCAULT, 1985, P.58).

A partir dessa lógica operacional de poder-saber, seria desenvolvida uma certa teoria geral do sexo no século XIX, a engendrar um dispositivo da sexualidade, encarnado no corpo em termos de elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres. Essa unidade discursiva artificial faria funcionar o corpo como ponto de captação dos discursos que se multiplicavam sobre o sexo (FOUCAULT, 2001b, p.144-146).

Neste mapeamento da obra de Foucault em torno da questão da sexualidade, pode-se perceber a figura do corpo, no texto foucaultiano, desconstruída quanto à sua associação à carne cristã, ao mal, ao desejo que se deve conter, a uma verdade escondida, profunda, a uma interioridade que precisa ser purificada via confissão. O corpo ainda é o resultado de um processo de subjetivação na trajetória estética de constituição de um homem de desejo, que Foucault desenha a partir de certa tecnologia de si, da cena helênica à cristã.

Corpos confessáveis nas veredas roseanas

Em *Grande sertão: veredas*, a vontade da narrativa busca o corpo como via de compreensão da experiência, de percepção do real. A narrativa constitui uma retravessia da experiência pela memória, que busca a apreensão do vivido pelo narrado. É a partir da revelação de um corpo feminino sob o signo do masculino que a narrativa precisa iniciar, para tentar compreender a articulação dos signos da identidade social, sexual e corpórea. Deste ponto, os signos do corpo serão a teia no interior da qual a experiência do vivido será narrada. Na tentativa de decifração dos sinais do corpo, a memória opera – essa memória, rede de discursos histórico-culturais.

A verdade de um corpo se quer ver confessada pela voz de Riobaldo; querer movido por uma força de vontade de revelação de uma verdade escondida, a verdade da compreensão da experiência, compreensão que se opera a partir dos signos do corpo: “Eu vivia com meu bom corpo. Alguém há de achar algum regime melhor? (ROSA, 1982, p.95)

Confissões da carne³

A confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a, intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação [...]. Não se trata somente de dizer o que foi feito – o ato sexual – e como, mas de constituir nele, ao seu redor, os pensamentos e obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém

MICHEL FOUCAULT

A voz narrativa de Riobaldo se introduz no amplo espaço do sertão, buscando caminho para a compreensão de uma verdade. Nesse trajeto, anuncia desde já uma voz de interlocução silente: “O senhor tolere, isto é o sertão” (ROSA, 1982, p.9). Esta escuta que permeia todo o processo narrativo se impõe a cada “senhor” invocado como instância de consentimento, de avaliação, de culpabilização, de absolvição. Permite a relação mestre/discípulo, pastor/ovelha, confidente/penitente, único processo possível para o alcance da verdade que se busca revelar.

O narrador, em contra-ponto, ao posicionar o interlocutor como voz de assentimento e interdição, ocupa o local do servidor que se diz dócil e obediente; mas, na relação de negociação entre a fala e o silêncio, o discurso prevalece e o silenciado se conduz à revelação de uma verdade. O narrador, portanto, voz passiva e ativa nos caminhos pelos quais envereda, vai também construindo sua verdade de si no processo do contar:

Medo de errar. Sempre tive. Medo de errar é que é a minha paciência. Mal. O senhor fia. Pudesse tirar de si esse medo-de-errar, a gente estava salva. O senhor tece? Entenda meu figurado. Conforme lhe conto: será que eu mesmo já estava pegado do costume conjunto de ajagunçado? (ROSA, 1982, p.142).

E neste processo narrativo-confessional, o contar histórias passa a ser vereda para o saber. A narrativa se posiciona na mesma altura da ciência, da religião,

³ *Confissões da carne* seria o título do último volume da *História da sexualidade*, reprojeta da por Foucault no prefácio ao II volume.

da filosofia, como processos de conhecer que vão significando a experiência do real:

O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe sou cão mestre – o senhor solte em minha frente uma idéia ligeira, e eu rastreio ela por fundo de todos os matos, amém! [...] Eu cá não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue. (ROSA, 1982, p.15).

A narrativa, assim como outros saberes, é tecida como via de acesso ao conhecimento, a uma investigação de idéia que se perscruta, mas que também se tece à rede discursiva. O saber não figura apenas verdade a ser iluminada em um lugar obscuro. A verdade é feita da mesma matéria da busca. O conhecimento se dá na própria “travessia” e não fora dela. O conhecimento que se persegue estrutura o próprio saber numa lógica hermenêutica em que tudo é discurso. Por essa razão é que a narrativa de Riobaldo não tem forma fixa; à semelhança do sertão, não se encerra dentro de uma única lógica; é narrativa em cuja textura se busca imprimir o sistema de como as coisas se dariam no real: sem forma racional, que a linguagem faz caber no pensável:

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. (ROSA, 1982, p.78).

Esta narrativa sem centro epistemológico ou ontológico pulsa na mesma frequência da memória do corpo, relembando suas sensações e estruturando-se a partir de sua lembrança:

Mesmo o que eu estou contando, depois é que eu pude reunir lembrado e verdadeiramente entendido – porque enquanto coisa assim se ata, a gente sente mais é o que o corpo a próprio é: coração bem batendo. Do que o que: o real roda e põe diante – “essas são as horas da gente. As outras de todo tempo, são as horas de todos” (ROSA, 1982, p.108).

[...] sucedia uma duvidação, ranço de desgosto: eu versava aquilo em redondos e quadrados. Só que coração meu podia mais. O corpo não traslada mas muito sabe, advinha se não entende (ROSA, 1982, p.26).

A memória que se representa no fiar da narrativa vai buscando o corpo na compreensão das experiências passadas, um corpo que se apresenta carne no desejo de sangue: “a gente viemos do inferno [...] duns lugares inferiores, tão monstro-medonhos [...] as ruindades de regra que executavam em tantos pobrezinhos arraiais: baleando, esfaqueando, estripando, furando os olhos, cortando línguas e orelhas” (ROSA, 1982, p.40).

Desta carne que se fala, de uma carne que se pensa em um espaço inferior e baixo, desta carne se origina a vontade de saber da narrativa, que por meio dela se conduz, no sentido de uma alta verdade. O inferior e o superior dialogam numa relação de simbiose em que um não sobrevive sem o outro, nas vozes de silêncio e fala, de esquecimento e memória. A compreensão da simbologia do corpo perfaz via de acesso à verdade de sua construção histórica. Para a vontade de saber na narrativa de *Grande sertão: veredas*, a memória da carne é vereda que atravessa a verdade vazia do sertão.

Construção de corpos sexuados em narrativa

Mas o senhor releve eu estar glosando assim a seco essas coisas de se calar no preceito devido. Agora: o tudo que eu conto, é porque acho que é sério preciso
JOÃO GUIMARÃES ROSA

Os corpos sexuados, projetos de fronteira para identidades culturais e desejos, circulam na narrativa de Riobaldo nas suas mais diversas formas, em imagens que reproduzem ou representam o imaginário discursivo de construção histórico-cultural do sexo, como categoria cultural, encarnado nos corpos que experimentam o real.

No sentido de uma “bio-lógica” de ontologização dos corpos sexuados como matéria natural e anterior a toda palavra cultural, atravessam a narrativa

corpos rijos de jagunços, em imagens que associam sua masculinidade à ordem da natureza:

[...] nunca vi cara de homem fornecida de bruteza e maldade mais, do que nesse. Como era urco, trouxe de atarracado, reluzia um cru nos olhos pequenos, e armava um queixo de pedra, sombrancelhonas; não demedia nem testa. Não ria, não se riu nem uma vez; mas falando ou calado, a gente via sempre dela algum dente, presa pontuda de guará. Arre, e bufava um poucadiinho. Só rosneava curto, baixo, as meias palavras encrespadas. (ROSA, 1982, p.17).

Nesse sentido, o corpo vai ganhando consistência e cor nas batalhas travadas entre homens. O corpo vira carne, ossos e sangue nas pelejas do ofício de jagunçagem e, embora a ruína do corpo masculino pela doença seja representada, a força do macho não se desmancha na memória narrativa, não se desarticulando de sua rigidez natural:

A ser que Medeiro Vaz, por esse tempo, já acusava doença a quase acabada – no peso do fôlego e no desmancho dos traços. Estava amarelo almecegado, se curvava sem querer, e diziam que no verter água ele gemia. Ah, mas outro igual eu não conheci. Quero ver o homem deste homem!... Medeiro Vaz – o *Rei dos Gerais*. (ROSA, 1982, p.51).

O poder de fogo do homem, sua potência de guerra e combate se associam a imagens masculinizadas do corpo natural, do corpo que mimetiza jeitos de bichos:

O ar todo do campo cheirava a pólvora e a soldados. Diante de mim, nunca terminava de atar as correias do gibão um Cunha Branco, sarado, cabra velho guerreiro: ele boiava língua em boca aberta. (ROSA, 1982, p.56).

Respirei: a gente sorvia o bafejo – o cheiro de crinas e rabos sacudidos, o pêlo deles, de suor velho, semeado das poeiras dos sertão [...] Ali deviam estar alguns dos homens mais terríveis sertanejos (ROSA, 1982, p.92).

Os jagunços, em sua preparação para o combate, corpos rijos conduzidos pela pulsão de adentrar a aridez do sertão e prostituir a sua pureza, deixam seus rastros de sangue, que fecundam o chão de morte e de vida, mas antes afiam os próprios dentes, como feras:

Pois não era que num canto, estavam uns permanecidos todos se ocupando num manejo caprichoso, e isto que eles executavam: que estavam desbastando os dentes

deles mesmos, aperfeiçoando os dentes em pontas! [...] a poder de gume de ferramenta por amor de remedar o aguçoso de dentes de peixe feroz do rio de São Francisco – piranha redoleira [...] às vezes sangue babava (ROSA, 1982, p.127).

E para matarem o instinto da fome do corpo, comem corpos de outros bichos, que estripam, retalham, sangram, penetrando com seus punhais a carne morta que aguarda passiva e feminina: “iam ajudar a retalhar o porco, porção que se levava dali, em carne e toucinhos” (ROSA, 1982, p.185).

Num movimento inverso, a própria terra se revela em sua natureza humana, executando movimentos sensuais de um corpo seco, mas ardiloso, um corpo representado com um sentido de aridez que oculta uma profundidade, o corpo-terra da mulher sertaneja:

O chão deles consiste duro enxuto, normal que engana; quem não sabe o resto, vem, pisa, vai avançando, tropa com cavalos, cavalama. Seja sem espera, quando já estão no meio do caminho, aquilo sucrepa: pega a se abalar, ronca, treme escapulindo, feito gema de ovo na frigideira. Ei! Porque, debaixo da crosta seca, rebole ocultado um semifundo, de brejão engulidor (ROSA, 1982, p.54).

A respeito de um certo imaginário de corpos sexuados que formata as relações sociais do sertão, o falo aparece como símbolo de macheza e de coragem, da própria vida do jagunço: “Me dá saudade é de pegar um soldado e tal, pra uma boa esfola, com faca cega... Mas, primeiro, castrar...” (ROSA, 1982, p.20)

O imaginário de complementaridade dos sexos opostos, em suas forças de penetração e recepção, em seus princípios de atividade e passividade, respectivamente masculino e feminino, geram imagens que se apresentam homofóbicas na narrativa de Riobaldo:

Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá sucuri geme. Cada sucureiú do grosso: voa corpo no veado e se enrosca nele, abofa – trinta palmos! Tudo em volta é um barro colador, que segura até casco de mula, arranca ferradura por ferradura. Com medo de mãe-cobra, se vê muito bicho retardar ponderado, paz de hora de poder água beber, esses escondidos atrás das touceiras de buritirana (ROSA, 1982, p.27).

A impossibilidade da junção das valências positivas é estéril e resulta em morte, o que gera sua fobia e esconderijo na sombra.

A figura do incesto ainda aparece na narrativa, em uma imagem de proibição social associada ao castigo corporal, como ponto de inserção de punição por uma força metafísica:

Pois essa história foi espalhada por toda parte, viajou mais, se duvidar, do que eu ou o senhor, falavam que era sinal de castigo, que o mundo ia se acabar naquele ponto, causa de, em épocas, terem castrado um padre, ali perto umas vinte léguas, por via do padre não ter consentido de casar um filho com sua própria mãe. (ROSA, 1982, p.59).

O crime, interdição do incesto, categoria cultural, é vinculado à perda de parte do próprio corpo – o falo, como potência de vida, de ascendência social de um sobre outros. Corpo e cultura encontram-se, então, definitivamente vinculados.

O corpo do homem tem em sua simbologia extensões que o extrapolam, mas o continuam: “Que eu não entendia de amizades, no sistema de jagunços. Amigo era o braço, e o aço!” (ROSA, 1982, p.138). Braço, como dado fisiológico, e aço, como produto culturalmente modificado, estão aí interligados no mesmo signo da afetividade e da masculinidade.

Os instrumentos, que figuram a imagem do falo, do seu poder de força e penetração, mediam o processo de subjetivação sexual do menino, que apreende um papel social masculino, pela posse dos objetos fálicos, o que articula mais uma vez corpo e identidade sexual.

Os nomes dos jagunços são ainda extensão de seus corpos sexuais, que se perpetuam na memória do sertão com uma potência bélica: “Meu nome d’ora por diante vai ser ah-oh-ah o de *Zé Bebelo Vaz Ramiro!* Como confiança só tenho em vocês, companheiros, meus amigos: *zé-bebelos!* A vez chegou: vamos em guerra. Vamos, vamos, rebentar com aquela cambada de patifes!...” (ROSA, 1982, p.74).

Para encarnar o cenário sexuado do sertão, outras lógicas discursivas ainda são produtivas. Descolam-se natureza e identidade social com um investimento em imagens, cujo implícito dos corpos se esconde atrás de movimentos masculinos ou femininos: “Órfão de conhecimento e de papéis legais, é o que a gente vê mais, nestes sertões. Homem viaja, arrancha, passa: muda de lugar e de mulher [...]” (ROSA, 1982, p.35).

Nesse sentido, pintam-se cenas em que os movimentos do corpo não são feitos da matéria do sexo, da natureza; encenam-se corpos movidos a gestos ensaiados na representação da vida social: “Ele pitava era charutos. Mais me disse: - ‘Sei senhor homem valente, muito valente... Eu precisar de homem valente assim, viajar meu, quinze dias, sertão agora aqui muito atrapalhado, gente braba, tudo...’” (ROSA, 1982, p.57).

As figuras do masculino são desenhadas nos atos bélicos, em uma lógica de dureza disciplinar: “E chefe será. Baixamos nossas armas, esperamos vossas ordens” (ROSA, 1982, p.71). Seus movimentos são guiados pela racionalidade do homem que planeja e pensa antes de executar: “Zé Bebelo simplificava os olhos, e perguntando e ouvindo avante. Às vezes riscava com ponta duma vara no chão, tudo representado. Ia organizando aquilo na cabeça” (ROSA, 1982, p.73). A voz de comando reveste a firmeza da coragem irrestrita: “[...] no tiroteio de inteira noite, Andalécio comandava e esbarrava, para gritar feroz: - ‘Sai pra fora cão! Vem ver! Bigode de homem não se corta!’” (ROSA, 1982, p.129).

Os atos de vigor e coragem são associados ao masculino na figura de um pai que interdita aparências de movimentos associados à feminilidade: “Carece de ter coragem [...] Meu pai disse que não se deve ter [...] Meu pai é o homem mais valente deste mundo [...] Ah, tu: tem medo não nenhum?” (ROSA, 1982, p.83).

O homem sertanejo mostra na secura e velocidade dos gestos as representações de sua masculinidade: “eu, com minhas armas, matadeiras,

tinha dado revolta contra meu padrinho, saíra de casa, aos gritos, danado no animal, pelo cerrado afora, capaz de capaz! (ROSA, 1982, p.96).

A estética da macheza compõe-se ainda na referência simbólica ao figurino da indumentária bélica: “Por via de sua macheza. Ah, Zé Bebelo era o do duro – sete punhais de sete aços, trouxados numa bainha só!” (ROSA, 1982, p.101).

Ainda a voz narrativa busca, em seu processo de identificação, os signos da masculinidade nos seus modos de ser, de agir e de contar a própria história:

Mas, aí, eu fiquei inteiriço. Com a dureza de querer, que espremi de minha sustância vexada, fui sendo outro, eu mesmo senti: eu Riobaldo, jagunço, homem de matar e morrer com a minha valentia. Riobaldo, homem, eu, sem pai, sem mãe, sem apego nenhum, sem pertencências. Pesei o pé no chão, acheguei meus dentes. Eu estava fechado, fechado na idéia, fechado no couro. (ROSA, 1982, p.155).

Nesta descrição, Riobaldo representa a macheza como um tornar-se, deslocado de um fundamento natural, materializado no comportamento, no portar-se do corpo que transforma uma subjetividade em masculinidade.

Já os corpos femininos, certas vezes aparecem como um só, em uma identidade comum, compondo forma única bem definida:

Nas folgas vagas, eu ia com os companheiros, obra de légua dali, no Leva, aonde estavam arranchadas as mulheres, mais de cinqüenta. Elas vinham vindo, tantas, que, quase todo dia, mais tinham de baratear [...] Onde é que já se viu homem valer, se não tem à mão estadas raparigas. (ROSA, 1982, p.102).

Aparecem, muitas vezes, como efeito de uma narrativa de homem, incorporando as expectativas do olho masculino: “[...] mulher casada, filha do Malinácio. E ela era bonita, sacudida. Mulher assim de ser: que nem braçada de cana – da bica para os cochos, dos cochos para os tachos” (ROSA, 1982, p.110).

O corpo da mulher, no ato sexual, entrega-se numa passividade amedrontada, subordina-se imóvel como cenário, ornamento, receptáculo do sêmen, em obediência cega:

Ao cabo que pude, a moça – fechado os olhos – não bulia [...]. A moreninha miúda essa se sujeitou fria estendida, para mim ficou de pedras e terra. Ah, era que nem eu nos medonhos fosse – e, o senhor crê? – a mocinha me agüentava era num rezar, tempos além. (ROSA, 1982, p.133).

O corpo feminino, ainda, é cantado em tom de romance, que o afasta do desejo carnal, associando-o a um amor purificado, na sua busca por uma união espiritual:

Coração cresce de todo lado [...] Coração mistura amores. Tudo cabe. Conforme contei ao senhor, quando Otacília comecei a conhecer [...] só vislumbrei graça de carinha e riso e boca, e os compridos cabelos, num enquadrado de janela, por o mal aceso de uma lamparina (ROSA, 1982, p.145).

A partir dessas cenas, nessas diversas figurações de corpos de homem e de mulher, desenham-se limites corporais que agrupam dentro de um espaço cercado, de forma rigidamente associada, dados da natureza, da anatomia corporal, do desempenho de papéis sociais e das formas de subjetivação. Essas fronteiras constituem o mecanismo de inteligibilidade da percepção, que reconhece nessas figuras formas familiares.

Na sobreposição de imagens de corpos, atos, e desejos, vai se formando uma figura que remenda o corpo sexuado, como um dado da natureza, à identidade sexual, como construção cultural e ao desejo sexual, como resultado deste movimento. Nesta figura, articula-se um jogo discursivo operado a partir de um centro fixo paradigmático, dentro da chave corpo-sexo-papel social-desejo. Este jogo estruturalista⁴ limita os corpos que circulam nessas cenas a movimentos previsíveis e perfeitamente inteligíveis na esfera da percepção do narrador, não lhe causando qualquer estranheza. São corpos que se fecham dentro de fronteiras imaginárias, não operando na narrativa qualquer efeito de travessia, mas que precisam ser confessados, porque se não são a carne em si mesmos, a revelação do desejo em si, compõem o cenário contra o qual o desejo se projeta e ganha nitidez.

⁴ Conforme a noção de Derrida de estruturalismo, segundo a qual a estrutura tradicional sempre se viu neutralizada por um centro, como ponto de presença e origem, que limitaria o seu jogo (DERRIDA, 1995, p.231).

PARA ALÉM DA MATRIZ CONFSSIONAL

Segundo Judith Butler, teórica reiteradamente citada pelo discurso *queer*⁵, a discussão sobre o corpo em sua construção histórico-cultural deve ser pensada como processo constitutivo de uma materialidade que se dá a perceber como natural. Tal processo se expressaria num discurso de sexualidade a diferenciar, demarcar e, finalmente, produzir os corpos que governa, mediante um sistema de normas constantemente reiteradas (BUTLER, 1993, p. xi).

Dentre os mecanismos de reiteração do sistema, a *performatividade*⁶ do gênero, constitutiva da materialidade dos corpos, materializa o sexo do corpo, demarcando a diferença sexual, a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. O sexo masculino/feminino, nessa perspectiva, não é simplesmente o que se tem ou uma descrição estática do que se é, ele constitui uma das normas sob as quais o indivíduo se torna viável, a qualificar um corpo para a vida inteira dentro do domínio de uma inteligibilidade cultural (BUTLER, 1993, p. 2).

A partir desse tipo de formulação, os estudos gays e lésbicos se deslocam do campo da teoria dos gêneros a constituir uma teoria própria, que passou a ser chamada pela academia norte-americana, nos anos 90, de teoria *queer*.

Partindo do princípio de que a identidade sexual, a orientação sexual e inclusive a sexualidade biológica, somente encontram possibilidade de rígida articulação pelo artifício discursivo, a teoria *queer* problematiza e desconstrói as figurações da identidade construídas a partir dos conceitos de "natural" e "normal". Ao investigar este sujeito *queer*, a teoria rearticula os estudos identitários anteriores, especialmente aqueles sobre o gênero feminino, a fim

⁵ *Queer*, originalmente, designa o homossexual, em linguagem coloquial e pejorativa, cuja tradução para o português brasileiro seria "bicha", "veado". Entretanto, a partir dos movimentos de afirmação homossexual dos anos 70, *queer* passou a designar o sujeito homossexual dotado de uma consciência política e não identificado com o discurso heterossexual dominante.

⁶ A noção de *performativity* constitui categoria analítica de Judith Butler para compreensão da maneira como os sujeitos, ao executarem suas *performances* sociais, ativam um conjunto de produção ritualizada e reiterada de normas de controle sobre a sexualidade (BUTLER, 1993, p. 95).

de congregar toda uma comunidade à qual, por diversas razões, não se aplique a identidade heterossexual cultural e historicamente construída.

Um sexo, pois, não existe a não ser no âmbito de uma injunção social que, ao construir a materialidade dos corpos, naturaliza a idéia de que um determinado sexo faça supor um determinado gênero, que faça supor um determinado desejo. É dentro desta rígida articulação que opera o contrato heterossexual, visto que o desejo “normal” é sempre o desejo pelo sexo narrado como oposto.

O discurso sobre os corpos, que se instaura a partir dos estudos *queer*, desconstrói ainda as narrativas do corpo, revelando-o como discursivamente constituído. Tais narrativas, revelam-se *mitoformes*⁷, na medida em que tecidas a partir de um mito de origem, cuja cena de fundação já foi repetidamente representada através da história: no imaginário helênico, pela encenação dos seres pré-históricos assexuados, divididos em dois sexuados dotados de sexos opostos e complementares, cujos destinos se orientariam no sentido da busca da metade originalmente perdida (PLATÃO, 1979, p.23); no imaginário cristão, a cena de invenção do homem e, então, da mulher, como fruto de sua costela, e complemento harmônico ao projeto divino da criação (Bíblia, Gn 2, 18); no imaginário científico, a partir da descoberta da presença ou ausência do falo, a definir o destino psíquico-social dos corpos (FREUD, 1976, p.309).

A partir dessas cenas míticas é que são historicamente construídos os corpos em torno de um único dado físico: o sexo. Desenham-se, pois, como projetos de fronteiras, no limite das quais se devem reger os comportamentos humanos, sob o signo de uma complementaridade imaginária, que toma como paradigma de legitimação um dado isolado da sexualidade, a reprodução. Desde sempre problematizada como mecanismo fundamental de subsistência da espécie humana, e regulamentada a partir dos interesses da *polis*, a reprodução é trazida para o centro fixo de um sistema discursivo de

⁷ Aqui, o termo é empregado no sentido que Derrida lhe empresta, ao analisar o discurso de Lévi-Strauss sobre o mito. A narrativa mitoforme seria aquela a ter em sua origem um mito estruturante de sua lógica (DERRIDA, 1995, p. 241).

sexualidade, ditando-lhe as regras de um jogo estruturalista, cuja rigidez afasta para a periferia uma multiplicidade de outras narrativas do mesmo tema.

A narrativa central dos corpos, a partir de uma lógica heterofalocêntrica, define os indivíduos como sujeitos de um gênero masculino ou feminino, estabelecendo uma relação fixa de continuidade entre sexo, gênero e desejo e marcando seus corpos como normais ou abjetos. Tal taxonomia se dá, portanto, na articulação de movimentos sócio-históricos datados, que se encontram tramados em redes discursivas de um poder que materializa a classificação social e a auto-identificação dos indivíduos a partir de seus corpos, mitologicamente narrados como pré-culturais.

Tal matriz discursiva da sexualidade, a partir da qual os sujeitos “normais” se constituem, requer a produção simultânea e marginal de um domínio de seres “anormais”, que circulam nas zonas do inabitável, a definir a zona limítrofe do sujeito culturalmente enquadrado. Nesse sentido, o sujeito, a partir de seus processos de identificação sexual, é constituído por uma força de exclusão, que produz um campo exterior ainda constitutivo deste mesmo sujeito; ou seja, um exterior abjeto que é interior ao sujeito como origem de seu próprio repúdio fundador (BUTLER, 1993, p. 3).

Pode-se compreender, portanto, este resultado ambivalente como resultante de um processo de subjetivação que, pelo artifício do discurso cultural, dá a perceber, como naturalmente excludente, aquilo que é produto de uma metodologia cultural taxológica. São construídos corpos/gêneros/sexualidades como centros paradigmáticos fixos, para um dos quais deve convergir a formatação dos sujeitos sexuados. O que está fora dessa metodologia que orienta a percepção cultural dos indivíduos, movimenta-se no campo do ininteligível, como formas de contornos imperceptíveis, numa ausência de estética reconhecível.

O corpo inconfessável do grande sertão

Na busca da narrativa pelo corpo como via de compreensão da experiência, de percepção do real, o corpo que se deseja é um corpo que sempre foge e não permite uma apreensão totalizadora. É um corpo distendido na narrativa, que não tem forma sólida, seu fulcro fragmentador é o personagem Diadorim. A voz de enunciação diz: “Diadorim é minha neblina” (ROSA, 1982, p.22).

Circulando entre essas imagens, pulsando dentro e fora desses círculos ressonantes, dança *o diabo na rua, no meio do redemunho*. De olhos verdes, Diadorim se apresenta em estilhaços fulgurantes, informe.

Instala-se o personagem na narrativa como uma dança insinuada que vai revelando ausência, mãos, braços, olhos... O nome é a primeira parte do corpo que se mostra: “Conforme pensei em Diadorim. Só pensava era nele” (ROSA, 1982, p.19).

Diá, sema em que se lê a noção de diabo, impulso caótico que fervilha em um ser, semanticamente oposto à relação com *dea*, sema em que está contida a noção de divindade (MACHADO, 1976, p. 66). *Dor*, intermédio, vereda, travessia sofrida para *Im*, que embora funcione como prefixo de negação, aqui se resignifica como sufixo neutro, sem marcação de gênero, composto de opostos.

Diadorim é o nome que primeiro aparece na narrativa para designar o amigo do narrador-personagem Riobaldo, nome presente no seu pensamento e na sua fala. *Reinaldo* é o nome que veste o jagunço como pulsão bélica de morte, num corpo que se apresenta vivo e masculino. *Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins*, nome da revelação final, como pulsão de vida do batistério, nome de um corpo feminino e morto.

Na contramão de uma intervenção crítica que articula essa pluralidade de nomes do personagem – na ordem supra apresentada – à hierarquia platônica

de Idéia, cópia e simulacro (HANSEN, 2000, p.130), pode-se ler o significante Diadorim como potência de um simulacro, não mais platônico, um simulacro deleuziano⁸.

Em sua leitura crítica do personagem Diadorim como uma alegorização do ambíguo, Hansen articula suas três designações aos três níveis platônicos de categorização do mundo. O nome de batismo, irrevelado a todos, estaria no nível da essência invisível, a Idéia; o nome do jagunço, que faz o personagem parecer homem, ocultando o nome real, estaria no nível da aparência fingida, a imagem, a cópia; finalmente, o nome Diadorim, ocultação, segredo e mentira, mas também revelação, seria mimese de mimese, fantasma, simulacro.

Parece, entretanto, nesta articulação platônica, que o personagem encarnado na força do nome Diadorim, perde sua potência de elemento desestruturante das percepções fixas da narrativa, ao mesmo passo que sistematizante de uma cosmologia transgressora.

Nesse sentido, analisa-se o conjunto de aparições e efeitos narrativo-discursivos do personagem a partir da noção deleuziana de simulacro que, ao contrário de afirmar uma lógica dicotômica aparência/essência, lê na pluralidade de nomes do personagem um sentido reversor, que desestrutura a sua constância, que a fratura e expõe a carne viva da sua motivação seletiva e hierarquizante.

O nome de batismo, *Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins*, alegoria da Idéia, ser, essência, que só se dá a revelar com a morte, batiza um corpo feminino e novo para Riobaldo. Associa-se à visão de um corpo total, que lhe

⁸ A noção de simulacro de Deleuze é constituída a partir da crítica *nietzscheana* ao simulacro platônico como mimese da mimese, desviante da Idéia. Deleuze ressignifica este simulacro, em uma lógica reversora do platonismo, para afirmar o simulacro como potência transgressora (DELEUZE, 1964, p.262)

estava oculto e que se lhe revela morto. Corpo feminino infértil, origem de vida e paralisado pela morte, a Idéia platônica, absoluta, essencial, paralisada, configura-se, então, como uma impossibilidade.

Que Diadorim era o corpo de uma mulher, moça perfeita... Estarreci. A dor não pode mais do que a surpresa. A coice d'arma de coronha... Ela era. Tal que assim se desencantava, num encanto tão terrível [...] Eu estendi as mãos para tocar naquele corpo, e estremeci, retirando as mãos para trás, incendiável: abaixei meus olhos (ROSA, 1882, p. 454).

Da matriz de Itacambira, onde tem tantos mortos enterrados. Lá ela foi levada à pia. Lá registrada assim. O senhor lê. De *Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins* (ROSA, 1882, p. 458).

Reinaldo, o nome do jagunço, alegoria da imitação, pode não reproduzir a forma da Idéia (feminina), mas repete e continua o seu princípio ativo de relação estreita entre vida e morte, se formata na pulsão da morte que norteia a vida da jagunçagem.

O Reinaldo. Diadorim, digo. Eh, esse sabia ser homem terrível. Suspa! O senhor viu onça: boca de lado e lado, raivável pelos filhos? Viu rusgo de touro no alto campo, brabejando; cobra jararacussu emendando sete botes estalados; bando doido de queixadas se passantes, dando febre no mato? E o senhor não viu o Reinaldo guerrear!..." (ROSA, 1982, p.123).

Diadorim é o nome desarticulador da percepção de Riobaldo, não como mimese da mimese, mas antes como conjunção das forças do masculino e do feminino, da vida e da morte, de deus e do diabo, a revelar os outros corpos como centros de continuidade e semelhança, centros falseados pela percepção, centros de limite, centros esterilizados, centros de morte. Diadorim é o nome que sobrevive na narrativa de Riobaldo: "Pois então: o meu nome, verdadeiro, é *Diadorim*... Guarda este meu segredo. Sempre, quando sozinhos a gente estiver, é de Diadorim que você deve me chamar, digo e peço Riobaldo..." (ROSA, 1982, p.121).

Diadorim é o significante que diz a verdade do personagem em sua polivalência semântica. É o signo cuja complexidade só Riobaldo pode apreender em seu apelo singular.

Assim eu ouvi, era tão singular. Muito fiquei repetindo em minha mente as palavras, modo de me acostumar com aquilo. E ele me deu a mão. Daquela mão, eu recebia certezas. Dos olhos, os olhos que ele punha em mim, tão externos, quase tristes de grandeza. Deu alma em cara. Adivinhei o que nós dois queríamos – logo eu disse: - *'Diadorim... Diadorim!'* – com uma força de afeição. Ele sério sorriu. E eu gostava dele, gostava, gostava. (ROSA, 1982, p.121).

Diadorim é um nome único. Causa efeito de estranheza à percepção de Riobaldo que, para o tornar inteligível, necessita de uma forma familiar, corpórea, que dialogue com sua memória afetiva. A mão, os olhos de Diadorim, todos signos familiares da afetividade que os liga, constituem via de acesso à incorporação do estranho nome pelo discurso do narrador que, a partir de então, percebe-o pronunciável: *"Diadorim... Diadorim!"*.

O simulacro platônico, que a força deste personagem reverte na cosmologia narrativa, constitui fantasma – falso pretendente, posto que em muito afastado da Idéia – que dá essência ao verdadeiro pretendente no mundo da representação legítima. Nesse sentido, o simulacro se constrói a partir do desvio do mundo das Idéias, de sua subversão. Por sua dessemelhança, o fantasma se configura como falso pretendente e deve ser recalcado, submerso, em função da emergência da verdadeira cópia, que reproduz uma certa essência original (DELEUZE, 1974, p. 262).

Contudo, apesar de não guardar coerência com a existência essencial, o simulacro mantém uma existência estética que, por ardil, visa gerar uma impressão de semelhança no observador, trazendo-o para dentro de sua lógica:

O simulacro inclui em si o ponto de vista diferencial; o observador faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista. Em suma, há no simulacro um devir-louco [...] um devir sempre outro, um devir subversivo das profundidades, hábil a esquivar o igual, o limite, o Mesmo, ou o Semelhante: sempre mais e menos ao mesmo tempo, mas nunca igual. (DELEUZE, 1974, p. 264).

Encenando seu efeito estético, Diadorim, este simulacro, emerge da profundidade de onde estaria recalcado para gerar no seu observador, Riobaldo, uma multiplicidade diversa de sensações, dentre as quais, aquela

que o absorve para a identificação através da memória do desejo materno, quando as coisas não tinham formas tão definidas em seus limites culturais e os horizontes sógnicos eram mais amplos: “os afetos. Doçura do olhar dele me transformou para os olhos da velhice de minha mãe. Então, eu vi as cores do mundo. Como no tempo em que tudo era falante, ai, sei.” (ROSA, 1982, p. 115).

Diadorim movimenta-se na narrativa entre corpos que operam nos limites de uma matriz discursiva da sexualidade: jagunços, prostitutas e mulheres casadas, em suas figuras sexuadas; crianças, padres e moças virgens, como figuras assexuadas. Todos, produzindo-se a partir de tal matriz, circulam na zona cognitiva do habitável, do reconhecível pela voz da narrativa. Já Diadorim, em seus movimentos limítrofes, oscila entre o domínio de seres normais e anormais, circulando entre a normalidade e a marginalidade.

O personagem-fenômeno compõe, em uma única figura, um sujeito em sua identificação sexual e seu exterior, excluído de si pelo processo de subjetivação. Riobaldo, ao se relacionar com essa possibilidade impensável, por um efeito de identificação com a figura em que vê a completude que lhe falta, deseja esse seu exterior abjeto, que descobre interior a si, na origem da formação de seu repúdio fundador.

A vai, coração meu foi forte. Sofismei: se Diadorim segurasse em mim com os olhos, me declarasse as todas as palavras? Reajo que repelia. Eu? Asco! Diadorim parava normal, estacado, observando tudo sem importância. Nem provia segredo. E eu tive decepção de logro, por conta desse sensato silêncio? [...] Resumo que nós dois, sob num tempo, demos pra trás, discordes. Diadorim desconversou, e se sumiu por lá, por aí, consoante a esquisitice dele, de sempre às vezes desaparecer e tornar a aparecer, sem menos. Ah, quem faz isso não é por ser e se saber pessoa culpada? (ROSA, 1982, p. 50)

O corpo de Diadorim, estilhaçado em fragmentos que vão aparecendo ao leitor de forma impressionista, não pode ser tocado, por não constituir um lugar ontológico fixo. Configura um espaço ambivalente de desejo e de culpabilização, de prazer e de negação: “e em mim a vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às

vezes adivinhei insensatamente – tentação dessa eu esparecia, aí rijo comigo renegava”. (ROSA, 1982, p. 114)

A figuração de Diadorim na estrutura da narrativa gera, na percepção de Riobaldo, na qual se superpõem outras imagens de corpos sexualizados, um efeito de caos que, segundo DELEUZE (1974, p.266), é o caráter essencial da obra de arte moderna, em uma linhagem que remonta a James Joyce, em *Finnegans's Wake* (CRUZ, 2003, p.74-75). O descentramento operado pelos movimentos de Diadorim tem potência para afirmar todos os corpos sexualizados, produzidos pela mesma matriz discursiva, normais ou abjetos, gerando uma suspensão do limite e uma heteroglossia que embaça o olhar da narrativa e polissemiza a voz do narrador.

Mas os olhos verdes sendo os de Diadorim. Meu amor de prata e meu amor de ouro. De doer, minhas vistas bestavam, se embaçavam de renúvem, e não achei acabar para olhar para o céu. (ROSA, 1982, p. 42).

Em se analisando a discursividade da narrativa, Diadorim pode ser pensado como o signo ideológico de Volochínov, conceituado por Stuart Hall, dentro do qual se combinam diferentes índices de valor, em uma pluralidade que permite a reversibilidade da lógica do discurso ideológico (HALL, 2003, p. 231).

Diadorim é um espaço discursivo de ruptura, de pós-identidade sexual, não reconhecível como familiar. Por operar na suspensão do limite entre o normal e o abjeto, constitui um corpo discursivo transgressor, metáfora de transformação, que instaura o estranhamento na percepção do narrador como móvel da travessia.

Últimas cartas

Atualmente, o corpo é como um signo discursivo a partir do qual se pensa a experiência, um corpo metáfora, via de interpretação do real, suficientemente potente para a apreensão/reapreensão do espaço de representações culturais.

A partir dessa compreensão do lugar contemporâneo do corpo, esta palavra (meta)crítica se orienta, capturando as imagens corpóreas que circulam na narrativa roseana como metáforas fixas, estruturalmente articuladas à dimensão do natural, do social ou a ambos. São figuras que refletem a estética de discursos biológico-psicanalíticos, que construíram o imaginário dos corpos sexuados entre os séculos XVIII e XX, imagens que não operam qualquer efeito transformador na voz narrativa, assim como não instituem qualquer ruptura na rede discursiva do pensamento ocidental. Ao contrário, constroem o imaginário narrativo e discursivo sobre o qual se fundam o corpo e a sexualidade nesta banda forjada do globo.

Diadorim, *topos* hermenêutico de desconstrução, é ativado como força pós-moderna de supressão de fronteiras discursivas, espaço heterotópico que amplia a percepção do signo corpóreo e revitaliza a sua potência política de resistência e liberdade.

Referências

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 1981.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.

Cadernos Pagu: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu da Universidade Estadual de Campinas. n. 20. (1. sem. 2003). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003.

Cadernos Pagu: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu da Universidade Estadual de Campinas. n. 21. (1. sem. 2003). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003.

CRUZ, Décio Torres. Veredas irlandesas, sertões joyceanos. *Irarana*: revista de arte, crítica e literarura, Salvador, ano IV, n. 8, p. 74 -75 , junho,2003.

DELEUZE, Gilles. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FANTINI, Marli. *Guimarães Rosa: fronteiras, margens, passagens*. São Paulo: Senac, 2003.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. .Coleção Ditos e Escritos. vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT. *História da sexualidade*. vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

FOUCAULT. *História da sexualidade*. vol. II. Rio de Janeiro: Graal, 2001c.

FOUCAULT. *História da sexualidade*. vol. III. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. *O ego e o id e outros trabalhos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976. vol. XIX. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud).

Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. v. 2. n. 2 (1. sem. 2000). Niterói: EDUFF, 2000.

Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. v. 4. n. 1 (1. sem. 2000). Niterói: EDUFF, 2000.

Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. v.1. n.1 (2. sem. 2000). Niterói: EDUFF, 2000.

Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. v.1. n. 2 (2. sem. 2000). Niterói: EDUFF, 2001.

Gragoatá. n. 1 (2. sem. 1996). Niterói: EDUFF, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003b.

HANSEN, João Adolfo. *A ficção da literatura em Grande sertão: veredas*. São Paulo: Hedra, 2000.

LAGES, Susana Kampff. *João Guimarães Rosa e a saudade*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MENDES, Lauro Belchior; OLIVEIRA, Luiz Cláudio Vieira de (orgs.) *A astúcia das palavras: ensaios sobre Guimarães Rosa*.. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSA. *Grande sertão: veredas*. 15.ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1982.

PLATÃO. *A república*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2002.

PLATÃO. *O banquete*. In: Os pensadores. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

UTÉZA, Francis. *João Guimarães Rosa: metafísica do Grande Sertão*. São Paulo: Edusp, 1994.

Editorial: construído *ethos* e situação enunciativa

Marta Cardoso

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA
Professora da UNIFACS – Universidade Salvador
martacardoso@terra.com.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho foi estudar a construção do *ethos*, via léxico, e da situação enunciativa em um editorial de uma revista empresarial, para tanto utilizando-se como aportes teóricos pressupostos da Retórica, da Análise do Discurso de linha francesa e da Comunicação Empresarial. Para se empreender esse estudo, foram realizadas três análises: a dos dados lingüísticos, a dos argumentos usados e a das estratégias de comunicação utilizadas neste texto.

Palavras-Chave: *Ethos*, Análise do Discurso, Argumentação, Editorial

Abstract:

The objective of this work was to study the *ethos*, via lexicon, and the declarative (enunciative) state of one editorial. For this matter, postulates of the following theories were used: the Rhetoric, Discourse Analysis (based on the French model) and Business Communication. In order to accomplish this, three analyses were carried out: an analysis of the linguistic data, the arguments used, and the communication strategies employed in such texts.

1. Considerações Iniciais

O homem contemporâneo vive no que se pode denominar de sociedade de comunicação, na qual os seus membros são obrigados, no dia-a-dia, a exprimir e defender, da melhor maneira possível, seus pontos de vista, a debater, a agradar, a seduzir e a convencer. Dentro deste contexto, foi resgatado um campo do conhecimento humano, legado pelos gregos da Antiguidade Clássica, que poderia responder convenientemente a essas necessidades da modernidade: a Retórica. ARISTÓTELES a define como uma área que se ocupa “da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos” (1998, p.22), sendo entendida também como a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso em específico cuja finalidade seja persuadir.

Segundo MEYER, CARRILHO e TIMMERMANS a maior inovação impressa por Aristóteles está na “sistematicidade através da qual ele integra três elementos fundamentais do discurso” (2002, p.50): o *ethos* – quem fala –, o *lógos* – argumento apresentado – e o *páthos* – a quem se dirige. Cada um desses desempenha um papel fundamental, que se complementa com o dos outros numa articulação complexa. Aristóteles afirmou que a persuasão fornecida pelo discurso pode ser de três espécies: a que reside no caráter moral do orador, ou seja, no *ethos*; a advinda do modo como se dispõe o ouvinte, ou seja, focalizadas no *páthos*; e, por fim, a centrada no próprio discurso devido àquilo que este demonstra ou parece demonstrar, ou seja, no *lógos*.

Deter-se-á a atenção, neste estudo, apenas no primeiro desses casos de persuasão. Para se conseguir persuadir pelo caráter, o discurso deve ser montado / proferido de tal forma a passar a impressão de que o orador é digno de fazê-lo. Aristóteles acreditava que o ser humano está sempre mais propenso a acreditar com maior firmeza e convicção, e de maneira mais rápida, em pessoas tidas como de bem e honestas – usando-se os valores de hoje em dia, essas seriam classificadas como competentes naquilo que elas fazem – ou seja, um dos segredos da persuasão está no orador passar uma imagem favorável de si mesmo, imagem essa que deve seduzir o auditório e captar a benevolência e a simpatia deste. Esta representação do orador é o próprio *ethos*, equivalendo ao caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade retórica. Não se trata deste fazer afirmações auto-elogiosas sobre a sua própria pessoa no conteúdo do seu discurso, declarações essas que podem, ao contrário, causar uma impressão desagradável no auditório, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar um argumento em específico pode parecer sintomático de uma qualidade ou de um defeito). O *ethos* funcionaria como um elemento que reforçaria a plausibilidade da argumentação exposta, o que, não se deve tanto aos aspectos morais do orador, mas sim àquilo que é resultado

do próprio discurso; o que é vital, neste tocante, é que a confiança imputada no orador seja um “efeito” do discurso deste.

Dois termos são muito utilizados nesta abordagem, são eles: orador e auditório. Esses são considerados noções correlatas, as quais servem para se referir, respectivamente, aos pólos de produção e de recepção dos discursos. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA chamam a atenção de que “se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório” (1958, p.37). Portanto, do ponto de vista dos conteúdos, o orador deve ter conhecimento sobre aqueles que o ouvirão para conseguir ter sucesso no seu intento persuasivo. “Mudando o auditório, a argumentação muda de aspecto e, se a meta a que ela visa é sempre a de agir eficazmente sobre os espíritos, para julgar-lhe o valor temos de levar em conta a qualidade dos espíritos que ela consegue convencer” (ibidem).

Tocando-se, agora, no tópico argumentação, esta termina por igualmente auxiliar na construção do *ethos*, bem como também foi foco de estudo da Antiga Retórica, sendo, no século XX, resgatada por Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, no seu *Tratado da argumentação: a nova retórica*, publicado em 1958. Para Philippe BRETON, “argumentar é raciocinar, propor uma opinião aos outros dando-lhes boas razões para aderir a ela” (1999, p.26). Com isso, o orador pode utilizar mais esse componente que terminará por auxiliá-lo no seu intento persuasivo.

Passa-se a seguir a dois tipos relevantes de argumentos para a análise que se pretende empreender. Iniciar-se-á com os argumentos conservadores, que são “todas as formas argumentativas que se apóiam na busca de elementos preexistentes no auditório”. Para tanto, “a argumentação se faz (...) pela encenação de uma ressonância entre o que já é conhecido e o que é proposto” (idem, p.75-76), baseando-se no já adquirido pelos ouvintes e no previamente existente na sociedade, enfim, na tradição. Nesses argumentos, quase não há novidade no exposto. Consistindo, portanto, “em reavivar circuitos antigos

(...), mesmo que a argumentação neste caso consista no estabelecimento de um novo vínculo entre a tese e o já aceito" (idem, p.76).

Quanto ao argumento científico, esse supõe que haja uma comunidade científica, previamente instituída na sociedade enquanto tal, que legitima o olhar sobre o real que dela derive. Esse argumento é montado de forma que o texto, resultante daquele, "fale" por si só, dando a impressão de que não há um único emissor ou emissores que se responsabilizem por ele e sim toda a comunidade, formando a tão falada neutralidade científica.

Além de tudo que já foi exposto, alguns conceitos da Análise do Discurso devem ser expostos para que melhor se abarque um discurso / texto.

Todo discurso tem condições de produção específicas, e estas são denominadas de enunciações, quando igualmente determinam a elocução de um discurso e não de outros, uma vez que se referem a "determinadas circunstâncias, a saber, o contexto histórico-ideológico e as representações que o sujeito, a partir da posição que ocupa ao enunciar, faz de seu interlocutor, de si mesmo, do próprio discurso etc." (MUSSALIM & BENTES, 2001, p.116).

Num discurso, deve-se identificar o "locutor" e o "enunciador". Na visão de DUCROT, o primeiro corresponde a "um ser que, no próprio sentido do enunciado, é apresentado como seu responsável" (1997, p.193), equivalendo ao "ser de discurso". Enquanto que o segundo seria um ser de pura enunciação, que determina o ponto de vista a partir do qual os acontecimentos são apresentados, podendo ser denominado de "sujeito da enunciação". Vale a pena ressaltar que se o enunciador é, aqui, um efeito do enunciado, tem-se de admitir a existência de enunciados sem enunciadores, uma vez que estes podem ou não se manifestar naqueles. Esse é o caso dos textos sem embreantes, sem marcas de subjetividade – se é que isso é possível. Nesse pleno de enunciação, os eventos / textos "falam" por si mesmo.

Se há figuras que são responsáveis pela produção do discurso, existem as que respondem pela recepção desses, são elas: “co-enunciador” e “alocutário”. O primeiro seria um correlativo de enunciador, uma vez que a enunciação é igualmente uma co-enunciação, na qual dois indivíduos desempenham papéis ativos. O segundo termo se refere ao que poderia denominar de “destinatário direto” (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004, p.156) do discurso, a eles o locutor atribui um “lugar” enunciativo.

Sobre a subjetividade, BENVENISTE (1995) advoga que ela “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. Também aponta as formas disponibilizadas pela língua para esse fim: o pronome “eu” – que é a própria consciência de si mesmo–; o pronome “tu” – que advém do contraste com o “eu” – (esses dois constituem a denominada “intersubjetividade”); as formas temporais; as indicadoras da dêixes e os verbos modalizadores conjugados na primeira pessoa.

KERBRAT-ORECCHIONI (1993) amplia esse inventário de marcadores de subjetividade ao acrescentar, aos já existentes, os modalizadores – formas indicadoras da atitude do sujeito falante frente a seu interlocutor, a si mesmo e o seu próprio enunciado, bem como uma classificação que divide os adjetivos em “objetivos” – aqueles que visam apenas descrever – e “subjetivos” – formas indicadoras da subjetividade enunciativa, que se subdividem em: “afetivos”, os quais são elementos que terminam por enunciar, simultaneamente, uma propriedade do objeto que determinam e uma reação emocional do sujeito falante frente a esse objeto; “avaliativos axiológico”, que implicam uma dupla norma, relacionada ao objeto a que se aplicam e ao sistema de avaliação do enunciador, tendo o caráter valorativo mais destacado do que as características desse objeto; e “avaliativos não-axiológicos”, cujo emprego depende da idéia que o enunciador faz da norma de avaliação adequada àquela categoria de objetos. Sendo que, dos três tipos de adjetivos subjetivos supra descritos, esse último é o que tem o menor caráter subjetivo.

Sabe-se ainda que toda enunciação pressupõe uma situação de enunciação, que se refere “ao conjunto de condições que organizam a emissão de um ato de linguagem” (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004, p.450), ou seja, “todo enunciado se realiza numa situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz” (DUBOIS, 1999, p.168). Sobre a embreagem, essa estaria exposta nas marcas lingüísticas por meio das quais se manifesta a enunciação, visto que os enunciados têm como ponto de referência o próprio ato de enunciar, do qual são produtos. Porém, só algumas características desses são levadas em consideração, aquelas que são definidoras da situação de enunciação lingüística, que são: enunciadores e co-enunciadores, o momento e o lugar da enunciação. Esses elementos formam a denominada embreagem textual à situação de enunciação, sendo apresentadas comomentes pelo “EU” e “TU” – embreagem de pessoa –, pelo “agora” – embreagem de tempo –, e pelo “aqui” – embreagem de espaço.

Sobre a questão do tempo, Benveniste apresenta a idéia de “tempo lingüístico”, cuja singularidade está nesse ser “organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso (...) Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (...), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona” (BENVENISTE, 1989, p.75-76). Pode-se dizer que todo discurso instaura um “agora”, que equivale ao momento da enunciação, o qual transcorre no tempo presente lingüístico, em que existe uma “concomitância” entre o evento narrado e o momento da narração, e no tempo em que acontece a “não-concomitância”, que se divide em “anterioridade” e “posterioridade” ao “agora”.

FIORIN (2002, p.45) afirma ainda que a temporalidade instaurada pela língua refere-se também às relações de sucessividade entre estados e transformações representados no próprio texto. Com isso, como chama atenção esse mesmo teórico (idem, p.146), pode-se notar que existem na língua dois sistema

temporais: o enunciativo - "relacionado diretamente ao momento da enunciação" (ME), organizado em função do presente que já está implícito na enunciação - e o enuncivo, "ordenado em função de momentos de referência (MR) instalados no enunciado". A esses dois sistemas se deve aplicar as categorias de "concomitância" vs "não-concomitância" ("anterioridade" vs "posterioridade") do "agora", com isso tem-se três momentos de referência: o concomitante, o anterior e o posterior ao instante da enunciação (ibidem). Sabe-se que quando o momento de referência e o de enunciação são coincidentes, usa-se o sistema enunciativo. Mas, quando a produção e a recepção de um texto não acontecem simultaneamente (para os quais a produção acontece num MA e a recepção em outro), esse momento de referência tem de ser explicitado. Ele também será mostrado quando for anterior (tempo pretérito) ou posterior (tempo futuro) ao momento da enunciação o que ordena os dois sistemas temporais enuncivos. Além dos momentos de enunciação e o de referência, tem-se ainda o do acontecimento (MA), o qual refere-se aos estados e transformações e está ordenado em relação aos diferentes momentos de referência.

Para observar a construção do *ethos* e se esse auxilia na persuasão discursiva, escolheu-se, como produção textual a ser analisada, um editorial de uma revista empresarial – a *Revista Petrobras* – por se tratar de um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos tidos como importantes ou com maior relevância para o momento imediato, ou seja, para o número que está sendo lançado naquela época. É o tipo de matéria que define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação. Também por se tratar de um texto comum na vida cotidiana das pessoas.

2. O editorial

Bate-bola: Uma edição ainda mais especial

O Comitê editorial e a equipe de reportagem da Revista Petrobras têm a preocupação de fazer uma publicação que sempre surpreenda positivamente os

empregados. Um conjunto de notícias que alie informação, cultura e educação, utilizando para isso todas as ferramentas de um jornalismo com qualidade.

Uma das premissas de um bom veículo de comunicação é seu compromisso com a periodicidade e com o tempo que pretende abarcar. Afinal, de nada adianta uma data de capa que não corresponda à agenda real do leitor. Desse modo, todos estão recebendo uma edição especial, com um número de páginas mais e que abrange os meses de abril, maio e junho. A partir de agora, a cada 30 dias, o empregado saberá que está tendo acesso aos últimos acontecimentos da companhia no período.

Os esforços para aliar o interesse estratégico da empresa com o da atratividade editorial persistem. Se o empregado da Petrobras é o público preferencial da revista, a família dos profissionais e as pessoas da comunidade também são objetivos da publicação. Esperamos que todo esse universo possa desfrutar deste número especial com prazer, alegria e satisfação¹.

3. A análise

O *ethos* construído, no editorial da *Revista Petrobras*, é o de um profissional da área da comunicação social competente e ciente da sua responsabilidade junto ao seu público leitor. Observar-se-á a seguir como essa construção se processa tanto em nível lingüístico como em nível argumental, bem como o das estratégias de comunicação utilizadas para persuadir o público-alvo da publicação. Inicia-se essa análise com os dados lingüísticos encontrados na própria produção textual.

Os enunciadores, neste texto, são apresentados a partir de nomes próprios – “O Comitê editorial e a equipe de reportagem da Revista Petrobras” (l. 2). Sabe-se, porém, que esses comunicadores representam, em suas reportagens, principalmente em revistas empresariais como as que se está sendo analisada, as idéias defendidas pelos administradores da supra citada empresa. Tanto esses comunicadores quanto esses gestores podem ser denominados de locutores da enunciação.

¹ BATE-bola: Uma edição ainda mais especial. *Revista Petrobras*. Rio de Janeiro, n. 90, abr/maio/jun. 2003. Revista Empresarial Edição Especial. p. 6.

Quanto aos co-enunciadores, também são apresentados por nomes próprios – “empregados” (l. 4), “leitor” (l. 8), “o empregado da Petrobras é o público preferencial da revista, a família dos profissionais e as pessoas da comunidade também são objetivos da publicação” (l. 14-16). Não há, neste texto, uma interlocução direcionada a um “você” ou a um “TU” explícito.

Notou-se, dessa forma, que há um apagamento dos embreantes de pessoa, ou seja, dos “EU” e dos “TU” enunciativos. Isso ocorre de maneira proposital e se dá para conferir uma maior autenticidade à notícia. O uso desse recurso é muito difundido nas redações jornalísticas, bem como no meio científico, uma vez que isso confere às matérias uma maior credibilidade junto ao público leitor por parecer que foi realizado um relato independente de quem o apresenta, transparecendo, assim, uma pseudo-neutralidade em relação ao fato que está sendo apresentado.

Quanto aos embreantes de tempo, ou seja, as palavras ou expressões que ancoram a situação enunciativa em nível temporal, tem-se o “agora” (l. 10) que faz uma referência ao momento em que o redator / locutor estava escrevendo este texto e ainda remete à posição temporal vivenciada pelo enunciador, enquanto que, para o co-enunciador, ao ler esse mesmo texto, terá também a sensação de um tempo presente, que está transcorrendo exatamente naquele instante. Sendo assim, o uso desse dêitico temporal termina por trair o objetivo principal do texto que é o da imparcialidade total do sujeito enunciativo na construção do discurso, ou seja, o apagamento de todo tipo de marca que conduzisse à subjetividade enunciativa: esse dêitico aponta para a presença do sujeito enunciador. Também se encontra uma alusão aos meses que correspondem à cobertura das matérias existentes na revista - “abrange os meses de abril, maio e junho” (l. 10). Quanto ao “a cada 30 dias” (l. 10), essa expressão tem como referência o “agora” (l. 10) já supra citado; enquanto que “aos últimos acontecimentos da companhia no período” (l. 11-12) refere-se ao “a cada 30 dias” (l. 10), já também mencionado acima.

Sobre os tempos verbais (tabela 1), pode-se igualmente afirmar que os enunciados foram produzidos no presente dêitico que permite situar a enunciação entre passado (fatos anteriores àqueles que estão sendo apresentados) e o futuro (acontecimentos posteriores àqueles que estão sendo relatados). Esse presente organiza a situação de enunciação como se essa transcorresse no ato de enunciação, ou seja, os tempos verbais, neste texto, estão relacionados ao sistema enunciativo, o qual remete diretamente ao momento da enunciação; mas esses verbos foram instaurados no momento de referência presente que vai do momento do acontecimento em que o enunciador escreve o editorial até o momento em que o co-enunciador o lê. O momento de referência é mais longo que o da enunciação, entretanto, é simultâneo também a este, em algum instante dessa prolongada faixa de tempo.

Vale salientar também que foram colocados numa tabela (a número 2) os semitempos que só expressam aspecto quando ligados a tempos plenos que lhes determinam a situação comunicativa (cf. KOCH, 2000, p.41-42). Com isso, igualmente, contribuem para a embreagem temporal do discurso, reforçando o mesmo resultado da tabela 3. Deve ser dito ainda que para representar essa situação peculiar, foi usado o seguinte procedimento: a forma plena entre colchetes e a linha citada é a do semitempo.

Uma ressalva deve ser feita para o verbo "aliar" (l. 4) conjugado no presente do subjuntivo: neste enunciado, ele exprime uma apreciação subjetiva sobre a situação de que se fala, não estando ligado, em termos de limite sentencial, a nenhuma forma verbal plena, pois a oração principal não foi atualizada. Esse semitempo se ligará à forma plena do enunciado anterior, o que não prejudica o entendimento do parágrafo. Isso já não acontece com o "corresponda" (l. 9), uma vez que esse tem o verbo "adiantar", conjugado na terceira pessoa do singular no presente do indicativo, na oração principal, o que termina por transferir a idéia de presente também para a oração subordinada.

Tabela 1

SISTEMA ENUNCIATIVO		
Concomitância MR Presente		Linhas
Concomitância MA Presente		têm (2); é (6, 14); pretende (7); adianta (7); estão recebendo (9); abrange (10); está tendo acesso (11); persistem (14); são (15); esperamos (16)
Não-Concomitância	Posterioridade MA Futuro	saberá (11)

Tabela 2

SISTEMA ENUNCIATIVO		
Concomitância MR Presente		Linhas
Concomitância MA Presente		[têm] fazer (3); [têm] alie (4); [têm] utilizando (4); [adianta] corresponda (7); aliar [persistem] (12); [esperamos] possa desfrutar (15)

Feitas essas ponderações sobre a embreagem de tempo, pode-se concluir que, apesar da aparente objetividade existente neste editorial, há um “EU” que recebe o nome de “Comitê editorial e a equipe de reportagem da Revista Petrobrás” (l. 2) que se dirige a um “TU” apontado como os públicos preferenciais e os demais alvos dessa publicação, a qual mobiliza dêiticos temporais – “agora” (l. 10), “aos últimos acontecimentos da companhia no período” (l. 11-12), “a cada 30 dias” (l. 10) e, principalmente, as marcas de tempos presente dos verbos (tabelas 1 e 2).

Nesta produção textual, entretanto, não foram encontrados embreantes que marquem o espaço enunciativo, ou seja, não há as palavras ou expressões que ancorem a situação enunciativa em nível espacial, confirmando mais uma vez o objetivo de neutralizar ao máximo a informação que está sendo veiculada. Sabe-se, porém, que, implicitamente, a enunciação acontece na redação da revista, onde este texto foi redigido.

Tabela 3

CLASSIFICAÇÃO DOS	LINHAS
-------------------	--------

ADJETIVOS	
Objetivos / Descritivos	editorial (2, 14); real (8)
Avaliativos não-axiológicos	mais especial (1); especial (9, 15)
Avaliativos axiológicos	bom (6); estratégico (13); preferencial (14)

Sobre os adjetivos e as locuções adjetivas encontradas (tabelas 3 e 4), observou-se a não existência de ambos os componentes gramaticais supra citados com valoração afetiva, provando mais uma vez a tentativa de suprimir a subjetividade enunciativa. Notou-se também que há três registros de adjetivos avaliativos axiológicos e o mesmo número dos não-axiológicos, como também existe uma locução adjetiva com o valor avaliativo não-axiológico. Essas marcas qualificadoras demonstram a presença subjetiva do enunciador, uma vez que esses tipos de qualificadores estão diretamente relacionados ao sistema avaliativo desse sujeito. A presença maciça de locuções adjetivas descritivas e a de três registros de adjetivos com esse valor apontam para a tentativa de impessoalizar o enunciador textual como já foi ressaltado, ou seja, tenta-se apresentar o discurso da forma mais objetiva possível, mesmo que essa meta seja traída minimamente pelo uso de algumas palavras ou expressões.

Tabela 4

CLASSIFICAÇÃO DAS LOCUÇÕES ADJETIVAS	LINHAS
Objetivos / Descritivos	de reportagem da Revista da Petrobras (2); da Revista da Petrobras (2); da Petrobras (2, 13); de notícias (4); de uma jornalismo com qualidade (5); das premissas de um bom veículo de comunicação (6); de um bom veículo de comunicação (6); de comunicação (6); de capa (8); do leitor (8); de páginas mais (9); de abril, maio e junho (9); da companhia (11); da empresa (13); da revista (15); dos profissionais (15); da comunidade (15); da

	publicação (16)
Avaliativos não-axiológicos	com qualidade (5)

Após essa análise dos dados lingüísticos, passa-se a dos argumentos e a das estratégias comunicativas utilizadas para a construção do sentido e do *ethos*.

No primeiro enunciado do texto, os locutores expressam a sua preocupação com o seu auditório, ou seja, com o seu público-alvo - funcionários, sua família e as pessoas da comunidade -, ao avisarem que querem surpreender com aquela edição que está sendo lançada. Para solidificar essa "preocupação", na próxima sentença, utilizam um argumento conservador, o qual se apóia em elementos preexistentes no próprio auditório, baseando-se em uma idéia já aceita, prestando-se assim apenas a reativar o circuito de pontos de vista antigos, uma vez que as pessoas em geral concordam que todas as notícias devem aliar "informação, cultura e educação" (l. 4) e que as ferramentas usadas por um jornalismo de qualidade sempre ajudam nesse intento, ou seja, não há nenhum dado novo nesse enunciado.

Para justificar a publicação mensal da revista, ao invés desta possuir uma periodicidade maior, os locutores iniciaram o segundo parágrafo com um argumento que supõe uma teoria de cunho científico, a qual embasa aquilo que está sendo enunciado. Levantam-se, portanto, duas das características do jornalismo, ditada pelos estudiosos dessa área, as quais são: a atualidade e a periodicidade. Elas foram utilizadas garantindo a excelência desse veículo de comunicação, o que pode ser comprovado no trecho a seguir: "o compromisso com a periodicidade e com o tempo que pretende abarcar" (l. 6-7).

No último parágrafo, encontra-se um discurso construído sobre os princípios defendidos na teoria das Relações Públicas: "aliar o interesse estratégico da empresa com o da atratividade editorial" (l. 13-14), resultando num veículo de comunicação empresarial ideal para verbalizar as idéias da administração da organização; também aponta os públicos-alvos da revista utilizando o adjetivo "preferencial" (l. 14) para indicar os empregados como sendo o principal auditório a ser atingido pela publicação; e termina de forma humilde,

afirmando que espera que os públicos desfrutem da revista que está chegando às suas mãos, selecionando, para isso, palavras com sentido positivo, como “prazer, alegria e satisfação” (l. 17). Esse trecho do texto é montado em cima de opiniões e discursos comumente proferidos e considerados como bons ou politicamente corretos para os meios organizacionais, mas igualmente deve ser considerado como um argumento com pequena eficiência argumentativa, uma vez que já se tornou lugar comum afirmar que a administração está preocupada com a satisfação dos seus colaboradores internos (mesmo quando esse fato não ocorra de fato dentro da instituição). Com isso, os empregados terminam por “aceitar” essa opinião, mas sem o entusiasmo que deveriam ter ao aderir a um ponto de vista. Essa é uma estratégia muito usada na comunicação empresarial – tentar valorizar o público interno da organização, mesmo que seja só em nível de discurso e, conseqüentemente, do *ethos* construído para os gestores da empresa –, por isso mesmo, terminou por ficar desgastada. Os relações públicas estão tentando reverter essa situação, provando que o discurso deve vir acompanhado de realizações concretas. Isso é o que ocorreu no caso da edição da *Revista da Petrobras* que, se comparada a números anteriores, se tornou realmente especial, principalmente, por estar mais voltada para os interesses de público leitor, fato que prova a eficiência de um veículo de comunicação deste tipo, segundo CESCA (1995, p.120).

Notou-se que esse texto, em sua totalidade, expressa o discurso jornalístico mesclado com o empresarial. O primeiro vem como suporte que comprova a eficácia e a eficiência do segundo. O *ethos* adquire o tom jornalístico com nuances empresariais e o caráter de alguém preocupado com aquilo que o seu auditório está recebendo como notícias da empresa para a qual trabalha. Há um uso farto de palavras e expressões que remetem à referida área da comunicação. São elas: “edição” (l. 1 e 9), “Comitê editorial” (l. 2), “a equipe de reportagem” (l. 2), “revista” (l. 2 e 15), “publicação” (l. 3 e 16), “conjunto de notícias” (l. 4), “informação” (l. 4), “ferramentas de um jornalismo” (l. 5), “veículo de comunicação” (l. 7), “periodicidade” (l. 7), “data de capa” (l. 8), “agenda real do leitor” (l. 8), “número de páginas” (l. 9-10), “editorial” (l. 14), “público preferencial” (l. 14) e “número” (l. 17).

Também no último parágrafo deste texto, ocorre a entrada da voz da empresa aliando-se à voz dos redatores, já presente, formando o que se pode denominar de locutores textuais. Tudo foi colocado nesta produção para tornar os funcionários convictos da sua importância na empresa, bem como convencê-los de que são o público razão desta revista existir e do melhoramento pelo qual esta está passando para atender ainda mais as suas necessidades. Com isso, chega-se ao discurso das Relações Públicas, o qual é uma mescla do jornalístico com o administrativo, que termina por construir um *ethos* mais adequado a um gestor administrativo na atualidade, ou seja, o de um profissional preocupado com o bem-estar dos seus colaboradores internos.

4. Considerações finais

Após a análise empreendida, observou-se que, na produção textual escolhida, foi construído o *ethos* que encarna o perfil de um profissional da área da Comunicação Social (CS) competente e ciente da sua responsabilidade junto ao seu público leitor, bem como também foi edificado o *ethos* de uma empresa (instituição que está por trás do discurso apresentado no editorial em questão) que se preocupa com o seu colaborador interno. Buscando a valorização do pessoal e o acesso deste a informações através de um veículo de comunicação que os administradores da empresa e o Comitê Editorial, junto com a equipe de reportagem, acham que é o melhor que a organização pode disponibilizar no momento.

Portanto, o que foi observado é que o *ethos* da Petrobrás é o de uma organização que recruta profissionais que estejam conscientes de suas funções, como é o caso da equipe de jornalistas que produzem esta revista institucional, bem como é também uma empresa cujo traço predominante seria o senso de equipe, de corporação, que não despreza o indivíduo enquanto um ser que possui uma família e que está inserido numa comunidade; conseqüentemente, esses também seriam e são segmentos que a publicação

pretende alcançar. Ampliando o público-alvo deste veículo de comunicação, sem perder de vista o seu principal objetivo que é o seu funcionário.

Pode-se ainda afirmar que esse *ethos* que foi construído serve de forma preponderante para persuadir o co-enunciador do discurso, sendo elaborado a partir tanto das escolhas lingüísticas quanto da dos argumentos.

Conclui-se igualmente que análises deste porte podem auxiliar os profissionais do Curso de Letras – uma vez que esses lidam com a produção e recepção de textos em geral –, como também os da área da Comunicação Social (CS) – já que conferem, aos que desempenham essa atividade, uma maior consciência do uso adequado de ferramentas que possibilitem uma persuasão às idéias apresentadas em suas produções textuais.

Pode-se, então, afirmar que os textos da área empresarial, como o que foi analisado neste artigo, são um rico material de estudo não só para os profissionais da CS como também para os de Letras. Saber como eles são elaborados e como devem ser lidos, principalmente, usando-se as pistas neles deixadas pelo enunciador, deve ser tarefa desses dois profissionais – um tendo consciência do que está produzindo e o outro tendo capacidade de ler este tipo de material –, e essa é a pequena contribuição deixada por este breve estudo.

Referências:

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior et al. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru(SP): EDUSC, 1999.

CESCA, Cleuza G. Gimenes. *Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 1995.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros et al. 7.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rev. Tec. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas(SP): Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación: de la subjetividade en el language*. Trad. Gladys ânfora e Emma Gregores. 2.ed. Buenos Aires: Edicial, 1993.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

MEYER, Michel; CARRILHO, Manuel Maria; TIMMERMANS, Benoit. *História da Retórica*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínio e fronteira*. v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

PERELMAN, Chïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

O Duplo em *Frankenstein*

Marília Mattos

UFBA – PPGLL
mariliamattos@ig.com.br

Resumo

O romance *Frankenstein*, de Mary Shelley, será focado através de uma leitura do monstro enquanto duplo antagônico de seu criador e signo emblemático da alteridade, a partir de um viés mitológico e psicanalítico. Este último será baseado sobretudo nos textos *O estranho* e *O retorno de recaiado*, de Sigmund Freud; *O dualismo*, de Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff Santiago e na noção de paranóia desenvolvida por Melanie Klein.

Palavras-chave: Duplo, Romantismo, Paranóia, Monstro.

Abstract

This paper focuses the monster, in Mary Shelley's *Frankenstein*, as the double antagonistic being of his creator, and also as a powerful sign of alterity. It has two approaches: mythological and psycho-analytical. The latest one will be based especially on Freud's texts, on the book called *The duality*, by Eduardo Kalina and Santiago Kovadloff and on Melanie Klein's concepts about paranoid.

Key-Words: Double, Romanticism, Paranoid, Monster.

A figura do duplo tem sido, desde tempos imemoriais, um constante tema literário. Calmaud, em seu estudo sobre Robert Stevenson, chega a afirmar que:

Em uma primeira aproximação, o tema do duplo é um tema raro, que parece não haver interessado mais que meia dezena de escritores: Hoffman, Andersen, Poe, Dostoiévski, Pirandello e um ou dois mais. Uma demonstração mais aguçada demonstra, no entanto, que este é um tema fundamental de toda literatura. Por último, e sobretudo, ele nos conduz ao *coração dos problemas de nosso tempo*. (apud KALINA e KOVADLOFF, 1989, p.15, grifos meus).

Não pretendo, aqui, verificar a real extensão de tal afirmação. O que julgo irrefutável é sua aplicação à literatura romântica, como será visto posteriormente.

O crítico Harold Bloom observa que, em *Frankenstein*¹ – célebre romance de Mary Shelley (escrito em 1818) sobre um cientista que criou um ser vivo a partir de cadáveres – a dualidade está presente em sua intensidade máxima, e afirma:

a antítese entre o cientista e sua criatura em *Frankenstein*, é muito complexa e pode ser descrita mais completamente no maior contexto da literatura romântica e sua característica mitológica. A sombra, ou o duplo do ego, é uma imagem constante em Blake e Shelley e, mais freqüente, mais carnal e descritiva, nos outros grandes românticos, especialmente em Byron. Em *Frankenstein* é a imagem dominante e recorrente, e responsável pelo muito da força latente que a novela possui. (BLOOM, 1985, p.214)

Para melhor compreender a questão do duplo no romantismo e, principalmente, em *FR*, buscarei auxílio na mitologia e psicanálise, que têm dedicado a este tema especial atenção.

1. O enfoque mitológico

O primeiro a empregar a palavra dualismo, segundo Kalina e Kovadloff (1989), foi Thomas Hayde, em 1700, em sua *História da religião dos antigos persas* (K.K., 1989, p.103). Hayde empregou este conceito, para designar a doutrina religiosa que admite a coexistência dos princípios do Bem e do Mal, ambos eternos. Em termos metafísicos, pontuam K.K., conhece-se como dualismo a doutrina que admite dois primeiros princípios ou entidades irreduzíveis, como a noção do bem e da matéria, em Platão (1989, p.103).

A dualidade, fenômeno através do qual o dualismo se manifesta, opõe-se ao princípio lógico de não-contradição, que postula que algo não pode, simultaneamente, ser e não ser. A dualidade seria, assim, a expressão simultânea de forças divergentes. K.K. concluem, portanto, que o dualismo se manifesta no “fato de que duas tendências antitéticas disputam um mesmo segmento temporal e idêntico espaço. Quando se tenta a sua separação, ou se provoca a redução de uma à outra, se produz a destruição de ambas” (K.K., 1989, p.103). É importante pontuar que a afirmação acima sobre o dualismo

¹ Doravante *FR*.

explica em grande parte sua presença na tragédia, que tem no conflito seu principal traço distintivo.

A idéia de dualismo remonta à mitologia grega e ao hinduísmo, de onde os gregos receberam muitos de seus mitos. Neste estudo, porém, centrarei minha análise na origem grega do mito, por sua notória influência na cultura ocidental através de *Prometeu*, de quem *FR* é uma releitura moderna. O célebre mito relata a coragem e o suplício do Titã Prometeu. Este, quando o senhor do Olimpo mandou-o criar a humanidade a partir do barro, roubou o fogo de Zeus para animá-la, o que fez Zeus, irado, puni-lo acorrentando-o no monte cáucaso, com um abutre a comer seu fígado durante o dia que, à noite, regenerava-se.

Para K.K., é significativo que Zeus tenha repudiado o homem e que os gregos, apesar disto, o reverenciem como pai da criação, e enfatizam:

Não podemos deixar de ver, nesta atitude, a busca culposa de perdão e reconhecimento por parte de quem, como o homem, se considera participante não reconhecido da natureza divina. Zeus, por sua vez, se parece ao homem no fato de que, como este, sua existência deve-se à uma transgressão: a de sua mãe, em primeiro lugar, e a sua própria contra Cronos, a quem arrebatou o poder pela violência (K.K., 1989, p.105)

A criatura de Frankenstein – nosso Prometeu moderno – também deve sua existência a várias transgressões, a saber: a ousadia de Frankenstein em desafiar a lei natural e criar, através da ciência (e não do sexo), um novo ser, a partir da profanação de cadáveres (uma transgressão à lei dos homens) e, finalmente (como o fez Zeus), voltar-se contra seu criador até destruí-lo. Mas retornemos à elucidativa análise de K.K. do mito de Prometeu. Os autores chamam a atenção para o fato de Cronos dotar o homem de uma constituição híbrida. Feito de terra e fogo divino, o homem é dual desde sua origem. Embora pertença a duas ordens distintas, o homem não consegue inscrever-se plenamente em nenhuma delas (K.K., 1989, p.105). Como veremos, este sentimento de não-pertencimento é a principal marca da criatura de Frankenstein.

É portanto, a contradição que sustenta, como um nexos, tanto as partes do homem – terra/fogo; finitude/ transcendência – como os vínculos entre este e os deuses, seus benfeitores e inimigos, marcando indelevelmente, com a dualidade, a condição humana.

Cronos não vacila em exterminar os próprios filhos, contudo protegerá Epitemeu, inimigo e, ao mesmo tempo, parte de sua descendência, pois o homem é também fogo celestial. O conflito funciona como o motor propulsor da ação mitológica, configurando os pactos e envolvendo a todos no combate e na violência. Tais elementos são definidores, em *FR*, da conflituada relação entre o criador e a criatura, aqui-inimigos, que vivem, apenas, para exterminar um ao outro.

Atentemos, agora, para a conclusão a que chegaram K.K, acerca de nossa mítica origem dual:

Feito de pó e consciência, o homem se acha dividido entre sua vinculação ao transitório e sua inscrição na eternidade. Graças à consciência pode estar além da imediatez do devir; devido à sua carnalidade não pode senão permanecer imerso nela. Híbrido em sua estrutura ontológica, o será também em seu comportamento, e toda a sua obra, quer dizer, toda a sua *práxis*, oscilará entre a profundidade da lucidez e a cegueira da sua impulsividade. (1989, p.107)

Foi precisamente por ansiar deixar sua marca na humanidade através de uma obra que Victor Frankenstein foi cegado pelo invencível impulso de criar uma nova espécie. Quando recupera a lucidez, já é demasiado tarde, restando-lhe apenas o horror e o arrependimento.

Quero, agora, chamar a atenção para o tratamento dado ao tema da dualidade pela mitologia judaico-cristã, por ser ela, como foi dito na Introdução, uma forte referência em *FR*, através de John Milton. Nicole BRAVO (1997, p.262) pontua que, no *Gênesis*, o homem começa sendo um e Deus corta-o em dois, identificando aí a mesma idéia subjacente ao mito platônico de *O banquete*²: a

2 O ser humano é, em sua origem, hermafrodita (Platão, 1987)

cisão resulta num enfraquecimento, pois é a partir disso que o homem pecará. Ambos os mitos enfocados, apresentam o ser humano como dotado de uma natureza dupla, especialmente masculina e feminina. Dessa idéia deriva-se a separação entre alma e corpo, presentes nas religiões tradicionais, assim como todo pensamento maniqueísta acerca do Bem e do Mal (BRAVO, 1997).

Podemos perceber semelhanças entre os mitos acima narrados: em ambos há uma ambigüidade na constituição humana (masculina e feminina; terra e fogo), além da desobediência ao Criador e conseqüente punição. É precisamente, o par transgressão/culpa o motor da trama em *FR* – onde os personagens Prometeu e Adão são representados, respectivamente, pelo cientista e sua criação.

Bravo relata, ainda, que na passagem do século XVIII para o XIX, surgiram hipóteses pseudo-científicas acerca do magnetismo animal. Tais hipóteses partiam do princípio de que existe um fluido que penetra toda a natureza, responsável pela hiper-sensibilidade que causa os estados de vidência, sonhos premonitórios, etc. Esse fluido serviria, portanto, como o princípio espiritual capaz de ligar o homem à natureza (BRAVO, 1997, p.271). Sabe-se que o casal Shelley era amigo próximo de um eminente cientista que pesquisava o poder do magnetismo e a da eletricidade. Mary registrou, em seu diário, o quanto lhe impressionou assistir a uma experiência em que esse amigo tentou animar um sapo através da eletricidade. Essa “pseudo-descoberta” acerca do magnetismo atraiu, diga-se de passagem, vários outros românticos. Segundo BRAVO (1997, p.271), eles extraíram daí sua crença de que, através dos sonhos e do inconsciente, uma continuidade liga o amorfo ao vivente, pelo magnetismo, em tudo presente, convertendo o duplo espiritual (magnético), em metáfora da relação com o mundo.

Bravo aborda, também, o tema da união do vivente com o simulacro, explorado na literatura por E.T.A Hoffmann, especialmente. Em seus contos, o homem artificial eleva-se da matéria à condição de ser vivo, graças ao herói. Esse ser artificial, refere-se Bravo, “é uma criatura brotada de sua

subjetividade, ainda que necessite de pais como Spalanzani, Coppelius, para construírem o arcabouço, o boneco propriamente dito, como em *Der Sandmann* (O homem de areia, 1816) de Hoffmann (BRAVO, 1997, p.271).

O protagonista desse conto, apaixonado-se por uma autômata, convencido de tratar-se de um ser vivo. É nesse sentido que Bravo afirma ter sido a subjetividade do herói que lhe conferiu vida (1997, p.271).

No caso de *FR*, como veremos no item a seguir, o *homem artificial* (o monstro) também “eleva-se à condição de ser vivo” graças à subjetividade do herói, que se corporifica na criatura – projeção de seu duplo antagônico. Ainda segundo Bravo, para os românticos alemães o duplo autômato simboliza a “degenerescência do humano” (1997, p.271). Tal concepção reforça a visão cristã, referida na Introdução, que situa o monstro abaixo dos humanos, na escala do Ser. Frankenstein compartilha dessa visão, pois considera sua criatura um ser *demoníaco*, ameaçador ao futuro da raça humana e que deve, por isso, ser destruído.

Esclarecidas algumas concepções mitológicas acerca do duplo, vejamos como a dualidade ontológica, revelada pelos mitos, é abordada pela psicanálise.

2. O enfoque psicanalítico

Foi Otto Rank quem, em 1841, no ensaio intitulado *Der Doppel Gänger* (O duplo) introduziu este conceito na literatura psicanalítica. Freud também abordou este tema, especialmente no trabalho denominado *Das Unheimlich* (O estranho) escrito em 1919. Seu foco é o sentimento de estranheza causado pela súbita perda da distinção entre imaginação e realidade, provocando temor e tremor. Para melhor elucidar seu significado, Freud, recorre a um recurso lingüístico: a palavra alemã *unheimlich* (estranho). Seus opostos são *heimlich* (íntimo, secreto, obscuro) e *heimich* (natural), cujo oposto é “familiar”. Entre as diferentes nuances de significado, a palavra *heimlich* pode exigir uma idêntica a seu oposto *unheimlich*. Ele então parte do conto *O homem de areia*,

de E.T.A Hoffman, para ilustrar como estes dois antônimos chegam a coincidir semanticamente.

No ensaio *O retorno do Recalcado* (1938), Freud trata dos processos de repressão do instinto e sua posterior manifestação. Estes dois ensaios, se lidos juntos, esclarecerem a contribuição freudiana ao conceito de dualismo. Para a compreensão do significado do que Freud chama o "*retorno do recalcado*" – expressão que dá nome ao ensaio – é fundamental que tenhamos claro o conceito de "sintoma". Este refere-se a alterações que, embora realizadas no próprio ego, são por ele percebidas como estranhas, algo com o qual se confronta. Para ilustrar suas idéias, Freud faz uma longa digressão, na qual utiliza um episódio da infância de Goethe como exemplo. O que importa reter aqui, é sua conclusão de que a experiência dos cinco primeiros anos de uma pessoa são as que causam o efeito mais determinante em sua vida; um efeito que, mais tarde, poderá vir a enfrentar. Se, por qualquer razão, o ego vive um determinado instinto como ameaçador – é o caso daqueles aos quais a cultura associa o pecado e a culpa – tende a negá-lo e reprimi-lo. Porém, vaticina Freud, tal instinto, sob certas circunstâncias, redespertar-se-á, quando irá, então, "renovar sua exigência e, como o caminho lhe permanece fechado, pelo que podemos chamar de cicatriz da repressão, alhures, em algum ponto fraco, ele abre para si outro caminho, sem a aquiescência do ego, mas também sem sua compreensão". (FREUD, 1959, p. 150)

O referido processo é o *retorno do recalcado*, e tem como traço distintivo a deformação sofrida pelo material que retorna em relação ao original; "deformação" de graves consequências, tais como a neurose e, mesmo, a psicose.

Retomemos, agora, o ensaio sobre o estranho. É dito aí que a sensação de estranheza, o *unheimlich*, intensifica-se quando o que a suscita tem por característica a ambivalência. O estranho é, portanto, experienciado como algo secretamente familiar – *heimlich* e *unheimlich* – que foi um dia recalcado e, posteriormente, liberado; talvez possamos, mesmo, considerar que tudo que

nos parece incomodamente estranho (ou incomodamente familiar) preencha essa condição. Tal experiência pode ocorrer quando alguém revive seus complexos infantis recalçados ou, em um nível coletivo, onde as crenças primitivas já superadas confirmam-se uma vez mais (FREUD, 1975).

Uma possibilidade interpretativa para o termo *unheimlich* é a idéia de aflição ou reação de aversão temerosa, proveniente de um mal indefinido, que deveria manter-se oculto mas que se tornou manifesto. Essa definição coincide com o que foi descrito como "*retorno do recalçado*", confirmando a relação complementar existente entre os dois textos.

Melanie Klein, que está entre as mais notórias discípulas de Freud, foi quem desenvolveu a questão da dissociação do ego. Freud chamou-a "cisão do ego" sem, no entanto, aprofundar este tema. (*apud* Kalina e Kovadloff, 1989)

Klein afirma que o fenômeno da dissociação surge com o nascimento do ego, que a projeta para fora, através de uma relação polarizada com os objetos. Estes passam a ser vistos como boníssimos (ou idealizados) ou malíssimos (ou persecutórios), etapa denominada esquizo-paranóide (*apud* K.K., 1989, p. 30).

O ego é acima de tudo uma *vivência corporal*. A polarização, portanto, é predominantemente vivenciada pelo corpo, através do qual a pessoa experimenta momentos dissociados que vão do mais extremo prazer à mais terrível frustração (K.K., 1989). K.K. definem esses momentos como "vivências paradisíacas ou catastróficas com as quais o ego opera de forma inteiramente dissociada ou, em outros termos, a vivência do bem e do mal não aparecem integradas e sucedendo-se linearmente num contínuo, não há, ainda, integração." (1989, p. 32).

O antagonismo torna-se, assim, o traço distintivo desses dois tipos de vivência, fazendo deste mundo polarizado um mundo divalente.

O estudo de Melanie Klein levou-a a tipificar várias dissociações. A que mais interessa para minha análise de *FR* é a “paranóia”, patologia que ocorre quando o objeto persecutório localiza-se fora da pessoa e o idealizado dentro. O duplo gerado por este processo é chamado “duplo antagônico”, pois é percebido como antagonista do ego. A visão rousseauiana, com sua crença no bem intrínseco do homem, em oposição ao mal projetado na sociedade (exterior), é ilustrativa deste processo. Outra patologia que aqui merece destaque é a “histeria”, que associa o mal ao corpo e o bem à mente (ou espírito).

K.K consideram que a problemática da dualidade está intimamente ligada ao temor à morte, e corre o risco de tornar-se patológica. A questão, segundo eles, agrava-se ainda mais no mundo atual, onde o emprego da energia nuclear com fins destrutivos, aliada à destruição da natureza, constituem uma tentativa inconsciente de ludibriar o destino biológico da espécie e um esforço cego para negar nossa condição finita e afirmam:

Se de um modo geral a problemática do duplo tem que aparecer com a luta contra a morte como parte intrínseca e inalienável da realidade humana, essa problemática toma hoje a forma de *exaltação desenfreada da racionalidade tecnológica* em prejuízo da afetiva (K.K, 1989, p. 35, grifo meu).

É esta a situação que o romance *FR* prenuncia através de sua crítica ao cientificismo iluminista.

Na modernidade, a noção de sujeito é definitivamente consolidada. Marshall Berman enfatiza que, “em tempos como esses o indivíduo ousa individualizar-se” (BERMAN, 1998, p. 21). Parece que essa individualização intensifica o medo da morte, pois é precisamente no Romantismo que o “duplo” torna-se, literariamente, uma figura recorrente. Tal tema, como ressaltou Bloom, é central em *Frankenstein*, obra tipicamente romântica.

Quero, por fim, chamar a atenção para a natureza trágica do processo gerador do duplo, pois nele atuam, como agentes independentes, forças antagônicas e dilacerantes muito semelhantes às encontradas nas tragédias clássicas. A

referida semelhança é, aliás, bastante compreensível, já que a inaceitação de nossa condição finita, motor gerador do duplo, nada mais é do que a velha *hybris* em sua *performance* predileta.

3. O monstro como duplo

O *grotesco* é uma categoria estética que remonta aos primórdios da arte, e tem recebido, ao longo de sua história, diferentes conceitos e significações.

Wolfgang Kayser (1986), na obra denominada exatamente *O Grotesco*, de 1957, faz um estudo cronológico da presença desta categoria artística, enfocando-o desde o final do século XV até as primeiras décadas do século XX, mais especificamente no Surrealismo.

La grottesca e *grotesco*, como derivações de *grotta* (gruta), foram cunhadas, segundo Kayser, para designar uma espécie de ornamentação encontrada em escavações realizadas em Roma, no fim do século XV, provavelmente em grutas. Estes ornamentos de origem "bárbara", que representavam seres híbridos e fantásticos, escandalizaram o gosto clássico dos críticos de arte romanos. Tal fato, entretanto, não impediu que o grotesco virasse moda. Os comentários sobre a nova moda, tecidos por Virtrurio, um intelectual do século XVI, são reveladores de seu impacto na estética tradicional, e já revelam sua face revolucionária:

(...) todos esses motivos que se originam da realidade, são hoje repudiados como uma voga iníqua. Pois, aos retratos do mundo real, prefere-se agora pintar *monstros* nas paredes. Em vez de colunas, pintam-se talos canelados (...). Nos seus tímpanos, brotam das raízes flores delicadas que se enrolam e desenrolam, sobre as quais se assentam figurinhas sem o menor sentido. Finalmente, os pendúculos sustentam meias figuras, umas com cabeças de homem, outras com cabeça de animal. Tais coisas, porém, não existem, nunca existirão e tampouco existiram. Pois como pode, na realidade, um talo suportar um telhado (...), e como podem nascer de raízes e trepadeiras seres que são metade flor, metade figura humana (*apud* KAYSER, 1986, p.18).

É significativo que nas primeiras considerações sobre a arte grotesca de que se têm notícias, o substantivo "monstro" já apareça associado a ela. Tal

associação, que permanecerá nas épocas posteriores enfocadas por Kayser, é fruto de um olhar estrangeiro, como o do Romano sobre o bárbaro, e nada tem a ver com a proposta estética de seus criadores, para quem aquela arte tinha como objetivo embelezar a arquitetura. O que importa, aqui, de sua extensa análise, é a conclusão a que chegou KAYSER (1986) quanto aos elementos inseparáveis do grotesco, a saber: a mescla do heterogêneo, a confusão, o fantástico e o “estranhamento” do mundo. Essas características assemelham-se, em diversos aspectos, à noção freudiana de *estranho*, pois o grotesco liga-se menos à forma do objeto, do que à sensação que este desperta no observador.

O mais importante traço da arte grotesca, ainda segundo KAYSER (1986), é a suspensão das diferenças entre as espécies, a anulação das ordens da natureza, pela mistura do animalesco e do humano, o que torna o *monstruoso* o principal motivo dessa arte. Logo, é compreensível e coerente que no romantismo, cuja proposição é romper com a estética clássica, o grotesco ocupe lugar privilegiado. Suas formas híbridas e insubordinadas à despótica simetria clássica – fundamentada no “mundo real” – condizem com a dionisiaca mentalidade romântica, que se opõe às apolíneas regras clássicas.

Vários escritores românticos teorizaram a respeito do grotesco. Para Victor Hugo, este assunto ocupou o centro de suas reflexões. Hugo tornou o grotesco a característica essencial e diferenciadora de toda a arte pós-antiga, incluindo a medieval. Desde o século XVIII, com a *commedia dell'arte*, associam-se, no grotesco, o aspecto sinistro e o cômico e caricato. Victor Hugo não nega tal aspecto, porém o considera secundário. Para ele, o ponto decisivo dessa arte está no monstruoso e no horripilante, ou simplesmente no feio, que têm infinitas variantes, frente à *unicidade* do belo (*apud* KAYSER, 1986, p.59-60). Todavia, Hugo não esgota sua definição de grotesco ligando-o meramente à aparência, e sim concebe-o como função em uma totalidade maior, vendo-o como pólo oposto ao sublime (*le sublime*). Sob tal perspectiva, o grotesco se desvela em toda sua profundidade. Pois, “assim como o sublime dirige nosso olhar para um mundo mais elevado, sobre-humano, do mesmo modo abre-se

no ridículo-disforme e no monstruoso-horrível do grotesco, um mundo desumano do noturno e abismal" (*apud* KAYSER, 1986).

O monstro de Frankenstein é um exemplo emblemático do grotesco romântico. Ao mesmo tempo em que provoca horror com sua gigantesca e medonha aparência, está ligado a algo sublime, não através de Deus, mas, ao contrário, por uma *divinização do humano*, ou *humanização do Criador*. A associação de "Frankenstein" a monstro é tão marcante, que a criatura tomou, popularmente, o nome do criador. Na língua Inglesa, essa palavra se encontra dicionarizada como substantivo. Eis como o Webster define "frankenstein": "1: a work or agency that ruins its originator. 2: a monster in the shape of a man" (Webster, 1981)³. Não há qualquer referência a Victor, e muito menos a Mary Shelley, o que evoca a matriz edipiana do mito *Frankenstein*, e faz com que o criador seja, uma vez mais, destruído pela criatura, e a autora por sua personagem. Tal fato é sintomático do impacto que seu aspecto monstruoso e ameaçador (não obstante sua bondade e sofrimento), causa nos leitores e, acima de tudo, naquela maioria que só o conhece por filmes de terror; estes, invariavelmente, o apresentam como um ser agressivo, notável somente por sua aparência horrenda e força física, sem qualquer atributo intelectual. Tais películas enfocam caricaturalmente o aspecto sinistro da criatura, o que a faz beirar o cômico. As inúmeras comédias cinematográficas sobre *Frankenstein* confirmam sua vocação paródica, típica do grotesco. No entanto, é inegável que o monstro, em suas incontáveis representações, conserva um fascínio e mistério, que não o permite se desvincular totalmente da ambigüidade de sua origem grotesca, que remete ao sublime, ao estranhamento e à crítica a uma idéia oficial e única de belo, pautada nos princípios realistas da mímese aristotélica (Aristóteles, 1999).

É, portanto, fundamental para este estudo, que compreendamos o significado de *monstruoso*: a principal característica do grotesco, em geral, e da criatura frankensteiniana, em particular.

O verbo latino *monstro* – do qual originou-se o verbo português “mostrar” e o substantivo “monstro”, em sua atual concepção – deriva do substantivo *monstrum*, cujo verbete reproduzo abaixo:

1. prodígio, facto prodigioso (que é *uma advertência dos deuses*). 2. Tudo o que *não é natural*, *monstro*, monstruosidade. 3. (p1) atos monstruosos. 4. Desgraça, flagelo, coisa funesta. 5. Coisa, incrível maravilha, prodígio. (FERREIRA, 1995, grifos meus).

Já em *monstro*, que significa tanto *advertir*, quanto *revelar* e *acusar*, são feitas duas significativas ressalvas: “*monstro* é *monstrum*, porém com a perda do sentido religioso; é um vocábulo da língua popular, evitado pelos prosadores da época de Cícero.” (FERREIRA, 1995).

Esclarecidos, após esta digressão etimológica, os diferentes significados presentes na origem da palavra *monstro*, enfocarei sua natureza contraditória, que abarca sentidos tão opostos quanto *coisa funesta* e *maravilha*, e, principalmente, tentarei entender o que a fez perder sua conotação divina, tornando-a, além de profana, pejorativa e desprezada pela língua culta.

Jeffrey Cohen sugere que a cultura seja lida a partir dos monstros que produz (COHEN, 2000). De acordo com ele, o monstro existe para ser lido como uma letra na página, significando sempre algo diferente de si próprio. E acrescenta: “Um princípio de *incerteza genética*, a essência do monstro, eis porque ele sempre se ergue da mesa de dissecação quando seus segredos estão para ser revelados e desaparece na noite”. (COHEN, 2000, p. 27, grifo meu)

O monstro, por sua natureza híbrida e indefinida, é um arauto da crise de categorias pela qual passa o sujeito contemporâneo em sua fragmentação. A criatura de Frankenstein, formada por partes de distintos cadáveres e, portanto, de distintas identidades, cumpre perfeitamente sua função “monstruosa” de, duplamente, revelar e profetizar a crise do sujeito, cujos sinais já podiam ser percebidos no século XIX. O mesmo século que levou a noção de individualidade a um ponto até então inconcebível.

3 1: trabalho ou empreendimento, que arruina seu autor.2: monstro com a forma humana.

Para James Donald, o monstro é “a diferença feita carne” (DONALD, 2000, p. 110). E a diferença, na cultura ocidental, é sempre de alguma forma demonizada. Cabe lembrar, aqui, a associação medieval do demônio, que é coxo, à deformidade física. Também na Idade Média, os europeus viam os muçulmanos como criaturas demoníacas e, ainda hoje, em nossa sociedade eminentemente etnocêntrica, as diferenças (culturais, raciais, sexuais, etc.) são tidas como aberrações monstruosas, embora talvez mais dissimuladamente que outrora. Isto se verifica facilmente nas religiões que proliferam atualmente e que, em sua maioria, consideram os cultos pagãos e o homossexualismo como algo demoníaco. O mais emblemático (e chocante!) exemplo desta *monstrificação* do Outro, no século XX, foi a ascensão do Nazismo, para o qual os judeus possuíam uma natureza inferior e maligna. Outro exemplo é o (nada inocente) clichê da época da guerra fria, que dizia que “comunista come criancinha”, fato que demonstra que também a diferença política ou ideológica é um fértil terreno para a representação monstruosa. Eis o que Fredric Jameson observa a este respeito:

O mal é caracterizado por qualquer coisa que seja radicalmente diferente de mim, qualquer coisa que, em virtude precisamente desta diferença, pareça constituir uma ameaça real e urgente à minha própria existência. Assim, o estranho de outra tribo, ou “o bárbaro” que fala uma língua incompreensível e segue costumes “estranhos”, mas também a mulher, cuja diferença biológica estimula fantasias de castração e devoração, ou, em nossa própria época, a vingança de sentimentos acumulados de alguma classe ou raça oprimida ou, então, aquele ser alienígena, judeu ou comunista, por detrás de cujas características *aparentemente humanas* espreita uma inteligência maligna e fantástica, são algumas das arquetípicas figuras do Outro, sobre as quais o argumento essencial a ser construído é, não tanto, que ele é temido porque é mau, mas, ao invés disso, de que é mau porque ele é Outro, alienígena, diferente, estranho, sujo e não – familiar. (*apud* DONALD, 2000, p. 111, grifo meu).

O monstro, ao mesmo tempo que revela algo – a diferença –, suscita terror. Onde o esperado seria a reverência a seu caráter divino encontra-se, substituindo-a, a ojeriza. O *monstro* (profano) toma lugar do *monstrum* (sagrado), assim como a criatura frankensteiniana usurpa o nome de seu criador – como prova o imaginário popular. A palavra *monstro* tem em comum com *unheimlich*, além de seus sentidos contraditórios, o fato de revelar o que

causa temor. Se o duplo é o estranho, o ameaçador desdobramento de si, também o monstro, ao revelar, faz *lembrar* (e este é um dos sentidos que o dicionário lhe atribui) e despertar o recalçado. Por que teria a revelação degradado-se, de divina que era, para profana? Tal questionamento remete-me à hipótese de que o "íntimo" (*heimlich*) e o "estranho" (*unheimlich*), revelados pelo monstro, nem sempre foram abominados, mas sim divinizados e reverenciados.

Na modernidade, consolidou-se a idéia de um sujeito *singular*, com pleno comando de sua vida e sem um Deus para castigá-lo ou salvá-lo na vida eterna, o que tornou a morte ainda mais temível. É, portanto, compreensível que a cultura moderna tenha fortes traços histéricos. Tememos o corpo por sabermos, ineludivelmente, da inevitável coincidência entre seu fim e o nosso. A morte, a que estamos inevitavelmente condenados, é consequência de nossa corporalidade. Esta condição torna o corpo o duplo antagônico da razão, que teima em negá-lo para, assim, preservar sua ilusória onipotência. Isso faz com que o progresso, principal veículo do racionalismo, tenha como meta primordial vencer a morte. Se na Idade Média o corpo esteve associado ao pecado, na modernidade sua malignidade provém de sua inexorável finitude.

A análise acima evidencia que o fortalecimento moderno da individualização implica o fortalecimento do duplo. Este duplo, no caso de Victor Frankenstein, é nitidamente antagônico, e denuncia (e este é outro dos vários sentidos de *monstro*) a fragilidade do pretensamente onipotente sujeito moderno, da mesma forma que a criatura de Frankenstein expõe a vulnerabilidade de seu criador.

O medo da morte é a semente que faz brotar o duplo. Na modernidade, como pontua Walter Benjamin em *O narrador* (1993), a morte perde sua força pedagógica devido ao declínio da idéia de eternidade, e de exemplar passa a temida e execrada. Tal temor gera a "*estranheza incômoda*", de que fala Freud. Este processo é, em tudo, semelhante àquele pelo qual passa o monstro

que, como a morte, decai de “profético mensageiro dos deuses” a temível inimigo dos homens.

Se considerarmos o etnocentrismo como o “individualizar-se” de uma cultura, através da exaltação de sua superioridade sobre as demais, fica óbvio que a dissociação seja marcada pela projeção do duplo antagônico no que é culturalmente distinto. Esse “eu coletivo” sente-se mortalmente ameaçado por culturas que lhe são estranhas e defende-se delas considerando-as inferiores, negando e subvertendo seus traços identitários e, muitas vezes, exterminando-as.

Para Freud, como vimos, o recaiado retorna sob a forma de sintoma. Tal sintoma é o próprio monstro, o *diferente*, que por “fazer lembrar” a mortalidade humana, recalçada pelo racionalismo, aterroriza a sociedade moderna.

Já vimos que o monstro, por sua própria etimologia, pode ser “maravilhoso ou funesto”. Enquanto “aquele que revela” tem caráter benéfico, pois é através do sintoma, que se detecta a doença e, assim, sua possibilidade de cura. No entanto (e este parece ser o caso do sujeito moderno), se o tomamos pela própria doença, e o negamos e recalamos por nos *fazer lembrar* de nossa finitude e, para preservar o sentimento de onipotência que mascara nossa impotência, o negamos e recalamos, padeceremos da doença que ele denuncia.

A análise acima leva-me a concluir que este horror ao “Outro” é a doença da qual padece a sociedade ocidental moderna. O escritor irlandês Oscar Wilde, no fim do século XIX, faz a perspicaz leitura dessa enfermidade: “a aversão do século XIX ao Realismo é a cólera de Caliban por ver seu rosto no espelho, a aversão do século XIX ao Romantismo é a cólera de Caliban por não ver seu rosto no espelho (WILDE, 1961, p. 55)

A cólera de Dr. Frankenstein (para utilizar a metáfora wildeana), ao ver sua criatura, é o *unheimlich* da modernidade por ver no espelho romântico tudo o que havia negado em si próprio. Já a cólera da criatura, é o *unheimlich* romântico ao não se ver no rosto da modernidade, que a rejeita e recalca. As passagens abaixo referem-se, respectivamente, a estas duas situações:

Eu considerava o ser que eu havia liberado entre a humanidade e dotado de vontade e força para praticar horrores, como o que acabava de fazer, quase como meu espectro, meu próprio espírito fugido da sepultura, e obrigado a destruir tudo o que me era caro. (SHELLEY, 1985, p.74)

Maldito criador! Por que você me fez um monstro tão horroroso que até mesmo você foge de mim! Deus em sua piedade fez o homem belo e atraente, mas a minha forma é uma terrível contrafeição da sua, mais horrível ainda quando comparada à sua (SHELLEY, 1985, p.126).

É da tensão dramática entre o sujeito e seu duplo, que na modernidade atinge níveis extremamente críticos e dilacerantes, que surge emblematicamente o mito *FR*, cujos aspectos estão presentes significativamente na cultura e ciência contemporâneas.

Referências

BENJAMIN, Walter. "O narrador". In: *Os pensadores*. 2. ed. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BLOOM, Harold. "Posfácio". In: SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. Trad. Miécio Araujo J. Honkis. Porto Alegre: L&PM, 1985.

BRAVO, Nicole. Duplo. In: *Dicionário de Mitos Literários*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

CARDONA, Francesc. *Mitologia Grega*. Barcelona: Olimpo, 1996.

COHEN, Jeffrey. A cultura dos monstros: sete teses. In: *Pedagogia dos monstros; os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

ÉSQUILO. *Prometeu Acorrentado*. Trad. Geir Campos. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1974.

FREUD, Sigmund. "O retorno do reprimido". In: *Moisés e o monoteísmo*. Trad. José O. de Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

- FREUD. The "uncanny" In: *Works of Freud*. England: Penguin Books, 1990.
- HOFFMANN, E.T.A. "O homem de areia". In: *Contos sinistros*. Trad. Ricardo Henrique. São Paulo: Max Limonad, 1987.
- HOLLANDA, Aurélio Buarque. *Novo Aurélio, Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- KALINA, Eduardo; KOVADLOFF, Santiago. *O dualismo*. Trad. Oswaldo Amaral. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- KAYSER, Wolfgang. *O Grotesco*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- KLEIN, Melanie. *Envidia y gratitud*. Buenos Aires: Nova, 1975.
- MARX Karl, ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 5.ed. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s.d.
- NIETZSCHE, Friederich. *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. 2. ed. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- NOGUEIRA, Roberto. *O diabo no imaginário cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- PLATÃO. "O Banquete". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SHELLEY, Mary. *Frankenstein*. England, Penguin Classic, 1992.
- SHELLEY. *Frankenstein*. 3.ed. Trad. Miécio Araujo J. Honkis. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- STEVENSON, Robert. *Dr. Jekyll and Mr. Hide*. England, Penguin Classic, 1997.
- WEBSTER. *The Merrian Webster*. England: Brittanica Company, 1981
- WILDE, Oscar. "O Retrato de Dorian Gray". In: *Obras completas*. 5. ed. Trad. Oscar Mendes. São Paulo: Nova Aguilar, 1961.

A relação entre as construções de tópico e a posição dos clíticos no português europeu dos séculos XVIII e XIX

Edivalda Alves Araújo

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA

edivaldaraujo@ig.com.br

Resumo

O objetivo deste estudo é avaliar a proposta de Raposo e Uriagereka (2004) em relação às construções de tópico e a posição do clítico. Para eles, o tópico não licencia a próclise por estar em adjunção a FP, o que o impede de ser um hóspede fonológico para o clítico. Eles acreditam que o português europeu, ao longo de sua história, tem em FP um traço [+afetivo] ou [-afetivo]. O traço [+afetivo] induz a próclise porque provoca o deslocamento dos operadores afetivos para Spec, FP, tornando-se eles um hóspede fonológico para o clítico; o [-afetivo] induz a ênclise porque é o verbo que se move para FP para hospedar o clítico. Mas o português europeu, diacronicamente, tem apresentado variação na posição do clítico: próclise generalizada no século XVI e ênclise generalizada no português moderno. Acreditamos que essa variação na posição dos clíticos com as construções de tópico está relacionada com a posição sintática que o tópico ocupava e que lhe permitia ser o hóspede fonológico para o clítico, mas nos séculos XVIII e XIX essa posição sofreu reanálise a partir da gramática do século XVI, e o tópico perdeu essa possibilidade.

Palavras-chaves: sintaxe; tópico; clíticos; diacronia.

Abstract

The aim of this study is to evaluate Raposo and Uriagereka's (2004) proposal in relation to the topic constructions and the position of the clitics. To them, the topic doesn't license the proclisis because it is adjoined to FP, what prevents it to be a phonological host for the clitics. They believe that European Portuguese, through its history, has had in FP both features [+affective] and [-affective]. Feature [+affective] induces proclisis because it provokes the displacement of the affective operators to Spec, FP, constituting as a phonological host for the clitic; feature [-affective] induces enclisis because the verb is what has to move to FP to be the phonological host for the clitic. But, diachronically, European Portuguese has presented variation in the clitic position: generalized proclisis in 16th century and generalized enclisis in modern Portuguese. We believe this variation in the clitic position with the topic constructions is related to the syntactic position the topic occupied and that allowed it to be the phonological host for the clitics, but in 18th and 19th centuries this position underwent re-analysis, departing from the grammar of the 16th century, and the topic lost this possibility.

Key-words: syntax; topic; clitics; diachrony.

1. Introdução

Temos como objetivos neste trabalho (i) avaliar a proposta de Raposo e Uriagereka (2004) em relação às construções de tópico (do tipo CLLD e Tópico Pendente) e a posição do clítico, com dados do português europeu dos séculos XVIII e XIX constantes no Projeto Tycho Brahe¹; e (ii) apresentar uma perspectiva de análise sintática para as construções em que se observa próclise com tópico. Os dados dos séculos XVIII e XIX parecem indicar que, na gramática do português desse período, a posição sintática que o tópico ocupava lhe permitia licenciar tanto a ênclise quanto a próclise. Embora a próclise apareça em menor escala com as construções de tópico nesse período, é ela que nos interessa porque acreditamos que é a partir de sua existência que se evidencia uma reanálise da posição sintática do tópico.

Na verdade, a possibilidade das construções de tópico com próclise remonta ao período do século XVI, quando se verifica próclise generalizada, como foi observado por Ribeiro (1995), em construções do tipo Topicalização V2. Nos séculos XVIII e XIX, entretanto, apesar de haver uma maior tendência para a ênclise com as construções de tópico, a próclise também é encontrada nesse tipo de construção, talvez como resquício da gramática do século XVI. Os dados de pesquisas realizadas sobre esse assunto parecem indicar que entre os séculos XVII e XIX ocorreram mudanças sintáticas que restringiram a possibilidade de a posição sintática do tópico licenciar a próclise e que derivaram o português europeu moderno, em que as construções de tópico licenciam somente ênclise (cf. Galves, 2001).

Nesse trabalho, defendemos que a posição sintática do tópico sofreu reanálise nos séculos XVIII e XIX a partir da gramática do século XVI, derivando a gramática do português moderno, em que não lhe é permitido licenciar a próclise.

¹ <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>

2. O contexto teórico

Ao longo dos tempos, a relação entre as construções de tópico e a posição dos clíticos vem sofrendo modificações, como já foi observado por alguns autores, dentre eles Ribeiro (1995), Torres Morais (1996) e Galves (1998; 2001). Em geral, considera-se que o português europeu tinha em seu período arcaico construções de tópico com ênclise, passando a construções de tópico com próclise, no período clássico, chegando a construções de tópico com ênclise no período moderno.

Ribeiro (1996), por exemplo, observa que, no português arcaico, é possível encontrar dois tipos de construção com tópico a depender da posição do clítico: se ocorrer a ênclise, o constituinte fronteado é um tópico marcado; mas se ocorrer a próclise, o elemento fronteado é um tópico V2, típico das construções de topicalização V2, em que além da diferença na posição dos clíticos, tem-se também uma inversão na ordem dos constituintes, realizada em VS. Exemplo desse tipo de construção pode ser visto abaixo, extraído de Ribeiro (2001):

(1) E esto lhis fazia ele pêra lho agalardoar (DSG.1.22.7)²

observam-se aí o deslocamento à esquerda do objeto direto, realizado pelo pronome demonstrativo *esto*, e conseqüente inversão verbo-sujeito, *fazia ele*, e o clítico em posição proclítica, *lhis fazia*, diante de um tópico. Nesse tipo de construção X-VS, que caracteriza a topicalização V2, o clítico proclítico geralmente não é co-referencial ao tópico, como apresenta Ribeiro (1995).

Torres Morais (1996), na análise de textos dos séculos XVI e XVII, também observa que o português desse período, apesar de obedecer à restrição ao clítico em posição inicial da sentença, apresentava próclise em estruturas V2.

Galves³ (1998) apresenta como exemplo da variação ênclise / próclise com construções de tópico a análise dos Sermões de Antonio Vieira, do século XVII.

² O exemplo é dos Diálogos de São Gregório (DSG), texto do século XVI.

Nessa análise, Galves mostra que a ênclise aparece de maneira consistente quando o tópico é contrastivo; enquanto a próclise ocorre com os tópicos não-contrastivos, como se pode ver nos exemplos seguintes retirados por Galves dos Sermões de Viera:

(2) [p. 91] O Juizo com que Deus ha-de julgar aos que mandam e governam, ha-de ser um Juizo durissimo; porque **aos pequenos conceder-se-ha**⁴ misericordia; porém **os grandes e poderosos** serão poderosamente atormentados: Potentes potenter tormenta patientur

(3) [p. 157] Deus vos livre de vossas boas obras, e muito mais das grandes; **os peccados soffremol-os** facilmente; **os milagres** não os podemos soffrer

(4) [p. 123] **D'esta distincção que o Evangelista faz de livro a livros, se vê** claramente, que o livro era da vida, liber qui est vitae, e que os livros eram da conta, porque pelos livros foram julgados os mortos: Et judicati sunt mortui ex his quæ scripta erant in libris.

Em Galves (2001), a autora reconhece que no século XVIII encontra-se uma variação na posição do clítico tanto com o sintagma inicial sujeito quanto com outro tipo de sintagma que antecede o verbo, como um argumento ou adjunto topicalizado, um advérbio, uma conjunção ou uma oração adjunta; o que parece evidenciar que o português do século XVIII, segundo a autora, encontra-se numa fase intermediária entre o português do século XVI e o português moderno.

Embora as autoras citadas acima trabalhem numa perspectiva de que a mudança na colocação dos clíticos esteja relacionada com traços de AGR em CP⁵, há outras propostas que defendem que a colocação dos clíticos está relacionada com o componente fonológico e que a próclise ou a ênclise resulta

³ O texto *Sintaxe e estilo: colocações de clíticos nos sermões do Padre Vieira* foi-me gentilmente cedido pela professora Dra. Charlotte Galves, da UNICAMP, e faz parte do projeto "Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística" financiado pela FAPESP (Processo 98/03282-0).

⁴ Os grifos são de Galves (1998).

⁵ Para mais aprofundamento sobre o assunto remetemos às autoras citadas.

de uma operação em PF (Phonetic Form⁶) para salvar a estrutura sintática, como a de Raposo e Uriagereka (2004).

Raposo e Uriagereka (2004) acreditam que entre CP e IP exista uma categoria funcional, FP⁷, destinada aos elementos com função discursiva: alguns em adjunção, como o tópico; e outros em Spec, FP, como os operadores afetivos, dentre eles, os sintagmas quantificadores, sintagmas com operadores visíveis de foco, e elementos que codificam a polaridade de uma proposição, como os advérbios aspectuais *já*, *ainda*, *também*, o morfema negativo *não* e outras expressões negativas, assim como expressões enfáticas e de perguntas. No núcleo dessa categoria funcional, como defendem os autores, o português europeu tem um traço [afetivo], *f*, um elemento clítico morfofonológico abstrato, que atrai o clítico. *f* pode ser forte ou fraco: se for forte, há deslocamento de operadores afetivos para Spec, FP, os quais servirão de hóspede fonológico para o clítico que a eles se adjungirá à esquerda; se for fraco, não há deslocamento de operadores afetivos na sintaxe visível, devendo o verbo ser movido para Spec, FP, como operação de último recurso, para ser o hóspede fonológico do clítico, salvando a construção em PF.

A base da proposta desses autores está em eles considerarem os clíticos como determinantes que encabeçam um DP⁸; sendo assim, eles não precisariam ser movidos para a checagem de traços morfológicos, porque poderiam ficar *in situ* do mesmo modo que os DPs plenos. Mas, por serem determinantes, assim como os artigos, os clíticos devem estar dentro de um grupo prosódico em forma fonética. Desse modo, o seu movimento se transforma numa operação de último recurso, não para checar traços, mas para evitar o fracasso em PF. Em termos mais precisos, o clítico deve ter um hóspede fonológico adjacente em seu domínio imediato de c-comando dentro do DP, onde eles são proclíticos. Os clíticos sofrem fusão com esse hóspede, sendo essa fusão uma operação morfológica do componente PF, que se aplica dentro de um ciclo fonológico, como se pode observar no seguinte exemplo:

⁶ Forma Fonética. Adotaremos aqui o procedimento de manter os rótulos sintáticos da gramática gerativa na sua forma em inglês.

⁷ Essa categoria funcional foi proposta por Uriagereka (1995), onde FP representa *Functional Phrase*.

⁸ DP = Determiner Phrase

- (5) a. Não comprei [_{DP} o carro vermelho]
 b. Não comprei [_{DP} o vermelho]

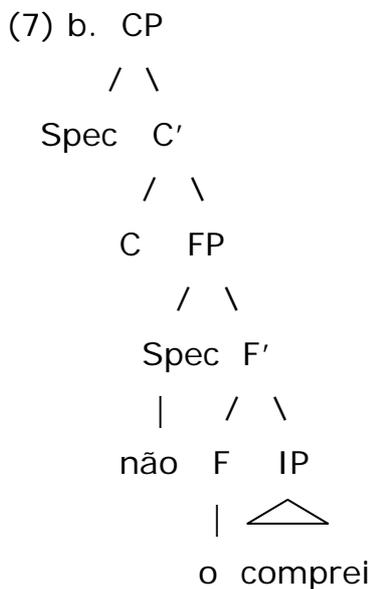
Dado o devido contexto, em (5), o artigo determinante o é fundido com o seu hópede, o NP carro. Na ausência do NP, o artigo funde-se com o AP vermelho, formando um grupo fonológico. Mas se não houver um hópede interno ao DP, como em:

- (6) *não comprei [_{DP} o -]

a derivação fracassa em PF, o que leva a uma operação de último recurso: o clítico se move para uma posição onde ele possa encontrar o hópede apropriado para a sua fusão, de modo a evitar o fracasso:

- (7) a. Não o comprei

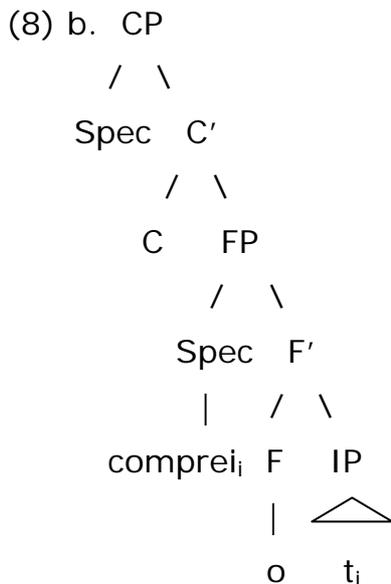
com a seguinte representação:



Em uma sentença como a acima, em que a negação se caracteriza como o hóspede do clítico, o clítico se move para o núcleo de FP e se adjunge à esquerda do seu operador; mas em sentenças como em (8), abaixo, em que não há um hóspede para o clítico, depois que o clítico se move para o núcleo de FP, o verbo se move para Spec, FP, para ser o hóspede apropriado para o clítico:

(8) a. Comprei-o.

com a seguinte representação:



Essa operação evidencia que os clíticos determinantes se movem para uma posição onde seus requerimentos prosódicos sejam encontrados. Desse modo, a alternância entre próclise e ênclise resulta do atendimento aos requerimentos prosódicos do clítico. Como o resultado final da colocação dos clíticos está relacionado aos requerimentos de PF, Raposo e Uriagereka (2004) defendem que os clíticos são os últimos elementos a se adjungirem ao núcleo alvo.

Analisando os exemplos⁹ abaixo, a partir da proposta dos autores, observamos que há coerência no que se refere à postulação desse traço afetivo, *f*, e à sua relação com os operadores afetivos, uma vez que a próclise estará justificada pela presença desses operadores em FP, os quais servirão como apoio fonológico para o clítico, bem como a ênclise nos casos em que o verbo se constitui como apoio fonológico para o clítico:

- Foco + próclise:

(9) ¡**Quantas incoerências** me achará Vossa Excelência, meu Pai! (MA.2.10.18)¹⁰

- Advérbios e operadores afetivos que induzem a próclise: *também, já, só*.

(10) e se as tenho às vezes em pouca conta, **também** me tenho a mim em pouca conta muitas vezes, porque conheço que me parece muito mal o que **já** me pareceu bem outro tempo (AC.5.69.18)

(11) Fui para lá ontem às 5 horas da tarde e **só** me vim embora à 1 hora da noite. (RO.37.154.19)

- NPs quantificados que induzem a próclise, como *todos* e *ninguém*:

(12) Lancei-me na política e enquanto cada qual achava que devia ter procedido à maneira que lhe indicava a própria fantasia, **todos** se retraiam, **ninguém** me ajudou. (OM.19.139.19)

- Contexto inicial → movimento do verbo para “salvar” o clítico e conseqüente ênclise:

(13) **parece-me** me que entendo bem umas coisas e outras mal, e assim me parece que as entendem os outros... (AC.5.69.18)

(14) **Assentou-se** se que o papagaio partiu para a América, a visitar os parentes. (CO.3.12.18)

⁹ Exemplos retirados do *corpus* em análise

¹⁰ A disposição da codificação presente nos exemplos é a seguinte: as letras iniciais se referem ao nome do autor; os números que seguem se referem, respectivamente, ao número da carta, à página e ao século. Tem-se então: MA = Marquesa de Alorna; carta 2; página 10; século 18.

3. O problema

Não há o que se discutir em relação aos operadores afetivos e a ocorrência de próclise, uma vez que o deslocamento desses operadores constrói o contexto favorável para o apoio fonológico para o clítico, o que implica que os requerimentos fonológicos para o clítico, nesse contexto, são satisfeitos em PF, como o demonstra a proposta de Raposo e Uriagereka, confirmada pelos exemplos em (9) - (14).

O problema que se verifica nessa proposta está em relação às construções de tópico, visto que, para esses autores, o tópico é gerado em adjunção a FP, o que não lhe permite “salvar” o clítico em PF. Ou seja, quando não há deslocamento de operadores afetivos, o tópico, por estar em adjunção a FP, não consegue salvar o clítico em PF, o que implica a subida do verbo, derivando a ênclise. Considerando que eles fazem uma abordagem que também pretende capturar os fatos diacrônicos, não é possível explicar como as construções de tópico podem favorecer a próclise de acordo com esse modelo, como se pode observar nos seguintes exemplos dos séculos XVIII e XIX:

(15) O moral lho ensinam as damas com o amor, e a teologia não é coisa de que se fale, achando-se absolutamente desterrada do mundo galante e moderno. (CO.37.180.18)

(16) Tudo o que entendem o entendem por si mesmos. (CO.1.6.18)

(17) Nada vi nem sei do que vem. Somente sei que lhe tinha encomendado para ti **dous** serviços de toalhas de mesa; e que ella me diz, como verás de um dos bilhetes, que só veio um. Esse um m'o mandou e eu t'o mando, e ficarás com elle se quizeres e se não quizeres, nada me importa, só me pezará se realmente é bello e bom e o não aproveitares tu. (AG.93.82.19)

(18) Não vejo razões para que digas que *não*. No entanto para meu governo telegrafa-me uma resposta - um simples *sim* ou *não*. Explicações as dará por escrito. (QM.Q.27.99.19)

(19) De sorte que, ou eu me engano, ou os defeitos que achaste no meu plano - os repetes no teu. (QM.Q.42.128.19)

Que os elementos em (15), *o moral*, (16), *tudo o que entendem*, (17), *esse um*, (18) *explicações*, e (19), *os defeitos que achaste no meu plano*, são exemplos de tópico parece ser fato inconteste, uma vez que há a retomada desses elementos por um clítico que lhes seja co-referencial, o que implica que eles são tópicos e não focos (cf. Raposo, 1986; Cinque, 1990; Rizzi, 1997; Brito, Duarte e Matos, 2003; sobre retomada de tópicos por clíticos).

Os exemplos em (15) - (19) parecem indicar que os tópicos podem ser um hóspede fonológico para o clítico. Mas é necessário considerar que existem tipos diversos de tópico e que nem todos podem ser o hóspede fonológico para o clítico. Parece que, para ser o hóspede, o tópico, assim como o foco, deve sofrer movimento (cf. Rizzi, 1997). Desse modo, há uma questão que se levanta aqui que pode ser fundamental para elucidar outros fatos: será o tópico realmente gerado na base ou sofre movimento?

Considerando as construções com tópico presentes nos dados e a sua relação com a posição dos clíticos, salientamos apenas dois tipos de tópico que apresentam comportamento sintático diferenciado: o Tópico Pendente, com ou sem retomada interna à frase, e o Deslocado à Esquerda Clítica (CLLD). Os dados indicam que o primeiro tipo de tópico, o Tópico Pendente, é gerado na base, enquanto o segundo, CLLD, sofre movimento (que também é corroborado por Rizzi, 1997; 2004; e Cecchetto, 2001). A diferença sintática entre esses dois tópicos é observada pela colocação dos clíticos. Nos primeiros, há sempre a ênclise; nos segundos, pode haver ou ênclise ou próclise, conforme os dados dos séculos XVIII e XIX. É o que se pode ver abaixo:

- Tópico Pendente:

(20) Quanto ao nosso Homem digo-vos que está-se nas tintas. (CO.16.98.18)

(21) mas eu parece-me que mais depressa isto será malícia dos que assim falam para confundir um com o outro, que nada se parecem. (MA.32.112.18)

(22) e quanto à companhia, seguro-lhe a Vossa Mercê que bem a desejara (AC.11.126.18)

(23) E quanto ao modo de remessa, far-me-ia¹¹ muito favor de mandar entregar esta bagatella em Londres por Francisco Wanzeller. (AG.107.95.19)

(24) Quanto ao caso - Paris, disse-me ontem o Barros Gomes estar decidida a tua nomeação: por isso o participei aos leitores do Repórter. (QM.M.17. 80.19)

(25) A respeito de Prado diz-me Queiroz: "Não sei se Você já o viu depois de casado. Se viu não lhe digo nada. Se não viu também lhe não digo nada". (RO.22.111.19)

- CLLD:

Com próclise:

(26) Logo que recebeu o sacramento, tanto eu como mana assentámos que todo o aparato destas funções, que é desnecessário a quem tem virtude e juízo, ... sem deixar intervir nenhum dos eclesiásticos que, sem método, pudessem abreviar a vida de minha Mãe. Para isto se necessitava valor, e Deus nos tem dado todo quanto é necessário. (MA.12.35.18)

(27) ... descobri o livro mais curioso, pouquíssimo conhecido aqui, desconhecido inteiramente em Portugal. Este livro são as memórias de um português chamado Pinheiro, que no século XVII, sob o reinado de Felipe III, isto é, *sob o jugo da terrível dominação castelhana*, vivia com vários outros portugueses em Madrid. Desse livro se depreende que os portugueses eram então estimadíssimos na sociedade espanhola. (RO.16.90.19)

(28) Então Moguel desencabrestou inteiramente, quis-se fazer mundano, principiou a tirar as camélias magníficas que estavam na corbeille do centro da mesa e a oferecê-las a torto e a direito às senhoras que não conhecia. (...) Todo aquele escândalo monumental o dava por *chic* à sua moda, por despeito rancoroso, por despique, por dor de um pontapé no traseiro, o maior que de nós outros leva Castela depois de Aljubarrota. (RO.18.98.19)

¹¹ Seguindo Raposo (2000), estamos considerando que a mesóclise é um subtipo da próclise.

(29) Não vejo razões para que digas que *não*. No entanto para meu governo telegrafa-me uma resposta - um simples *sim* ou *não*. Explicações as dará por escrito. (QM.Q.27.99.19)

- Com ênclise:

(30) Ao amigo que prega os guardanapos grandes, sucedeu-lhe neste dia uma desgraça. Vindo da *Favorita* para a Assembleia, quebrou-se-lhe o coche e chegou a pé. (CO.4.31.18)

(31) Telegrafei para Paris imediatamente à Emília Resende e ao Rosa. A este pedia-lhe instantemente que me desse informações. (RO.31.135.19)

Os exemplos constantes em (20) – (25) e em (26) – (31) mostram que os dois tipos de tópico realmente se diferenciam. Nos primeiros, observamos que há somente a ênclise enquanto, para os segundos, existia a possibilidade de haver ou próclise ou ênclise. Em relação a estes últimos, a existência da próclise parece indicar que os tópicos da CLLD sofrem movimento para Spec, FP, de modo que o clítico poderia subir para FP porque lá os seus requerimentos fonológicos seriam satisfeitos.

4. A proposta

O fato de haver construções de tópico com a próclise nos leva a acreditar que este poderia sofrer movimento para Spec, FP, onde serviria como hóspede fonológico para o clítico. Tal fato não parece tão estranho, uma vez que se admite que o foco, por ser um operador afetivo, ligado ao discurso, sofre movimento, não há razão para não se admitir que também o tópico possa sofrer movimento, uma vez que também ele é ligado ao discurso, embora sem a força de um operador, típica de um foco.

O que defendemos aqui é que, entre os séculos XVI e XVIII, havia a possibilidade de o tópico da CLLD sofrer movimento para Spec, FP, uma

posição que era, até esse período, destinada tanto aos elementos ligados ao discurso, como o tópico e o foco, quanto aos operadores afetivos.

Se o português europeu, ao longo de sua história, conforme o defendem Raposo e Uriagereka (2004), manteve, além do traço [-afetivo], o traço [+afetivo], sendo este o provocador do deslocamento de operadores afetivos aos quais o clítico se adjunge à esquerda, como explicar os casos em que o tópico licencia a próclise, não sendo este um operador afetivo? Levantamos duas possibilidades para explicar esse fato: ou o português europeu sofreu modificações nesse traço [afetivo]; ou a posição do tópico sofreu reanálise ao longo do tempo. A primeira opção não se justifica, uma vez que subsistem no português europeu moderno as duas possibilidades: o deslocamento de operadores afetivos para FP, como o foco, ou a sua ocorrência *in situ*. A segunda opção se revela mais apropriada porque os exemplos entre (15) – (19) indicam que o clítico está adjungido ao tópico, o que leva a se cogitar que a posição designada aos tópicos em FP podia não ser a de adjunção, mas interna a essa categoria, o que lhe permitia ser o hóspede fonológico para o clítico.

Considerando que a segunda opção seja a correta, acreditamos que o tópico poderia ser movido para Spec, FP, na ausência de um outro elemento, como o foco, por exemplo, o que lhe permitia salvar a construção em PF. Tomando o exemplo apresentado em (18), repetido em (32) por conveniência, teríamos a seguinte derivação:

(32) a. Explicações as dará por escrito.

b. [_{FP} [_{IP} [_{VP} dará [_{DP} explicações as] por escrito]]]¹²

c. [_{FP} explicações [_{IP} [_{VP} dará [_{DP} as] por escrito]]]

d. [_{FP} explicações [_F as [dará por escrito]]]

Havendo o movimento do tópico para Spec, FP, como se pode ver em (32c), o movimento do clítico para o núcleo de FP teria apoio fonológico, porque o

¹² Optamos pela representação de modo simplificada, sem abrir as projeções por completo e sem apresentar todos as derivações, por uma questão de ênfase ao assunto aqui abordado.

tópico, nessa posição, serviria como hóspede para o clítico, satisfazendo os requerimentos em PF, como em (32d); o que implicaria que a construção seria salva pelo próprio tópico sem precisar do movimento do verbo como último recurso.

O mesmo procedimento poderia ser observado no caso de um DP complexo, ou DP grande (cf. Belletti, 2003), em que o clítico é o núcleo, tendo como complemento outro DP encabeçado por um determinante, como no exemplo (19), repetido em (33) abaixo:

(33) a. ... os defeitos que achaste no meu plano – os repetes no teu.
(QM.Q.42.128.19)

com a seguinte derivação:

(33) b. [_{FP} [_{IP} [_{VP} repetes [_{DP1} os [_{DP2} os defeitos que achaste no meu plano]] no teu]]]
 c. [_{FP} os defeitos que achaste no meu plano [_{IP} [_{VP} repetes [_{DP1} os [_{DP2} t] no teu]]]
 d. [_{FP} os defeitos que achaste no meu plano [_F os [_{IP} repetes [_{VP} [_{DP1} t [_{DP2} t]] no teu]]]]

Um problema que se levanta em relação à análise aqui proposta é nos casos em que há ocorrência dos dois elementos: o tópico e um operador afetivo. Se o tópico ocupa a posição de Spec, FP, para onde vai o operador afetivo? Ou ainda: para onde vai o tópico, quando o operador afetivo é movido para Spec, FP? Exemplos com a ocorrência simultânea de tópico e operador afetivo são apresentados abaixo (para melhor visualização, os tópicos estarão entre colchetes e os operadores afetivos, entre chaves):

(33) E [a culpa de Vossa Mercê não saber governar neste caso a sua paixão] {como} a chamaremos neste mundo, minha Senhora? (CO.3.11.18)

(34) [A história] {eles mesmo} a fazem. (CO.37.180.18)

(35) [As 3 caixinhas pequenas do Brasil] {já} as recebi; mas uma coisa não tem nada com a outra. (AG.85.78.19)

(36) [Homens] {também} os não havia - uns tinham morrido na África, outros andavam rezando pelas igrejas de Lisboa. (QM.Q.54.145.19)

Esse problema de ocorrência simultânea do tópico e do operador afetivo numa mesma construção poderia se constituir um entrave para a análise aqui proposta, uma vez que não existe a possibilidade de ambos ocuparem a mesma posição em Spec, FP. Uma forma de resolver esse problema é acreditar que, quando há concorrência de dois elementos para a mesma posição – Spec, FP –, o primeiro a ser movido ocupa essa posição e o segundo adjunge-se a essa projeção funcional, estando fora do domínio dela, não podendo conseqüentemente ser o hóspede para o clítico. É o que ocorre nos exemplos em (33) – (36), em que os respectivos operadores como, eles mesmo, já e também estão em Spec, FP, servindo como hóspedes fonológicos para o clítico aos quais este se adjunge. O tópico, em contrapartida, em função de Spec, FP, estar ocupado por um foco, vai para uma posição mais alta, não interferindo na colocação do clítico.

Com essa análise, entendemos que o foco ou qualquer outro operador afetivo seria o primeiro elemento a ser movido, ocupando Spec, FP, porque tem força de operador e, conseqüentemente, uma relação sintática mais forte com a frase do que o tópico; o tópico, em contrapartida, seria o segundo elemento a ser movido, indo para adjunção a FP. Tal fato se justifica se se considerar que o tópico está mais relacionado ao discurso, estabelecendo um elemento sobre o qual algo vai ser dito, o que implica que não tem força de operador, não podendo, portanto, controlar uma variável interna à frase.

Acreditamos, desse modo, que Spec, FP, poderia ser a posição do tópico nos séculos XVI e XVII, quando se encontravam em larga escala construções do tipo Topicalização V2 com o tópico seguido de próclise (cf. verificado por Ribeiro (1995)). Mas, nos séculos XVIII e XIX, começa a haver uma reanálise dessa posição, porque a geração destes séculos passou a interpretar a posição

sintática do tópico apenas como uma adjunção a FP, sem a possibilidade de o tópico pousar em Spec, FP. A interpretação da posição do tópico como em adjunção a FP implica a não-ocorrência de construções de tópico com próclise porque, nesta posição, o tópico não pode servir de hóspede fonológico para os clíticos, daí se justifica nesses últimos séculos maior ocorrência de construções de tópico com ênclise.

5. Conclusão

Os dados de construções de tópico do tipo CLLD com próclise, presentes no *corpus* analisado, parecem indicar que essas construções no período dos séculos XVIII e XIX seriam remanescentes da gramática do século XVI, em que havia próclise generalizada, exceto nos contextos em que o verbo iniciava a oração. Além disso, os dados parecem sugerir que é nos séculos XVIII e XIX que começa a haver a reanálise e conseqüente mudança para a gramática do português europeu moderno, em que se estabelece a posição mais marcada do tópico, a de adjunção a FP. Daí resulta que, no português europeu moderno, a ênclise ou a próclise, além de ser conseqüência da satisfação dos requerimentos em PF, passa a ter uma relação direta com os elementos discursivos que antecedem o clítico: se tópico, obtém-se ênclise; se foco, ou outro operador afetivo, obtém-se próclise.

6. Referências

- BELLETTI, Adriana. Extended doubling and the VP periphery. Texto s/r. 2003.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. *In: MATEUS, M. H. Mira et alii. Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003.
- CINQUE, Guglielmo. *Types of \bar{A} -dependencies*. Linguistic Inquiry Monographs. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, London, England, 1990.
- CECCHETTO, Carlo. Syntactic or Semantic Reconstruction? Evidence from Pseudoclefts and Clitic Left Dislocation. In: http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc_pub/cecchetto3.doc. 2001.
- GALVES, Charlotte M. C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP. Edit da UNICAMP, 2001.

GALVES, Charlotte M. C. Sintaxe e estilo: a colocação de clíticos nos Sermões do Padre Vieira. Parte do projeto "Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística" financiado pela FAPESP/ 1998.

RAPOSO, Eduardo. *Towards a unification of topic constructions*. Texto s/r. mimeo. 1996.

RAPOSO, Eduardo. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, João. (ed.) *Portuguese Syntax: new comparative studies*. New York: Oxford University Press, 2000. pp.266-297.

RAPOSO, Eduardo P.; URIAGEREKA, Juan. Clitic Placement in Western Iberian: A Minimalist View. Mimeo. 2004.

RIBEIRO, Ilza. *A sintaxe do português arcaico: o efeito V2*. UNICAMP. Tese de Doutorado. 1995.

RIBEIRO, Ilza. A ordem dos constituintes na Carta de Caminha. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: UFBA, 1996. pp. 29-62.

RIBEIRO, Ilza. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2001. pp.91-126.

RIZZI, Luigi. On the Form of Chains: Criterial Positions and ECP Effects. <http://www.ciscl.unisi.it/doc/doc-pub/rizzi>. 2004.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. (Org.) *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. London: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337

RIZZI, Luigi. Locality and left periphery. In: <http://www.ciscl.unisi.it/pub/doc-pub/rizzi2002-locality&left-periphery.doc>

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: KATO, M. A.; ROBERTS, Ian. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. pp.263 – 300.

Corpus:

<http://www.ime.usp.br/~tycho>

A biografia na ficção: notas sobre *As batalhas do Caia*

Márcio Roberto Soares Dias

Doutorando do Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística da UFBA

marcio_uesb@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo procura sondar, a partir do romance português *As batalhas do Caia*, de Mário Cláudio, uma vertente da literatura contemporânea, a qual se esforça para englobar no texto ficcional não só o inventário crítico da realidade, mas também a reflexão sobre o processo de constituição interna da própria obra literária.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa; Crítica Literária; Mário Cláudio.

Abstract

Based on the novel *As batalhas do Caia*, written by the Portuguese author Mário Cláudio, this article is an attempt to sound out one of the tendencies of the contemporary literature, which aims to include in the same fictional text not only the critical inventory of reality, but the reflection on the intern process of constitution of the literary work as well.

Key-words: Portuguese Literature; Literary Criticism; Mário Cláudio

1. O ser da literatura

Hodiernamente, a teoria e a crítica literárias têm tomado conhecimento, de forma muito arguta, de seus atributos. Esse discernimento de seu fazer torna-se notável quando ao mesmo tempo se percebe que tal demarcação não embarga a comunicação da teoria e da crítica com outras áreas do saber. Ao contrário, há um alargamento imprescindível e imperioso que, reconhecendo um centro de antecedentes teóricos inerentes ao literário, abarca outros ramos do conhecimento humano, construindo uma espécie de disciplina ou matéria-síntese. Quando se fala, aqui, em matéria-síntese, está-se evocando não uma tentativa de solução, mas sim uma questão insolúvel que há muito atormenta o homem e talvez por isso (por sua insolubilidade) seja o grande gerador de

energia criativa que alimenta seu pensamento. Pois o grande ideal da filosofia — para ficarmos em apenas um exemplo—, em qualquer tempo, tem sido o de

solucionar problemas, mostrar como as coisas são ou desembaraçar uma dificuldade e assim colocar um fim nos escritos sobre um assunto, entendendo-o corretamente. É claro que a filosofia não é a única a nutrir essa esperança. Qualquer disciplina deve supor a possibilidade de resolver um problema, encontrar a verdade e assim escrever as últimas palavras sobre um assunto. A idéia de uma disciplina é a idéia de uma investigação em que se poderia dar um fim à escrita. Os críticos literários, consternados pela proliferação de interpretações e pela expectativa de um futuro em que a escrita produzirá cada vez mais escrita, (...) freqüentemente tentam imaginar modos de dar um fim à escrita, reformulando os objetivos da crítica literária para transformá-la em uma verdadeira disciplina. As declarações sobre o verdadeiro propósito da crítica literária (...) evocam a esperança de dizer a última palavra, interrompendo o processo de comentário. Na verdade, essa esperança de entender corretamente é o que inspira os críticos a escreverem, embora eles saibam ao mesmo tempo que escrever nunca põe fim à escrita. Paradoxalmente, quanto mais vigorosa e autorizada for uma interpretação, mais escritos gera (CULLER, 1997, p.104-5).

É bem verdade que a atração irresistível pelo alargamento (que não deixa de ser um alargamento semântico do próprio vocábulo “crítica”) não pode toldar o papel cardinal da crítica literária de falar do “*ser da literatura*”¹ e de suas formas de manifestação. Pois o atributo próprio da crítica contemporânea é o de iluminar, através da concretude de cada obra, a idéia de literatura e os instrumentos de que essa idéia se vale para tornar-se uma coisa sensível. Tudo isso sem perder de vista, é claro, a noção de que “falar do sentido de uma obra é contar uma história de leitura” (CULLER, 1997, p.43).

Uma obra literária, em sua materialidade de artefato, é o objeto a partir do qual o crítico ou o leitor afeito vão se dar conta das *formas* literárias. Como essas formas difundem-se de modo idiossincrático em cada obra concreta, a análise perspicaz pode, então, compreender não só a compleição dessas formas, mas também seu desempenho na composição da obra. Isto não quer

¹ Esta questão, a do “*ser da literatura*” (“*ser*” entendido como estado, não como ente), é capital para as discussões travadas ao longo deste artigo. A esse respeito, tomo aqui as postulações M. BLANCHOT (1987, p.12) “(...) a obra — a obra de arte, a obra literária — não é acabada nem inacabada: ela é. O que ela nos diz é exclusivamente isso: que é — e nada mais. Fora disso, não é nada. Quem quer fazê-la exprimir algo mais, nada encontra, descobre que ela nada exprime. Aquele que vive na dependência da obra, seja para escrevê-la, seja para lê-la, pertence à solidão do que só a palavra *ser* exprime: palavra que a linguagem abriga dissimulando-a ou faz aparecer quando se oculta no vazio silencioso da obra”(grifo nosso).

dizer, de maneira alguma, que são as formas o ponto de paragem da análise literária. Na verdade, elas devem ser percebidas como elementos que conduzem o raciocínio para a apreensão do **fenômeno literário** em sua profundidade máxima. Aqui, sim, pode-se dizer que o descortino desse **fenômeno** é o desígnio último da crítica: afinal, divisar a literatura a partir de uma perspectiva que alcança profundidade e amplitude máximas significa enxergar o real com olhar incisivo e panorâmico. Pois:

A realidade humana é uma realidade básica e fundamental em que a inserção da consciência no mundo parece cada vez mais essencial. É o enraizamento de nossa consciência no mundo que fundamenta a volta às próprias coisas e que capacita a fenomenologia a permanecer fiel à concreticidade da existência, (...) [e] permite fazer aparecer a intencionalidade da consciência, e (...) [é] a própria intencionalidade [que] liga a consciência às coisas e ao mundo (...). (GILES, 1989, p.276).

Aproveitando experiências da modernidade e a tendência que tomam os diversos campos do conhecimento humano na direção de um posicionamento transdisciplinar, a literatura contemporânea tem radicalizado uma postura de criação literária, principalmente no que tange à prosa, ao optar, em certos momentos, por enveredar por um caminho que se bifurca em duas veredas a princípio opostas e, portanto, aparentemente impossíveis de serem percorridas a um só tempo. Trata-se da atitude de unir, num mesmo texto ficcional, o inventário crítico da realidade e a reflexão sobre o processo de constituição interna da obra literária.

Em *As batalhas do Caia*, romance do escritor português Mário Cláudio, há uma diluição das fronteiras que separam a ficção do ensaio. Esse diluir-se apresenta-se no texto na forma de uma teorização do próprio fazer literário. O leitor mais perspicaz, então, depara-se, a partir da enunciação mesma, com reflexões de ordem teórica e crítica sobre o escritor em seu afã. A estória que a narrativa faz sobressair é também a própria história do texto; em evidência está não somente o que se desenrola no palco, mas também os corredores que contornam a cena e que, normalmente, estariam fora da vista do espectador: uma espécie de ambiente íntimo além do alcance do *grande público*, em que resoluções são tomadas e ações outras são empreendidas; é o lado teórico a

respeito do fazer literário que se faz presente no âmago mesmo da ficção, mas que não se quer patente, haja vista precisar alojar-se nas dobras mais íntimas da linguagem. De fato, parafraseando um comentário de Maurice Blanchot (1997, p. 189) a respeito de um filósofo francês do século XX, pode-se dizer que em Mário Cláudio esse encontro num só homem de um *escritor* e de um *crítico ou teórico literário*, ambos excelentes, vem também da possibilidade que lhe oferecerem a *crítica* e a literatura de nele se encontrarem. E é ainda Blanchot, no mesmo texto, quem esclarece “que, na realidade, as obras de ficção estão cada vez mais pressionadas por pretensões teóricas e as obras teóricas são cada vez mais um apelo a problemas que exigem uma expressão concreta”.

2. A biografia de um romance

Sobre *As batalhas do Caia*, é preciso dizer que essa obra foi escrita a partir de um conto inacabado de Eça de Queirós, “A catástrofe”, e de citações também suas, em cartas a um amigo, Ramalho Urtigão, sobre um livro, cujo título seria *A Batalha do Caia*, que pretendia ainda escrever e publicar. A obra nunca foi concluída, apesar de o próprio Eça ter vaticinado não só o seu certo sucesso editorial, como o bombástico escândalo que causaria na sociedade portuguesa. Com base em pesquisas sobre esse material deixado por Eça de Queirós, o escritor contemporâneo Mário Cláudio resolveu construir uma ficção, *As Batalhas do Caia*, na qual figura, inclusive, o próprio Eça como personagem central. De certa forma, esse romance pode ser considerado uma biografia: a biografia dos últimos 22 anos da vida de Eça e que abarca o período em que viveu na Inglaterra e na França como diplomata. Na realidade, foi justamente nessa época que Eça elaborou o projeto de seu romance, nunca levado a cabo. Mas se, em sua vida, Eça de Queirós não conseguiu jamais concretizar esse propósito, no romance de Mário Cláudio, o outro romance torna-se empreendimento que vai se realizando. Porque, embora “biográfica”, *As batalhas do Caia* talvez figure (pelo menos nesta leitura ora proposta) como a

biografia de uma *escrita*. Escrita (**grafia**) que, como um ser de vida própria, começa a se fazer vida (**bio**) em lenta gestação:

Começa o nosso homem o seu novo romance por uma destas manhãs de Dezembro inglês, quando descem as temperaturas a menos de quarenta graus Fahrenheit. Embaciam-se as vidraças do gabinete de trabalho onde a lareira acesa, conferindo essa comodidade de ventre no qual o feto se avoluma, não afugenta completamente a enérgica vibração que o Inverno, sempre bem recebido, possui o dom de oferecer a quem persiste nas suas entranhas (CLÁUDIO, 1995, p.33-4)².

É importante esclarecer que normalmente quando se usa o termo *escrita*, está se fazendo referência tanto ao “processo” quanto ao “produto” resultante do ato de escrever ou de redigir. Para este artigo, será descartada a segunda acepção: o produto será referido ou como texto ou como obra, nunca como escrita. Isto se deve ao fato peculiar da proposta deste trabalho (que parece ser também uma das propostas de Mário Cláudio, no instante em que se dispõe a realizar a difícil tarefa de falar da literatura na ocasião mesma em que é realizada) de considerar o texto *As batalhas do Caia* como a biografia não apenas de uma pessoa, mas também de uma atividade, de um processo.

3. A representação da existência – um jogo lúdico

A representação da existência, no romance de Mário Cláudio, como fruto de uma consciência ativa, supera qualquer gratuidade. Nada vem por acaso na sua ficção. Ao contrário: nela existe uma intencionalidade que “nada tem a ver com honestidade (...)”, pois como “ausência e eterno disfarce, ela progride por caminhos oblíquos, e a evidência que lhe é própria tem a duplicidade da luz” (BLANCHOT, 1997, p.187). Acompanhar, portanto, as trilhas sinuosas da representação humana nas páginas de seu romance requerer do leitor bem mais que atenção. Para não se ver perdido num labirinto de significações, deve ele exercitar a “má-fé” (BLANCHOT, *op. cit.*) de se tornar cúmplice do escritor. Não há um terceiro caminho: ou toma parte com as “treitas” do romance, ou

² A partir deste ponto, as citações do romance *As batalhas do Caia* virão no corpo do texto, indicadas pela iniciais *B.C.*, sempre seguidas pelo[s] respectivo[s] número[s] da[s] página[s].

se torna objeto de galhofa do próprio “*ser da literatura*”, já que o ato de representar a realidade da travessia existencial humana é “um jogo de estonteante intencionalidade” (B.C., p. 129). É uma brincadeira, a um só tempo, lúdica e séria, cujas regras só se explicam a partir do estatuto próprio do texto literário que se faz apto a confrontar “a relação do estético com os sistemas socialmente definidos” e a alternar “as noções simples de referência ou de realismo (...), seja pelo distanciamento irônico, seja pelo desestabilizador recurso ao fantástico” (ALVES, 1997, p.9-10). Não compreendendo o funcionamento desse jogo, o leitor permanecerá à mercê de uma concepção estreita de realismo e de referência capaz de eclipsar sua visão para o fenômeno artístico da obra de arte literária. Pior: ao invés de jogar o jogo, corre o risco de se tornar peça do mesmo jogo.

Afinal, será tentador para o leitor apressado perceber, por exemplo, na construção do personagem Miguel da Estrela, um deslize do escritor; explicar como defeito de elaboração o fato de o personagem, num romance que soa com timbre “realista”, aparecer, num primeiro momento, mutilado, pois que “perdera o braço direito numa refrega” (B.C., p.155), e, em momento posterior, reaparecer “de mãos algemadas” (B.C., p.158). A esse leitor, parecerá, talvez, ter surpreendido o romancista num ato falho, ou, na melhor das hipóteses, numa tentativa frustrada de ludibriar a ele, o leitor.

Mas a complicação do tecido literário produzido em *As batalhas do Caia*, quando não embaraça esse leitor ingênuo na trama, certamente irá embaraçá-lo na urdidura. Pois as regras do jogo já haviam sido definidas. E já estava estabelecido que “*mundo*”, grafado com inicial minúscula, é diferente de “*Mundo*”, grafado com maiúscula (cf. B.C., p.78). Afinal, assim como os brinquedos dos filhos de Eça de Queirós, os personagens ficcionais só têm vida dentro de um *mundo* paralelo ao *Mundo*, onde a imaginação é a força motriz da existência:

E concebe-os [seus filhos] (...) na companhia de engenhos de rodas e de bonecas sentadas, de animais de olhar atônito e de casas construídas em cartolina. Quando aí

[no andar de cima] os visita e se demora (...), é com a tristeza ligeiramente aterrada dos adultos que repara nos objetos caricaturais da existência, dela despossuídos e prontos a representá-la. (*B.C.*, p.77-8)

A dimensão ficcional da obra, portanto, não pode ser confundida com seu referencial externo. E isso é bem lembrado por Maria Theresa Abelha Alves, quando aponta que “no relato da viagem que Eça de fato fez, no Sud Express de Paris a Portugal, ele tem por companheiro um personagem cujas malas tem as iniciais FM, logo, Fradique Mendes, uma ficção” (ALVES, s/d, p.7). E a respeito da elaboração desse personagem, em *As batalhas do Caia*, Eça de Queirós medita: “Pensou o nosso diplomata desde esse instante que entreteria a dita personagem regular correspondência com meia dúzia de almas gêmeas, persistindo num **mundo** paralelo ao **Mundo**” (*B.C.*, p.78, [grifo nosso]). Ou seja, “as fingidas cartas deste [Fradique Mendes] são, muitas vezes, endereçadas a figuras verdadeiras” (ALVES, *op. cit.*): a utilização de recursos da *escrita*, neste caso possibilitado pelo fantástico, faz construir uma ponte entre ficção e realidade — um emissor que pertence ao mundo ficcional se corresponde com alguns receptores que pertencem ao Mundo.

Essa representação da existência tecida também com fios do imaginário fantástico é deslindada através da associação sugerida entre o processo utilizado por Eça na concepção das suas personagens e a relação das crianças com mundo da imaginação e da fantasia. Não é à-toa que, no romance de Mário de Cláudio, à medida que reflete sobre a criação de suas personagens (cf. *B.C.*, p. 78-9), Eça de Queirós “com mil precauções procura consertar o amputado membro [o braço] do palhaço colorido” (*B.C.*, p. 78-9), como lhe havia pedido o filho Antônio, e como faz com o personagem Miguel da Estrela. Essa postura vista no romance nada tem de ingênuo. Afinal,

Colocar-se acima e fora do desenrolar espontâneo das imagens, julgar e conduzir, fazer do funcionamento automático um jogo livre — este desligamento toma, com os românticos, o nome de *ironia*. Se ele evoca, com prazer, as imagens; se ele deseja tornar-se novamente criança e viver de novo na feliz interpretação do imaginário e do real, [o autor] quer, absolutamente, salvaguardar sua presença de espírito. Jogar o jogo, como a criança, não deve excluir, para ele, o prazer de assistir ao jogo como espectador. A ironia terá, pois, uma dupla função: face aos dados sensíveis, ela será

uma escola de dúvida, permitindo recusar ao mundo tal como um grau de realidade absoluta e definitiva, e substituindo-o a todo instante pelo recurso ao dado psíquico movente, um mundo mutante, móvel, incessantemente imprevisível. Mas voltada, em seguida, para esta nova realidade, a ironia impedirá o espírito de se abandonar inteiramente ao fluxo dos sonhos. Ela é o órgão de equilíbrio que dá ao poeta a faculdade de esposar a vida do devir interior e exterior, sem jamais se engajar totalmente nele, nem nele se afogar (BÉGUIN *apud* BOURGEOIS, 1994, p.69 [grifo no original]).

O que o leitor apressado ou ingênuo então chamaria de defeito de construção não passa, portanto, de um recurso estilístico e retórico consciente, que tem a sofisticação de convidar, sutilmente, um interlocutor a participar de um jogo. Mas para ouvir o convite, esse leitor não pode ser tão inocente. Do contrário, como as crianças da estória “O flautista de Hamelin”, o que ele ouvirá é o som encantatório do instrumento de Hans, que o guiará para onde bem entender. Em outras palavras, se tornará apenas um títere do “*ser da literatura*”, alheio a sua própria existência ante o texto, inconsciente de sua condição de ente capaz de dar significação às coisas; incapaz até, como a personagem Emília — “sempre impregnando seu crochet da energia que não sabe que destino conferir (...) na dificuldade de conceber a existência além do quadro das refeições diárias” (*B.C.*, p.150) —, de experimentar a peso de existir. Pois, como alerta a voz que se levanta ao final do livro, os “bolors (...)”, ascendidos a uma diversa natureza, teimarão eles em corroer a mente de um ingênuo, equiparando-o à marionete de uma marionete, para sempre arrumada no sótão de um teatrinho de brincar” (*B.C.*, p.203). Afinal, sem o peso da liberdade³ (3), está condenado a não existir:

Que nos resta afinal, concluída a tarefa murmurada pela voz de que não alcançamos distinguir os contornos, condenados que fomos ao perpétuo exílio, roubados ao horizonte fugidio da liberdade, precipitarmos no castigo de a ir buscar ao subterrâneo onde não se descortina liberdade alguma? (*B.C.*, p.130)

³ Quando o homem se depara com a percepção tangível da própria existência e nela não encontra sentido, experimenta o medo e procura a fuga da responsabilidade que a existência cobra. Mas, depois de percebida, a existência se impõe como incapacidade de se esquivar da responsabilidade. É ela (a responsabilidade) que desperta a consciência para o fato de nos vermos agrilhoados a uma liberdade sem limites — aliás, a uma liberdade cujo único limite é a impossibilidade de ver-se dela abdicado: liberdade, portanto, nessa concepção, é também responsabilidade. E a náusea, assim como o medo ante a própria existência, é o espanto diante da existência das coisas, dos fatos. (cf. SARTRE, 1997.)

Aqui, a referência ao “peso de existir” evoca a concepção sartriana de náusea. Nesta acepção, a náusea poderia ser definida como um sentimento mórbido, pois seria um sintoma da tomada de consciência da própria gratuidade da existência. Seria uma forma de afundar num niilismo desesperado e pleno. Mas, para Sartre, o niilismo é impossível, pois consistiria na própria supressão do ser. Por isso, o fulcro exato da vertigem, do mal-estar, é menos perceber a gratuidade das coisas, do que estar consciente de que, não obstante essa gratuidade, o homem é *responsável* por sua existência. Essa responsabilidade, que é sentida a princípio como horror, desencadeia um primeiro movimento de recusa. Mas como consciência é liberdade de escolha, e pelo fato mesmo de experimentar o existir conscientemente, o homem não encontra alternativas, a não ser superar esta gratuidade. Ora, a virtual superação da gratuidade da existência vai implicar numa definição de homem como sendo a própria possibilidade de dar significação às coisas. Dessa forma, homem é atividade total. E atividade quer dizer necessidade de, a cada instante, optar por uma visão de mundo. (cf. ABBAGNANO, 1993, p.176-90; SARTRE, 1969).

4. As identidades intercambiáveis

Por entre as suas deslocações anda o nosso José Maria, a socorrer-se dessa invejável liberdade que leva a que se manifeste inseparável o ser do autor do ser das suas personagens (*B.C.*, p.92).

Essa afirmação levantada no romance remete a uma discussão teórica muito instigante: a questão do autor e da autoria no âmbito da literatura. Ao que parece, em *As batalhas do Caia*, está posto não só em prática, mas em debate, o fato de autor e personagens se igualarem como elementos constitutivos da obra literária. Ou seja, o autor passa a ser visto “não como uma personalidade, mas como sujeito feito (efeito) de escritura” (ANDRADE, 1998, p.vii). Essa posição, que o autor vai ocupar dentro do texto literário, é também um recurso da *escrita*. É uma estratégia que atua como parte do jogo irônico instalado no texto, onde a representação, a burla, a dissimulação, as ciladas e a tessitura

da rede de enganos envolvem o leitor. Em verdade, parece que há um apagamento do autor, e nesse apagamento

a que ele é convidado, o “grande escritor” ainda se sustenta: quem fala já não é ele mas tampouco se trata do puro deslizamento da fala de alguém. Do “Eu” apagado, ele conserva a afirmação autoritária, ainda silenciosa. Do tempo ativo, do instante, ele conserva o gume cortante, a rapidez violenta. Assim é que se conserva no interior da obra, contém-se onde já não possui apoio (BLANCHOT, 1987, p.18).

Foucault, em *O que é um autor?*, discute por sua vez a impossibilidade de tratar o nome do autor como uma descrição definida daquele indivíduo cujo nome está na capa do livro, ou como o proprietário de determinadas obras. A função do autor passa a ser, portanto, uma função discursiva, à semelhança do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 1992, p.46). Como afirma Sérgio Laia, essa função “pode dar lugar, num mesmo texto, a várias vozes, a diferentes enunciadore, diferentes narradore, uma vez que, por exemplo, aquele que diz ‘eu’ ao longo de um livro não é exatamente o mesmo que diz ‘eu’ em sua conclusão” (LAIA *apud* ANDRADE, 1998, p.75). E essa polifonia de vozes, gerada pela função discursiva do autor, introduz n’*As batalhas do Caia* um tom irônico, quase a zombar de personagens e leitores. Se há — e de fato há — nesse romance uma reunião de diversas vozes, parece questão menor perguntar-se a quem pertence determinada voz. Afinal, um texto literário, como esse em estudo, encerra uma espécie de simulacro de sujeitos. É isso que é visto na tentativa de diálogo do narrador (autor?) de *As batalhas do Caia* com o personagem José Maria Eça de Queirós:

E é nessas alturas que entendo urgentemente intervir, segredando-lhe avisos que não percebe ele donde vêm, se do céu ou da terra, se de dentro ou de fora da sua pessoa. Limito-me todavia a dirigir-lhe os passos vacilantes, sugerindo-lhe nestes termos o que o bom senso impõe.

(...)

Ao verificar que não surtem qualquer êxito estas admoestações, as quais pela imensa pureza da intenção que as anima sempre acabam por o irritar, recorro a outros expedientes, e propondo-lhe o seguinte...

(...)

Mas não necessita o nosso diplomata das recomendações que lhe presto, porque é centrado no mais recôndito de sua natureza que teima em ir colhendo dos próprios infortúnios físicos o gérmen que em linhas rabiscadas sobre linhas põe a frutificar. (B.C., p.60-61)

A escrita supõe então um diálogo silencioso, ou antes: um monólogo que denuncia a solidão do ato de escrever. Uma solidão presentificada por outra ausência: a do tempo. Mas o afastamento do tempo não é uma condição negativa (cf. BLANCHOT, 1987, p.20). Pelo contrário. Esse tempo ausente é um tempo em que não há exclusão nem inclusão. Por isso, esse “tempo-nenhum” avança da dimensão temporal e invade a dimensão espacial. O “aqui” da escrita torna-se então “lugar-nenhum”, e a imagem concreta das coisas volatiliza-se. O resultado mais drástico, talvez, é que o próprio “Eu” daquele que escreve perde seu referencial interno, só se reconhecendo na medida em que desmorona ante a imprecisão de um “Ele” sem rosto, logo, sem personalidade.

Padeceu entretanto o saudoso escritor de uma casta inominável de violências, com o propósito de que rigorosamente lhe assentasse a história que **contamos**, e por esse motivo não se cansa de implorar perdão **o que muito se declara responsável** por atos tais. Foi necessário por exemplo **alongar-lhe o tempo** que antecede a morte, inclusive os transe de agonia (...). (B.C., p.205 [grifos nossos])

A partir desse pequeno excerto lido acima, pergunta-se: além do suposto autor, quem mais faz parte do “nós” referido pelo verbo “contar”? Quem é “aquele” (não mais “nós”) que muito se declara responsável por certos atos contra o personagem e pede-lhe, inclusive, perdão? O tempo, aludido acima, e que é alongado, seria passível de mensuração?

Estas perguntas, embora saltem aos olhos no momento em que se lê o trecho destacado, não têm muita importância. Respondê-las não irá acrescentar muito à leitura. Porque ler “seria, pois, não escrever de novo o livro, mas fazer com que o livro se escreva, ou seja, *escrito* — desta vez sem a intermediação do escritor, sem ninguém que o escreva” (BLANCHOT, 1987, p.193 [grifos no original]). Por mais íntima que seja a relação que possa subsistir entre o autor

e seu texto (literário), qualquer leitura que sobrecarregue considerações a respeito do escritor, vai implicar, paradoxalmente, na deflagração de um ataque contra ele, a ponto de anulá-lo e, em consequência, deixar a obra entregue a si própria, “à sua presença anônima, à afirmação violenta, impessoal, que ela é” (BLANCHOT, *op. cit.*).

Ora, já foi sugerido anteriormente, a partir de Derrida, uma certa perspectiva de enfoque da relação entre “vida” e “escrita”. E, se esta unidade (vida/escrita) não significa confusão indiscriminada, também não implica num quadro de identidade pacífica, pois literatura não é reflexo nem espelho. Noutras palavras, “é num movimento paradoxal e sem paragem que se tece o intrincado enlaçamento formador de um terceiro termo (...): o texto que há na vida” (ANDRADE, 2002, p.16), ou a vida dentro texto; pois o sopro que habita cada palavra só se deixa perceber através do movimento duplo que incita, ao mesmo tempo, o convívio e contato estreitos e o afastamento, a separação. A realização da obra extrapola, pois, a própria existência de escritor:

O escritor escreve um livro mas o livro ainda não é a obra, a obra só é obra quando através dela se pronuncia, na violência de um começo que lhe é próprio, a palavra ser, evento que se concretiza quando a obra é a intimidade de alguém que a escreve e de alguém que a lê. (...) O escritor pertence à obra, mas o que lhe pertence é somente um livro, um amontoado mudo de palavras estéreis, o que há de mais insignificante no mundo (BLANCHOT, 1987, p.13 [grifo nosso]).

Aproximar e distanciar, o jogo que é proposto em *As batalhas do Caia* para a consecução da obra que, de processo, só se tornará arte quando figurar como *intimidade* não só do que a escreve, mas do que a lê. Pois, na realização do texto literário, as linhas vão sendo traçadas “sobre folhas e folhas que se vão ajuntando, (...) é um tesouro que se forma, ou um *segredo* inviolável, até que as manuseie o que do Mudo chegou” (B.C. p.32).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Sartre: a liberdade como destino. In *História da Filosofia*. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1993. p.176-90.

ALVES, Maria Theresa Abelha. No universo neobarroco da literatura contemporânea, a história comanda a letra. In *Boletim do CESP*. v.17, n.21. São Paulo, jan. / dez. 1997, p. 9-23.

ALVES. *Eça de Queirós e Portugal nas linhas de um romance adiado*. Feira de Santana: UEFS, [s.d.]. Mimeo.

ANDRADE, M. das Graças Fonseca. *A sucata da palavra: um estudo de Um sopro de vida* de Clarice Lispector. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1998.

ANDRADE. *Da escrita de si à escrita fora de si: a narrativa de Clarice Lispector*. Belo Horizonte, 2002. Mimeo.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BLANCHOT. *A parte do fogo*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BOURGEOIS, André. Préface et introduction.. In *L'ironie romantique*. Trad. Luiz Morando. In *Cadernos de Pesquisa do NAPQ*. n.22. Belo Horizonte: FALE/UFMG, dez., 1994. p. 55-88.

CLÁUDIO, Mário. *As batalhas do Caia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Tradução de Patrícia Burrowes, Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Porto: Vega, 1992.

GILES, Thomas Ransom. *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: EPU, 1989.

MAN, Paul de. *Alegorias da Leitura: linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Tradução de Lenita R. Esteves. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e nada*: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.

SARTRE. *A idade da Razão*. Tradução de Sérgio Millet. 6.ed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês

Sávio Siqueira

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística da UFBA

saviosiqueira@oi.com.br

Resumo

O artigo pretende discutir o papel do professor brasileiro de inglês como língua internacional nos dias atuais. Buscando refletir sobre a necessidade de uma prática pedagógica adequada a este contexto e propondo mudanças de atitude e postura profissional que levem em consideração os aspectos políticos de se ensinar e aprender uma língua mundial, aponta-se o desenvolvimento da consciência cultural crítica como uma alternativa para atingir tal objetivo, assim como para desafiar rótulos como alienado, acrítico, apolítico, reacionário e conformista, dentre outros, comumente atribuídos ao profissional em questão.

Palavras-chave: Consciência Cultural, Inglês Como Língua Internacional, Prática Reflexiva, Pedagogia Crítica.

Abstract

The article intends to discuss the role of the Brazilian teacher of English in the current context of English as an international language. Reflecting upon the need for an appropriate pedagogy and also changes in attitude and professional posture which should take into consideration the political aspects of teaching and learning a world language, it appoints the development of the so called critical cultural awareness as an alternative to reach such an objective, and also to challenge labels such as alienated, acritical, apolitical, reactionary, and conformist, among others, commonly ascribed to the referred professional.

Key words: Cultural Awareness, English As An International Language, Reflective Praxis, Critical Pedagogy.

O professor de línguas é um mestre não
somente de uma língua, mas de uma cultura,
“uma forma de vida”.

GEE, 1988.

1. Introdução

Em trabalho intitulado *Alienação e Mimetismo Cultural no Ensino de Línguas Estrangeiras*, Cruz pontua de forma provocativa que “o processo de globalização pelo qual passa a economia do nosso país corrobora o fenômeno de americanização do mundo” (CRUZ, 1999, p.43), chamando a atenção para o fato de que, pela herança de nação colonizada, nós, brasileiros, sempre valorizamos (e, provavelmente, continuamos a fazê-lo) o que vem do exterior. Em tempos mais remotos, a Europa era o centro de referência do desejo do estrangeiro; nos dias atuais, são os Estados Unidos, com seu poderio bélico e econômico, sua hegemonia cultural e toda sua prepotência política. Insistimos em minimizar o que é local, negligenciamos o que é próprio do nosso povo, e o que é pior, importamos modos, modelos pré-fabricados e formas de viver de culturas dos chamados países desenvolvidos sem a devida filtragem e o cuidado necessário com os efeitos que a adoção de tais hábitos, estilos e comportamentos pode acarretar às nossas vidas em todos os aspectos. Como lembra LEFFA (1999), somos eternamente criticados por copiar o que vem de fora e por promover uma imitação servil de outras culturas e a violação da nossa identidade.

Trazendo essa perspectiva para a prática pedagógica de ensino de línguas estrangeiras, pode-se afirmar que há fortes e inegáveis indícios de que essa tendência de emulação da cultura do outro perdura até hoje. Sempre ouvimos o bordão de que não há como separar língua de cultura. A língua é o meio principal através do qual conduzimos nossa vida social. Quando usada em contextos de comunicação, aparece impregnada pela cultura das mais diversas e complexas maneiras (KRAMSCH, 1998)¹. Passamos tais premissas adiante, buscando inculcar na mente dos nossos alunos o alcance do seu significado, porém, infelizmente, parece que encampamos tal visão de forma unilateral, tomando como referência, na maioria das vezes apenas, a cultura alvo, isto é, aquela que está sendo estudada, principalmente se ligada a países economicamente poderosos e influentes. Em outras palavras, nos rendemos

¹Todas as citações em inglês foram traduzidas pelo autor.

àquilo que GRADDOL (1997) chamou de o 'poderio econômico' das línguas. E assim, santificamos a língua, divinizamos a cultura (ou culturas) por esta representada.

Com a grande expansão e a consolidação do domínio do inglês como língua mundial, nós, professores de língua inglesa que trabalhamos em ambientes monolíngües e monoculturais como as salas de aula brasileiras, numa frequência cada vez maior, somos favorecidos por este fenômeno, e ao que parece, nos colocamos como uma elite de profissionais, integrantes de um clube fechado que se mostram alheios às verdadeiras implicações, principalmente ideológicas, que cercam o ofício que abraçamos.

Se formos mais a fundo na questão, veremos que sinais são dados em todos os níveis do nosso trabalho. De forma imposta ou não, facilmente sucumbimos à ditadura do livro didático (embora não em todos os contextos)² e, juntamente com seus autores, em grande parte estrangeiros, enfatizamos, de maneira quase ostensiva, alimentando uma espécie de entocentrismo às avessas, os aspectos (normalmente, os positivos) da língua e cultura estrangeiras, sem sequer tentarmos promover a importantíssima relação dialógica entre cultura alvo e cultura materna. Fazemos o trabalho pela metade e embarcamos numa viagem perigosa, já que ao se adotar (mesmo que inconscientemente) ou se deixar levar por essa prática, fomentamos a já antológica alienação cultural do professor não-nativo de inglês que, não raramente, é estereotipado como americanófilo, apolítico, acrítico e reacionário, um legítimo representante do imperialismo ianque (COX e ASSIS-PETERSON, 1999).

Alguns estudos, de fato, apontam para uma possível alienação do professor brasileiro de inglês (MOITA LOPES, 1996; Cox e Assis-Peterson, 1999; 2001), onde parece emergir uma atitude exageradamente positiva, pouco crítica e de quase adoração pela(s) cultura(s) de língua inglesa, consolidando-se, assim, uma visão de reforço de valores neo-colonialistas, direta ou indiretamente, por

²Agradeço ao (à) meu (minha) parecerista anônimo (a) por essa e outras observações.

parte desses profissionais. Como generalizações são sempre perigosas, é de suma importância debater-se o tema exaustivamente e, quem sabe, apontar alternativas que visem a uma tomada de consciência e, possivelmente, mudança de postura e atitude, caso tais argumentos se mostrem verdadeiros em toda sua amplitude. Se isto realmente vier a se concretizar, o desenvolvimento da consciência cultural crítica é um desses caminhos. Discutir esta alternativa é a tarefa a que se propõe este artigo.

2. O professor brasileiro de inglês é mesmo um alienado?

De acordo com o dicionário *Aurélio*, ser um alienado é ser um cedido, vendido, alheado. Em tese, quem não é alienado, é crítico, assume uma postura política diante de sua prática. Não é novidade no nosso meio de ensino de inglês como língua estrangeira abater-se uma crítica vigorosa diante da postura supostamente alienada e apolítica da maioria dos professores, onde a glorificação de culturas estrangeiras, principalmente as culturas americana e britânica, se tornou uma máxima.

Mas será essa apenas uma percepção arraigada no inconsciente coletivo? Há indícios concretos de que somos mesmo um bando de cordeiros alienados, amantes e divulgadores do imperialismo americano e da terra de Sua Majestade? Dois estudos com professores de inglês fazem-se pertinentes mencionar: o primeiro, de Moita Lopes (1996), com aproximadamente cem professores de inglês de diversos segmentos educacionais (universidades, escolas de ensino médio dos setores público e privado e cursos livres), no qual o autor analisa a alienação e o ensino de inglês como língua estrangeira (LE), fazendo um contraponto com o ensino de cultura. Seguidas as fases da pesquisa, dentre algumas conclusões, podemos citar: uma preocupação genuína dos docentes com o ensino de cultura, embora de maneira assistemática, a escolha pela imitação perfeita do modelo do falante nativo no tocante à oralidade, o predomínio quase absoluto de referências aos Estados Unidos, a preferência por uma abordagem integrativa de ensino de língua e cultura e, finalmente, uma atitude exageradamente positiva em relação à

cultura da língua alvo e negativa em relação à própria cultura, esta última totalmente calcada em estereótipos, onde aflora uma atitude racista e etnocêntrica. Em suma, o estudo de Moita Lopes aponta claramente para uma certa alienação do professor brasileiro de inglês e uma quase adoração pela(s) cultura(s) de língua inglesa.

O segundo estudo, conduzido por Cox e Assis-Peterson (1999; 2001), à luz da pedagogia crítica freiriana, analisou as respostas de vinte professores matogrossenses por elas entrevistados. No bojo da discussão, as pesquisadoras provocam uma reflexão importante ao assinalarem que para muitos desses professores, 'crítico' se opõe a 'mecânico'. Em outras palavras, a dimensão do que é ser crítico na concepção desses nossos colegas não vai além dos procedimentos e técnicas corriqueiras de sala de aula, perpassando por uma pedagogia aparentemente limitada e neutra: "Pedagogia crítica é você pensar: 'Hoje minha aula não foi bem'... é isso, é o dia a dia que te incomoda no sentido positivo, te faz pesquisar, refletir sobre a sua própria ação" (Informante 18 *apud* Cox e Assis-Peterson, 2001, p.27).

A partir de respostas como esta, que naturalmente denotam um certo desconhecimento do que significa ser crítico, mas não necessariamente corrobora a adoção premeditada de uma postura consciente e deliberada de alienação, as autoras postulam que "a dimensão política do ensino de uma língua estrangeira é a grande ausência nessa concepção da pedagogia crítica" (Cox e Assis-Peterson, 2001, p.27), o que, fatalmente, desemboca numa certa neutralidade do professor de inglês, uma vez que, conforme Moita Lopes (1996), o docente está acostumado a ver o seu trabalho como uma atividade não-política, desprovida de valores ideológicos, muito mais ligada a metodologias pré-fabricadas importadas de países centrais.

Se concordamos com PENNYCOOK (1989) quando este afirma que é de suma importância enxergarmos a prática educacional, seja ela de qualquer natureza, como uma arena essencialmente política, é possível postular, como apontam os estudos citados, que os professores brasileiros de inglês ainda estão bem distantes desse choque de realidade. Grosso modo, pode-se argumentar que

ainda regemos nossas classes como verdadeiras ilhas da fantasia, promovendo o que Cruz (1999) chama de uma 'falsa felicidade', criando artificialmente um ambiente idealizado, onde professores e alunos compartilham do belo, do fantástico, de um mundo perfeito em que o veículo de comunicação é a língua mais falada do planeta, a língua da "libertação", da aproximação com os valores globais reinantes, do futuro promissor e da inclusão no admirável mundo novo tecnológico.

Desta forma, cada vez mais, pode-se perceber que são escassas as salas de aula de inglês como língua estrangeira (ou língua internacional) em que a dimensão política, principalmente no tocante à preservação e afirmação da nossa identidade e dos nossos alunos, dos nossos direitos lingüísticos e culturais, é levada em conta, debatida e cultivada. Entretanto, tal atitude que poderíamos cunhar de (neo)colonizada, como aponta Moita Lopes (1996), não surgiu simplesmente do nada. Para este autor, "os professores de inglês não estão sozinhos: esta parece ser uma posição latente no Brasil" (Moita Lopes, 1996, p.38), e embora sejamos criticados ferozmente por tal postura, nota-se que o caminho da conformidade e da acomodação é geralmente o escolhido.

É nessa linha de raciocínio, então, que Cruz (1999) questiona de que forma nós, professores de língua estrangeira (o autor inclui também os de literatura), na nossa tarefa diária, podemos sair da zona de conforto, reagir a essa situação de apatia e aparente neutralidade e preparar os nossos alunos para o confronto com a língua e a cultura do outro. Um chamado como este nunca é demais, exatamente pelo fato de que, como dito anteriormente, por termos, ao longo da nossa história, desenvolvido uma admiração desmedida e, até certo ponto, atabalhoada, pelo que é estrangeiro, a postura do professor frente a novas culturas e como ele/ela as repassa aos seus alunos, pode sim, reforçar ou promover a transplantação de valores e comportamentos estranhos e inadequados à nossa realidade, além de solidificar uma visão míope, anacrônica e preconceituosa de que há culturas mais importantes ou melhores que outras. Em outras palavras, a experiência vem expondo no nosso meio marcas cada vez mais visíveis de uma espécie aculturação às avessas.

3. Aculturação às avessas

BROWN (1980) define *aculturação* como o processo de se adaptar a uma nova cultura, uma reorientação de pensamento, sentimento e, se necessário, de comunicação. Ainda segundo este autor, tal processo emerge de forma mais drástica quando entra em cena a questão da língua: "*Cultura* é algo que está profundamente enraizado em cada fibra de uma pessoa, mas *língua* – o meio de comunicação usado pelos membros de uma certa cultura – é a sua expressão mais visível e disponível" (Brown, 1980, p.128). Nas mais diversas situações em que ocorre o ensino de LE, variados graus de aculturação podem acontecer, já que as pessoas aprendem uma determinada língua por uma série de razões. Nos diz Brown, então, que, devido a isso, o contexto de uma LE, ao contrário do daquele de uma segunda língua, está sempre muito mais carregado do componente cultural, uma vez que a língua é quase sempre aprendida numa situação de entendimento da cultura do outro.

É nessa 'aventura' de buscar o entendimento da cultura do outro que, ao longo do tempo, tem-se notado também dentro das salas de aula um crescente estado de idolatria pela cultura estrangeira, levando os professores a, além de não debaterem questões culturais de forma crítica, tornarem-se verdadeiros seres 're-aculturados' na sua própria terra; em muitos casos, até assumindo apelidos ou pseudônimos na LE, chegando ao ponto de tal confusão atingir o nível da identidade dos indivíduos inseridos no processo de ensino e aprendizagem, em que não é raro surgirem personagens que costumam assumir um papel permanente se o fenômeno de negação da cultura materna se acentua. Desta forma, Raimundo se torna *Raymond* (ou apenas *Ray*), Rogério, *Roger*, Antonio, *Tony*, Bárbara, *Barbie*, e assim por diante. Brasileiros que escolhem ser conhecidos e chamados por nomes estrangeiros para, de certa maneira, deixarem-se engolfar por valores da(s) cultura(s) da língua que ensinam.

Tal comportamento, fatalmente, influencia o aprendiz (em especial aquele em plena formação, embora não se deseje aqui argumentar que em todos os contextos ele exerce um papel passivo ao longo do processo) e orienta-o para uma pedagogia que pode levá-lo a um enorme e perigoso distanciamento da dimensão mais importante relacionada ao estudo de uma outra cultura, que é exatamente a adoção de uma nova maneira de entender e apreciar o estilo de vida, os costumes, os valores de outra nação, para junto com tudo isso, resgatar e entender mais profundamente a própria cultura (STERN, 1999). Infelizmente, e como pode-se constatar nos estudos apresentados, parece que no nosso contexto de país periférico, integrante do círculo expansionista da transnacionalização do inglês (KACHRU, 1995), principalmente no tocante aos professores, essa via, teoricamente de mão dupla, não se concretiza, e é sempre a cultura alvo que é apreciada, adorada e que fascina, sejam seus aspectos gerais ou específicos, regularmente apresentados de maneira superficial.

Na verdade, chega-se, em muitos casos, a alimentar e ratificar, mesmo que inconscientemente, uma espécie de *culturicídio* particular, uma vez que o que passa a ter importância é apenas o universo estrangeiro, e em tempos de tentativa de homogeneização cultural, em boa parte devido à onda globalizante de países como os Estados Unidos, o professor de inglês tem o privilégio de se encontrar, literalmente, no olho do furacão. O que ele faz dessa condição é o seu grande desafio, o seu dilema.

Essa postura de unilateralidade tende a garrotear a natureza intrínseca da maioria dos currículos, programas e materiais instrucionais do ensino de uma LE, o que, por sua vez, acaba favorecendo abertamente a cultura dos países dominantes, desprezando os valores e as riquezas das culturas locais. Assim como “duas línguas podem conviver harmoniosamente, na mesma pessoa, de maneira complementar, sem causar conflitos” (Leffa, 2003, p.16), o mesmo pode ser dito em relação a duas ou mais culturas, desde que estudadas e confrontadas em total equilíbrio de forças. Entretanto, o que salta aos olhos nas nossas salas de aula de inglês é uma prática exatamente inversa: o

professor, mesmo o não-nativo mais brilhante, aquele voltado para o aspecto não-tecnista da profissão, além de não exercitar a sua competência cultural crítica, parece não estar muito preocupado (ou não dispõe de tempo, devido às obrigações sufocantes impostas pelo cumprimento rigoroso do conteúdo lingüístico formal do programa) em proporcionar meios que privilegiem uma pedagogia orientada para uma tomada de consciência sobre a importância de ambas as culturas no processo de aprendizagem da LE. Destarte, a relação que aflora é sempre potencializada a favor da(s) cultura(s) alvo, emergindo, assim, com toda clareza, os rastros da aculturação às avessas do docente.

Por isso, o que se debate e se dissemina hoje em dia é que o professor de inglês, de forma deliberada ou não, tende a imobilizar o pensamento cultural crítico do aluno, e ao simplesmente seguir o livro didático cegamente ou se deixar levar pelo sentimento de idolatria da(s) cultura(s) alvo, ignorando o jogo ideológico do qual ao mesmo tempo participa como jogador e árbitro, abstém-se do salutar exercício de patrocinar o confronto sadio entre culturas, deixando seu aprendiz totalmente inerte, igualmente alienado e à mercê dessa eterna e renitente condição de inferioridade impregnada na alma dos povos oriundos de ex-colônias, como o Brasil. Isto é, atribui-se ao professor a atitude de reforçar o discurso de que existem culturas superiores, mais nobres, assim como a responsabilidade de não proporcionar ao seu aluno a oportunidade de este enxergar que culturas não são melhores ou piores que outras, mas diferentes. Se geral ou localizada, pouco importa; é preciso lutar para mudar tal atitude.

Se ensinar uma língua que representa apenas uma cultura é algo extremamente complexo, imaginemos o contexto de uma língua globalizada, tendo por trás não uma, mas inúmeras culturas nativas. É uma tarefa hercúlea, que exige preparo. Como assinala Leffa (2003), qualquer língua ao se globalizar perde sua uniformidade e tem, necessariamente, que incorporar a diversidade, não só lingüística como cultural. Com o inglês não está sendo diferente e a grandeza da sua condição atual está exatamente em poder fazer com que a diversidade lingüística reflita a diversidade cultural, e ele passe

naturalmente a transmitir não uma cultura única, mas as mais diversas culturas, nativas ou não, consideradas de prestígio ou não. É aí que é preciso haver a ruptura. Acabar com essa noção de cultura de prestígio. E o professor de inglês, especialmente o não-nativo, não pode se eximir desse papel. Muito menos se tornar um sub-produto de aculturação às avessas, já que tudo isso reflete-se na sala de aula e na cabeça do seu aluno. Sem incorrer no erro de celebração romântica da cultura materna, devemos sim, estar conscientes de que por ensinarmos uma língua estrangeira, não precisamos ser mais ou menos brasileiros. Precisamos ser apenas brasileiros, com uma visão mais ampla e crítica do mundo.

Atualmente, os antropólogos evitam usar a palavra “aculturação” porque o termo denota certo preconceito, já que os atores envolvidos no processo experimentam mudanças culturais muito fortes, podendo atingir o ponto de perderem sua identidade. Entretanto, diante do contexto aqui descrito e da avassaladora influência de culturas hegemônicas como a americana em todo o mundo, talvez seja mesmo esta a palavra a ser empregada, apesar da carga negativa que ela carrega consigo.

Um sujeito aculturado de forma acrítica é algo muito problemático. E uma vez que culturas são pessoas, ele passa a ser um agente direto do que poder-se-ia chamar de um *culturicídio* particular, fazendo-se uma alusão ao termo *linguicídio*, cunhado por PHILLIPSON e SKUTNABB-KANGAS (1995). Se esse sujeito forma pessoas, a problemática toma proporções inimagináveis.

4. Linguicídio e cultiricídio

Phillipson e Skutnabb-Kangas (1995) definem *linguicídio* como a exterminação de línguas, associando o termo ao conceito de ‘genocídio’. Comparando este fenômeno com o processo de *desaparecimento de uma língua* (algo semelhante a uma morte natural), os autores afirmam que, no caso do *linguicídio*, há sempre a presença de um *agente*. Já no tocante ao *desaparecimento*, isso não implica necessariamente em um agente causal, mas é visto como algo que foge ao nosso controle.

O fenômeno de *linguicídio* pode ser catalisado por dois tipos de *agentes*: o *ativo*, aquele que tenta eliminar uma língua; e o *passivo*, aquele que deixa uma língua morrer. Transpondo-se este conceito para o âmbito da cultura, um suposto *culturicídio* quando praticado em aulas de língua estrangeira, onde a cultura-alvo é a única a se dar enfoque, revela facilmente o agente maior desse processo: o professor. É ele (ou ela) quem, ao agir de forma absolutamente acrítica frente aos valores, crenças e aspectos da outra cultura, assume um papel ativo no tocante à consolidação dessa visão apequenada, pernicioso, subordinado e paradoxalmente passivo em relação à proteção e ao resgate da sua cultura e de seus alunos. Em outras palavras, o professor pode se tornar o grande agente deste *culturicídio* particular no seu ambiente de aprendizagem, no seu contexto social, em seu próprio país. Por conta dessa atitude, como já enfatizado, muitos críticos colocam o professor não-nativo numa posição de neo-colonizado, paladino do imperialismo, o que não deixa de gerar muitas controvérsias. Afinal de contas, goste-se ou não, esse sentimento ainda persiste e não pode ser ignorado. Como lembra Edward SAID (1993), o fenômeno de descolonização não eliminou totalmente o imperialismo nem o tornou em coisa do passado: uma herança de fortes relações ainda une países subalternos aos grandes impérios. Um professor de LE, em especial uma língua como o inglês que assume um status de *língua franca*, não pode estar alheio a esta realidade, principalmente se ele é oriundo de uma cultura que herdou e se amalgamou a partir (e apesar) das marcas da colonização.

O estudo de uma língua (ou de uma literatura) estrangeira abre portas maravilhosas tanto para quem a ensina como para quem a aprende. Embora a relação de dominação entre povos seja algo que se possa pontuar ao longo da história em todas as partes do mundo, a sala de aula jamais poderá se tornar um *locus* em que se perpetue prática tão abominável, muito menos produzir agentes que a fomentem. Ao contrário, esse espaço privilegiado precisa ser dotado de sujeitos transformadores que possam, através do ensino de uma língua ou de uma literatura estrangeira, oferecer aos seus aprendizes um mundo novo e *igualmente imperfeito*, em contraste com a realidade em que

estes vivem, levando-os a ser tolerantes para com as diferenças entre culturas, a entenderem melhor a cultura do outro. Acima de tudo, a resgatarem e valorizarem a sua própria cultura para, numa instância mais global, poderem se tornar cidadãos mais críticos, ou como assinala GIMENEZ (2001), "cidadãos planetários" que, através do domínio de uma língua de alcance planetário como o inglês, possam não somente ter acesso a bens materiais, mas também vivenciar experiências de trocas que estimulem o respeito mútuo por este mosaico infinito de povos e culturas do qual fazemos parte.

Logicamente, pode-se, até certo ponto, perceber um exagero ao aplicar-se o termo *culturicídio* à realidade de um país como o Brasil, detentor de uma herança cultural robusta e multifacetada, e que, a priori, não corre o menor risco de se apagar tão facilmente frente a outras, mesmo de alcance e poderio incontestáveis como a americana. Entretanto, se no ambiente de uma sala de LE, nós, os professores, notadamente acusados de alienados, elitistas e reacionários, agimos sem uma certa consciência crítica, estaremos fatalmente contribuindo para exacerbar esse sentimento crônico de inferioridade que muitas vezes externamos quando estamos diante de tudo aquilo que é estrangeiro. Isso precisa acabar.

Mesmo sendo improvável chegarmos a uma situação de completo *culturicídio*, ao nos aventurarmos a estudar e ensinar uma LE, é necessário estarmos sempre atentos à nossa responsabilidade como agentes transformadores para que, no exercício da nossa prática pedagógica, não nos encontremos diária e deliberadamente instilando no aprendiz pequenas doses de conhecimento superficial e etnocêntrico, cultuando valores, crenças e sentimentos que contribuam decisivamente para este processo de *culturicídio*, ainda que parcial (se desejamos ser otimistas), na nossa própria "casa", no nosso próprio contexto educacional e social.

Mais que nenhum outro profissional, o professor de inglês, em especial o não-nativo, não pode fechar os olhos para essa realidade, já que o poder de

alcance e a influência cultural que a língua que ele/ela ensina carrega hoje em dia é imensurável. Desta forma, num ambiente de formação, esse poder tem e deve ser calibrado e questionado o tempo inteiro. Por isso, faz-se imprescindível tomarmos conhecimento do que vem a ser uma língua internacional e as implicações para o processo pedagógico que tal condição exige, principalmente no tocante ao componente cultural, tão negligenciado e quase ausente das nossas salas de aula. Em suma, estamos conscientes do que significa ser professor de uma língua global?

5. O inglês como língua internacional e o ensino de cultura

Ninguém refuta o fato de que o inglês se tornou o latim dos tempos modernos. Mas este não é um fenômeno que passa sem deixar marcas e sem exigir profundas modificações. Conforme escreve WIDDOWSON (1994, p.382), uma língua ao atingir tal status “serve uma quantidade significativa de comunidades diferentes e seus objetivos institucionais, e estes transcendem limites tanto comunitários quanto culturais”. Ao tornar-se uma língua franca, desmembrando-se em uma miríade de ‘ingleses’, o inglês não mais pertence a um grupo específico de falantes nativos, e nação alguma pode se arvorar em requerer custódia sobre a mesma (SMITH, 1976), até mesmo os Estados Unidos, a cultura dominante que o inglês atualmente representa com mais vigor e à qual as pessoas naturalmente o associam.

David CRYSTAL (1997), por sua vez, postula que uma língua se torna internacional por uma razão principal: o poder político de seus falantes – especialmente poder militar. A história está aí e jamais negou tais acontecimentos. À medida que o império se expande pela força militar, vários fenômenos de invasão e apropriação se materializam, sendo a adoção e/ou imposição da língua do invasor uma das faces mais visíveis e, em muitos casos, avassaladoras.

Mas assim como oprime e contamina, uma língua internacional não passa totalmente incólume durante o seu processo de expansão. Ela se espalha de

tamanha maneira que começa a sofrer influência dos mais diversos sistemas lingüísticos, ao mesmo tempo em que se embrenha por todos aqueles com que entra em contato. Não é à toa que o inglês, no seu momento atual, foi alcunhado de a língua 'aspirador de pó' (Crystal, 1999), por sugar novos elementos e variações que atuam no nível do léxico, da fonologia e até da sua sintaxe.

Assim como aprender uma língua internacional exige uma nova postura dos aprendizes, o mesmo pode ser dito em relação aos professores, principalmente no tocante ao ensino de cultura. No final dos anos 50 do século passado, POLITZER já argumentava que, como professores de língua, devemos ter o máximo interesse no estudo de cultura não porque queremos necessariamente ensinar a cultura de um outro país, mas porque, em tal contexto, é uma obrigação nossa fazê-lo. Se ensinamos uma língua, dizia o autor, e em paralelo não ensinamos a cultura na qual ela opera, estaremos ensinando símbolos desprovidos de significado ou símbolos aos quais o aluno associa significados distorcidos ou equivocados (Poltzer, 1959 *apud* BROOKS, 1964).

Os professores que elaboram e trabalham com conteúdos culturais nas suas aulas, certamente, enxergam nesses materiais um fator de motivação extra para os seus alunos de LE, em especial aqueles de inglês (McKAY, 2001). Entretanto, à medida que a língua inglesa assume o papel de uma língua internacional, surge a questão sobre *qual* cultura se deve ensinar e como se deve abordar o tema na sala de aula.

Atualmente, o inglês é a língua nativa de mais de meio bilhão de pessoas oriundas tanto do centro quanto da periferia do globo. É a língua mais falada do mundo por não-nativos e, provavelmente, o único idioma que possui mais falantes não-nativos que nativos. São três falantes não-nativos para cada falante nativo. Ao se mundializar, o inglês avançou por muitas fronteiras geográficas, permitindo, até certo ponto, uma perda de identidade (Leffa, 2001), e provocando a desassociação do binômio língua-cultura no tocante aos lugares e aos povos que hoje o idioma representa, assim como da realidade

por esses povos construída. Diante disso, pode-se argumentar, então, que é possível estudar inglês sem estar interessado na cultura de nenhum país de língua inglesa, isto é, apenas por uma motivação instrumental. E é o que cada vez mais vem acontecendo.

Contra-pondo-se a esta premissa, há os que postulam que uma língua não pode ser ensinada sem o conhecimento e o interesse por sua cultura, onde, naturalmente, o processo seria regido por uma motivação integrativa, isto é, a vontade de conhecer, incorporar valores e quiçá pertencer a uma determinada cultura ou culturas. No ensino de inglês como língua internacional, mesmo sendo criticados por supervalorizarem a cultura estrangeira, não se pode afirmar com absoluta certeza que esta tem sido a abordagem preponderante encampada pela maioria dos professores. Todavia, no tocante ao componente cultural, a literatura tem mostrado que na sala de aula de LE ainda predomina um ensino esporádico, limitado ou quase inexistente (DAMEN, 1987; OMAGGIO HADLEY, 1993; Moita Lopes, 1996; etc).

Chamando a atenção para a necessidade de mudança de paradigma na relação língua internacional e o componente cultural, Smith (1976), há algum tempo, já fazia algumas considerações importantes, dentre as quais podemos citar:

- a.** aprendizes de uma língua internacional não são obrigados a internalizar as normas culturais dos nativos da língua-alvo;
- b.** a posse sobre uma língua internacional desnacionaliza-se;
- c.** o objetivo educacional ao se aprender uma língua internacional é habilitar os aprendizes a comunicar suas idéias e cultura para outras pessoas.

Levando em consideração tal contexto, ALPTEKIN e ALPTEKIN (1984) argumentam que no processo histórico de ensino de inglês como LE, duas visões pedagógicas conflitantes têm se destacado: a primeira, encampada por professores nativos da língua-alvo, advoga-se a premissa de que o ensino deve tomar como referência as normas e os valores sócio-culturais de uma cultura de língua inglesa, com o objetivo de formar indivíduos bilíngües e biculturais. A

oposta, defendida nos países onde o idioma é ensinado como LE, o ensino deveria ser independente do(s) contexto(s) cultural(is) nativo(s), com o objetivo de formar indivíduos bilíngües, mas não necessariamente biculturais.

Desta forma, como ficam os professores de inglês diante do eminente conflito, principalmente aqueles professores de países periféricos? Ensinam a língua tomando como referência apenas a(s) cultura(s) nativa(s) ou optam por não ensinar cultura alguma? Por se tratarem de extremos, ambas as estratégias são incompletas e não recomendáveis.

Língua e cultura evoluem juntas numa mesma relação de significado. Segundo ROSALDO (1984 *apud* HINKEL, 1999), cultura é algo mais que um mero catálogo de rituais e crenças, e como defende McKay (2001), dissipando riscos que possam levar à notória alienação do professor de inglês, estudar para se conhecer uma determinada cultura, isto é, adquirir competência cultural, não significa incorporar essa cultura ou se comportar de acordo com suas convenções. A sala de aula precisa se transformar na arena onde tal discussão possa se realizar e a relação língua-cultura possa fluir de maneira dinâmica e significativa. Como enfatiza MENDES (2004), é preciso ensinar língua como cultura, de maneira ampla e crítica. O caminho que se abre nesta direção, sem que se abandone o exercício salutar de confronto entre culturas, converge exatamente para o desenvolvimento da consciência cultural crítica do professor que, ao exercê-la de forma sistemática, naturalmente, levará o seu aluno junto nessa viagem.

6. O desenvolvimento da consciência cultural crítica: um desafio para o professor

O inglês da forma que se expandiu representa mais de uma cultura. Como língua mundial, isto é 'língua de ninguém' (RAJAGOPALAN, 2004), muitas são as implicações para o processo ensino-aprendizagem desse corpo lingüístico gigante que se espalha por todos os cantos do planeta. Quem estuda o idioma hoje em dia, estuda que cultura(s) de língua inglesa? Que referenciais de países de cultura de língua inglesa são adotados, debatidos e confrontados por

professores e alunos? Que materiais culturais são apropriados para tal contexto? Qual o impacto de tal condição na formação do professor de inglês? Quão preparados estão os professores de inglês como LE (ou LI) de países periféricos para abordar o componente cultural e fomentar o desenvolvimento das chamadas consciência e competência culturais do aluno?

Como vimos, é um erro achar que ensinar uma língua é um processo que pode se ancorar em neutralidade ou onde relações de poder e ideologia podem ser facilmente ignoradas. Segundo BYRAM, GRIBKOVA e STARKEY (2002), não há como ficarmos neutros nesse processo, uma vez que respondemos a outras culturas como seres humanos e não apenas como professores de língua. É preciso, pois, enfrentar de forma clara e realista o contexto que se consolida para o professor de inglês em todo o mundo. Estamos vivenciando momentos na nossa profissão em que se faz premente assumirmos a quebra de alguns cânones que ainda têm orientado nossa prática pedagógica. O professor não pode seguir alienando-se a fatores que cada vez mais exigem sua participação, não só como ser intelectual, mas, principalmente, político. Se essa alienação é endêmica, uma forma de combatê-la é exatamente através do desenvolvimento da consciência cultural crítica, que não só pode levá-lo a assumir uma nova postura, como, através de uma pedagogia adequada, alcançar o seu aluno, colocando-o no contexto não como consumidor passivo de conhecimento 'cosmético', vítima do que RIFKIN (2000) chamou de 'capitalismo cultural', mas um ser pensante ativo disposto a confrontar idéias, valores, padrões de comportamento de forma equânime, sem se deixar levar por complexos de inferioridade. Acima de tudo, ser capaz de comunicar sobre sua cultura materna na língua estrangeira alvo.

O desenvolvimento dessa consciência cultural crítica pode certamente levar ao resgate do professor como sujeito de transformação. Como diz SEVERINO (1996 *apud* Prefácio em VASCONCELOS, 2001), "nova ideologia exige uma nova escola"; um novo contexto do ensino de inglês exigirá um novo professor. A ele, apesar de um histórico de alienação e neutralidade, tal oportunidade não pode ser negada.

No atual cenário, o ato de ensinar inglês não pode ser mais balizado pelo conceito limitado de ensinar uma LE fora de contexto e voltada para a(s) cultura(s) alvo, mas sim por princípios e implicações relacionados à condição de língua internacional que, mesmo para aqueles professores mais arredios e ainda adeptos de práticas aparentemente superadas, choques de mudança começam a soprar e a exigir uma re-orientação na postura do profissional. Nesse pormenor, McKay (2003) salienta que o fato de o inglês ter se tornado uma língua transnacional, estudada por milhões de pessoas como uma língua adicional, com o objetivo de comunicar informações sobre sua própria cultura para participar ativamente dessa comunidade global, irá, necessariamente, demandar que várias práticas consagradas pela pedagogia do ensino de LE sejam desafiadas.

É lógico que muitas dessas premissas são fincadas na noção de que o inglês deve obrigatoriamente estar ligado às culturas dos países centrais e que todos os modelos sejam baseados no falante nativo, o que começa a se romper com o novo cenário. McKay (2003) complementa, então, que num contexto de ensino de inglês como língua internacional, a relação língua e cultura, além de ser promovida de forma crítica, precisa ser repensada em toda sua extensão. CORTAZZI e JIN (1999) teorizam que o conteúdo cultural usado para o ensino de uma língua internacional deve ser trabalhado a partir de três fontes diferentes:

- a.** materiais da cultura nativa do aluno (*source culture materials*);
- b.** materiais da cultura alvo (*target culture materials*); ou seja, materiais que abordam a cultura de um país (ou países) onde o inglês é falado como primeira língua; e
- c.** materiais de cultura(s) internacional(is) (*international target culture materials*), isto é, materiais que abordem uma grande variedade de culturas de países que falam inglês ou não, em todo o mundo.

Seguindo essa trilha pedagógica, é certo que o professor terá plenas condições de estimular e desenvolver sua competência cultural. Porém, como dito, não

basta uma consciência cultural aguçada. Ela precisa, acima de tudo, ser *crítica*. Byram, Gribkova e Starkey (2002) assinalam que já é fato razoavelmente consolidado que para se aprender uma língua, o aluno não precisa apenas do conhecimento e habilidades lingüísticos, mas principalmente da habilidade para usar a língua de forma apropriada tanto social quanto culturalmente. Igualmente para TOSTA (2004, p.109), ao afirmar que “o ensino de língua estrangeira não pode limitar-se à transmissão de um conteúdo, ao contexto lingüístico”, e que é preciso ir além, o que naturalmente ocorre quando incluímos o componente cultural no currículo. Entretanto, como se sabe, há uma enorme diferença entre apresentar um conteúdo cultural de forma superficial e expositiva, e criar e usar meios e técnicas capazes de promover o desenvolvimento de uma consciência cultural que, segundo HUGHES (1986 *apud* Tosta, 2004), devem focar a percepção e compreensão crítica do aprendiz.

Curiosamente, muito se escreve e se fala sobre o desenvolvimento de uma consciência cultural crítica do aluno como resultado da prática do docente. Inúmeras discussões dizem respeito a como o professor deve agir para se preparar para ensinar o seu aluno a desenvolver tal competência. E o professor, como ele se capacita (ou é capacitado) para esta tarefa? Damen (1987) dá algumas pistas nesse sentido, afirmando que o professor para atingir esse nível de capacitação, precisa se ver como um legítimo antropólogo. Na mesma linha de pensamento, McLEOD (1976) sugere que há algumas premissas básicas que podem ser bastante úteis para o professor de língua. Para a autora, a sala de aula é como um laboratório de aprendizagem cultural no qual tanto professores como alunos tornam-se aprendizes, viajantes culturais no mesmo nível. Só que o viajante que, digamos, está no leme do navio, não pode ser qualquer um, e como aprendiz, precisa também ser formado em bases que privilegiem o pensamento crítico e estejam ancoradas em uma pedagogia libertadora que o transformem tanto em produtor quanto em produto da história. Em outras palavras, há ainda lacunas enormes na formação do professor de línguas. A competência cultural crítica é uma delas. E ela não se constrói de uma hora para outra.

Adentrando pelo universo de formação mais amplo, o professor de língua estrangeira precisa se enxergar não como um 'dador' de aula (Vasconcelos, 2001), mas um legítimo educador, um intelectual (GIROUX, 1997) capaz de não só ensinar as nuances de um sistema lingüístico, mas, acima de tudo, tomar consciência de que é ator fundamental em um empreendimento pedagógico impregnado de valores culturais, onde forças se medem e se confrontam o tempo inteiro, e de que sua prática educativa precisa combater diariamente o conceito de educação bancária (FREIRE, 1970). Língua é e sempre foi sinônimo de poder e, hoje em dia, se o professor não for preparado de maneira competente para encampar uma prática transformadora e crítica, seus alunos estão fadados a repetirem o discurso igualmente conformista, neutro e apolítico dos seus mestres. Desta forma, se o aluno precisa ser amparado, o professor mais ainda. Cobra-se do docente o que raramente lhe é dado: meios de desenvolver sua competência cultural crítica.

Consciência cultural crítica é a habilidade de avaliar criticamente e com base em critérios explícitos, perspectivas, práticas e produtos, tanto da nossa própria cultura e ambiente nativos quanto da cultura e ambiente do outro (Byram, Gribkova e Starkey, 2002). Portanto, o papel do professor é desenvolver não só habilidades, atitudes e consciência de valores como também o conhecimento sobre uma cultura ou país específicos. Parece tarefa simples, mas talvez aí resida um nó difícil de desatar, exatamente devido tanto à deficiência dos nossos currículos de formação básica quanto ao gritante despreparo em termos de conhecimentos gerais que constatamos nos docentes diplomados a cada ano. E diante de todo o bombardeio ideológico-cultural de países como os EUA, na América Latina, em especial no Brasil, o caminho mais 'natural' é o da réplica, do conformismo, atitude nada estranha a um sistema social que privilegia e prega a acomodação.

Mas nem tudo está perdido. Segundo Giroux (1997), evocando princípios da pedagogia crítica freiriana, precisamos exercitar a linguagem da possibilidade, a filosofia da experiência, a prática emancipadora. Se tais princípios se aplicam

à educação como um todo, por que não ao ensino de uma língua que pode abrir portas e janelas para o mundo, ao mesmo tempo em que possibilita que mostremos ao mundo as nossas histórias? Há sempre tempo para essa reflexão.

7. Considerações finais

Ao longo do artigo, vimos que alguns estudos demonstram uma atitude alienada e apolítica do professor brasileiro de inglês. Vimos também que mesmo não sendo algo conclusivo, é preciso analisar com cuidado as razões para tal cenário. Julgamos o professor de inglês por sua postura supostamente subalterna, anglo-americana-conformista, sua perda de identidade diante da cultura do outro e sua inabilidade em proporcionar ao seu aluno uma prática orientada para o desenvolvimento da consciência cultural crítica. Denunciamos uma realidade aparentemente única, peculiar. Mas será que é isso mesmo? Será que só somos nós, professores de inglês, que sofremos a influência maléfica do imperialismo cultural dos novos tempos e dele nos tornamos agentes? É certo que não.

A questão é bem mais complicada do que aparenta ser. Contudo, alternativas de solução passam pelo mesmo caminho anteriormente citado, que se poderia chamar de o resgate do professor como agente de transformação. Como defende Vasconcelos (2001, p.156), não é preciso mudar apenas a prática, é crucial que busquemos "a prática consciente e voluntária, de caráter transformador".

Para que se enxergue uma luz no fundo do túnel e que se proporcione ao professor de línguas o empoderamento de que ele necessita para exercer seu ofício de forma plena, tais discussões precisam emergir com mais frequência nos cursos de formação de docentes, não só nas universidades, mas principalmente nos cursos de curta duração que preparam professores para ensinar em cursos livres e em escolas de língua, e que, em geral, enfocam pesadamente no ferramental prático, pragmático, voltado única e

exclusivamente para o aspecto tecnicista da profissão. E, por ser esta a faceta que, infelizmente, vem se tornando a mais visível dentro da profissão, é a que prevalece e que marca de forma indelével um suposto distanciamento crônico do caráter político inerente a todo ato de ensinar.

Ensinar uma língua estrangeira nunca foi algo simples. Ensinar uma língua internacional que carrega no seu bojo valores imperialistas e poderosos como o inglês dos tempos atuais, nos coloca em uma posição ainda mais incômoda e vulnerável às mais variadas críticas, principalmente de colegas que ensinam línguas que outrora desfrutavam de status semelhante ao que hoje detém o inglês. MOTA (2004) alivia a tensão de toda essa controvérsia propondo uma abordagem multiculturalista e anti-mimetista para o ensino de línguas estrangeiras. Devidamente atendida com os movimentos emergentes em muitas partes do mundo, onde têm aflorado reações à homogeneização e hibridização culturais promovidas pelos tsunamis globalizantes dos EUA, a autora defende uma pedagogia de LE calcada em currículos multi-referenciais que incorporem discursos historicamente silenciados e que valorizem a voz do sujeito/professor e do sujeito/estudante (Mota, 2004). Isto é, uma prática pedagógica voltada para o respeito da cultura e da identidade, para o desenvolvimento da consciência crítica, tanto do aluno quanto do professor, e que os faça refletir sobre suas histórias, seus relatos pessoais, a multiplicidade de identidades e suas possibilidades de transformação social (Giroux, 1997).

Como foi dito, a sala de aula de LE é uma arena privilegiada para tal tarefa. O que precisamos fazer é dar condições ao professor, mesmo aquele considerado alienado, americanófilo e vendido, de se sentir estimulado a mudar de postura, de pensar em igualdade, confronto saudável de culturas, em uma pedagogia voltada também para a positividade e para a paz (GOMES de MATOS, 1996; 2004). Mas como alerta Vasconcelos (2001, p.157), "não adianta o professor fazer uma série de atividades diferentes se não mudou a postura". Será o novo feito com o espírito velho, uma prática desprovida de reflexão, enfim, um processo igualmente alienado (Vasconcelos, 2001). Ao professor tem que ser dada a chance de mudar, mas ele/ela também precisa querer mudar, uma vez

que não se constrói um sujeito crítico; ele faz-se crítico por sua própria e vontade única.

A busca pelo outro fascina, abre caminhos, encurta distâncias, aproxima culturas diferentes, irmaniza o mundo. Porém, tal processo só será legítimo e verdadeiramente justo quando esta for uma relação de paridade, sem oprimidos nem opressores. Não há nada mais gratificante do que aprender e ensinar uma língua e cultura estrangeiras. Ao exercermos tal atividade, crescemos como gente, e que privilégio ser neste contexto aquele que abre os portões para essa aventura. Entretanto, se não usarmos esse conhecimento e essa experiência ímpares para melhor conhecermos a nós mesmos e ao outro, para valorizarmos, amarmos e preservarmos cada vez mais a nossa herança cultural e influenciarmos os nossos alunos de maneira crítica, estaremos fadados a uma mera prática mecânica de transmissão de informações frágeis, sem significado e inúteis, carregadas de (pré)conceitos e estereótipos. Fatalmente, cairemos na neutralidade de opinião, no ostracismo, na superficialidade, no enciclopedismo vazio, na aridez intelectual, numa total pobreza de espírito.

Enfim, vivemos numa nova ordem mundial em que ensinamos uma língua de alcance planetário representada fortemente por uma cultura hegemônica, mas que ao mesmo tempo corporifica a possibilidade singular de abraçar tanto a diversidade lingüística quanto cultural de povos do mundo inteiro. Nós, professores de inglês, temos um papel fundamental nesse processo, e para seguirmos adiante, plenamente conscientes de que estamos contribuindo para o desenvolvimento da humanidade, precisamos, urgentemente, como recomenda Rajagopalan (2001), nos livrar do complexo de culpa de que estamos a serviço de alguma força imperialista. Se ainda temos exemplos de docentes de inglês que encampam uma postura neutra, apolítica, acrítica e alienada na condução de seu ofício, que sejam então convidados a se transformar não a partir da censura aberta e recriminatória, mas através do acolhimento e da reflexão. Como categoria profissional, precisamos nos reciclar não apenas em técnicas de sala de aula, mas, principalmente, no

tocante à nossa formação geral que, a cada dia que passa, torna-se mais multi-facetada. Talvez estejam faltando nos nossos seminários, congressos e encontros de professores de línguas maiores oportunidades para que assuntos como este sejam trazidos à baila e discutidos abertamente, enfocando, dentre outros temas, o desenvolvimento da consciência crítica do professor de inglês como língua global. Assim, com certeza, seremos capazes de derrubar os rótulos que porventura ainda nos perseguem e, sem culpa alguma, juntos, numa trajetória de paz e transformação, contribuir para formar os cidadãos críticos que o mundo atual tanto necessita e carece.

Abril de 2005

Referências

ALPTEKIN C. E ALPTEKIN, M. *The question of culture: EFL teaching in non-English speaking countries*. *ELT Journal*, 38, Vol. 1. 1984. p.3-10.

BYRAM M., GRIBKOVA, B. E STARKEY, H. *Developing the intercultural dimension in language teaching: a practical introduction for teachers*. Council of Europe, Language Policy Division, Strasbourg, 2002. Disponível em: <<http://lrc.cornell.edu/director/intercultural.pdf>>. Acesso em: 25 jun 2003.

BROWN, D. H. *Learning a second culture*. IN: *Principles of Language Learning and Teaching*. Englewood, NJ: Prentice Hall Regents, 1980.

BROOKS, N. *Language and language learning: theory and practice*. 2nd edition. United States: International Thomson Publishing, 1964.

CORTAZZI, M. & JIN, L. *Cultural mirrors: materials and methods in the EFL classroom*. In: HINKEL, E. (Ed.). *Culture and second language teaching and learning*. United States: Cambridge University Press, 1999. p.196-219.

COX, M. I. P. & ASSIS-PETERSON, A. A. de. *O professor de inglês: Entre a alienação e a emancipação*. *Linguagem e Ensino*, Vol. 4, No. 1, 2001. p.11-36.

COX & ASSIS-PETERSON. *Critical Pedagogy in ELT: Images of Brazilian Teachers of English*. *TESOL Quarterly*, Vol. 33, No. 3, 1999. p.433-452.

CRUZ, D. T. *Alienação e Mimetismo Cultural no Ensino de Línguas Estrangeiras*. In *Estudos Lingüísticos e Literários*, No. 23-24:43-58, jun-dez, 1999.

CRYSTAL, D. *The Future of Englishes*. *English Today* 15/2, 1999. p.10-20

CRYSTAL. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DAMEN, L. *Culture learning: The fifth dimension in the language classroom*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIMENEZ, T. *ETS and ELT: Teaching a world language*. *ELT Journal*, Volume 55/3, July 2001, Oxford University Press, 2001. p.296-297.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais – Rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem*. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

GOMES DE MATOS, F. *Como usar uma linguagem humanizadora: orientação para professores de língua estrangeira*. In MOTA & SCHEYREL (Org.) *Recortes Interculturais na sala de aula de língua estrangeira*. Salvador: EDUFBA, 2004. p.21-34.

GOMES DE MATOS. *Pedagogia da positividade – Comunicação construtiva em português*. Recife: Editora da UFPE, 1996.

GRADDOL, D. *The future of English? A guide to forecasting the popularity of the English language in the 21st century*. The British Council. London: The English Company (UK) Ltda, 1997.

HINKEL, E. (Ed.) *Culture and second language teaching and learning*. United States: Cambridge University Press, 1999.

KACHRU, B. B. *World Englishes: Approaches, issues, and resources*. In: Brown & Gonzo, *Readings on SLA*. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p.229-259.

KRAMSCH, C. *Language and culture*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1998.

LEFFA, V. *O ensino do inglês no futuro: da dicotomia para a divergência*. In: STEVENS, M. C. T & CUNHA, M. J. C. *Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2003. p.225-250. Disponível: <www.leffa.pro.br/ingles_no_futuro_hp.pdf>. p.1-26. Acesso em: 30 mar 2005.

LEFFA. *Aspectos políticos da formação do professor de línguas estrangeiras*. In: LEFFA, V. (Org.). *O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão*. v. 1, Pelotas, 2001. p.333-355. Disponível em: <www.leffa.pro.br/formação.htm>. p.1-15. Acesso em: 28 jul 2003.

LEFFA. *O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional*. *Contexturas*, APLIESP, n. 4, 1999. p.13-24. Disponível em: <www.leffa.pro.br/ensinole.pdf>. p.1-15. Acesso em: 05 abr 2005.

- McLEOD, B. *The relevance of anthropology to language teaching*. TESOL Quarterly, Vol. 10, No. 2, 1976. p.211-220.
- McKAY, S. L. *Toward an appropriate EIL pedagogy: re-examining common ELT assumptions*. International Journal of Applied Linguists, Vol. 13, No. 1, 2003. p.1-22.
- McKAY. *Teaching English as an international language: The implications for cultural materials in the classroom*. TESOL Journal, Winter 2001. p.7-11.
- MENDES, E. *Abordagem Comunicativa Intercultural (ACIN): Uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.
- MOITA LOPES, L. P. de *"Yes, nós temos bananas" ou "Paraíba não é Chicago, não": Um estudo sobre a alienação e o ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil*. In L. P. de Moita Lopes (Ed.), *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996. p.37-62.
- MOTA, K. *Incluindo as diferenças, resgatando o coletivo – novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras*. IN: MOTA & SCHEYREL (Org.) *Recortes Interculturais na sala de aula de língua estrangeira*. Salvador: EDUFBA, 2004. p.35-60.
- OMAGGIO HADLEY, A. *Teaching language in context*. 2nd Edition. Boston: Heinle & Heinle, 1993.
- PENNYCOOK, A. *The concept of method, interested knowledge, and the politics of language teaching*. TESOL Quarterly, Vol. 23, No. 4, 1989. p.589-618.
- PHILLIPSON, R. & SKUTNABB-KANGAS, T. *Linguicide and Linguicism*. IN: *Globalization and Learning. The Third Oxford Conference, 21-25 September 1995, New College, Oxford, UK, 1995*.
- RAJAGOPALAN, K. *The concept of 'World English' and its implications for ELT*. *ELT Journal*, Vol. 58/2, April 2004. Oxford University Press, 2004. p.111-117.
- RAJAGOPALAN. *Critical pedagogy and linguistic imperialism in the EFL context*. *ELT*. TESOL Journal, Winter 2001. p.5-6.
- RIFKIN, J. *The age of access: The new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience*. New York: Jeremy P. Tarcher, Putnam, 2000.
- SAID, E. W. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1993.
- SMITH, L. *English as an international auxiliary language*. *RELC Journal* 7/2, 1976. p.38-43.

STERN, H. H. *Issues and Options in Language Teaching*. ALLEN, P. & HARLEY, B. (Ed). Hong Kong: Oxford University Press, 1999.

TOSTA, A. L. de A. *Além de textos e contextos: língua estrangeira, poesia e consciência cultural crítica*. IN: MOTA & SCHEYREL (Org.) *Recortes Interculturais na sala de aula de língua estrangeira*. Salvador: EDUFBA, 2004. p.107-141.

VASCONCELOS, C. dos S. *Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação*. São Paulo: Libertad, 9 ed, 2001.

WIDDOWSON, H. G. *The ownership of English*. *TESOL Quarterly*, 28, 1994. p.377-88.

**A Mãe e a Madrasta:
relação entre nação e gênero em *O Barão De Lavos*,
de Abel Botelho, e *O Mulato*, de Aluísio De Azevedo**

Daniela Kern

Doutoranda em Letras (Teoria da Literatura) pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

danielapmkern@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa de que maneira as noções de *nação* e de *gênero* aparecem associadas, seja por similitude, seja por contraste, em dois romances naturalistas, *O Barão de Lavos*, do romancista português Abel Botelho, e *O Mulato*, do escritor brasileiro Aluísio de Azevedo.

Palavras-chave: Nação, Gênero, *O Barão de Lavos*, *O Mulato*.

Abstract

This article analyzes how the ideas of gender and nation appear associates, either for similitude, either for contrast, in two naturalistic novels, *O Barão de Lavos*, of the Portuguese novelist Abel Botelho, and *O Mulato*, of the Brazilian writer Aluísio de Azevedo.

Key-words: Nation, Gender, *O Barão de Lavos*, *O Mulato*.

Para os românticos, a maior das virtudes é a *sinceridade* ou, como mais tarde prefeririam os existencialistas, a *autenticidade*: devemos ser, antes de tudo, sobretudo e da forma mais plena possível, nós mesmos (BERLIN, 1999, p.139). Mas à medida em que o desejável é que sejamos de modo mais completo quem podemos ser, a pergunta óbvia que se coloca é: quem somos, afinal, realmente? Essa busca de identidade será uma das tônicas do século XIX, século em que o movimento romântico exerce forte influência. É sob a luz de tal busca que podemos compreender melhor o surgimento, justamente no século XIX, de conceitos como os de *nação* e *gênero*, conceitos que, ao defender, por exemplo, que um inglês tem muito mais em comum com outros ingleses do que com franceses, isto é, que possui uma identidade nacional, e

que uma mulher tem necessidades diferentes das de um homem, isto é, que possui uma identidade sexual, visam estabelecer identidades específicas que sirvam de resposta àquela angustiante pergunta romântica: "quem somos?".

Passaremos agora a analisar, rapidamente, em que termos foram formulados os conceitos de nação e de gênero, essas "tentativas de resposta" ao questionamento romântico. A idéia de *nação*, antes de tudo, surge associada às noções de "parentesco" e "religião" (ANDERSON, 1989, p.14), na medida em que, como essas últimas, está envolta em uma aura de *naturalidade* e de *fatalidade*, constituindo-se como algo que as pessoas acreditam estar ligadas "naturalmente", algo que não se escolhe, assim como sexo, cor da pele e época em que se nasce... (*idem*, p.156) Os membros de uma nação são unidos por um companheirismo profundo e igualitário (*idem*, p.16), formam uma comunidade virtual, imaginada, ou seja, mesmo sem conhecerem uns aos outros, sabem da existência potencial uns dos outros. Apesar de o nacionalismo, ao construir sua própria definição de identidade, atribuir a si mesmo as noções de "naturalidade" e conseqüente "inevitabilidade", tomadas de empréstimo às relações de parentesco e de religião, a comunidade que forma uma nação, desde o início, imaginou-se muito mais unida pela língua do que pelo sangue. As conseqüências disso são importantes: sendo assim, como salienta Benedict Anderson, "qualquer um pode ser 'convidado a entrar' para a comunidade imaginada" (*idem*, p.159). Ou seja, qualquer pessoa, por paradoxal que pareça, pode escolher a comunidade com a qual quer criar laços tão "naturais" quanto os de sangue ou de religião. A idéia de nação, portanto, ao dar a cada indivíduo o direito de escolher, afetivamente e desde que domine a língua, a "família" que mais lhe agrada, contém a promessa de uma mãe que sempre receberá seus filhos com amor, mesmo quando, "tecnicamente falando", for madrasta.

Já as discussões sobre gênero, ao que parece, surgem, entre outros motivos, como reação ao forte discurso masculino do século XIX. De acordo com Michela de Giorgio, "the nineteenth century was the century of the primacy of male discourse" (De GIORGIO, 1995, p.172). Uma abundante retórica masculina

idealizando o gênero feminino e seu papel foi então produzida e propagada através de jornais, revistas e romances: as mulheres deveriam ser essencialmente piedosas e devotadas à vida cotidiana da família. A auto-satisfação feminina deveria advir de atividades domésticas como a educação dos filhos. O feminismo aparece como reação a esse conjunto de idéias que mantinha as mulheres afastadas da vida pública, e uma de suas principais bandeiras, compreensivelmente, é a instituição do voto feminino. As minorias sexuais, que até então apareciam apenas como alvo de piadas e não possuíam um “rostro”, também começam a se manifestar e a conquistar e construir identidades próprias. Não podemos esquecer que *homossexualismo* também é um conceito nascido nesse século XIX em que o medo masculino da perda da virilidade (SHOWALTER, 1993, p.25) assume grandes proporções. Mulheres e homossexuais, retratados negativamente nos discursos masculinos, passaram a se responsabilizar pela criação da própria identidade, dessa vez em termos positivos, o que despertou reações virulentas dos segmentos conservadores da sociedade (estamos pensando aqui principalmente em Europa e Estados Unidos, onde essas discussões, a partir da segunda metade do século XIX, estavam de fato na ordem do dia).

É ao coração dessa época e desse cenário de buscas intensas de identidade pessoal e de grupo que pertencem os dois romances que analisaremos neste ensaio: *O Barão de Lavos* (1891), de Abel Botelho e *O Mulato* (1881), de Aluísio de Azevedo. Nossa intenção é mostrar que em ambos as noções de *nação* e de *gênero* aparecem associadas, seja por similitude ou por contraste. Dito em outras palavras, em ambos os livros esses conceitos “novos” na época já aparecem mutuamente implicados: a identidade do indivíduo (identidade sexual, neste caso) encontra-se refletida na identidade coletiva (identidade nacional), dentro dos romances uma é pensada sempre em relação à outra. A partir de agora, então, veremos como isso acontece.

1. Nação e gênero em *O Mulato*

Raimundo, protagonista de *O Mulato*, foi mandado para Portugal ainda criança. Ficara órfão, e no curto período em que vivera no Brasil, fora cuidado por Mariana, esposa do irmão de seu pai. Por ser estrangeiro e, ainda por cima, “mulato” (fator que o impedia de identificar-se com a maioria de seus colegas de escola, brancos), sofreu bastante no exterior. A notícia do falecimento da mãe adotiva só veio piorar as coisas: “Chorou-a longa e amargamente; não só por ela, mas também muito por si próprio: perdendo Mariana, perdia tudo que o ligava ao passado e à pátria. Nunca se considerou tão órfão” (AZEVEDO, 2001, p.77). Já aqui encontramos no texto uma primeira associação entre *nação* e *gênero*. Mariana, mulher, literalmente simbolizava, para Raimundo, a sua pátria. A morte da mãe adotiva representa para ele a perda de todas as suas raízes, de sua identidade. E é principalmente em busca de identidade que Raimundo, já adulto, retorna ao Brasil, a fim de tratar de algumas pendências relativas a sua herança. Não demora a notar que, já no Maranhão, é tratado com reservas pelos que o cercam. Mas não entende o motivo. Não conhece suas origens, não sabe de onde veio, não sabe quem foi sua mãe, o que no romance significa dizer que não sabe quem é. Depois de muito insistir junto a seu tio é que obtém a resposta que tanto desejava. Agora sim ele conhece a própria identidade. Só não esperava que ela fosse tão negativa e tão excludente. Raimundo é filho de escrava:

Aquela simples palavra dava-lhe tudo o que ele até aí desejara e negava-lhe tudo ao mesmo tempo, aquela palavra maldita dissolvía as suas dúvidas, justificava o seu passado; mas retirava-lhe a esperança de ser feliz, arrancava-lhe a pátria e a futura família, aquela palavra dizia-lhe brutalmente: “Aqui, desgraçado, nesta miserável terra em que nasceste, só poderás amar uma negra da tua laia! Tua mãe, lembra-te bem, foi escrava! E tu também o foste!” [...]. E na brancura daquele caráter imaculado brotou, esfervilhando logo, uma ninhada de vermes destruidores, onde vinham o ódio, a vingança, a vergonha, o ressentimento, a inveja, a tristeza e a maldade. E no círculo do seu nojo, implacável e extenso, entrava o seu país, e quem este primeiro povoou, e quem então e agora o governava, e seu pai, que o fizera nascer escravo, e sua mãe, que colaborara nesse crime. “Pois então de nada lhe valia ter sido bem-educado e instruído; de nada lhe valia ser bom e honesto?... Pois, naquela odiosa província, seus conterrâneos veriam nele, eternamente, uma criatura desprezível, a quem repelem todos do seu seio?...”(idem, p.259).

Raimundo percebeu de imediato que essa descoberta “arrancava-lhe a pátria”, pátria que a partir de agora se lhe afigurava como um verdadeiro “covil de homens maus” (idem, p.266); ele, “estrangeiro na sua própria terra,

desprezado e perseguido ao mesmo tempo" (*idem*, p.287), revoltava-se contra a própria impotência. Sabia que de nada serviam seus méritos pessoais para "recuperá-lo" aos olhos de seus compatriotas:

Se me dissessem: 'É porque é pobre!', que diabo!, eu trabalharia! Se me dissessem: 'É porque não tem uma posição social!', juro-te que a conquistaria, fosse como fosse! 'É porque é um infame! Um ladrão! Um miserável!', eu me comprometeria a fazer de mim o melhor modelo dos homens de bem! Mas um ex-escravo, um filho de negra, um mulato! E como hei de transformar todo meu sangue, gota por gota? Como hei de apagar a minha história da lembrança de toda essa gente que me detesta?...(*idem*, p.314).

O fato de ser filho de escrava significava muito simplesmente que ele era um indesejado, e que não fazia parte da pátria, da nação. Mas como isso é possível? Não havíamos visto, um pouco antes, que a idéia de nação é construída no século XIX sobre as bases do companheirismo e da possibilidade de acesso irrestrito daqueles que quisessem dela fazer parte? Como pode alguém ser excluído da nação por questões de sangue e, mais especificamente no caso de Raimundo, por questões de raça? O que temos aqui é o conflito entre a nação na prática (ainda estávamos em um Brasil monarquista e escravocrata quando o livro foi escrito), permeada de políticas segregacionistas, e o ideal de nação divulgado através de vasta literatura, mas que permanecia ainda, em quase toda a parte, pelo menos em suas características igualitaristas, uma virtualidade. Essa nação brasileira que rejeita os filhos pela cor é, talvez, o principal problema discutido em *O Mulato*.

Contudo, se Aluísio de Azevedo aponta o problema, a discriminação que esta pátria-madrasta impõe a alguns de seus filhos, também aponta a solução, e o modelo para tal solução ele vai buscar... na figura da mulher enquanto mãe amorosa, aliás, um tradicional ideal masculino de mulher, fortíssimo, como já vimos, no século XIX. A "solução" de Azevedo chama-se Ana Rosa. Apaixonada pelo primo, na tentativa de forçar o casamento, proibido de antemão pelo pai, a moça engravida de Raimundo. E isso para ela não foi nenhum "sacrifício", visto que, de acordo com as próprias palavras de Raimundo, todo o ideal de Ana Rosa "era ser mãe" (*idem*, p.304):

Aguardava ansiosa os prazeres da maternidade, como se os conquistasse por meios lícitos, e tremia toda em sobressalto só com a lembrança de que poderia vir a faltar à criancinha o menor cuidado ou o mais dispensável conforto; vivia exclusivamente para ela; vivia para esse entezinho desconhecido que lhe habitava o corpo; o filho era o seu querido pensamento de todo o instante; passava os dias a conjeturar como seria ele, menino ou menina, grande ou pequeno, forte ou franzino; se puxaria ao pai. Tinha pressentimentos e tornava-se mais supersticiosa. Apesar, porém, de todos os perigos e dificuldades, sentia-se muito feliz com ser mãe (*idem*, p.339).

Mesmo antes de dar à luz, Ana Rosa já fazia com seu filho o que a nação, idealmente, também deveria fazer com os seus: amava-o indiscriminadamente, amava-o por ser seu filho, independentemente da cor (o pai da criança é mulato) ou da condição social (a avó da criança é escrava), amava-o mesmo tendo ele sido gerado ilicitamente, fora do casamento.

Quanto a Raimundo, é esse amor incondicional de mãe, e a conseqüente sensação de pertencimento e aconchego, que ele almejava encontrar junto a Ana Rosa, tudo o que a própria nação lhe negara: "Oh! Sim! Desejava Ana Rosa!... sonhara-se junto dela, na intimidade feliz do lar, vendo-a governar uma casa que era de ambos, e que Ana Rosa povoava com alegria de um amor honesto e fecundo" (*idem*, p.254-255). No final do romance Raimundo morre assassinado e Ana Rosa aborta a criança, mas o modelo proposto por Aluísio para a nação brasileira sobrevive: Ana Rosa, casada com outro, dá prosseguimento a sua vocação de mãe e tem vários filhos, eles são, para ela, tudo o que importa. Assim, vemos que o papel da nação é questionado por Azevedo; mas o papel da mulher, a condição feminina, não.

2. Nação e gênero em *O Barão de Lavos*

Aqui a nação (agora a nação portuguesa) também é criticada, mas em termos bastante diversos. Antiga, a nação encontra-se em decadência, a solidariedade que deveria unir seus membros está em franco declínio e a corrupção impera no governo, como fica claro no texto escrito por um dos jornalistas do jornal onde trabalha o Barão de Lavos:

Continuaremos. Não nos quebrarão complacências, nem nos entibiarão ameaças. Havemos de apontar com dedo vingador a senda de torpezas trilhada por esses seis homens que estão desacreditando e arruinando desvergonhadamente o país.

Havemos de crucificar bem alto nas gemônias da execração pública a gerência, toda corrupção e desperdício, desse governo nefasto e cínico que infelizmente nos rege! (BOTELHO, *s.d.*, p.92).

Essa decadência, no entanto, é um fenômeno maior, que vai além do território português; ela é fruto da "corrupção do século" (*idem*, p.310). Mas ao invés de se concentrar propriamente na nação, Botelho opta por focalizar um sintoma ou, se preferirmos, uma metáfora dessa decadência nacional: o Barão de Lavos. Filho de família tradicionalíssima, mas repleta de "vícios morais", o Barão apresenta um comportamento deterministicamente "desviado": ele é bissexual, gosta de dormir com meninos, e isso, para o narrador, é sinal evidente de decadência da raça, de degeneração da classe que governa o país. A nação está corrompida, os homens importantes da pátria também, é difícil saber o que aconteceu primeiro. E o retrato que o narrador pinta do Barão é impiedoso:

Impulsivo e maníaco, faltara-lhe sempre no dinamismo funcional dos nervos essa grande harmonia circunfusa que caracteriza os fortes. Agora merecia todos os desprezos, porque vergava a todas as torpezas. Tendo perdido o respeito de si próprio, claro que nenhum freio moral a reprimi-lo, nenhum valoroso dique oposto à assoladora onda das tentações e das curiosidades. Solitário e egoísta, sem ocupações, sem ligações, sem família, ele fizera da vida um regalado ofício de malandrim; uma cadeia prostibular de aviltamentos, vergonhas, inépcias, tresvarios; uma coisa sinuosa e solta, imunda, esfarrapada (*idem*, p.310).

O medo masculino da perda da virilidade, o medo oitocentista da "feminização" dos homens aparece aí com toda a sua força. Se o barão e o narrador não estão de acordo em seus "gostos" pelos homens, o narrador condena o homossexualismo, enquanto o barão enaltece a beleza masculina, pois para ele "o macho é o aticismo, a beleza em atavio, confiante na própria essência" (*idem*, p.159), pelo menos assemelham-se em seu desprezo às mulheres. Para ambos, elas sempre foram tediosas, sentimentais e de pensamento estreito. Observemos o retrato que o narrador pinta de Elvira, a Baronesa:

A rapariga no fundo não passava de uma burguesita leviana e ignorante, extremosa mas fútil, não tendo da moral a compreensão mais estrita, e cultivando por igual na janela do seu quarto os namoros e os amores-perfeitos. O natural era excelente, liso na intenção, apontando ao bem, simples, claro. Formado numa educação menos absurda que a lisboeta, podia ter dado uma mulher exemplar. Nem sensual, nem desequilibrada. Alma grande e inteligência estreita. O que queria era que a amassem,

era ter que amar; porém na acanhada circunscção do seu espírito este desejo não violava os limites postos ao amor legítimo pela religião e a lei. Assim, ela não namorava por vício, mas por cálculo, na ânsia de realizar perante Deus e os homens a sua inclinação natural. E no namorado não via nunca o macho, não apetecia o homem; delineava, futurava o marido. Casar era o seu sonho doirado: casar com um fidalgo – a sua primeira aspiração de burguesa (*idem*, p.31-32).

Mesmo quando se trata de elogios à baronesa, eles soam negativos: “Irrequieta, nervosa, branca, pequenina, ressumava de todo o seu ser miudinho e frágil uma complexidade picante de mistério” (*idem*, p.31). Enquanto homens como o barão, mesmo “degenerados”, estão conectados à vida nacional, nem que seja para representar e refletir a própria corrupção da pátria, mulheres como Elvira, a Baronesa, parecem ficar à parte, alheias a tudo, excluídas até mesmo de metáforas nacionais: elas nunca “degeneraram” porque sempre estiveram em condição inferior à dos homens. Nisto o barão e o narrador concordam.

3. Mãe ou madrasta?

No que diz respeito à nação, o que podemos concluir é que tanto em *O Mulato* quanto em *O Barão de Lavos* ela é objeto de crítica: enquanto em *O Mulato* a figura da mãe amorosa, representada por Ana Rosa, é apontada como modelo exemplar de nação, modelo que se contrapõe à discriminação de cidadãos pela raça que então era prática corrente no Brasil, em *O Barão de Lavos* o Barão é visto como sinal da decadência da nação portuguesa; mais uma vez temos aqui o otimismo de um país novo, que vê à sua frente, apesar dos pesares, um futuro promissor, com tudo ainda por fazer, contraposto ao pessimismo de um país “velho”, que olha com certa saudade para um passado remoto e não vê boas perspectivas para o futuro, reflexo das realidades históricas bastante diferentes de Brasil e Portugal.

Podemos concluir ainda, agora no que diz respeito ao gênero, que em *O Mulato* há um ardoroso elogio do papel tradicional da mulher, qual seja, o de mãe e esposa; já em *O Barão de Lavos*, além da crítica ferrenha ao comportamento sexual masculino “desviante”, o homossexualismo, há também a crítica generalizada às mulheres, talvez por elas, às vezes, não se adequarem, como

“deveriam” (não esqueçamos que a Baronesa traiu o Barão...), ao seu papel... de mãe e de esposa dócil. Neste aspecto *O Mulato* e *O Barão de Lavos* não se contradizem: o elogio do “bom comportamento” e a crítica do desvio sexual, longe de se oporem, se complementam. Ainda que a nação deva, no idealismo de Azevedo, abrigar a todos, sem distinção, e no pessimismo de Botelho, purificar-se moral, racial e sexualmente para livrar-se da corrupção e da decadência que a domina, a mulher continua deixada de lado dessa discussão tornada, na prática, exclusivamente masculina. A mulher continua, nos dois romances, independente de pertencer a uma nação-mãe ou uma nação-madrasta, uma cidadã de segunda classe.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

BERLIN, Isaiah. *The roots of romanticism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1999.

BOTELHO, Abel. *O barão de Lavos*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

DE GIORGIO, Michela. The catholic model. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (org.). *A history of women: emerging feminism from Revolution to World War*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Harvard, 1995. p.166-197.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

As estratégias discursivas na construção do sujeito histórico, através da literatura engajada de José Saramago, Uanhenga Xitu e Severo D'Acelino

Rosemere Ferreira da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Letras e Linguística da UFBA

rosrosefr@zipmail.com.br

Resumo

O artigo pretende discutir as estratégias discursivas usadas para a construção do sujeito histórico em *O conto da ilha desconhecida*, de Saramago, *Mestre Tamoda*, de Uanhenga Xitu e *Negra Conceição: a guerreira de Mulungu*, de Severo D'Acelino. Busca ainda destacar o engajamento literário dos intelectuais citados como forma de auto-reflexividade e de desconstrução de verdades absolutas na literatura contemporânea.

Palavras-chave: Literatura Engajada, Intelectual, Identidade.

Abstract

The article intends to discuss the discursive strategies used to build the historical subject in: *O conto da ilha desconhecida*, written by Saramago, *Mestre Tamoda*, written by Uanhenga Xitu and *Negra Conceição: the warrior of João Mulungu*, written by Severo D'Acelino. Besides, the text aims to put in relevance the literary engagement related to the intellectuals in evidence as a way of auto-reflexivity and deconstruction of absolute truths in the contemporary literature.

Key-words: Engaged Literature, Intellectual, Identity

A viagem proporcionada por José Saramago no texto intitulado: *O Conto da Ilha Desconhecida* remete-nos a uma interpretação metafórica de uma ilha que, embora desconhecida, é conclamada pelo personagem principal a ser conhecida por todos. O desejo de buscar a ilha desconhecida parte de uma vontade e insistência próprias de um homem, que se traduz pela imperatividade de um sujeito que busca, na sua impetuosidade e resistência diante de uma ordem social pronta para dizer não, movimentar uma coletividade na evolução para a concepção de um sujeito histórico.

O poder de convencimento do homem em relação aos tramites da autoridade real é tão contundente quanto sua certeza da existência da ilha. Desafiar o rei na conquista por uma embarcação acaba sendo o desafiar a si mesmo; suas convicções, seus anseios, suas projeções relativas a um futuro indefinido, mas que traz o questionamento da subalternidade do sujeito sempre justificada por uma ordem social como necessária ao domínio de ações que cerceiam a unidade do sujeito histórico.

O texto sugere a formação de uma identidade aberta que se percebe como possibilidade de criação de novas identidades, produzindo sujeitos capazes de articular sua própria elaboração discursiva direcionada não a uma narrativa particular, mas a uma narrativa que se pretende coletiva, que reclama por transformações sócio-culturais através da desconstrução do discurso paradigmático.

Acredita-se naquilo que, de fato, se tem registro no mapa, mas como registrar o desconhecido, as dúvidas, as incertezas, a fragilidade, a recusa, os questionamentos do homem enquanto sujeito histórico? Nesta perspectiva, o homem continua a ser uma das fontes mais intrigantes de investigação.

Saramago lança uma busca de negação sistemática dos valores em relação à cultura hegemônica através de uma tradução categoricamente pessoal, delineada para uma investitura do sujeito de possíveis descobertas, de um exercício de consciência voltado para o projeto de "buscar a si mesmo" como uma tomada de posição política que intervenha na mobilização de uma coletividade, que aos poucos se voluntaria a fazer parte das discussões voltadas para a revisão de uma política cultural.

Os personagens do conto não têm nomes definidos, apenas as profissões aparecem para marcar suas posições interpretativas na narrativa. Talvez a iniciativa de recorrer às funções dos personagens, transpareça no enredo como uma articulação estilística necessária ao retratar a sociedade da época. Ou seja, Saramago marca a posição hierárquica dos personagens enfatizando suas

funções. Chama-nos atenção para uma ordem social necessária a qualquer sociedade que resulta de uma complexidade de relações que asseguram um sistema marcado pelas desigualdades.

Não há tempo determinado para encontrar o lugar desejado, assim como nós precisamos muitas vezes, sem o respeito à determinação de um tempo em específico, sair de nós mesmos para encontrar o tão almejado. O lançar-se no mar para navegar é o avançar para um objeto de desejo e realização, às vezes próximo, contudo, não enxergado, não percebido pela nossa própria incapacidade pessoal de objetividade e percepção do desconhecido. O texto traduz-se num paradoxo estranho. Nós, em alguns momentos de nossas vidas, queremos estar longe de nós mesmos para, então, enxergarmos melhor nossa natureza.

A mulher da limpeza é o único personagem que decide espontaneamente abandonar a vida enfadonha que levava para seguir o homem do povo. Troca sua rotina por uma viagem poética em busca de seus sonhos. A obsessão do homem em descobrir algo fora de si que traga verdades mais profundas contagia de forma simplista a sensatez da sensibilidade feminina.

Ocupado como sempre estava com os obséquios, o rei demorava a resposta, e já não era pequeno sinal de atenção ao bem estar e felicidade do seu povo quando resolvia pedir um parecer fundamentado por escrito ao primeiro-secretário, o qual, escusado seria dizer, passava a encomenda ao segundo-secretário, este ao terceiro, sucessivamente, até chegar outra vez à mulher da limpeza, que despachava sim ou não conforme estivesse de maré. (SARAMAGO, 1998, p.6-7).

Saramago, de maneira engenhosa, mostra a figura do monarca como emblemática. Os obséquios eram bem vindos, enquanto as petições não eram resolvidas, eram sim postergadas e posteriormente decididas, a depender do estado de espírito da mulher da limpeza. A burocracia nos serviços sublinha um governo distante de seu maior objetivo, promover o bem estar do povo. O repúdio do rei salta aos olhos quando evita aproximar-se do homem. Uma realidade próxima do absolutismo monarca. O rei teme ao homem, ao que possivelmente ouviria como crítica, por isso, barra seu contato com a voz do

povo, como um instrumento que poderia proporcionar transformação social, ainda que veiculado primeiro ao plano pessoal e posteriormente com uma inclinação perceptível ao coletivo.

A narrativa de Saramago está sempre em busca de uma conscientização do leitor. Como intelectual engajado nos problemas e tensões políticas de Portugal, ele conduz a problemática de uma historicidade local, em seus movimentos e contingências, investigando e recriando situações que questionam as ansiedades e esperanças humanas.

Quero falar ao rei, Já sabes que o rei não pode vir, está na porta dos obséquios, respondeu a mulher, Pois então vai lá dizer-lhe que não saio daqui até que ele venha, pessoalmente, saber o que quero, rematou o homem, e deitou-se ao comprido no limiar, tampando-se com a manta por causa do frio. (*apud*, SARAMAGO, 1996, p.9-10).

Não importa o “status quo” do sujeito, sua procedência, sua identidade. A postura do homem demasiadamente lúcido de se plantar na porta do rei é uma forma de dizer “não” à infelicidade determinada e de dizer “sim” à transcendência do sujeito transformado continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpolados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Na sociedade abordada por Saramago, percebemos a construção de um “eu” que nos leva a crer, como afirma Stuart Hall:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, Stuart.,2001,p.13)

A literatura engajada de José Saramago, através de seu caráter discursivo, tem sido um espaço em que as localizações do sujeito e as construções de identidade afloram, permitindo uma visão clara de um projeto literário “inacabado”, sem a pretensão de propor interpretações fechadas, onde

indivíduos de épocas diferentes concebiam e construíam suas identidades como sujeitos de um processo histórico crítico e revolucionário.

O engajamento literário de Saramago se expressa por uma tensão dialética: literatura ativa, radicada como instrumento de transformação social que insiste em desconstruir um discurso paradigmático. Os sem nome, os sem terra, os sem nada falam para questionar a construção de uma historicidade que corre pelas margens daquela legitimada como única, oficial, capaz de reprimir as ações de determinados sujeitos que apareciam na versão oficial como figuras decorativas de um âmbito social indiferente à sua existência.

O que o autor tenta fazer é "reparar" esta indiferença através da valorização de anônimos. Os anônimos têm poder de decisão no corpo de sua narrativa. São os anônimos que possibilitam que as grandes transformações ocorram. São eles que navegam para o desconhecido em busca de conhecimento de si e de sua própria história, de uma universalização que visa a uma experiência voltada para o nós.

Numa sociedade de estranhos, o sujeito histórico tem ânsia para conhecer-se e Saramago possibilita seu conhecimento através de uma expressão que aponta a metaficção historiográfica como possibilidade de introduzir o poder da palavra como reflexão de um passado histórico, pronto para ser reescrito, reformulado a partir da supressão de dicotomias, de extremos nunca antes sugeridos como conjunto.

A formação de uma identidade voltada para a construção de um sujeito literário não está restrita a Portugal, reflete-se também em sociedades pós-coloniais como, por exemplo, a angolana. Nestas sociedades, não há quadros de referência identitária que permita ao indivíduo uma posição fixa no mundo social. Por isso, a linguagem dos escritores angolanos torna-se referência a um universo instituído para, através de uma posição política dos intelectuais engajados, resgatar valores que foram negados pelo colonialismo.

A identidade cultural dos países colonizados mostra-se por uma luta que não se esgota na independência política. É uma conquista contínua de uma autodeterminação a efetivar-se dentro das condições de subdesenvolvimento e de necessidade de modernização...(ABDALA JR, Benjamin, 2003 p.117-118)

Em Angola, a "Geração de 50" é de fundamental relevância dentro de um processo de consciência coletiva, não só pela expressão de valores, necessários à construção de uma identidade, mas também outros responsáveis por uma certa mobilização e formação política militante de novas gerações, que emergem na contingência de luta por uma autonomia cultural e política.

É necessário que o discurso dessa consciência se transforme na ação dele mesmo, produzindo efeitos absolutamente práticos, diferentes dos instaurados pelo sistema colonial, que sempre contribuíram para o abafamento de uma dada formação cultural interpretada pela diferença.

Uma das preocupações do escritor angolano Uanhenga Xitu é o homem. Por isso, percebemos algumas complexidades e contradições de pensamento social nas passagens de seu texto. O universo de sua literatura se exime da visão folclorística e exótica do negro como personagem estereotipado. O espaço desta ficção projeta o negro como sujeito de sua história, dotado de uma identidade cultural pronta para reivindicar um discurso, onde a práxis social angolana seja historicamente revista.

Através de sua abordagem lingüística, o texto é privilegiado e revestido de um tratamento literário que preenche os espaços do personagem com um enunciado atrelado à sua própria expressão cultural, resistente à invasão, à rejeição de um modelo português limitado à autonomia de um discurso de reconhecimento de seus próprios valores.

No conto *Mestre Tamoda*, o autor traz para o cerne da discussão a problemática instaurada pela versatilidade vocabular do "Mestre Tamoda". Analisa, a partir do tecido verbal, os problemas lingüísticos e culturais que possivelmente foram surgindo com o contato com culturas alheias. Escolhe a língua como forma de expressão viva para retratar o não-lugar de um

indivíduo que sai do seio de sua cultura, aprende novas formas de expressão e volta às raízes tentando inserir-se no grupo social de modo a desestabilizá-lo com o contraste cultural gerado.

Este contraste, para o escritor, passa a ser o principal motivo de questionamento da imposição cultural sofrida em Angola pela força de um colonialismo português que abafou durante muito tempo o entendimento da língua quimbundo como própria ao universo textual local.

Inicialmente, a chegada de “Mestre” Tamoda já refletia o novo intelectual, no meio de uma sanzala em que quase todos os seus habitantes falavam quimbundo e só em casos especiais usavam o português.

Nas reuniões em que estivesse com seus contemporâneos bundava, sem regra, palavras caras e difíceis de serem compreendidas, mesmo por aqueles que sabiam mais do que ele e que eram portadores de algumas habilitações literárias. (SANTILLI, 1985, p. 88).

As “habilitações literárias” de “Mestre” Tamoda o transformavam num “etimologista”, um “dicionarista”. Circulava pelo povo, mas não falava a língua do povo. A cadência de sua expressão vocabular fazia a separação nítida entre os nativos quimbundo, nunca antes expostos a uma outra cultura, a não ser a local e o Lungula Tamoda que convivera em Luanda com os filhos dos patrões, com os criados do vizinho do patrão e com um doutor recebendo influências de uma expressão lingüística diferente da sanzala.

O “lugar” da sanzala dá idéia de uma cultura localizada no tempo e no espaço. O autor propõe através do perfil identitário de “Mestre” Tamoda uma reavaliação deste espaço. A nossa vivência no mundo serve para aprendermos a olhar, ver, reparar as práticas coletivas e individuais que analisam as relações entre o homem e o seu grupo social e, principalmente, perceber como se articula a multiplicidade do universo da oralidade na escrita literária.

Os processos enunciativos de Uanhenga Xitu não estão limitados ao que alguns críticos chamam de oposição imediata de estruturas monolíticas como: negros/

brancos, rurais/ urbanos, voz/ letra. A oralidade em sua escrita literária é fundamental para os enunciados construídos. Outro aspecto relevante é a polifonia discursiva dos textos. Neste conto, em específico, o discurso polifônico imprime vozes que se aproximam e se distanciam pela diferença de representações identitárias que correm no contrafluxo de uma cultura que se pretende localizada.

Tamoda, na cadência das vozes e do sapato a chiar, ia marcando o ritmo com a cabeça e os ombros, muito esticado e sorridente, e lungulava como um kingungu-xitu. (*apud*, SANTILLI, 1985, p.89).

A convivência contraditória das línguas permite-nos perceber que a língua quimbundo é muito mais sonora em relação ao português. As expressões utilizadas na caracterização estereotípica do “Mestre” traduzem-se como um canto pela transparência de uma musicalidade típica das línguas africanas.

“Mestre” Tamoda tinha fãs, seus fãs aprendiam com ele o significado de uma cultura exterior à local. E isto lhes permitia uma aproximação, ainda que fosse indireta, com o outro, cujos anseios, desejos e história social causavam-lhes estranhamento.

“Mestre” Tamoda volta ao seu terreiro, ao seu espaço de origem com um status social conferido pelo uso do português, apesar da artificialidade dessa língua como oficial. Ao mesmo tempo em que alguns personagens demonstram curiosidade na articulação do português, outros tradicionalmente se colocam como defensores da pureza e conservação da língua local.

Uanhenga Xitu se vale da força dada pelos amigos de cárcere para inserir no seu texto a controvérsia entre a língua como instrumento de pertencimento ou não-pertencimento do indivíduo “assimilado”, não mais o mesmo, mas com uma identidade abalada pela cultura do outro.

“Mestre” Tamoda, o mestre do português novo. Neste sentido, a identidade, como construção narrativa, é responsável pela estabilização e localização do sujeito no grupo social. Todavia, o que gera a crise de identidade é a ação conjunta de um duplo deslocamento, a descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos. “Mestre” Tamoda estava deslocado de seu meio de origem pela incursão na língua do colonizador.

Uanhenga Xitu coloca em evidência a necessidade de não sublimar a língua portuguesa e mostra através da rejeição ao uso desta língua um fortalecimento cada vez maior e contestatório de consciência política e cultural em relação à cultura hegemônica e ao poder colonial.

A história pessoal de Uanhenga Xitu como “registrador”, serve de suporte para a construção de sua narrativa. Sua ficção é criada a partir do âmbito de sua convivência. O texto se torna o principal veículo de discussão e articulação de idéias a respeito dos problemas estabelecidos pela entrada e imposição de outras culturas. A influência de uma língua sobre outra, as conseqüências de convívio com culturas díspares que podem ocasionar mudança de paradigma.

Ao mesmo tempo em que Uanhenga Xitu coloca em questão o “novo”, representado pelo acesso a elementos culturais diversos, ele também tem a oportunidade de resgatar com a contradição criada, elementos de uma tradição do quimbundo relativos aos mais ricos cenários: as sanzalas, os quimbos, as baulas e povoações de Angola.

Acredito que para Uanhenga Xitu a idéia de discurso conciliatório entre condições históricas impostas, seja o principal objetivo de sua construção discursiva. Não há o que prevalecer em termos culturais há de se constatar o diferente. E fazer desta diferença um motivo para que o contraste coloque, no mesmo patamar de igualdade, culturas tão diferenciadas em sua composição. A diferença enriquece a identidade de um “eu” que procura se defender e se preservar.

Os escritores das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa têm trabalhado arduamente em favor de uma práxis que promova uma reorganização da sociedade pela ação autônoma de indivíduos. Por isso, o projeto literário em Angola prima por um discurso de reconhecimento dos próprios valores africanos, as línguas, a geografia, as condições existenciais, enfim, percebemos que historicamente vem se delineando uma forma de existência e uma idéia de autonomia política, social e cultural que emergem com a efetivação de uma literatura engajada decorrente da experiência de militância e de guerrilha de muitos autores.

É através desta experiência com a militância que Severo D’Acelino, escritor e intelectual engajado no projeto literário que luta para configurar uma formação identitária afro-brasileira em Sergipe, se destaca desde a década de 60 enfrentando o período da ditadura militar, de repressão a toda e qualquer expressão política e cultural que viesse a contradizer o movimento político da época.

Severo estréia sua publicação de contos na seção *Contos Afro-Sergipanos* do jornal: *Gazeta de Sergipe*, no dia 10 de março de 2004. É neste espaço que o conto: *Negra Conceição: a guerreira de Mulungu* ganha sua primeira divulgação. Além de contribuir para ativar uma seção cultural inédita no jornal da cidade, Severo aproveita para resgatar valores culturais relativos à cultura popular negra, até então ignorados pela cultura local.

Neste conto Severo define a personagem como:

“Conceição, a negra guerreira de Mulungu, nunca deixou de ser mulher, nunca deixou de ser negra e por diversas vezes, rejeitou a vida mansa que lhes ofereciam, foi vendida diversas vezes e nunca teve senhor, o seu maior cabedal foi sua rebeldia e sua dignidade de ser negra, mesmo de pele clara, conheceu sua mãe, mas nunca soube quem foi seu pai e se rebelava sempre, rejeitando as chamadas alforrias para manter a sua expectativa de sub-vida, pois tinha consciência que não se ajustaria, não nasceu para ser escrava o que nunca foi, nasceu guerreira e isso seria até a morte, uma morte animada na luta, a Negra, Guerreira de Mulungu”. (GAZETA DE SERGIPE, 2004, p.4).

Severo faz uma historiografia no conto da situação sócio-política e cultural da Capitania de Sergipe. O tempo mencionado evidentemente é o da escravidão. Embora João Mulungu seja citado no conto, o direcionamento da narrativa está centralizado em Conceição, o personagem feminino de tamanha importância para as fugas do grande herói negro sergipano, João Mulungu.

A narrativa de D'Acelino coloca em primeiro plano um sujeito histórico capaz de, em prol de suas próprias convicções, em um ato de rebeldia e coragem, vencer a perseguição, a caça planejada e direcionada aos negros pela força policial, com o objetivo de endossar o tráfico interprovincial, para salvar a pele de outro sujeito, no qual a comunidade negra depositava sua esperança de protesto e libertação, de uma raça oprimida pela invasão de um colonialismo fomentado pelo disparate de uma imposição cultural unilateral.

A descrição de Conceição no conto remete-nos à heroína de uma missão, somente permissível para aqueles cuja determinação fosse a razão de sua imperatividade diante dos propósitos de uma raça que se questiona, até hoje, o porquê de ter tantas metáforas usadas para justificar os negros/afrodescendentes como racialmente subalternos.

Este conto se constitui como uma construção discursiva que contextualiza a revisitação memorial feita através da história de personagens negros. João Mulungu e Negra Conceição animam o trabalho do escritor junto à comunicabilidade de reconhecimento de uma ancestralidade articulada para não ser menosprezada ou ignorada e sim resignificada.

Uma leitura mais criteriosa do conto pode sinalizar uma possível intervenção crítica desestabilizadora dos discursos hegemônicos provocada pela necessidade de uma expressão identitária local, situada a partir da Capitania de Sergipe e localizada na Vila de Maruim.

O Brasil é marcado por um modelo social hegemônico que nega as formas de ser brasileiro. A cultura popular negra tem significados muito mais abrangente

do que os que habitualmente conhecemos, longe da formação de estereótipos, ela é plural. Entender o plural num país como o Brasil é perceber a singularidade cultural do tripé de raças aqui formado, desde o seu “achamento” até o trabalho com a cultura como algo próprio de um grupo e de troca de valores e representações.

A rebeldia de Conceição a define como um personagem disposto a enfrentar toda e qualquer imposição de um colonialismo essencializado, que subjuga a diversidade cultural e clama por uma unidade imposta pela força de quem domina os meios econômicos e políticos.

A resistência de Conceição e Mulungu para não serem capturados evidencia que esta resistência é especificamente política, no que se refere à reflexão de uma condição humana modelada na lógica da tradição e também de modelos culturais de ruptura.

Há de se deixar claro que o processo de aculturação do colonialismo português visava a desculturação dos povos colonizados. Portugal impôs seus padrões ao voltar-se obsessivamente para as conquistas ultramar, mas também sofreu transformações sociais, políticas e culturais significativas como consequência de seu processo de colonização. Temos que considerar que num conjunto dialético, as articulações ideológicas incorporam imposições de padrões e não refletem somente transformações unilaterais.

As tendências literárias engajadas desses intelectuais trabalham numa visão de conjunto. José Saramago, Uanhenga Xitu e Severo D’Acelino apresentam diferenças em seus textos a partir de uma dinâmica literária moldada por fatores histórico-sociais, os quais levam o sujeito histórico a promover uma imersão no seu universo cultural tendo como princípio a sua própria dinâmica comunicativa.

A resistência dos personagens a uma ordem hegemônica é também matéria do escritor consciente. Os personagens: o homem do povo, “Mestre” Tamoda e

Conceição falam de um lugar de enunciação onde, as diferenças que aparecem no trabalho literário individual, servem de revisão histórica das condições sócio-culturais de uma minoria não veiculada por um sistema literário nacional.

Os textos, às vezes, se aproximam em decorrência de uma consciência crítica partilhada pelos escritores, pelas semelhanças entre os processos literários que utilizam e, principalmente, por uma configuração do imaginário social que antecipa uma experiência de interação dialética com outras culturas.

Espera-se que os escritores de literatura engajada, os intelectuais da esfera pública, não falem pelas minorias, não substituam a fala dos grupos minoritários por seus discursos literários, mas que, sobretudo criem estratégias particulares e contextualizadas para através da estrutura ficcional dar voz ao outro, possibilitar que este outro, tendo sua presença e criação justificada pelo contexto ficcional, possa expressar-se a partir de suas próprias aspirações que emergem de espaços periféricos, de lugares de exclusão.

Anônimos ou não, os personagens de Saramago, Uanhenga Xitu e Severo D'Acelino se apropriam de um discurso cuja tensão transposta para o texto evidencia uma manifestação ideológica através de aspirações subjetivas, não totalmente particulares, mas de certa forma coletiva.

Os intelectuais da literatura engajada em Angola e Brasil, mais precisamente Uanhenga Xitu e Severo D'Acelino promovem, através do reconhecimento de uma identidade nacional, a atualização de um momento histórico que, em debate, impulsiona o processo de desalienação cultural, quando traz à cena o caráter pluralístico da cultura do quimbundo, pela língua, e da cultura brasileira, pela resignificação da ancestralidade, tendo sempre em vista a democratização da vida social.

Já Saramago, cuja produção ficcional procura recontar a história de seu país, toma para a sua narrativa o papel reduzido dos anônimos pelos grupos hegemônicos e amplia, a partir da própria resistência do personagem, sua

forma de participação no discurso, até então, historicamente escamoteada por uma oficialidade alienadora. O que Saramago faz é reconstruir essa história, que parece escamoteada, com o exercício de uma prática literária, em que a subalternidade ganha a formulação de um discurso de “verdade” e cheio de articulação de reflexões voltadas para uma intervenção política, social e cultural.

A caligrafia de Saramago recupera a história na estória. Esse movimento de recuperação proporciona uma dinâmica ao texto, onde os supostamente vencidos estejam no centro. Os personagens de Uanhenga Xitu e Severo’Acelino por questões históricas também são levados a uma representação de ascensão revolucionária no texto, ações que se pressupunham estáveis sustentam linhas discursivas baseadas num estatuto de resistência à imposição cultural do colonialismo português.

Dessa forma, quer seja por uma recuperação historiográfica, por uma revisão lingüística ou por uma valorização às raízes ancestrais, a dialética discursiva criada por estes intelectuais seduz o leitor para as discussões em torno das interseções coletivas. Os personagens representam sujeitos históricos capazes de problematizar o entrecruzamento estória/história, um modo de refletir no tecido verbal construído, a experiência de um cotidiano social fundamental à subjetividade da existência humana, de sua pluralidade presente. De acordo com Edward Said:

Em outras palavras, o resultado dos atuais debates sobre o multiculturalismo não se afigura propriamente uma “libanização”, e se esses debates apontam um caminho para transformações políticas e mudanças na forma como se enxergam as mulheres, as minorias e os imigrantes recentes, não há por que temê-los nem tentar evitá-los. (SAID, Edward, 1995, p.28-29).

A narrativa deste projeto literário movimenta a escrita dos intelectuais para uma auto-reflexividade multicultural. Neste sentido, a narrativa não é apenas o registro, mas um instrumento que direciona o paradigma da ideologização dos discursos da autoconsciência teórica sobre a história enquanto oficialidade e a ficção como pedagogia para uma releitura do passado no presente, onde as

diferenças sejam interpretadas como parte da diversidade de configurações identitárias legitimadas por uma escrita literária pronta ao questionamento de verdades absolutas.

Referências Bibliográficas:

ABDALA JR., Benjamin. *De Vôos e Ilhas: Literatura e Comunitarismos*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.

GAZETA DE SERGIPE. Sergipe, março de 2004. Nº 13.516.

HALL, Stuart, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2001.

SAID. Edward, *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

SARAMAGO, José. *O Conto da Ilha desconhecida*. São Paulo: companhia das Letras, 1998.